



COLEÇÃO CULT

Culturas para um novo Brasil

Sophia Cardoso Rocha , Renata Rocha,
Lourivânia Soares Santos, Antonio Albino Canelas Rubim
Organizadores





A *Coleção Cult* é uma iniciativa do Centro de Estudos Multidisciplinares em Cultura da UFBA. Ela tem como objetivo publicizar reflexões na área de cultura, em uma perspectiva multidisciplinar, ampliando o intercâmbio entre os estudiosos da cultura e contribuindo para consolidar essa área multidisciplinar de estudos.



Culturas para um novo Brasil

UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
Reitor
Paulo Cesar Miguez de Oliveira

Vice-reitor
Penildon Silva Filho



EDITORA DA UNIVERSIDADE FEDERAL
DA BAHIA

Diretora
Susane Santos Barros

Conselho Editorial

Titulares

Angelo Szaniecki Perret Serpa
Caiuby Alves da Costa
Cleise Furtado Mendes
Evelina de Carvalho Sá Hoisel
George Mascarenhas de Oliveira
Mônica de Oliveira Nunes de Torrenté
Monica Neves Aguiar da Silva

Suplentes

José Amarante Santos Sobrinho
Paola Berenstein Jacques
Rafael Moreira Siqueira
Lorene Pinto
Lúcia Matos
Lynn Alves



CULT – CENTRO DE ESTUDOS
MULTIDISCIPLINARES EM CULTURA

Coordenação
Sophia Cardoso Rocha

Vice coordenação
Lourivânia Soares

Comissão Editorial da Coleção Cult
Adriano Sampaio (UFBA)
Alexandre Barbalho (UECE)
Antonio Albino Canelas Rubim (UFBA)
Carlos Yanez Canal (Universidade Nacional da Colômbia – Manizales)
Gisele Nussbaumer (UFBA)
Isaura Botelho (SESC-SP)
José Roberto Severino (UFBA)
Laura Bezerra (UFRB)
Leandro Colling (UFBA)
Lia Calabre (FCRB – RJ)
Linda Rubim (UFBA)
Liv Sovik (UFRJ)
Mariella Pitombo Vieira (UFRB)
Marta Elena Bravo (Universidade Nacional da Colômbia – Medellín)
Paulo Miguez (UFBA)
Renata Rocha (UFBA)
Renato Ortiz (UNICAMP)
Rubens Bayardo (Universidade de Buenos Aires – Universidad San Martin)
Urbano Sidoncha (Universidade da Beira Interior)
Úrsula Rucker (Universidade de Avellaneda)

Coordenador da Comissão Editorial
Antonio Albino Canelas Rubim

Apoio:

COLEÇÃO CULT

Culturas para um novo Brasil

Sophia Cardoso Rocha
Renata Rocha
Lourivânia Soares Santos
Antonio Albino Canelas Rubim
Organizadores

EDUFBA
SALVADOR, 2024

2024, autores.

Direitos para esta edição cedidos à EDUFBA.

Feito o depósito legal.

Grafia atualizada conforme o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa de 1990, em vigor no Brasil desde 2009.

COORDENAÇÃO EDITORIAL: Cristovão Mascarenhas

COORDENAÇÃO GRÁFICA: Edson Nascimento Sales

COORDENAÇÃO DE PRODUÇÃO: Gabriela Nascimento

DIAGRAMAÇÃO E ARTE FINAL: Rafa Moo

IMAGEM DA CAPA: Fernanda Pimenta Vasconcelos

NORMALIZAÇÃO E TRANSCRIÇÃO: Bianca Rodrigues de Oliveira

REVISÃO: Equipe da Edufba

Sistema Universitário de Bibliotecas - UFBA

Culturas para um novo Brasil / Sophia Cardoso Rocha ... [et al], organizadores. - Salvador : EDUFBA, 2024.
378 p. : il. (Cult).

Registro crítico dos textos apresentados no XIX Encontro Multidisciplinar de Estudos em Cultura (ENECULT), realizado em agosto de 2023 em Salvador, BA.

ISBN: 978-65-5630-633-9

1. Cultura – Brasil. 2. Política cultural - Brasil. 3. Patrimônio cultural - Brasil. 4. Políticas públicas – Brasil. 5. Encontro Multidisciplinar de Estudos em Cultura (Enecult) (19. : 2023 : Salvador, BA) I. Rocha, Sophia Cardoso. II. Série

CDU 316.72

Elaborada por Selma Matos | CRB-5: BA-001001/O

Editora afiliada à



Editora da UFBA

Rua Barão de Jeremoabo, s/n – *Campus* de Ondina
40170-115 – Salvador, Bahia / Tel.: +55 71 3283-6164
www.edufba.ufba.br / edufba@ufba.br

SUMÁRIO

9		
Prefácio		
A agenda em observação		
	<i>Guilherme Varella, Alice Pires, Lia Calabre, Francisca Mendes, Deborah Rebello, João Guerreiro, Luana Vilutis, José Márcio Barros</i>	
41		
DEMOCRACIA E DISPUTAS IDEOLÓGICAS NO CAMPO DA CULTURA		
Democracia e disputas ideológicas no campo da cultura		
	<i>Antonio Albino Canelas Rubim</i>	43
Cultura, democracia e participação: a diversidade cultural como motor do desenvolvimento		
	<i>Márcio Tavares</i>	51
Políticas de proximidade: práticas do território, práticas da nação		
	<i>Ana Fernandes</i>	63
Democracia antirrascista e cultura da diversidade		
	<i>Laina Crisóstomo</i>	69
Política cultural arrojada, articulada, criativa e de Estado: uma necessidade estratégica e transformadora		
	<i>Javier Alfaya</i>	75
Notas sobre economia política da cultura em movimento		
	<i>Silvio Humberto dos Passos Cunha</i>	85
93		
POLÍTICAS PARA AS ARTES: COMPREENSÕES E DESAFIOS		
Reflexões sobre políticas para as artes		
	<i>Gica Nussbaumer</i>	95
Indisciplinaridades da Cultura no Brasil		
	<i>Cacá Machado</i>	99

Pelas Artes	
<i>Carmen Luz</i>	109
Tomem assento: a Política Nacional das Artes já começou!	
<i>Maria Marighella</i>	117
Anotações de retomada	
<i>Gordo Neto</i>	125
O bar: manifesto cultural	
<i>José Eduardo Ferreira Santos</i>	131
Compreensões e desafios para construir uma política para as artes	
<i>Matias Santiago</i>	137

143

DILEMAS PARA O PATRIMÔNIO CULTURAL NO BRASIL

Dilemas para o patrimônio cultural no Brasil	
<i>José Roberto Severino</i>	145
Futuros possíveis para as políticas de patrimônio e memória	
<i>Mirella Araújo</i>	151
Preservação da memória e o desafio do Sistema Nacional de Patrimônio Cultural	
<i>Márcia Sant'Anna</i>	161
Dilemas da atribuição de valor em processos de patrimonialização: análise e perspectiva	
<i>Hermano Fabrício O. Guanais e Queiroz</i>	167
Comentários acerca do patrimônio e etnicidades no Brasil	
<i>André Luis Ramos Soares</i>	177
Dilemas do patrimônio cultural no Brasil contemporâneo: a importância de se ter as conversas difíceis	
<i>Mona Nascimento</i>	183
Provocações iniciais para discutir o patrimônio	
<i>Neivalda Freitas de Oliveira</i>	191

DESAFIOS PARA A FORMAÇÃO EM CULTURA

Considerações introdutórias sobre os desafios para a formação em cultura

<i>Ângela Andrade</i>	197
Sobre a formação de gestores culturais	
<i>Isaura Botelho</i>	203
Uma perspectiva solidária e comunitária da cultura	
<i>Fabiano Piúba</i>	211
Enlaces entre a arte, a cultura e a educação	
<i>Beth Rangel</i>	223
Cultura com arte e educação para um novo Brasil	
<i>Vanda Machado</i>	231
Por uma formação cultural diversa, inclusiva e decolonizada: reflexões sobre os desafios a partir do campo da organização da cultura	
<i>Daniele Canedo</i>	235
Os setores de arte e cultura das Instituições Públicas de Ensino Superior como lugares de agenciamentos para as políticas públicas de arte e cultura do MEC e do MinC	
<i>Fernando Antônio Mencarelli</i>	241

PERSPECTIVAS PARA O AUDIOVISUAL BRASILEIRO

Perspectivas para o audiovisual brasileiro: algumas questões sobre presente e futuro

<i>Ohana Boy Oliveira</i>	253
Perspectivas para o audiovisual brasileiro	
<i>Gabriel Pires</i>	257
Reflexões sobre o audiovisual no Brasil de hoje	
<i>Paula Gomes</i>	265
Premissas das políticas públicas federais de desenvolvimento econômico do audiovisual brasileiro	
<i>Paulo Alcoforado</i>	273

FEDERALISMO E DESENVOLVIMENTO DA CULTURA

Federalismo e desenvolvimento da cultura para um novo Brasil	
<i>Renata Rocha</i>	283
Sistema Nacional de Cultura e a garantia dos direitos culturais	
<i>Roberta Martins</i>	287
Federalismo cultural e o aprimoramento da democracia brasileira	
<i>Juca Ferreira</i>	295
Por um pensamento complexo sobre cultura, criatividade e desenvolvimento	
<i>Cláudia Leitão</i>	305
Sistema e desenvolvimento culturais: algumas questões	
<i>Alexandre Barbalho</i>	315
O papel da cultura em um novo modelo de desenvolvimento econômico para o Brasil	
<i>Carmen Lima</i>	319
Algumas reflexões sobre fomento à cultura, federalismo e desenvolvimento	
<i>Carlos Paiva</i>	325

DIVERSIDADE E TRANSVERSALIDADES CULTURAIS

Palavras iniciais sobre diversidade e transversalidades culturais	
<i>Leandro Colling</i>	335
Políticas públicas e uma gestão antirracista da cultura	
<i>Carol Barreto</i>	339
Cultura e Comunidade: apontamentos para a manutenção da vida	
<i>Georgenes Isaac</i>	345
A realidade africana e o Brasil	
<i>João Jorge Rodrigues</i>	349
Interculturalidades indígenas em contextos	
<i>Jerry Matalawê</i>	361
Reconstruindo com Diversidade: perspectivas e desafios da Secretaria Nacional dos Direitos das Pessoas LGBTQIA+	
<i>Symmy Larrat</i>	369

Prefácio

A agenda em observação

Guilherme Varella

Alice Pires

Lia Calabre

Francisca Mendes

Deborah Rebello

João Guerreiro

Luana Vilutis

José Márcio Barros

O XIX Encontro Multidisciplinar de Estudos em Cultura (Enecult), realizado em agosto de 2023, em Salvador, foi uma edição especial. Demarcou uma efeméride importante, de ordem acadêmica interna à Universidade Federal da Bahia (UFBA): os 20 anos do Centro de Estudos Multidisciplinares em Cultura (CULT). Marcou também um outro processo, de aspecto conjuntural, e essencial: o renascimento do Ministério da Cultura (MinC), ocorrido em janeiro do mesmo ano, e a retomada de suas políticas públicas.

O evento, portanto, converteu-se em uma plataforma de debate e reflexão acerca da agenda político-institucional que se renovava e anunciava. Agenda que representava, em seu programa, o próprio conteúdo sobre o qual o grupo de pesquisas se debruçou, com fôlego, crítica e elaboração, durante duas décadas. Mais do que uma convergência, era um imperativo programático: constituía-se uma plataforma de projeção de novos caminhos e alternativas para as políticas culturais, tanto na agenda política como na de pesquisa. Ao mesmo tempo, era um espaço de celebração, do que se construiu até então e do que viria a ser (re)construído a partir dali.

No ano anterior, o 2022 ainda pandêmico¹, o Enecult ocorreu de forma híbrida, com mesas presenciais e a submissão de trabalhos de pesquisadoras(es) aos diferentes Grupos de Trabalhos temáticos *on-line*. Em 2023, foi diferente. O formato também foi alterado, concentrando as discussões sobre os principais temas que perfaziam simultaneamente a agenda político-institucional que se anunciava e a agenda de pesquisa acadêmica que se reabria e ganhava frescor. Em vez de artigos enviados, foram organizadas sete mesas, com temas fundamentais das políticas culturais. Para elas, expositoras(es), debatedoras(es) e mediadoras(es) foram convidadas(os).

Além dessas, nessa excepcional configuração de mesas, pensamos também em outra figura. Alguém que acompanhasse cada um dos debates e pudesse analisar as falas, extraindo-lhes os temas principais, ênfases, lacunas, sinalizações políticas e apontamentos de conteúdos. Não seria uma ata da discussão, tampouco um relato distanciado das exposições e questionamentos surgidos. Pelo contrário: tal figura seria responsável justamente por “contaminar” o debate, sendo mais um agente de interação, ainda que de forma ulterior. Queríamos uma observação crítica do que se discutia na mesa, uma reflexão tomada de outros conceitos, lugares e repertórios que, eventualmente, não constavam entre as participantes escolhidas. Se a discussão oral e presencial se encerrava findo o tempo da mesa, esta figura seria a responsável

pelo seu *continuum*. Ela reabriria o debate e o faria continuar com a sociedade, por meio de suas impressões escritas, ainda que breves e objetivas. Tal figura faria “parte” do diálogo, menos imediata e mais mediata, se não no quente do momento, sem dúvida mantendo a temperatura para depois. Seus registros seriam um mecanismo de transbordamento do debate para além do espaço físico soteropolitano.

Essa figura foi a da(o) observadora(or). Munidas do propósito descrito, as pessoas observadoras foram professoras(es) e pesquisadoras(es), especializadas(os) nos temas, e transitando entre outros, todas dedicadas com afinco ao estudo das políticas culturais no Brasil. Foram empenhadas(os) em acompanhar os temas e fazer as observações críticas que seguem neste prefácio. Estávamos em oito, considerando uma pessoa observadora por mesa e uma que coordenou os trabalhos, agrupados neste texto coletivo.

Assim, sobre este texto, é importante dizer que ele está dividido em tópicos, cada qual trazendo a observação de uma mesa. Acompanhamos a ordem do programa do XIX Enecult, cujas setes mesas foram: Democracias e disputas ideológicas no campo da cultura; Políticas para as artes: compreensões e desafios; Dilemas para o patrimônio cultural no Brasil; Desafios para a formação em cultura; Perspectivas para o audiovisual brasileiro; Federalismo e desenvolvimento da cultura; e Diversidade e transversalidades da cultura.

Naturalmente, os textos não são exaustivos sobre os conteúdos de cada mesa, tampouco expressam as colocações literais das pessoas que expuseram. Algumas(ns) observadoras(es) optaram por um caminho mais descritivo da presença dos conteúdos, utilizando-se das próprias falas das(os) convidadas(os) como guias de análise. Outras(os), pinçaram alguns elementos específicos, para aprofundá-los. Houve quem também fizesse uma análise mais ampla, conjugando vários dos aspectos debatidos. Considerando essa multiplicidade de estilos, optamos por mantê-los no formato original proposto por cada autor e autora, sem a padronização da linguagem ou do método. A unidade,

aqui, reside na proposta geral do texto: ser um registro crítico e provocativo do encontro, que induza à permanência do debate.

*Por uma narrativa de conquistas políticas,
coletivas e democráticas*²

Alice Pires

A mesa que abriu o XIX Enecult trouxe como tema “Democracia e disputas ideológicas no campo da cultura” tendo como coordenador, Albino Rubim, que em sua fala inicial, explicitou o porquê do tema da democracia e das disputas ideológicas ter sido escolhido para abrir o Encontro, evidenciando a própria natureza democrática que se atribui a um evento que tem por objetivo ser um encontro: um espaço de diálogo e debate, de confronto de ideias e disputas ideológicas, como deve ser em um regime democrático.

A abertura da mesa, protagonizada por Albino Rubim, tratou do delicado momento vivido pelo Estado Democrático de Direito brasileiro, diante dos ataques sofridos por suas principais instituições em 8 de janeiro de 2023, e a demanda por um contínuo investimento no processo de democratização da nossa sociedade. Rubim destacou o profundo déficit de cultura democrática existente no país e sobre a necessidade de atenção para essa temática no campo cultural.

A importância das políticas públicas para ascensão social de milhões de brasileiros nos governos Lula e Dilma³, também foi apontada pelo coordenador, juntamente com a necessidade de fortalecimento e publicação de uma narrativa que valorize as conquistas em seu aspecto de uma luta coletiva e política, como um projeto de país. Essa narrativa precisa ser contraposta às narrativas alternativas que vêm justificando essa ascensão social dos brasileiros a partir de perspectivas neoliberais – que a atribuem à meritocracia – ou mesmo divinas – sendo a ascensão social uma consequência da vontade ou não de Deus.

Iniciando sua exposição, o secretário Executivo do Ministério da Cultura, Márcio Tavares, enalteceu o papel do Enecult como uma força catalizadora de provocações e um ambiente de resistência ativa e coletiva em defesa da democracia e da cultura. Relatou o processo de reconstrução que vem sendo empreendido em todo MinC, contando com o empenho não só dos gestores públicos, mas também de acadêmicos, de detentores de saberes tradicionais e fazedores de cultura, ou seja, de todo um conjunto de agentes culturais do campo da cultura que produz as transformações desse setor no país.

Essa reconstrução, portanto, tornou-se imprescindível para retomar o projeto de Estado de bem-estar social que estava em curso no país desde 2003 e que foi brutalmente interrompido em 2016 a partir de um ataque organizado ao Estado brasileiro e às suas políticas públicas.

O golpe sofrido pela Presidenta Dilma Rousseff, em 2016, desencadeou uma série de perseguição aos artistas e fazedores de cultura, intensificada durante o Governo Bolsonaro⁴, criminalizando a área cultural e todos profissionais envolvidos em sua cadeia produtiva.

Márcio Tavares apontou a importância de reflexão e debates críticos sobre esse processo de criminalização sofrido pelo campo cultural e a necessidade em produzir uma memória crítica e científica desse período, empreitada que cabe bem à academia assumir.

Segundo o expositor, a atual gestão do MinC é parte de um legado de construção de políticas públicas iniciadas em 2003 – incluindo aqueles que resistiram no período de 2016 a 2022 – e que o atual Governo percebe a cultura como elemento central no projeto de país, pois os maiores problemas só serão resolvidos com investimento pesado em cultura, para combater as desigualdades e valorizar nossos talentos e transformar as nossas comunidades.

Para isso, o MinC está trabalhando na reformulação das estruturas normativas do fomento à cultura no Brasil, travando uma árdua batalha de articulação política no Congresso pela aprovação do Marco do Fomento.

Tavares concluiu sua fala situando o papel do campo cultural nas disputas ideológicas em curso no país, que demanda uma atuação coordenada e a construção de um arcabouço legal que possibilite que as políticas culturais se desenvolvam para uma cidadania cada vez mais democrática.

Já a professora e pesquisadora Ana Fernandes trouxe para o debate a noção de políticas de proximidades e seu papel central no processo de reconstrução democrática, enquanto nascedouros primários de ideologias. Assim, uma sociedade fragmentada, com pessoas em situação mais diversas de violência, humilhação e vulnerabilidade, cria um ambiente no qual o ressentimento e ódio são alimentados para a destruição do outro.

As considerações se relacionam com a atenção reclamada por Albino para a necessidade de percebermos as conquistas como coletivas e políticas e não como méritos individuais e divinos. Fernandes enxerga as políticas de proximidade como elos para vencer o obscurantismo e a fragmentação vivenciados em nosso país: como uma prática de nação e prática de territórios de onde podem emergir experiências coletivas e essencialmente políticas.

Inspirada pelo geógrafo Milton Santos, Ana Fernandes lembrou que cada pessoa vê o mundo a partir do lugar, e exemplificou como as políticas culturais podem ser políticas de proximidade a partir da experiência exitosa dos Pontos de Cultura. Para a pesquisadora, as políticas de proximidade são fundamentais em momentos de crise, a exemplo do que vivenciamos durante a pandemia de covid-19, quando arranjos locais e comunitários aliviaram ou solucionaram situações de extrema necessidade. A debatedora também ressaltou a necessidade de intersectorialidade das políticas e descentralização de suas ações como preocupações que devem ser levadas em conta pelo atual Governo, corroborando com a perspectiva apresentada pelo expositor Márcio Tavares.

A vereadora Laina Crisóstomo (PSOL), da Mandata Pretas por Salvador, também abordou o projeto de destruição do Governo

Bolsonaro e seu reflexo no 8 de janeiro, com depredação de obras de arte e ataque às instituições brasileiras. Também destacou o quanto é importante pensar o processo de violência não apenas na perspectiva federal, pois isso está acontecendo nos estados e municípios, sendo importante atentarmos para aqueles candidatos que trabalham a cultura como defesa dos direitos humanos.

Laina, que é membra da Comissão de Cultura da Câmara de Vereadores de Salvador, trouxe como exemplo o Plano Municipal de Cultura de Salvador que chegou para apreciação da Câmara pelas mãos do prefeito Bruno Reis, com a bancada governista se opondo a trechos do Plano que se referiam à cultura LGBTQIAT+. Houve um pedido da Prefeitura para retirar essa parte para o projeto conseguir tramitar na Câmara, o que foi combatido pela Comissão.

Para o debatedor Javier Alfaya, a guerra cultural ganhou força nos últimos anos no mundo. O crescimento do candidato de extrema direita Javier Milei na Argentina e o avanço dos partidos de direita e extrema-direita em outros países, como Espanha, Portugal e Uruguai, demonstra que esse é um fenômeno internacional em curso, relacionado à falência do sistema capitalista e a um momento de transição onde também vemos a hegemonia norteamericana em cheque (BRICS – Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul).

Alfaya destacou o esgotamento de modelos como o Socialismo ou a Social Democracia no mundo e um crescente ataque ao que é coletivo e às instituições do Estado como pontos que unem a extrema-direita. Desse modo, o desmonte do Estado é propagado como um discurso de liberdade, pois findar a estrutura estatal é ganhar a liberdade individual humana. A percepção de Alfaya se coaduna com de Rubim sobre uma ideologia neoliberal meritocrática e apolítica que vem ganhando força enquanto narrativa em crescimento.

Contribuindo para o debate, o presidente da Comissão de Cultura da Câmara de Vereadores de Salvador, Sílvio Humberto, expôs sua percepção de que vivemos uma democracia inacabada, pois o tamanho

das desigualdades não permite afirmar que temos uma democracia. Para Humberto, a disputa de narrativas atual demanda união e reconstrução do campo progressista brasileiro em torno de questões como racismo estrutural – a exemplo de questionamentos surgidos quando da nomeação da ministra Margareth Menezes – e interseccionalidades – por ser a ministra um mulher, negra e nordestina.

A guerra não começou com Bolsonaro, lembrou o vereador. O Governo Temer tentou acabar com o MinC e a força da mobilização coletiva do campo cultural reagiu e impediu. Esse exemplo da resistência ao fim do MinC, segundo ele, serve para pensar a reconstrução que precisamos e nos remete à tarefa de envolvimento de todos, principalmente aqueles que precisam sair da zona de conforto e quebrar barreiras se quisermos a reconstrução. “Porque, se nos deitarmos, estaremos mortos”, concluiu Sílvio Humberto .

*Políticas para as artes: os desafios do novo*⁵

Lia Calabre

No processo de institucionalização da cultura, com o conjunto de marcos legais, regulações, formação e fortalecimento de órgãos responsáveis pelas áreas em âmbito nacional, como é o caso do Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM), algumas áreas se sentiram preteridas como foi o caso das linguagens artísticas. Durante a gestão do Ministro Juca Ferreira, já no segundo governo da Presidenta Dilma Rousseff, foi iniciado o processo de construção da Política Nacional das Artes (PNA), que foi interrompido pelo processo de *impeachment* e o pedido de exoneração de toda a equipe de secretários e dirigentes do Ministério da Cultura (MinC) naquele momento. Apesar de toda a luta e resistência contra os desmontes das políticas e do próprio MinC, as perseguições na área foram intensas e inúmeras questões desapareceram completamente da pauta do governo federal.

A retomada das discussões sobre os temas das artes e da cultura, no que tange à elaboração de políticas públicas, era muito almejada pelos diversos fazedores da cultura. O tema, de alguma maneira, capturou a centralidade da discussão na mesa sobre as políticas para as artes do XIX Enecult. A questão central da democracia e as disputas ideológicas no campo da cultura caminharam na direção dos embates em torno dos conceitos de artes. Foi apontada a preocupação de que se construam práticas, visões e pensamentos democráticos sobre as artes, de maneira que não sejam apropriadas por políticas neoliberais e que não fiquem presas ao mundo dos negócios. Muitas das visões praticadas desconsideram os direitos coletivos dos fazedores. São necessárias novas insurgências que produzam os enfrentamentos necessários na busca de uma política pública alicerçada em um pensamento público.

Olhando a discussão por outro viés, vemos que as questões da cidadania cultural e do direito à cultura, em sua concepção mais ampliada, foram os alicerces das conversas. Uma tarefa colocada em medida de urgência é a da construção efetiva do Sistema Nacional de Cultura (SNC), dentro dele a estruturação de uma política nacional de cultura, onde esteja mais bem desenhada a divisão real das atribuições entre cada nível de governo. A Política Nacional das Artes é um dos elementos importantes no bojo do SNC. Há, porém, um debate a ser enfrentado, acerca das visões limitadas e conservadoras, vigentes em nossa sociedade, que desconsideram os fazeres periféricos, os fazeres coletivos. É necessário estar atento, ter cuidado com um possível fortalecimento da problemática de uma hierarquia entre as artes ao criar uma política das artes. E aí estamos falando do questionamento de valores arraigados, que mantêm subalternizadas algumas formas de arte e cultura, que reforçam as desigualdades existentes e dificultam o estabelecimento e a consolidação de uma sociedade efetivamente democrática.

Frente às discontinuidades, é necessário pensar o recomeço sim, mas a partir do acumulado. Vivemos um processo paradoxal, contraditório, de discontinuidades contínuas. Para forjar um futuro com

garantias efetivas de direitos culturais, é necessária a criação de novos instrumentos de fomentos: editais não são ferramentas efetivamente democráticas. De uma maneira geral, as coisas precisam ser revistas, mas também necessitam ser “re-ditas”, de maneira a atualizar a cena para os novos atores que estão chegando. Há uma lacuna na memória dessa participação-ação, que não está na história dos que chegam agora, mas que não pode ser perdida. Inúmeras lutas foram empreendidas, avanços foram obtidos, é urgente a reflexão sobre a partir de que ponto e sob que vieses se deve dar a retomada na direção da efetivação dos direitos e do estabelecimento de uma sociedade mais democrática.

*A insurgência do patrimônio*⁶

Francisca Mendes

A discussão sobre os dilemas para o Patrimônio Cultural no Brasil atual precisa considerar que o primeiro passo, antes de qualquer política pública, deve ser impedir o genocídio da população negra e indígena porque a cultura é fundamental para a construção da cidadania. Não é possível desconsiderar o cenário catastrófico que o país passou nos últimos anos, em relação à cultura, com a extinção de instituições, suspensão de editais, incêndios, assassinatos e como isso impactou em todas as áreas da cultura.

Os saberes e fazeres/manifestações não surgem como patrimônio, eles não nascem patrimônio. As práticas existem e em dado momento são declaradas como tal. Como selecionar, guardar e cuidar desse vasto patrimônio construído a partir de quem o faz e continua sendo um grande desafio. O patrimônio é o elo do passado com o presente, não é um repositório estático, é construído a partir de simbologias. Quem produz cultura é o povo, não é o Estado. Selecionar o que é representativo para fazer o vínculo e deixar para o futuro, compõem outro dilema, sobretudo diante dos atores preteridos nesse processo.

Assim, é consenso que as políticas públicas devem manter o que já é produzido socialmente, com o desafio de ampliar o acesso ao patrimônio e o reconhecimento do patrimônio negro, indígena e ameríndio. O que foi preservado até agora ainda é pouco. É preciso criar políticas públicas para tirar o atraso, mas não se faz isso só com o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). Ele não pode ser a única instituição. É preciso integrar estados e municípios e articular todos os sistemas, porque o patrimônio é um só. Retomar a formação do Sistema Nacional de Patrimônio Cultural, congregando todas as instâncias em uma estrutura aparelhada, com gente para atuar. Essa estrutura ainda não existe e, para criá-la, os estados e municípios precisam ser fortalecidos.

Também se faz urgente a criação de mecanismos de acompanhamento que sejam constantes, que aconteçam em todo o processo de patrimonialização e não apenas pelo reconhecimento. Precisamos do fortalecimento das instituições, da montagem do sistema nacional de cultura, da criação de mecanismos sociais de manutenção do patrimônio, da ampliação do acesso e do reconhecimento do patrimônio das classes populares.

O Estado tem que garantir a diferente representatividade e envolver instituições parceiras, mas o patrimônio não pode ser a única via de preservação para não se tornar uma estrutura excludente. A ausência dos atores é um dos maiores dilemas do processo. Não há como proteger se não houver um diálogo entre diferentes instâncias. A prática tem apontado diversas formas de diálogo entre as esferas de poder e os atores para avançar na discussão e nas ações, mostrando que política pública não é edital, é algo que se aprende permanentemente como as manifestações culturais.

E como fazer tudo isso diante da pluralidade que nosso país apresenta? Sem querer apresentar fórmulas prontas e sim contribuir para uma construção coletiva de possibilidades, talvez possamos começar tendo as “conversas difíceis”, reconhecendo as exclusões históricas

e olhando para trás para sabermos de onde viemos. Ainda nos falta refletir sobre essa pluralidade nas tomadas de decisões sobre as políticas sobre o patrimônio, que não pode ser algo previamente estabelecido sem ouvir a comunidade. Para preservar não basta conhecer, registrar ou inventariar. Como falar de patrimônio com quem precisa todo dia lutar para preservar a sua condição de existência? Ainda há a necessidade de representação das diversas comunidades tradicionais e parece que, até aqui, fizemos pouco em relação a quem ainda está invisibilizado.

Muito se fala e se sabe da importância da diversidade, mas como a comunidade pode passar de receptora a protagonista? Quem decide sobre o que deve ser preservado? Só se faz isso mexendo nas estruturas de poder. O patrimônio é um instrumento de poder. E as minorias precisam estar nos momentos de decisão, trazendo a diversidade e a pluralidade para a gestão, divulgação e promoção.

A política cultural tem que ser viva, haver reavaliação e acompanhamento dos registros, discutir os tombamentos. O registro de bens culturais trouxe outra experiência para o tombamento do patrimônio imaterial e isso pode ser estendido para o Sistema Nacional do Patrimônio Cultural, pensando numa gestão coletiva a partir de uma perspectiva transdisciplinar, pois só assim se pode entender as relações que operam na seleção e uso do patrimônio e nas memórias.

A legitimidade dos territórios deve ser dada por quem o ocupa e não pelo Estado. É um erro pensar que o Estado é quem preserva o patrimônio. Ele fortalece programas culturais para a realização das ações, pensa como operacionalizar a conservação e a gestão, mas isso só tem sentido se for construído pelos atores da manifestação cultural, pois tudo o que faz sentido para alguém, terá maiores chances de ser conservado.

*Formação no setor cultural: históricos e possibilidades*⁷

Deborah Rebello

O tema da formação tem sido uma demanda histórica no cenário de políticas culturais. É valoroso ponderar que, pensando no esforço de invenção do campo, a promoção de práticas artísticas e culturais teve como alicerce a educação. Outro elemento importante é que, mesmo com o desenvolvimento do setor, a criação de uma pasta exclusiva e com novas dinâmicas assolando as políticas públicas de cultura, ainda observamos, com cuidado e atenção, o diálogo entre estes campos irmãos: cultura e educação.

Logicamente, essa relação ganhou novas urgências e demandas na contemporaneidade. Como exemplo, é possível observar outras necessidades trazidas pela gestão e operação de políticas estruturantes, como o Sistema Nacional de Cultura (SNC). Tal contexto robusteceu a importância da formação como elemento essencial para a estruturação de políticas federalizadas, mas também reacendeu a questão de vinculação entre campos tão próximos historicamente, mas que ainda hoje enfrentam severas dificuldades de atuação conjunta.

É pertinente enfatizar que o diálogo proposto pelo painel resgatou a relação histórica entre esses dois campos, observando mais atentamente também como o cenário macropolítico enfrentado no Brasil nos últimos anos proporcionou impactos evidentes na atuação dos entes federados na execução de políticas públicas de cultura, salientando ainda mais a necessidade de se problematizar o lugar da formação em nosso setor. Com isso, o debate nos convidou, portanto, a refletir sobre a importância de ações formativas para o setor, bem como estratégias de capilarização em um vasto território como o brasileiro.

No que tange à análise de esforços formativos realizados na chave do fortalecimento do Sistema Nacional de Cultura (SNC), inúmeros exemplos foram apresentados, reportando a vasta experiência e preocupação

com a formação de agentes que dialoguem com as necessidades mais prementes do setor. Contudo, boa parte dos exemplos destacou o protagonismo do governo federal em ações de formação e capacitação que tivessem como pano de fundo o fortalecimento do SNC.

É necessário ponderar cuidadosamente em que medida o enfraquecimento da posição da união como *farol programático* trouxe também novos contextos para pensar a relação de formação no campo cultural. Por exemplo, o contexto recente, com a dinâmica de enfrentamento da pandemia da covid-19 e a aprovação das leis emergências, tendo destaque a Lei Aldir Blanc (LAB), ilustrou um novo grande paradoxo a ser enfrentado. Apesar de toda a questão de saúde pública sendo enfrentada e os múltiplos efeitos sentidos na sociedade – vidas perdidas, paralisação de atividades, desigualdades de oportunidade etc. –, a possibilidade de socorro representou um volume de recursos e um alcance talvez nunca visto no país. O que pintou com tintas ainda mais fortes a necessidade de aprimoramento e melhor entendimento do campo sobre o conceito de cultura, por exemplo.

A aplicação da LAB reforçou que muitos gestores possuem compreensão equivocada do que seja o campo de investimento em políticas de cultura e que muitos sequer reconheciam as práticas culturais de seus territórios. A observação sobre esta execução ilustra o que se debate no campo há bastante tempo: a necessidade evidente de oferecimento de qualificação e formação para gestores, como mecanismo essencial para a gestão democrática, ampla e inclusiva de políticas culturais. Afinal, ações formativas devem ser consolidadas como instrumentos de acesso e usufruto do direito à cultura.

Em alguma medida, o debate qualificado nos direcionou também para enfrentarmos o lugar das ações de formação em cultura como um mergulho atento entre a dicotomia da educação formal e da não formal. Considerando como premissa essencial a perspectiva da formação em cultura onde não há um modelo único, é possível pensar ações educativas com foco nas linguagens artísticas, no ciclo produtivo,

na percepção humanística e de valores, na troca de saberes e práticas, entre tantas outras frentes possíveis.

Da mesma maneira, é interessante refletir sobre a operacionalização destas ações. Há um número expressivo de instituições que desenvolvem tecnologias socioculturais de formação com experiências e práticas próprias. Elas atuam diretamente na vida de jovens e cidadãos e geram impactos nos territórios em que estão inseridas, dentro ou fora da estrutura governamental. Dentre o vasto conjunto de instituições e organizações destacou-se o protagonismo das universidades (federais, estaduais e municipais) neste processo, entendendo-as como instituições artístico-culturais, temática já debatida no setor cultural, mas que necessita de novas ponderações. Afinal, há que se percebê-las e fortalecer-las como múltiplos elos de uma grande rede, um grande sistema federal de ensino, um amplo cenário de soma ao desenvolvimento de programas e políticas artístico-culturais. É preciso vê-las com centralidade na formação, mas não apenas. Reconhecer a potência das universidades pode ser visto como uma escolha acertada de capilarização no território sem o estabelecimento de movimentos de distinção. Pelo contrário, há que se fortalecer a importância de formações com múltiplas origens e saberes, não adotando uma superioridade acadêmica em função de saberes tradicionais.

De fato, compreende-se que discutir formação dentro do escopo de políticas culturais deve ser visto como um elemento que supera a dimensão de capacitação de agentes (públicos e privados) para o uso de instrumentos ou o diálogo. É urgente alargar o papel das formações em cultura na disputa de valores no imaginário coletivo, reforçando a importância dos direitos culturais como elemento protagonista em nossa democracia.

*Uma roda de muitas conversas*⁸

João Guerreiro

Retomada, reconstrução e resistência. Essas três palavras estiveram ao fundo dos debates sobre o que podemos esperar para o campo audiovisual do país nos anos vindouros. Se a pandemia e, com a guerra cultural, o pandemônio se instalou no interior do campo cultural, o desmonte do setor cultural remete ao ano de 2017, no governo de Michel Temer. As demissões na Agência Nacional do Cinema (Ancine), iniciada com a saída do diretor-presidente Manoel Rangel, o mais longo diretor de uma agência reguladora, foi apenas o início de uma crise.

O ano de 2018 foi marcado pelo fim do fomento para o audiovisual. Um ponto já muito salientado pelos pesquisadores e por quem atua no setor foi a implementação da mudança na política dos editais, que passaram de fluxo contínuo para editais específicos em que o mérito deixou de ser levado em consideração, dando lugar a uma sobrevalorização do currículo e experiência de quem apresentava os projetos. Resultado: concentração de recursos para quem já atuava no mercado, implicando na perda de possibilidade de entrada de novos proponentes ainda sem experiência. Além disso, ocorreu a criminalização do setor audiovisual através do Tribunal de Contas da União (TCU).

Esses dois pontos são cruciais para entendermos o cenário do audiovisual brasileiro em 2023. Por um lado, os principais *majors*⁹ se aproveitaram de uma falta de definição sobre os direitos de coproduções e acabaram criando as suas verdadeiras “produções independentes”. Esse é um dos pontos que pode ajudar a explicar a concentração das produções e a baixa representatividade nas telas, ou seja, pouca diversidade de gênero, etnia, estética e de temas. Como salientado por Paula Gomes, essa concentração provocou um aprofundamento do abismo entre o Brasil real e o que a população vê nas diversas telas. Um dos desafios que se apresenta para o audiovisual portanto é: quais políticas públicas serão formuladas para que os *brasis se encontrem* e o público

retorne a ver as nossas produções nacionais. Inegável o avanço na Lei Paulo Gustavo¹⁰ e, principalmente, no Decreto de Fomento (Decreto nº 11.453/2024), ao incluir cotas e diversificado sistema de possibilidades de pontuações relacionadas à participação das minorias e do público LGBTQIA+. Porém, para avançarmos na união dos *brasis*, as equipes de roteiristas, escolha de elenco, entre outras áreas, têm que ser também diversa, de modo a garantir a diversidade de temas e atores/atrizes. E isso não é pouco.

A criminalização da Ancine pelo Tribunal de Conta das União (TCU) acabou por paralisar, em 2019, o setor. E, essa paralisação só não foi maior, contraditoriamente, por conta das produções das empresas estrangeiras e dos *streamings*. Retomando o desafio posto: como regulamentar esta atuação? Mas, conforme já apontado por Gabriel Pires, 2019 foi também um ano de resistência do setor, assim como de todo o campo cultural duramente atacado pelas forças conservadoras e de extrema-direita.

Os anos vindouros trazem esperanças para o setor audiovisual. Mas, os desafios se avolumam. A Constituição aponta para o direito cultural e diversidade na cadeia produtiva, enquanto as novas tecnologias de informação e comunicação (NTCI) permitem que um aparelho de celular subverta à máxima de Glauber Rocha: uma câmera de celular na mão e uma ideia na cabeça. Como fazer uma política de formação em audiovisual democrática que chegue nos territórios periféricos, escolas rurais e aponte para as ações micros, cotidianas? As NTCI possibilitam uma certa democratização da produção e do consumo. Cabe regularmos e criarmos regras para as grandes produtoras e produções.

Parece que vivemos um momento em que precisamos criar um ecossistema que tenha em mente políticas que favoreçam às empresas brasileiras de cinema, audiovisual, jogos eletrônicos, televisão, vídeo sob demanda e, ao mesmo tempo, articulem o setor. Afinal de contas temos que construir um mercado de produtos de bens simbólicos nacionais, como bem salientou Paulo Alcoforado.

Retomar e reconstruir o campo audiovisual deve ir além da resistência. Os desafios de 2023 são maiores do que 2016. Porém, temos que criar novas respostas e construir novas políticas. Temos o passado como memória, com um olhar para o futuro com expectativa de avanço.

A nova gestão da Ancine deve vir ainda em 2024 e cabe a ela ser a protagonista do debate sobre uma nova política do audiovisual. As esperanças e expectativas são maiores que os desafios. Mãos à obra com muitas ideias nas cabeças.

*Territórios entrelaçados: federalismo, desenvolvimento cultural e democracia no Brasil*¹¹

Luana Vilutis

Debater os desafios e perspectivas atuais de um pacto federalista no Brasil com foco no desenvolvimento cultural demanda uma abordagem crucial: considerar o contexto frágil da democracia brasileira e destacar o papel central do território. Aqui, a intersecção entre federalismo e desenvolvimento cultural é vista em uma perspectiva sistêmica e descentralizada, vital para o aprofundamento democrático, o que implica na redução das desigualdades e na promoção da diversidade cultural.

É essencial compreender como a interação entre federalismo e desenvolvimento contribui para a gestão compartilhada e a distribuição equitativa de direitos e oportunidades em uma sociedade hiperconectada, onde a juventude se torna cada vez mais desterritorializada.

Em um contexto em que a democracia está ameaçada e o espectro de golpes é uma realidade latente, as questões críticas que surgem na intersecção entre federalismo e desenvolvimento cultural concernem diretamente ao território e estão intrinsecamente ligadas ao direito à

vida das comunidades indígenas e da população preta, pobre e periférica, especialmente os jovens.

Nessa defesa pela vida, pelos saberes ancestrais e pelo direito ao território e à memória, a dimensão municipal assume extrema relevância. É nos territórios locais, nas periferias e comunidades nas quais a vida cultural pulsa, mas também é violentamente reprimida e ceifada.

Ao promover o direito à cultura e fomentar a diversidade cultural, o pacto federativo destaca a importância da participação social dos diversos atores políticos que compõem a multiplicidade de territórios, com suas necessidades, disputas e potencialidades.

Tornar as políticas culturais acessíveis e permeáveis a esses territórios e populações historicamente invisibilizados é uma forma de garantir o direito à cultura como direito humano, além de ser um exercício político e pedagógico fundamental para a eficácia das políticas culturais.

Ao envolver os territórios, o Sistema Nacional de Cultura (SNC) se fortalece, aprimora o alcance e eficiência das políticas culturais; exercita a transversalidade da cultura e amplia sua capacidade de diálogo com outros agentes e políticas sociais diversas. O estímulo à colaboração e à valorização da diferença, por meio da ampliação da equidade e da redistribuição das ações públicas, torna-se objetivo primordial nesse processo de ampliação sistêmica e capilarizada do SNC.

Isso ressalta a importância de promover uma estrutura de participação social na cultura e de ampliar a participação cultural na sociedade, mobilizando diferentes regiões do país com amplo reconhecimento e valorização culturais.

Na perspectiva do desenvolvimento territorial, o caráter endógeno da riqueza cultural é altamente valorizado, enquanto estímulo ao sentido de pertencimento e preservação de identidades, sem deixar de manifestar a importância do intercâmbio e da troca, do diálogo e da produção colaborativa. A atuação em rede e a criação de consórcios na

área cultural são ferramentas estratégicas que podem ampliar o alcance das políticas públicas na área e o potencial cultural dos territórios.

Essa articulação território-rede é fundamental tanto para o êxito do desenvolvimento, quanto do federalismo, em termos de sua capilaridade, diversidade e criatividade. Enquanto os municípios são peça-chave no federalismo por permitirem leituras sensíveis das idiossincrasias territoriais e oferecerem respostas contextualizadas e criativas aos desafios locais, o ganho de escala das políticas culturais acontece com qualidade quando o Estado passa a operar em rede e articula estados e União com os municípios em uma lógica sistêmica. Para tanto, o debate em torno da articulação federativa e da superação do sombreamento existente na distribuição de responsabilidades e atribuições entre os três entes federados no campo cultural é urgente e necessário para o aprofundamento democrático e o êxito das políticas culturais. Estimular o papel indutor do Governo Federal nas políticas culturais e respeitar a autonomia dos estados e municípios são princípios orientadores do pacto federalista e constituem valores culturais que guiam a política.

É nesse tripé: federalismo, desenvolvimento e democracia que uma nova cultura política pode ser forjada, com o compromisso de fomentar a sustentabilidade dos territórios, promover a autodeterminação das populações locais, mobilizar um envolvimento comum, por meio do diálogo e da convivência de campos opostos.

Em suma, a interconexão entre federalismo, desenvolvimento cultural e democracia no Brasil não apenas requer uma abordagem abrangente e interativa, mas também oferece uma oportunidade valiosa para fortalecer os fundamentos democrático da nossa sociedade. Ao reconhecer a importância central do território, promover a participação social e valorizar a diversidade cultural, podemos cultivar uma cultura política renovada. Esse compromisso compartilhado, baseado no diálogo e na cooperação, é crucial para construir um futuro mais equitativo e solidário no Brasil.

*Alguns comentários sobre diversidade, identidade e transversalidade*¹²

José Márcio Barros

Este texto não tem a pretensão de sintetizar o rico debate realizado no contexto da mesa “Diversidade e transversalidades culturais”, mas evidenciar algumas questões suscitadas a partir das diferentes falas. Em publicação de 2015, intitulada *Universalismo e diversidade: contradições da modernidade-mundo* (Editora Boitempo, 2015), Renato Ortiz sinaliza que a diversidade cultural se transformou numa espécie de emblema do mundo e da vida contemporânea. Entretanto, essa figura/conceito emblemática é carregada de ambiguidades e paradoxos.

As compreensões e as explicações sobre as diferenças culturais remontam à Antiguidade e expressam ao longo do tempo, e até a atualidade, desafios e disputas tanto epistemológicas quanto políticas e econômicas.

Afinal, sempre refletiram a maneira como a relação entre iguais e diferentes se configuram como um campo de disputas políticas sobre a produção de sentidos e significações. São disputas no campo das ideias que se desdobram em ações concretas ora de reconhecimento, ora de apagamento; ora de inclusão, ora de discriminação e exclusão.

A temática da diversidade cultural possui em seu próprio âmbito conotações diferentes e divergentes que expressam de forma otimista a possibilidade de encontros, trocas e diálogos entre diferentes, mas que também manifestam processos de dominação, violência física e simbólica, além de um uso discursivo, por vezes vazio e protocolar sobre a temática.

Não há como debater a diversidade cultural sem o enfrentamento da complexa e frágil relação entre diferenças, desigualdades, equidade e pluralidade. E é exatamente essa relação que parece ficar ausente, ou pelo menos, secundarizada, quando a pauta é a diversidade e as identidades.

Essa ausência vem alimentando, no campo social progressista brasileiro, um embate que, de acordo com vários pensadores e ativistas, precisa ser superado e ampliado: a oposição entre aqueles que defendem e se comprometem com narrativas e disputas identitárias, em oposição àqueles que em nome da diversidade, criticam e acusam tais posturas como essencialistas e equivocadas.

Não há pior contribuição ao momento atual de reconstrução da democracia brasileira do que este embate que produz, no interior das forças progressistas, divisões e enfraquecimento. Precisamos avançar no enfrentamento daquilo que é mais urgente e necessário na sociedade, a superação da histórica e estrutural desigualdade econômica e social.

Como afirma Silvio Almeida, filósofo, professor e atual ministro dos Direitos Humanos e da Cidadania do Brasil, o foco na perspectiva identitarista é marca da extrema direita brasileira e mundial em seu discurso e práticas supremacistas. Como nos alerta, é necessário, contudo, reconhecer a legitimidade da pauta identitária nos setores sociais, especialmente aqueles marcados pela étnico-racialidade e questões de gênero. A luta identitária constitui-se como uma luta por existência, reconhecimento e acesso às políticas públicas. As esquerdas progressistas em suas diversas matizes ideológicas que não percebem tal importância, não compreendem a realidade, sentencia Almeida.

Nesse sentido, a acusação feita por alguns setores de que a pauta identitária obscurece e secundariza as pautas efetivamente transformadoras e emancipadoras desconhece as condições efetivas de vida de grande parte da população que vive a perversa transformação das diferenças em desigualdades.

A interseccionalidade, entendida como dispositivo analítico, nos convida a entender que etnia, gênero, orientação sexual, faixa etária são dimensões inter-relacionadas e que se afetam mutuamente. Pautas de reconhecimento das chamadas minorias são, na verdade, pautas da

grande maioria da população brasileira que vive sob a opressão dessas várias camadas discriminatórias.

Insistir nessa dicotomia entre universalismos transformadores e particularismos de reconhecimento, pode se transformar numa perigosa contribuição para um retrocesso político.

Em primeiro lugar, pelo fato de que tais disputas enfraquecem a urgente unidade política que as causas sociais demandam, mas que podem, em última instância, fortalecer exatamente o projeto político conservador de grupos reacionários.

Em segundo lugar, pelo fato de que falar de identidade não é afirmar a existência de essências permanentes, mas processos relacionais de identificação e reconhecimento produzidos nos eixos espaço-temporais que tanto instituem o Eu quanto o Outro. Isso nos convida a pensar que a luta pelo reconhecimento de identidades deve ser, inevitavelmente, a luta pela diversidade, entendida como algo que se alimenta das diferenças, mas que almeja a equidade e a pluralidade. Equidade, aqui compreendida, como o direito à igualdade sem o apagamento das diferenças, chave para o enfrentamento das desigualdades, ponto primordial para a construção de uma sociedade justa, pré-requisito para a consolidação de uma sociedade pluralista.

Em terceiro lugar, como nos ensina a corrente dos estudos culturais, não há como dissociar a dimensão simbólica das condições materiais de existência. Esse imbricamento é um convite incisivo à necessidade de se agregar diferentes pautas em torno de causas que simultaneamente são a expressão de lutas particulares, mas também de questões de ordem geral e universal.

Simples? Certamente não. Mas alternativas existem e a mais urgente delas é o abandono de perspectivas e práticas simplistas e lineares, seja de um lado ou de outro, dessa equação e enfrentamento.

Convoco aqui o pensamento complexo, não a título de apaziguamento superficial de disputas político narrativas, mas no intuito de contribuir para o avanço das lutas que nos unem em torno dos direitos

e da cidadania. Uma matriz que pode nos ajudar a somar e multiplicar, na medida em que se compreenda a contínua interação, convergência e divergência de sistemas e fenômenos.

Como nos invoca Edgar Morin, o pensamento complexo possibilita a elaboração de saberes e práticas que permitem buscar novas formas para se entender a complexidade dos sistemas e como lidar com elas.

Destaco aqui, a título de contribuição ao debate e à busca de superação dos efeitos desagregadores deste embate, três princípios básicos:

- a perspectiva da interconectividade, que indica que tudo está ligado a tudo e que agir nas áreas de conexão produz efeitos no todo sem desconsiderar as partes;
- a perspectiva da intersubjetividade, que nos convida a reconhecer que fazemos parte de nossos objetos e estes nos constituem como sujeitos, com acionamentos cognitivos tanto individuais quanto coletivos;
- e a perspectiva dialética, que nos obriga a pensar na existência de contradições superáveis pelas lutas mais cotidianas e os paradoxos que demandariam mudanças de modelos e paradigmas.

A transversalidade, aqui entendida como possibilidade de uma simetria e equilíbrio construídos pelo cruzamento e atravessamento, instala-se neste debate não como modismo discursivo gerencial, mas como tática de fortalecimento pragmático das lutas sociais.

Refere-se a uma ruptura ideológica e epistemológica que possa nos unir em nossas diferenças e não apesar delas. Uma opção política e epistemológica e, portanto, cultural, para um novo regime de conhecimento e ação, marcado pela abertura para a mútua cooperação, com toda imprevisibilidade das consequências desses processos.

Transversalidade não é uma mera técnica de entrelaçamento de conteúdos e práticas, mas uma máxima aproximação entre modelos de representação e ação que se contaminam produzindo configurações de

conhecimentos e práticas híbridas, colaborativas e renováveis, e, por tudo isso, potencialmente transformadoras.

Para além da defesa do Eu ou a condenação do Outro, o desafio parece ser a reconstrução de um Nós que agregue a diversidade de sujeitos e grupos sociais efetivamente interessados e comprometidos com a democracia e o enfrentamento da desigualdade em nosso país.

Um desafio não de definição que nos deixe confortáveis, mas de abertura generosa e provocadora ao diverso, ao ainda não conhecido ou aos novos resultados da interação entre os diferentes.

Viva a identidade, ampliada na perspectiva da diversidade e da transversalidade!

Conclusão: uma agenda que se retroalimenta

Guilherme Varella

O XIX Enecult evidenciou a preocupação de que a retomada das políticas culturais no Brasil se dê em uma perspectiva democrática atualizada. As reflexões trazidas pelos observadores demonstram como o quadro conjuntural, de retomada do Ministério da Cultura (MinC) após um período de recesso da democracia de grave crise da cultura, determina a embocadura de projeção das novas (e antigas) políticas públicas. Tanto a agenda político-institucional renovada, atualizada, insurgente pós-pandemia, quanto aquela “clássica”, estruturante, ainda defasada e temporalmente persistente, ambas demandam uma implementação não alheia à manutenção da democracia, a despeito ou distante dela. A implementação é sobretudo em virtude e como propósito da vitalidade democrática.

Nessas circunstâncias, é importante ressaltar que o desenvolvimento da agenda democrática das políticas culturais não se configura apenas uma forma de pensar a atuação do Estado na cultura. Trata-se também da forma de elaborar, angular, enfatizar e qualificar a própria

agenda de pesquisas no campo das políticas culturais, que inevitavelmente passam a incorporar os elementos – teóricos, conceituais, metodológicos, empíricos – de análise da democracia ao programa próprio dos estudos em políticas culturais, com sua diversidade e especialidade de temas.

Se a democracia, pelo imperativo conjuntural, é o ponto de partida, parecem existir dois pontos de atravessamento horizontal dos debates.

O primeiro deles é a questão federativa – ou, em sentido mais amplo, federalista –, que ganhou força nos primeiros anos da década de 2020. A ausência do Executivo Federal na cultura, ou, melhor dizendo, sua presença ativa e destrutiva, gerou um forte movimento de reordenação política do campo institucional público, configurado pela aglutinação de estados e municípios em favor das preservação e da formulação de políticas culturais, sobretudo em função da crise trazida pela pandemia. O processo apontou com veemência uma demanda antiga, a partir de uma premência nova: a necessidade de coordenação federativa e de melhor distribuição das responsabilidades entre os entes federados. A sublevação das pautas territoriais, como os custos do fazer cultural em determinadas regiões e as especificidades locais que demanda, além da especialização das políticas públicas, o trabalho cooperativo de União, estados e municípios; a crise pelo esvaziamento das instâncias da participação social; e a execução das leis de financiamento emergencial – Lei Aldir Blanc (LAB) e Lei Paulo Gustavo (LPG) – ocupando um espaço “material” que o recém-regulamentado SNC nunca chegou a ocupar na arquitetura federativa; os setores em que essa articulação é primordial, como patrimônio, museus e linguagens artísticas: todos estes aspectos dão o tom da presença transversal do tema.

Algo que também pode se refletir na atualização da agenda de pesquisa sobre federalismo cultural, que inclui os direitos culturais, a institucionalidade e a gestão da cultura – a exemplo do próprio Plano Nacional de Cultura, que deve ser reformulado para a nova vigência de dez anos, a partir de 2024.

O segundo ponto diz respeito à presença intensiva e ostensiva das questões ditas identitárias. A insurgência das pautas relativas às questões raciais, de gênero, LGBTQIA+ e, e um universo mais amplo, de acessibilidade, configuram uma agenda penetrante horizontalmente em praticamente todos os temas de debate. Em alguns, isso é mais evidente. É patente que na mesa sobre diversidade e transversalidades culturais isso seria uma questão central, justamente para abrir a discussão sobre os contornos da pauta da geração de equidade na agenda das políticas culturais. Todavia, o assunto reivindica destaque também em todas as outras temáticas, nas discussões relativas às linguagens, segmentos e setores. Nas artes, no difícil debate sobre patrimônio, sobretudo o imaterial, na compreensão do que é formação cultural, na dinâmica museológica, na organização territorial, nas culturas populares e tradicionais, na economia da cultura – e no seu financiamento – e na própria disputa ideológica, vide o processo de perseguição e censura sofrida nos últimos anos por artistas e obras que traziam o enfrentamento moral, racial e de gênero em suas temáticas. Um fenômeno que persiste na atualidade.

A constatação é de que o debate sobre as identidades e a equalização das condições para a vida cultural entre todas elas deixa de ser uma agenda incidental para se tornar um “lugar” no debate sobre políticas culturais. A discussão que permanece, portanto, é o de que lugar é este? Ele antecede, em qualquer espaço, a especialização do debate sobre as políticas culturais? Ele é mais um elemento que compõe o programa das políticas culturais e de artes, assim com os demais? Ou ele é uma pauta própria, no universo de assuntos que compõem o quadro programático, devendo ser tratado de forma autônoma nas instâncias de participação, proposição e estudos sobre as políticas culturais? É tudo isso junto? Como operacionalizar e qualificar? São indagações e provocações que ficam para o aprofundamento do debate.

Assim como permanecem as demais reflexões das pessoas observadoras acerca da origem e do destino da agenda que debateu no

vasto campo de pesquisa sobre as políticas culturais. Assim como o Ministério da Cultura, em sua refundação pós-traumática, passa (e deve passar) por uma atualização programática de sua agenda político-institucional, a universidade e todos os agentes, fora dela, dedicados à pesquisa, procuram a nova angulação de seus objetos de estudos. É uma compatibilização importante para o acompanhamento, a avaliação e a própria eficiência na implementação das políticas. Tal atualização, pelo Estado, convoca o pensamento crítico. Assim como o campo acadêmico e intelectual se beneficia como indução de novas linhas de pesquisas e abordagens, além da recuperação do tônus em outras, já conhecidas.

A nova política nacional de cultura deve transbordar, fornecer novas demandas e materiais de pesquisas e propor caminhos de investigação. A pesquisa deve incorporar estes novos “sentidos” e contribuir para a formulação e o alcance de políticas públicas mais consistentes e institucionalmente arraigadas no campo da cultura. O que os textos aqui reunidos, produtos da observação do XIX Enecult, demonstram é que claramente a agenda político-institucional e a agenda acadêmica se retroalimentam, de maneira imprescindível para o futuro das políticas culturais no Brasil.

Notas

- 1 A pandemia global de covid-19 assolou o Brasil de março de 2020 até o segundo semestre de 2022, entre fases mais leves e agudas. Durante esse período, o convívio público foi, em grande parte, eliminado, muitos setores do comércio fechados e as aulas da universidade, suspensas. O setor cultural foi dos primeiros a paralisar suas atividades e foi dos últimos a retornar, gerando grande prejuízo para o setor. Situação agravada pelo cenário de desmonte das políticas públicas de cultura, com a extinção do Ministério da Cultura (MinC), em janeiro de 2019. O número de mortos pela doença no País atingiu a marca de 711.964, conforme dados oficiais: <https://covid.saude.gov.br/>.
- 2 Texto de observação sobre a mesa inicial do evento, intitulada: “Democracia e disputas ideológicas no campo da cultura”, ocorrida no dia 23/8, às 9h. Ela teve como expositor Márcio Tavares, secretário executivo do MinC, e como pessoas debatedoras a professora e pesquisadora da UFBA, Ana Maria Fernandes; a vereadora da cidade de Salvador Laina Crisóstomo

(Partido Socialismo e Liberdade – PSOL), o vereador de Salvador, Sílvio Humberto (Partido Socialista Brasileiro - PSB), e Javier Alfaya, Secretário Nacional de Cultura do PCdoB. O professor da UFBA Albino Canelas Rubim coordenou a mesa. A observação foi de Alice Pires. Programação da mesa: <https://cult.ufba.br/enecult/ Mesa-democracia-e-disputas-ideologicas-no-campo-da-cultura/>

- 3 O período de governo Lula foi de 2003 a 2009. Dilma assumiu em janeiro de 2010, permanecendo como presidenta até seu *impeachment*, em abril de 2016.
- 4 De janeiro de 2019 a dezembro de 2022.
- 5 Texto de observação sobre a mesa “Políticas para as artes: compreensões e desafios”, ocorrida no dia 23/8/2023, às 15h. Ela teve como pessoas expositoras: Carmen Luz (Multiartista, curadora e pesquisadora em dança), Cacá Machado (professor e membro da Diretoria de Cultura/Unicamp) e Maria Marighella (presidenta da Funarte/MinC). As pessoas debatedoras foram: Gordo Neto (representante da Casa Preta/Fórum das Artes); José Eduardo Ferreira (coordenador do Acervo da Laje) e Matias Santiago (integrante do Balé Jovem de Salvador). A professora da UFBA Gisele Nussbaumer fez a mediação da mesa. A observação foi realizada por Lia Calabre. Programação da mesa: <https://cult.ufba.br/enecult/ mesa-politicas-para-as-artes-compreensoes-e-desafios/>
- 6 Texto de observação sobre a mesa “Dilemas para o Patrimônio Cultural no Brasil”, ocorrida no dia 24/8/2023, às 9h. As pessoas expositoras foram: Hermano Fabrício O. Guanais Queiroz (superintendente do Iphan-BA), Márcia Sant’Anna (professora da UFBA) e Mirella Araújo (diretora do IBRAM). As pessoas debatedoras foram: André Soares (professor da UFSM), Mona Nascimento (pesquisadora da UFBA) e Neivalda Oliveira (professora da UNEB). A mesa foi coordenada pelo professor da UFBA José Roberto Severino. A observação foi de Francisca Mendes. Programação da mesa: <https://cult.ufba.br/enecult/ mesa-dilemas-para-o-patrimonio-cultural-no-brasil/>
- 7 Texto de observação sobre a mesa “Desafios para a formação em cultura”, ocorrida no dia 24/8/2023, às 15h. As pessoas expositoras foram: Fabiano Píuba (secretário de Formação, Livro e Leitura do MinC) e Isaura Botelho (pesquisadora). As pessoas debatedoras foram: Beth Rangel (professora da UFBA), Daniele Canedo (professora da UFRB), Fernando Mencarelli (professor da UFMG) e Vanda Machado (pesquisadora do FORMACE/FACED/UFBA). A mesa foi coordenada pela pesquisadora do CULT-UFBA Ângela Andrade. A observação foi de Deborah Rebello. Programação da mesa: <https://cult.ufba.br/enecult/ mesa-desafios-para-a-formacao-em-cultura/>
- 8 Texto de observação sobre a roda de conversa “Perspectivas para o audiovisual brasileiro”, ocorrida no dia 24/8/2023, às 19h. As pessoas participantes foram: Gabriel Pires (integrante do NordesteLAB), Paula Gomes (membra do Coletivo Plano 3 Filmes) e Paulo Alcoforado (Diretor da Agência Nacional do Cinema - Ancine). A mesa foi coordenada pela professora da UFBA Ohana Boy. A observação foi de João Guerreiro. Programação da roda de conversa: <https://cult.ufba.br/enecult/ roda-de-conversa-perspectivas-para-o-audiovisual-brasileiro/>
- 9 Nos referimos aqui não apenas às empresas estadunidenses como a Disney, Warner, mas, também, a Globo, entre poucas outras.

- 10 Lei Complementar nº 195/2022 representa o maior investimento direto já realizado no setor cultural do Brasil e destina R\$ 3,862 bilhões para a execução de ações e projetos culturais em todo o território nacional. Disponível em: [https://cult.ufba.br/enecult/mesa-federalismo-e-desenvolvimento-da-cultura/](https://www.gov.br/secom/pt-br/aceso-a-informacao/comunicabr/lista-dos-programas/lei-paulo-gustavo#:~:text=A%20Lei%20Paulo%20Gustavo%20(Lei,em%20todo%20o%20territ%C3%B3rio%20nacional. Acesso em: 5 abr. 2024.11 Texto de observação sobre a mesa “Federalismo e desenvolvimento da cultura”, ocorrida no dia 25/8/2023, às 9h. As pessoas expositoras foram: Cláudia Leitão (professora da UECE), Juca Ferreira (assessor do BNDES), Roberta Martins (secretária dos Comitês de Cultura do Minc). As pessoas debatedoras foram: Alexandre Barbalho (professor da UECE), Carmen Lima (professora da UNEB) e Carlos Paiva (assessor do MinC). A mesa foi coordenada pela professora da UFBA Renata Rocha. A observação foi de Luana Vilutis. Programação da mesa: <a href=).
- 12 Texto de observação sobre a mesa “Diversidade e transversalidades culturais”, ocorrida no dia 25/8/2023, às 15h. As pessoas expositoras foram: Carol Barreto (professora da UFBA), Georganes Isaac (artista do Coletivo das Liliiths), Jerry Matalawê (coordenador de Políticas para Povos Indígenas da Sepromi-BA), João Jorge Rodrigues (presidente da Fundação Cultural Palmares) e Symmy Larrat (secretária da SLGBTQIA+ do MDHC). A mesa foi coordenada pelo professor da UFBA Leandro Colling. A observação foi de José Márcio Barros. Programação da mesa: <https://cult.ufba.br/enecult/mesa-diversidade-e-transversalidades-culturais/>.

Guilherme Varella

Professor da Universidade Federal da Bahia (UFBA).

Alice Pires

Professora da Universidade Salvador (Unifacs).

Lia Calabre

Professora do Mestrado Profissional Memória e Acervos (PPGMA) da Fundação Casa de Rio Barbosa (FCRB), e do Mestrado em Cultura e Territorialidades (PPCult) da Universidade Federal Fluminense (UFF)

Francisca Mendes

Professora da Universidade Federal do Ceará (UFC).

Deborah Rebello

Professora da Universidade Federal do Paraná (UFPR).

João Guerreiro

Professor do Instituto Federal do Rio de Janeiro (IFRJ).

Luana Vilutis

Pesquisadora do Centro de Estudos Multidisciplinares em Cultura (CULT-UFBA).

José Márcio Barros

Professor da Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG) e da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC-MG).



COLEÇÃO CULT

Parte 1

Democracia e disputas ideológicas no campo da cultura



Democracia e disputas ideológicas no campo da cultura

*Antonio Albino Canelas Rubim**

A relação entre democracia e disputas político-culturais-ideológicas existe a bastante tempo e toma diferentes modalidades de efetivação. Ela indica que a democracia comporta imanente um componente de conflito. A existência de alternativas em disputa compõe o âmago mesmo da vida democrática. Por conseguinte, tal temática se mostra vital para imaginar os desafios da contemporaneidade no mundo e no país.

A tradução da disputa no cenário brasileiro recente, associado ao século XXI, aponta para situações diferenciadas. Nos governos petistas, sempre acusados pelos setores de direita e de extrema-direita de ideológicos, o que se viu foi uma espécie de

* Pesquisador do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e do Centro de Estudos Multidisciplinares em Cultura (CULT), professor do Programa Multidisciplinar de Pós-Graduação em Cultura e Sociedade, Pós-Cultura da Universidade Federal da Bahia (UFBA), ex-secretário de cultura da Bahia.

déficit de atuação na disputa político-cultural-ideológica por parte não só do governo, como também dos agentes que o apoiavam, em especial os posicionados à esquerda, para os quais a disputa político-cultural-ideológica tem merecido atenção na história, em termos internacionais e nacionais. A crença de que as mudanças da situação socioeconômica, acontecidas em proporções significativas, bastariam para gerar automaticamente uma posição favorável prevaleceu. Tal interpretação economicista dominou em muitos âmbitos do governo e de seus apoiadores, inclusive de esquerda.

O exemplo mais notório dessa atitude poder ser observado no relativo ao tema da ascensão social ocorrida naqueles governos. Algo em torno de 30 a 40 milhões de pessoas mudaram de vida, com ascensão em seus padrões na sociedade, ainda que o fenômeno não possa ser entendido pelo acionamento equivocado do termo classe média, por vezes então utilizado. A ascensão de 30 ou 40 milhões de pessoas significa a mobilidade de quase toda população da Argentina ou da Colômbia, os dois países mais populosos da América do Sul depois do Brasil, só para se ter uma ideia da imensidão da mudança em termos regionais e mundiais.

Diferente da suposição vigente, a ascensão pode ser interpretada por narrativas, não só diversas, mas até mesmo contrapostas e excludentes. Para lembrar algumas explicações possíveis, pode-se pensar que a ascensão é resultado: 1. Do esforço de cada indivíduo, em uma versão meritocrática e carregada de um individualismo, fortemente estimulada pelo neoliberalismo; 2. Do apoio transcendente da divindade, em uma visão religiosa-fundamentalista, em especial alicerçada na teologia da prosperidade; 3. De políticas públicas desenvolvidas pelo governo, em uma perspectiva mais politizada. Outras possibilidades interpretativas poderiam ser nomeadas, mas as três bastam para efeitos do argumento aqui desenvolvido. Pesquisas realizadas demonstraram que a ampla ascensão não foi interpretada por muitos segmentos da

população como decorrente de políticas públicas, o que aponta para o equívoco da concepção economicista.

O golpe de 2016, transfigurado de *impeachment*, possibilita a emergência de uma postura radicalmente diferente, em especial na gestão Messias Bolsonaro. A disputa de narrativas torna-se explícita e vigorosa. Ela toma a forma de guerra cultural. A noção de guerra cultural tem seu itinerário recente inaugurado nos Estados Unidos e sua história mais longa é devedora do fascismo/nazismo. A guerra cultural bolsonarista, já inscrita no seu discurso de posse, pretende destruir as culturas democráticas/emancipatórias, englobadas no termo elástico e inventado de “marxismo cultural”, tornando os adversários em inimigos para os aniquilar. O chamado “marxismo cultural” reúne, de modo aleatório, o marxismo gramsciano; a teoria crítica da Escola de Frankfurt; os pensamentos feministas; as formulações antirracistas; as concepções contra a homofobia; as cosmovisões dos povos originários; o politicamente correto e todos as noções e teorias, que sejam consideradas contestadoras.

A guerra cultural bolsonarista não se reduz a essa dimensão destrutiva, ela busca, em simultaneidade, impor uma monocultura autoritária, que não permite debates e/ou contestações, ainda que possa adquirir diversas tonalidades: fascistas, negacionistas, terraplanistas, supremacistas, fundamentalistas etc. Ainda que a dimensão destrutiva tenha sido a prevalescente na gestão Messias Bolsonaro, não se pode esquecer que a guerra cultural combina, mesmo em desenvolvimento desigual, dois momentos fundamentais: destruição e imposição.

Cabe lembrar que a guerra cultural se caracteriza por sua pretensão de transformar os adversários em inimigos, visando sua destruição. Ela possui inerente um caráter não só autoritário, mas eminentemente fascista, que pretende resolver o conflito pela violência simbólica e física. Nessa perspectiva, a guerra cultural se diferencia de modo radical da disputa política-cultural-ideológica que se fundamenta no respeito à pluralidade e à diversidade e no reconhecimento do adversário, do

conflito e da disputa como legítimos e momentos imanentes à própria vida democrática. Assim, cabe diferenciar e distinguir guerra cultural e disputa político-cultural-ideológica como dispositivos que não podem nunca ser considerados idênticos.

A conjuntura político-cultural vivida no ano 2023, com a vitória eleitoral de Lula para presidência e sua posse em primeiro de janeiro, mesmo depois da tentativa de golpe de 8 de janeiro, não está moldada apenas pela guerra cultural bolsonarista, que persiste ainda que abalada. O campo cultural brasileiro reagiu à gestão Messias Bolsonaro seja, inicialmente, resistindo de modo disperso aos ataques engendrados contra fazedores e instituições culturais, seja, mais adiante, com o movimento mais articulado pela conquista das recentes leis da cultura: as emergenciais Aldir Blanc I e Paulo Gustavo e a plurianual Aldir Blanc II. Tais lutas, aparentemente inviáveis e inesperadas em um contexto tão adverso ao campo cultural, pela conjunção perversa entre pandemia e pandemônio, não só denunciavam a situação dramática vivida pelos fazedores e instituições culturais, como também e principalmente, elas conquistaram vitórias surpreendentes, ampliando como nunca o orçamento da cultura; articulando o campo cultural; sensibilizando o parlamento e derrotando a gestão Messias Bolsonaro em três oportunidades, inclusive derrubando os vetos presidenciais. As conquistas alcançadas e a politização do campo cultural, inclusive com sua participação ativa na campanha eleitoral, moldaram a agenda da conjuntura de 2023, na qual a cultura passou a ter lugar de destaque.

O contexto político-cultural-ideológico traçado demandou que o Centro de Estudos Multidisciplinares em Cultura (CULT) no seu XIX Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura (Enecult) colocasse o tema na agenda e na programação do encontro especial, destinado à discussão do tema *Culturas para um novo Brasil*. Nessa perspectiva, foi elaborada a seguinte ementa para balizar o debate.

A mesa-redonda discute as disputas ideológicas imanentes à vida democrática e, em especial, aquelas acionadas nos processos

de transformação da sociedade, inclusive os concebidos como radicalização da democracia, com a superação da democracia restrita e a construção da democracia ampliada em toda sociedade. Na atualidade, autoritarismos, intolerâncias e ataques à democracia contaminam o mundo neoliberal, cada vez mais desigual. No Brasil recente, o ódio fabricado, mesmo antes do golpe de 2016, e a guerra cultural, empreendida pela gestão Bolsonaro, dentre outros dispositivos, colocaram na agenda política o tema da disputa ideológica. Hoje, algumas questões se impõem: como proceder frente à disputa ideológica? Como traçar movimentos democráticos e legítimos de luta ideológica? Como travar a disputa ideológica em sociedade tão desigual? Como um governo democrático deve agir na disputa ideológica? Como lidar com a disputa ideológica no campo da cultura? Para além delas, cabe indagar: quais as medidas efetivas do governo atual no registro da disputa ideológica? Como elas têm se efetivado? Como as políticas culturais democráticas em curso incorporam ou não a disputa ideológica? Essas e outras questões afins devem balizar o universo de debates da mesa-redonda.

Referências

AVRITZER, Leonardo. *O pêndulo da democracia*. São Paulo: Todavia, 2019.

BRANDÃO, Sandra (org.) *Brasil: cinco anos de golpe e destruição*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2021.

COLLING, Leandro; SAMPAIO, Adriano (org.). *A cultura em tempos sombrios*. Salvador: Edufba, 2022.

DUARTE, Luisa. *Arte, censura, liberdade: reflexões à luz do presente*. Rio de Janeiro: Cobogó, 2018.

MOREIRA, Rafael; SPADA, Lincoln. *O fim do Ministério da Cultura: reflexões sobre as políticas culturais na era pós-MinC*. São Paulo: Imaginário Coletivo, 2022.

MORIN, Edgar. *Culture et barbarie européennes*. Paris: Bayard, 2005.

- ROCHA, João Cezar de Castro. *Guerra cultural e retórica do ódio*. Goiânia: Editora Caminhos, 2021.
- RUBIM, Antonio Albino Canelas. La acción político-cultural de la administración Messias Bolsonaro. *Alteridades*, México, v. 60, p. 9-20, 2020.
- RUBIM, Antonio Albino Canelas. Balanço político-cultural do governo Bolsonaro. In: RUBIM, Antonio Albino Canelas; TAVARES, Márcio (org.). *Cultura e política no Brasil atual*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2021. p. 37-55.
- RUBIM, Antonio Albino Canelas. El pandemio como estrategia político-cultural en Brasil. *Comunicación y Medios*. Santiago, v. 30, n. 44, p. 82-92, 2022.
- RUBIM, Antonio Albino Canelas. *Políticas culturais: diálogos possíveis*. São Paulo: Edições Sesc São Paulo, 2022.
- RUBIM, Antonio Albino Canelas; OLIVEIRA, Gleise; TEÓFILO, Tony. Políticas culturais e seus agentes no Brasil de tempos sombrios: 2016-2022. In: COLLING, Leandro; SAMPAIO, Adriano (org.). *A cultura em tempos sombrios*. Salvador: Edufba, 2022. p. 11-42.
- RUBIM, Antonio Albino Canelas; TAVARES, Márcio (org.). *Cultura e política no Brasil atual*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2021.
- RUBIM, Linda; ARGOLO, Fernanda (org.) *O golpe na perspectiva de gênero*. Salvador: Edufba, 2016.
- SANTOS, Márcio Tavares dos. *A arte como inimiga: as artes reacionárias, o regresso da censura e a guerra cultural no Brasil (2013-2021)*. Tese (Doutorado em Artes Visuais) – Instituto de Artes, Universidade de Brasília, Brasília, DF, 2021.
- SOUZA, Jessé. *A radiografia do golpe*. Rio de Janeiro: Leya, 2016.
- STEFANONI, Pablo. El teórico de la conspiración detrás de Bolsonaro. Olavo de Carvalho y la extrema derecha en Brasil. *Nueva Sociedad*, [s. l.], jan. 2019. Disponível em: <https://nuso.org/articulo/conspiracion-bolsonaro-olavo-carvalho/>. Acesso em: 21 mar. 2022.

TAVARES, Márcio. Guerra cultural: das origens ao governo Bolsonaro”.
In: RUBIM, Antonio Albino Canelas; TAVARES, Márcio (org.). Cultura e política no Brasil atual. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2021.
p. 57-77.

VARELLA, Guilherme; BRANT, João. Do Estado da cultura ao Estado anticultural. *In: CASTRO, Jorge Abrahão de; POCHMANN, Marcio (org.). Brasil: Estado social contra a barbárie.* São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2020. p. 523-38.

Cultura, democracia e participação: a diversidade cultural como motor do desenvolvimento

*Márcio Tavares**

O Encontro Multidisciplinar de Estudos em Cultura (Enecult) se consolidou nas últimas décadas como um dos principais espaços para debates, diálogos sobre o papel da cultura como elemento central para um projeto igualitário, democrático e cidadão de desenvolvimento do Brasil e é com muita alegria que participo desse debate, agora na condição de Secretário-Executivo do Ministério da Cultura (MinC).

Quem acompanhou, ao longo desses anos, os trabalhos que aqui foram apresentados, por tantos pesquisadores brasileiros e estrangeiros, não tem dúvida em reconhecer que esse evento tem exercido uma poderosa força catalizadora das melhores

* Secretário-Executivo do Ministério da Cultura (MinC).

provocações, proposições e análises sobre as políticas culturais que dispomos hoje. E, para além disso, como podemos observar, no período entre 2016 e 2022, período de apagão, de retrocesso na cultura, o Enecult se tornou um ambiente fundamental para um processo de resistência ativo, propositivo e coletivo na cultura brasileira. Muitas das ações de resistência nesse período surgiram e foram articuladas nesse encontro.

Falar, no momento que vivemos, sobre a reconstrução do MinC e do fluxo das políticas culturais em todo o país, representa para mim um momento especial da sinergia que precisamos construir e produzir entre os gestores, o campo acadêmico e, especialmente, os agentes do fazer cultural, que, sem dúvida nenhuma, são os protagonistas que constroem esse enorme e diverso ecossistema, que, como diz o título desse encontro, são as culturas para um novo Brasil. As culturas para um novo Brasil, emergem dessa atuação conjunta entre gestores, produção acadêmica, reconhecimento dos saberes tradicionais e valorização dos fazedores e fazedoras de cultura. É o conjunto do campo que produz as transformações. Então, todos aqueles que estão dentro do que entendemos como campo progressista no Brasil, que são os que sabem que desde 2016 fomos lançados em um processo que minou grande parte das parciais, mas muito significativas conquistas que obtivemos para a construção de uma cidadania plena no Brasil a partir de 1988. Caminhávamos rumo à construção de um estado de bem-estar social com inúmeras limitações, mas que mudava a realidade brasileira, e esse processo foi brutalmente interrompido em 2016.

Gostaria de celebrar a Presidenta Dilma Rousseff, inocentada pelo Tribunal Regional Federal (TRF). Foi injustamente golpeada em 2016 com o objetivo de sepultar as políticas mais progressistas e transformadoras que esse país conseguiu produzir através do seu ciclo democrático. Dos direitos mais básicos dos trabalhadores, ao investimento em ciência, passando pela agenda de direitos humanos, fortalecimento do Serviço Único de Saúde (SUS), das universidades, da educação básica e por todo o arcabouço de proteção social que foi construído nos

governos de Lula e Dilma, entre 2003 e 2016. O que assistimos após 2016 foi um ataque organizado que procurou destruir tudo aquilo que o Estado brasileiro precisa promover para garantir o desenvolvimento social e humano da nossa população.

A cultura, como é de conhecimento de todos aqui, foi atacada sistematicamente nesse período. Não foram poucos os gestores, artistas, produtores que foram perseguidos por grupos violentos de direita e de extrema direita, que mobilizaram um sentimento reacionário contra todos os fazedores de cultura, buscando criminalizar a atividade artística, a gestão cultural e as políticas culturais. Esse processo falacioso de criminalização do nosso setor não pode ser esquecido. Precisamos ainda refletir e produzir muitos debates críticos como esse, que demonstrem como essa engenharia funcionou nos últimos anos. Temos o dever de não deixar para as futuras gerações um legado de memória e massa crítica que não permita dúvidas do enorme retrocesso que esses agentes promoveram para o Brasil e com o Brasil, com base em mentiras e acusações estapafúrdias contra todos nós. Sabemos bem a relevância da cultura para uma sociedade que tem como compromisso fundamental o fortalecimento da democracia e a garantia da cidadania para todos os brasileiros. É nesse sentido que precisamos afirmar em alto e bom som quem foram os atores sociais que fomentaram esses ataques em nosso país. Vale aqui ressaltar algo que me parece de suma importância e que pude refletir com mais profundidade em artigo publicado em 2021. Então, se vocês me permitem de ser um pouco cabotino, eu vou me autocitar aqui. No livro, um livro que eu tive o prazer de organizar com o professor Rubim, chamado *Cultura e Política no Brasil Atual*. E ali dizia:

A guerra cultural não nasceu com Jair Bolsonaro, ela nasce das contradições sociais e culturais das quais o Brasil passou, pelo menos desde os anos 60. As lutas políticas pelos direitos civis, pelos direitos das mulheres, pela livre expressão das sexualidades, em favor da proteção do meio ambiente, transformaram a ação

política de forma profunda em todo o mundo. Os processos de descolonização também alteraram dramaticamente o conteúdo das políticas progressistas e de esquerda, incorporando novos movimentos, novos agentes políticos, a emergir novas subjetividades na cena pública. Quando a política muda, as divisões políticas também mudam.

Nos últimos 50 anos, a perspectiva a respeito da igualdade ultrapassou o mundo do trabalho, onde segue sendo fundamental, e avançou sobre outras áreas da sociedade. A natureza das lutas políticas, dos movimentos antirracistas, feministas, LGBTQIAP+, e ambientalistas, alterou a dinâmica de diversas instituições sociais, como as universidades, as famílias e até mesmo as relações interpessoais, que ganharam posições mais democráticas. Entretanto, não tardou para a emergência de uma oposição encarnizada aos avanços democráticos conquistados por esses movimentos políticos. Como vimos acontecer na história brasileira recente, e como afirmei por aqui, movimentos de direita e de extrema-direita se organizaram para combater o que encaravam como um ataque frontal ao modo de vida tradicional de bases conservadoras. Foi nesse sentido que surgiu a ideia perversa e violenta de guerra cultural. Mapear e denunciar como se deu esse movimento passa, assim, a ser um compromisso que precisa ser assumido pela nossa produção crítica acadêmica e precisa marcar nossa atuação pública como gestores e como fazedores de cultura. É preciso marcar claramente que havia um objetivo um projeto na guerra cultural.

A guerra cultural significa construir uma sociedade para poucos privilegiados. Ricos, brancos, heterossexuais, esses são aqueles que detêm o privilégio e o monopólio da atuação e da subjetividade expressa publicamente. Todos os demais são massacrados. A luta do campo democrático é para superar a marca histórica da exclusão e das desigualdades que conformam o país. Nos últimos anos, vivemos um confronto entre os que buscam o apagamento do passado e a construção de um presente para poucos e aqueles que compreendem a necessidade da inclusão de

todos na sociedade a partir do reconhecimento das mazelas do passado. Então, cito aqui, como forma de iluminar a necessidade de realizarmos essa tarefa crítica, minha querida amiga interlocutora e historiadora Lilia Schwarcz. Lilia tem sido uma das vozes mais efetivas no trabalho de denunciar o terror que vivemos nos últimos anos, articulando-os com as bases da nossa história nacional, marcada pelo autoritarismo, pela violência e por contradições socioculturais nunca resolvidas. Abro aspas para Lilia Schwarcz (2019, p. 184)¹:

[...] nosso passado escravocrata, o espectro do colonialismo, as estruturas de mandonismo e patriarcalismo, a da corrupção renitente, a discriminação racial, as manifestações de intolerância de gênero, sexo e religião, todos esses elementos juntos tendem a reaparecer, de maneira ainda mais incisiva, sob a forma de novos governos autoritários, os quais, de tempos em tempos, aparecem na cena política brasileira.

O espectro histórico desse legado autoritário ronda a todo momento a construção democrática e busca cercar aquilo que se busca instituir no país todas as vezes que as forças sociais mais progressistas buscam erigir um projeto de transformação. É sobre essas forças e contra essas forças que é preciso estar sempre atento, lutando e construindo políticas públicas que mudem o cenário e revertam as exclusões históricas que marcam a nossa sociedade.

É fundamental colocarmos essa perspectiva em nosso horizonte crítico, e creio aqui, que falo mais especialmente para todos aqueles que são pesquisadores do nosso campo, para que tenhamos uma real dimensão histórica das forças reacionárias que se movimentam contra os saberes e fazeres culturais. E dessa forma, assinalar que aquilo que eles combatem é o que temos de mais precioso para oferecer para uma sociedade efetivamente democrática. Não se derrota o fascismo só vencendo uma eleição. A derrota do fascismo é uma construção cotidiana, daqueles que estão no governo implementando políticas públicas,

daqueles que estão nos movimentos sociais defendendo parâmetros cada mais democratizantes para a vida social e daqueles que estão na academia produzindo conhecimento sólido a respeito das questões sociais e das políticas públicas.

A cultura é um espaço privilegiado para o exercício da diferença, da tolerância, da empatia, para a construção de pontos entre grupos sociais de origens e perfis mais distintos, assim como a valorização das mais diversas formas de ser e ser humano e estar no mundo. A arte e a cultura repelem com enorme força manifestações de violência, preconceito e de toda forma de exclusão. É por isso que afirmamos de forma tão veemente que a cultura é um bem comum e os direitos culturais são de todos. E, para além desses valores fundamentais, dos quais não abrimos mão, nem nos períodos mais sombrios da história brasileira, é preciso lembrar que em todas as ditaduras, em todo o processo autoritário que esse país viveu, a classe artística, os fazedores de cultura nunca faltaram à luta progressista de forma majoritária e maciça contra as opressões brasileiras. A arte e a cultura brasileiras tem uma trajetória democrática que merece ser reverenciada.

Esse campo sempre esteve na luta por um Brasil mais justo. Nesse contexto, a gente também precisa assinalar os impactos práticos que a cultura promove para o desenvolvimento econômico, social e humano, sustentável que almejamos. A presença de práticas culturais nos territórios, assim como de grupos culturais ativos, contribui significativamente para a melhora dos índices econômicos, educacionais, sociais, ambientais, e até mesmo para os índices de segurança pública. São inúmeros os exemplos da contribuição da cultura para a melhoria da qualidade de vida das pessoas. E é por isso que, desde o início da campanha, para o seu terceiro mandato, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva vem sistematicamente colocando as políticas culturais no centro do seu projeto de reconstrução do Brasil.

O lema do nosso governo, como imagino aqui todo mundo saiba, é união e reconstrução. E acredito que fica muito evidente nos pontos

que levantei aqui que a cultura promove os valores fundamentais para o nosso entendimento de união, assim como, ao mesmo tempo, produz de forma muito objetiva os impactos práticos que balizam o nosso projeto de reconstrução. Sem a centralidade da cultura, portanto, não conseguimos finalizar um projeto de união e reconstrução nacional. E é a partir desse entendimento do papel da cultura para a união e reconstrução do Brasil que pretendo encaminhar essa minha exposição para o final. Destacando agora como tem sido realizado o trabalho no MinC, sobre orientação da ministra Margareth Menezes, e que, com muito orgulho, tenho buscado contribuir no papel de Secretário-Executivo.

Nesses oito meses, a porta do ministério se manteve aberta e garanto que esse é um compromisso assumido por todos e por todas, pela ministra, por todos os gestores e que a gente não abre mão. A porta vai estar permanentemente aberta para todo o setor cultural. Em nenhum momento privilegiamos determinado grupo dentro do profundo e imersivo processo de escuta que nós propomos nesse movimento de resgate do MinC. Mestres e mestras da cultura popular, produtores, pesquisadores, criadores, gestores, artistas, servidores, coletivos de cultura, grupos de folclore tradicional, profissionais da área técnica, ativistas da cultura digital, especialistas em salvaguarda do patrimônio cultural e todos os realizadores e fazedores de cultura compõem o nosso ecossistema e foram e estão sendo ouvidos, seja para a retomada de políticas exitosas que queremos recuperar, seja para a formulação de novas políticas ou para o refinamento de práticas de gestão do MinC. E não limitamos esse processo a manter o órgão com suas portas abertas e com seus canais de escuta permanentemente funcionando. Criamos novos mecanismos de participação, através dos quais o Ministério inverte esse processo de diálogo, indo também aos territórios, que compõem todo esse país de dimensão continental, para escutar em loco quais as principais demandas do nosso setor hoje. Também reforçamos a relevância dos conselhos e fóruns e debates estaduais e municipais como aspecto fundamental da nossa gestão e

reabrimos o diálogo com todas as entidades representativas do setor. É esse um instrumento fundamental para a implementação e consolidação do Sistema Nacional de Cultura (SNC). No MinC, liderado pela ministra Margareth Menezes, não existe nenhum tipo de valoração hierárquica entre a cultura produzida nos centros urbanos ou nas áreas rurais, assim como nenhuma priorização por região do país. Ao contrário, desde o primeiro momento, as palavras da ministra tem sido descentralizar e nacionalizar. Essa tem sido uma atuação obstinada da gestão para que as políticas culturais possam irrigar o conjunto do território brasileiro onde as culturas emergem. Também não hesitamos em afirmar que todas as linguagens e práticas artísticas são igualmente decisivas para o nosso projeto de colocar a cultura como elemento central para avançarmos no nosso compromisso de união e reconstrução do Brasil. Dialogamos com representantes do legislativo, do judiciário, e mantivemos as portas abertas, inclusive, para representantes do poder executivo de estados e municípios governados por partidos da oposição. A nossa gestão tem como marca a coragem do diálogo franco e não nos omitimos em nenhum debate, porque sabemos o valor do que defendemos como projeto para o Brasil e porque temos a segurança para afirmarmos quais são os nossos valores e práticas para executar esse projeto. Esse é um aspecto que todos nós que atuamos no dia a dia, temos o enorme orgulho de expressar.

O Ministério da Cultura tem se proposto a atuar de forma aberta e, assim, nós vamos manter a gestão nesse processo de reconstrução das políticas públicas de cultura. Nós entendemos que nós somos parte de um legado muito importante de construção de políticas culturais, sobretudo aquelas que iniciaram em 2003 com o presidente Lula e Gilberto Gil. E nós estamos retomando aquelas políticas construídas naquele momento, uma a uma nesses primeiros meses, e também somos legatários da resistência daqueles que lutaram entre 2016 e 2022, em defesa das políticas culturais, e geraram um novo ciclo de políticas inovadoras, que são as políticas emergenciais, que nós também estamos

colocando em prática. E, a partir dessa atuação aberta a todos os grupos sociais, nós temos certeza de que iremos consolidar o Sistema Nacional de Cultura (SNC), e essa consolidação vai se dar com o refinamento das políticas públicas, com capacidade de que elas tenham um alcance transformador ainda maior num governo que entende de forma decisiva a cultura como um elemento central. A cultura no novo governo do presidente Lula passou a ser um elemento central no projeto de nação a ser desenvolvido. Não é à toa que nós temos o maior orçamento da nossa história em 2023.

O maior orçamento da nossa história nasce de um compromisso político do presidente Lula com a comunidade cultural brasileira e, sobretudo, com o povo brasileiro, porque nós precisamos entender que a cultura pode não resolver todos os problemas brasileiros, mas os maiores problemas brasileiros só vão ser resolvidos com investimento pesado em cultura e com políticas culturais capazes de ter atração para resolver e para atuar no combate às desigualdades e para fazer com que gente que tem talento, que tem sabedoria, que tem criatividade possa, de fato, exercer a sua atuação criativa e transformar suas comunidades, que é o que as políticas culturais têm feito no país. Então, o conceito que norteia a gestão atual do Ministério é a participação democrática e efetiva de todos os trabalhadores e trabalhadoras da cultura brasileira. Não lançaremos ou iremos executar nada que não seja resultado desse processo de escuta atenta e interessada. Acreditamos que existem em todo o Brasil inúmeras experiências públicas e até mesmo privadas, bem-sucedidas na área de gestão cultural, que precisam ser incorporadas a fim de que tenhamos um ministério capaz de gerar impacto positivo em todo o país e para todos e todos os brasileiros. Buscamos sempre aprender com essas experiências, porque o MinC que desejamos é um MinC que reflita toda a força e vitalidade das muitas culturas para um novo Brasil, como sugere o título desse 19º Enecult. Então, nesse contexto, nós reformulamos as estruturas normativas que balizavam a política de fomento cultural. Nós não podemos ter política cultural

que seja transformadora, com regras que geram a exclusão de grupos importantes e, sobretudo, daqueles que têm maior vulnerabilidade. O novo decreto do fomento, o modelo de prestação de contas pelo objeto, a implantação do decreto do fomento e, a partir dele, agora, a luta que nós travamos no Congresso pelo marco do fomento, é fundamental para que as políticas culturais possam ganhar a escala necessária e a gente possa desenvolver um cenário cultural que siga vitalizado e que não se consuma pela burocracia. Nós atuamos para botar na rua a lei Paulo Gustavo, a lei Aldir Blanc, fizemos isso em diálogo com os fóruns de gestores e com a comunidade cultural para que essas políticas efetivamente chegassem nos territórios. A partir de agora, a lei Aldir Blanc rompe o ciclo das políticas emergenciais e passa a ter uma política de ordem permanente.

E uma política de ordem permanente precisa ser vista com um olhar estratégico. Nós precisamos, a partir desse momento, discutir aquilo que nós queremos do maior aporte de investimento que a cultura vai fazer nos próximos anos. Nós precisamos cuidar do software da cultura, do fomento das ações culturais e do hardware da cultura, que são os equipamentos e são as estruturas que garantem a atuação e o desenvolvimento do fazer cultural. Nós precisamos fazer com que esse hardware saia dos grandes centros e passe a ocupar os grandes vazios territoriais, as periferias e áreas rurais, para que esse investimento financeiro que está sendo feito possa se desenvolver plenamente e a gente use a cultura como um instrumento de superação de desigualdades históricas do nosso país.

Nós precisamos a partir de agora, trabalhar de forma muito atenta para que o audiovisual brasileiro e todo o sistema que depende de regulação digital tenha garantido uma regulação de direitos autorais que não transforme a nossa produção cultural em uma outra commodity, iniciando um novo ciclo de colonização do nosso país. Essa legislação é fundamental para o desenvolvimento cultural brasileiro e para o desenvolvimento industrial e o futuro do Brasil. A regulamentação

da cota de tela e do *video on demand* (VoD) é fundamental para que a gente garanta não só o direito da produção audiovisual brasileira de ser acessada, mas que o povo brasileiro tenha o direito de ver as suas histórias contadas na tela da TV, na tela do *streaming* e contadas com o investimento público e privado necessário para o desenvolvimento daquilo que é uma responsabilidade não só do Estado. Estado, mas uma sociedade verdadeiramente democrática e que se preocupa com a diversidade cultural. E essa é uma batalha legislativa democratizante fundamental. Se a gente fala nesse momento em democracia cultural, democracia e disputas ideológicas, é fundamental que a gente, nesses próximos quatro anos, atue de forma coordenada. No Ministério nós temos feito isso, para garantir o retorno das políticas culturais, mas também para a construção de um arcabouço legal que nos dê condições para que a política cultural brasileira, nos próximos anos, se desenvolva para além do paradigma do serviço e do mercado, mas que se desenvolva para que as economias criativas contribuam efetivamente para o real desenvolvimento humano e sustentável. Então, agradeço a oportunidade do debate de poder expressar um pouco do que a gente tem feito, mas, sobretudo, do que eu tenho pensado nesses primeiros meses de gestão no Ministério da Cultura.

Nota

1 SCHWARCZ, L. *Sobre o autoritarismo brasileiro*. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

Políticas de proximidade: práticas do território, práticas da nação

*Ana Fernandes**

Bom dia para todo mundo, companheiros de mesa, vocês que estão nesse delicioso auditório da Universidade Federal da Bahia (UFBA), que sempre nos traz possibilidades instigantes de vida acadêmica, de vida social, de vida política, de vida cultural. Queria saudar o Enecult, sobretudo em nome de Albino e do Centro de Estudos Multidisciplinares em Cultura (CULT) e de todos os que dele participam, pela longevidade e pelo compromisso com a pauta da cultura. Gostaria também de saudar o Brasil que renasce em uma reconstrução democrática, cujos horizontes de possibilidades que se abrem nos desafiam em nossas teorias e nossas práticas.

* Professora titular da Faculdade de Arquitetura da Universidade Federal da Bahia (UFBA) e do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, bolsista de produtividade do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

O que pretendo trazer aqui é uma reflexão sobre o que eu chamo de políticas de proximidade. Políticas de proximidade que têm, a meu ver, um papel central nesses processos de reconstrução democrática tendo como referência uma ideia, a partir de Bakhtin (2010), de que é nas interações espontâneas que se dá o nascedouro mais primário da ideologia. Quando falamos de disputas ideológicas, estamos falando dos nascedouros e das formas de articulação e de reprodução desses nascedouros, que podem ser democráticos, potentes, libertários, e ainda de nascedouros que podem ser regressivos, violentos e autoritários. Partimos, então, de um duplo tensionamento. Com dimensões profundamente imbricadas entre si, utilizamos essa espécie de oposição apenas para facilidade de argumento.

Por um lado, uma sociedade fragmentada, ainda em grande parte fragilizada e desamparada por escassez, por violência e por humilhação. Sempre me consterna a frequência com que pessoas se referem às situações de humilhação por elas vividas. Sejam as decorrentes de experiências com serviços públicos, sobretudo saúde, educação e mediação do trabalho; sejam aquelas derivadas de práticas de racismo estrutural; sejam ainda as do exercício da violência estatal via aparato policial ou via aparato jurídico, na qual homicídios se combinam a remoções forçadas ou a legislações esdrúxulas que sufocam modos de vida tradicionais. Sem falar na violência privada, miliciana, que perpassa nossas cidades e territórios, como o assassinato brutal e inaceitável de mãe Bernadete em Simões Filho, há menos de uma semana. Claro está que são dezenas de interfaces, todas operando ao mesmo tempo.

Esses processos se combinam com configurações e ações conservadoras, sobretudo de extrema direita. Ressentimento e ódio são alimentados buscando a destruição do outro. A questão moral, o obscurantismo e o privatismo guiam processos de histeria coletiva em diversos registros: no religioso, no familiar, no de ostentação da força, no de exercício da violência e de combate a formas plurais de vida, de cultura e de natureza. Isso poderia ser chamado de exercício obsceno

da política, com total ausência de decoro, com permissividade e com estreitamento radical do espaço público. Conhecemos isso de perto nos últimos quatro anos e muitas vezes nos espantamos, ainda hoje, porque são processos que constituem o Brasil atual, com tamanha virulência, capacidade destrutiva e afronta aos direitos coletivos. Esse campo, portanto, nega a política como esfera de construção democrática coletiva. O sentimento de vingança, de ir à forra, alimentado de modos diversos é um de seus desdobramentos.

Felizmente, o tensionamento é duplo. Em outra perspectiva, uma sociedade em ebulição, que se move e luta cotidianamente por direitos, construindo perspectivas coletivas que agregam e que criam espaços de realizações e de esperança. São espaços preenchidos por gerações sucessivas de lideranças, com historicidades distintas, com diferentes tradições, temporalidades, formas de atuação, articulações internas e externas, escalas de atuação. Muito longe de uma pretensa ação espontaneísta ou acidental, essas ações são fruto de solidariedades longas e intensamente construídas.

E essas ações decorrem de práticas de enfrentamento da estrutura social, econômica, política e cultural brasileira. Exclusão, invisibilidade, estigmatização, desigualdade, injustiça, violência, racismo, opressão. Essas ações vão no sentido de afirmar as dimensões plurais da vida e dos sujeitos. Aqui, a humilhação, ao invés de se desdobrar em vingança, deriva em revolta e em afirmação de valores comprometidos com a conquista e com a expansão dos direitos. Temos, então, um mundo muito vivo, muito ativo, muito fértil que traz um imbricamento entre velhas e novas reivindicações e temáticas, uma espécie de apoio mútuo e de troca entre elas. São pautas muito ricas em suas especificidades, porque contextualizadas. Partindo do trabalho que realizamos em nosso grupo de pesquisa, junto com diversos coletivos, as pautas culturais são expansivas e formuladas de diferentes modos: disputa de consciências, poesia entendida como arma carregada de futuro, poesia marginal, poesia preta, pegada comunitária, cotidiano

da diáspora, todas elas indicando que as periferias, esses territórios ex-cêntricos (Lugar Comum, 2022), não são vácuos. Ao contrário, são fontes pujantes de renovação, de resistência, de (re)existência e de criação.

Nesse sentido, me parece que é possível afirmar que políticas de proximidade são fundamentais para se buscar vencer tanto a fragmentação e o obscurantismo, quanto para potencializar a construção de formas de coesão social em nossas cidades, em nossos territórios, em nosso país. Trata-se de poder combinar uma prática da nação com seu regime de direitos, afirmado como princípios gerais abstratos, e uma prática do território, que dá sentido e conteúdo a esses princípios. Hoje, esse evento mostra bem essa necessidade: não foi suficiente cantar o hino nacional; tivemos que cantar também o 2 de julho. Então, essa articulação entre o que é nacional, geral da nação, e o que é particular a cada território, dos milhões de territórios pujantes, é um elemento extremamente importante. Ou seja, poderíamos entender a prática do território também como prática da nação. E isso é importante porque a prática do território coloca à prova a prática da nação e vice-versa, a prática da nação coloca à prova a prática do território.

E a partir dessas práticas, de conexões e ajustes – além de embates, claro –, podem emergir processos societários e culturais mais afeitos à liberdade coletiva de uma existência, também coletiva, essencialmente política. Imaginários, sentidos da vida, formas de espiritualidade, afirmação das diferenças, relações com a natureza, construção de solidariedades e de cooperação, comemorações, invenções e articulações com outros territórios instituem vínculos que podem agregar de forma consistente diversos grupos, coletivos, movimentos, associações, redes. Como sugere o sempre inspirador Milton Santos (1996), ninguém vê o mundo a partir do mundo. Cada pessoa vê o mundo a partir do lugar, o que o coloca como nexos contundente dos processos de sociabilidade e da construção política. Proximidade, então, será aqui utilizada como dimensão que auxilia a reflexão sobre formas de ação no território que

lhes seriam conexas, relativas ao espaço atuado na cidade e nos territórios, seja por coletivos ou comunidades, seja pelo próprio Estado. Políticas de proximidade, portanto, supõem a política não só como ação estatal, mas a política como ação societária, ação coletiva, que buscaria alentar esses processos. Ou seja, elas derivam também da ação de grupos ou comunidades que atuam a partir do seu espaço vivido, em processos colaborativos e, na maior parte das vezes, situados, entranhados e delimitados territorialmente – bairros, comunidades, localidades, favelas, quebradas, lugares. Derivam também de iniciativas do Estado, que, quando existentes, devem caminhar em direção a esses grupos e territórios em processos de descentralização da oferta de serviços, de construção conjuntas de alternativas, de partilha potencial e progressiva de poder de decisão. Os Pontos de Cultura foram exemplares e inspiradores a esse respeito.

As políticas de proximidade, das mais singelas às mais estatais, invocariam, então, todo um processo conflituoso de legitimação e de disputa entre esferas da vida coletiva e pública e de seus imbricamentos. Elas traduzem um campo, propriamente político, de interação, de tensão e muitas vezes de violência entre horizontalidades e verticalidades. De novo, como sugeriu Milton Santos (1996), entre processos mais gerais e territórios. Em tempos de crise, essas políticas de proximidade se revelam vitais. Durante o surto pandêmico, a ação autônoma dos habitantes em inúmeros bairros e cidades brasileiras, a partir de diferentes formas de mobilização e estruturação, foi fundamental para a construção de alternativas imediatas de apoio à tragédia social e sanitária instalada.

Outras crises, que o mundo está vivendo de forma cada vez mais continuada e mais frequente – desmoronamentos, inundações, incêndios, guerras – trazem à luz a importância dessa ação de proximidade a partir do chão e do próximo, sem negar a importância das outras ações, evidentemente. Então, num período em que essas múltiplas crises, destruidoras da vida, se sucedem e parecem se ampliar, as potencialidades

contidas nessas formas de operação constituem trunfos para o seu enfrentamento.

Políticas de proximidade precisam também ser transitivas entre as setorialidades tão duras que ainda nos governam institucionalmente. O Ministério da Cultura precisa invadir a Esplanada e vice-versa. As iniciativas precisam acontecer de forma conjunta. A setorialidade da política é um equívoco que deveria ter sido superado há muito tempo. Quanto aos processos de descentralização, a descentralização é importante, mas ela não é suficiente. Necessário se faz que se acoplem, às políticas de proximidade, capilarização de recursos e poder de decisão partilhado. Partilha do poder já! Para ser efetivamente democrático, ele tem de ser partilhado. Essa é uma forma substantiva de construir democracia. Poder de decisão partilhado, intensa participação, processos de autogestão, pluralidade cognitiva, construções variadas de futuros são aquilo que conferiria legitimidade, de fato, à capacidade de expressão do social, do cultural, do ambiental e do político, construindo e espalhando modos radicalmente democráticos de vida.

Referências

BAKHTIN, Mikhail. *A cultura popular na idade média e no renascimento: o contexto de François Rabelais*. São Paulo: Hucitec, 2010.

LUGAR COMUM. *Cidades ex-cêntricas*. Salvador: FAUFBA: Projeto INCT, 2022. Manuscrito.

SANTOS, Milton. *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. São Paulo: Hucitec, 1996.

Democracia antirracista e cultura da diversidade

*Laina Crisóstomo**

Primeiro bom dia a todas, todos e todes. Dizer que fico muito feliz de estar aqui. Especialmente, como o companheiro disse, um dia após a gente saber o que a gente fez. A gente já sabia há muito tempo, mas é confirmado pela justiça que Dilma é inocente e que nunca foi *impeachment*, sempre foi golpe. Eu acho que a gente precisa muito registrar isso, porque a gente está falando da primeira presidenta eleita democraticamente, que foi brutalmente retirada num golpe misógino, num golpe extremamente violento. E não à toa estamos aqui, porque foi nesse espaço também que a gente disse que era golpe, que a gente reivindicou uma universidade pública em que a gente pudesse dialogar exatamente sobre

* Mulher preta, gorda, lésbica, de axé, mãe, antiproibicionista, covereadora da primeira Mandata Coletiva de Salvador, advogada e fundadora da Ong Tamo Juntas.

liberdade, mas, acima de tudo, sobre democracia. E não à toa, a gente está numa mesa para falar sobre democracia e cultura numa quarta-feira, após ser feita a justiça, e a gente também espera que seja feita a justiça por mãe Bernadete, mas por todas as companheiras, companheiros e companheiras quilombolas que foram assassinadas nos últimos anos em razão da disputa pela terra, em razão do desrespeito e da violência com a terra. contra os nossos corpos pretos.

Nos últimos dez anos foram 30 lideranças quilombolas registradas, é importante que se diga isso, porque a gente não sabe verdadeiramente o número subnotificado disso. Foram 30 lideranças quilombolas assassinadas, segundo registros, nos últimos dez anos em razão da disputa pela terra, que a gente faz há muitos anos, há muito tempo, desde que a gente foi sequestrado de África. Então, eu quero começar a minha fala dizendo presente hoje e sempre. Por ela e por todas as outras que a gente continue de pé. Quero pedir desculpa pelo atraso, estava numa audiência pública também muito importante, falando lá na Câmara sobre a Casa da Mulher Brasileira, que é um projeto que é muito importante, projeto esse da Presidenta Dilma, que acabamos de falar, onde as mulheres podem ser atendidas em um espaço só, sem que haja reivindicação. No mesmo espaço, todos os equipamentos necessários da rede de enfrentamento à violência contra a mulher estarão presentes.

Mas quero falar nesse espaço, primeiro desse corpo, né? Acho que a fala da companheira traz muito disso. Pensar cultura, pensar os processos do que a gente tem feito de luta pela democracia e pelo exercício dos direitos humanos, é pensar de que lugar a gente fala, né? Eu sou uma mulher preta, eu sou uma mulher gorda, eu sou uma mulher que carrega 40 tatuagens no meu corpo, sou uma mulher mãe, sou uma mulher anti-proibicionista, sou uma mulher advogada, feminista e popular que criou uma organização chamada Tamo Juntas, que atua com mulheres em situações de violência, vereadora na primeira mandata coletiva da Bahia, mas também sou essa mulher, enfim, que faz luta cotidianamente no seu espaço sagrado, que é o terreiro. Sou

Dofona de Obá, sou Iaô do Ilê Axé Odé Omí Ewá, um terreiro que fica dentro de um assentamento da reforma agrária no interior de Ilhéus. Então são essas vulnerabilidades que carrego no meu corpo que fazem parte da minha forma de lutar, da minha forma de continuar a trilhar o meu exercício de liberdade, mas também de luta para que eu continue a existir e resistir. E acho que a gente está aqui na presença do meu presidente, meu presidente da Comissão de Cultura, Silvio Humberto, com quem a gente dialoga muito dentro daquele espaço, mas acho que é importante a gente trazer um processo histórico que a gente tem vivenciado. Acho que todo mundo sabe, mas é sempre importante a gente reforçar, é sempre importante dizer de novo para que não se repita. Acho que a gente viveu um cenário de horror com o golpe da Presidenta Dilma em 2016, seguimos um cenário de horror em dois anos de um governo golpista do dito presidente Temer, mas a gente seguiu num cenário de ainda mais perversidade com quatro anos de um governo fascista do presidente Bolsonaro, do ex-presidente futuro Bolsonaro na cadeia. É sobre isso que a gente luta. A gente lutou com o Fora Bolsonaro, agora é Bolsonaro na cadeia. Passamos pelo Bolsonaro inelegível, agora é Bolsonaro na cadeia. Estamos todo mundo aí, várias madrugadas a fio, esperando não, não.

Está todo mundo na expectativa do, enfim, do plantão da Globo ou plantão de qualquer outra emissora para dizer que Bolsonaro acaba de ser preso, com mandado de prisão pedido por Xandão. É essa a nossa luta e é essa a nossa expectativa, mas acho que é importante a gente trazer que são muitos os fatores do Bolsonaro inelegível e do Bolsonaro na cadeia que a gente luta, mas um dos fatores primordiais é também a destruição e a depredação da cultura. Ele começa colocando um ministro que era contra a cultura, um ministro extremamente fascista, misógino, racista e também coloca nas mãos de um capitão do mato uma fundação que foi conquista do povo preto, do povo de santo e que tinha, inclusive, como figura principal o Machado de Xangô, trazendo a reflexão sobre justiça, que foi a Fundação Cultural Palmares.

A Fundação Cultural Palmares do governo Bolsonaro foi entregue a um verdadeiro capitão do mato, a um preto, que todos os dias perseguia aos nossos pares pretos.

Um preto que estava a serviço do colonialismo e do fascismo. Foi assustador e é sempre assustador ver um corpo preto nos açoitando. É sempre assustador ver uma mulher nos açoitando, como foi o Ministério de Mulheres e Direitos Humanos, onde a ministra fazia concursos de máscara em meio a uma pandemia que aumentou em 100% o número de feminicídios. Foi assustador ver que não existia nenhum projeto de sociedade, nenhum projeto de direitos humanos, pelo contrário, o projeto era vamos destruir tudo, vamos acabar com tudo e isso foi reforçado no 8 de janeiro. Os atos do 8 de janeiro mostraram para nós qual era o foco deles, pessoas defecando em obras de arte, pessoas rasgando, esfaqueando obras de arte, depredando espaços públicos e desrespeitando o processo histórico de luta pela democracia que contou com muitos dos nossos ancestrais que derramaram suor e sangue para garantir que a gente tivesse uma constituição cidadã, mas que a gente tivesse, acima de tudo, o direito de votar e ser votado e de ocupar espaço de poder. E aí é importante que a gente traga, que a gente traga o cenário nacional, mas é importante a gente pensar também como isso tem se repercutido na política nos estados e nos municípios.

Não à toa a gente está lá fazendo resistência na Comissão de Cultura e dentro da Câmara Municipal de Salvador, que tem apenas oito, agora nove, né, companheiros na oposição, fazendo resistência a essa atual conjuntura do poder executivo municipal da Prefeitura de Salvador. No último período a gente fez um enfrentamento muito forte, muito severo, contra algo que era absurdamente impossível de acreditar. O Plano Municipal de Cultura chega à Câmara Municipal de Salvador pelas mãos do Poder Executivo, ou seja, Bruno Reis, o prefeito de Salvador, mandou a proposta do Plano Municipal de Cultura para a Câmara e nós, da oposição, ficamos felizes, porque o plano estava muito bom, continha tudo que a gente acreditava que era importante, porque

ele não foi construído apenas pelo Poder Executivo, ele foi construído a partir de conferências e de diálogos com a comunidade. Quando o plano de cultura chega na Câmara, a gente recebe a surpresa de que a bancada do governo e a bancada evangélica cristã, que é um pouco mais extensa, não é só evangélica, tem, enfim, alguns outros segmentos cristãos conservadores, simplesmente começam a se opor a vários trechos que continham nesse plano de cultura. Mas o trecho que mais chama a atenção da oposição que é uma oposição por parte dessa bancada cristã com ódio, com violência, para deslegitimar a história, era o trecho que falava sobre cultura LGBTQIAPN+ O trecho que falava sobre cultura LGBT foi por, muitas vezes, motivo de debate e de reuniões em salas fechadas para que a gente pudesse chegar num consenso e num acordo. Mas, não tem acordo quando querem apagar a história da cultura LGBT.

Eles perguntavam, pra que tanta letra? Mas não existe cultura LGBT. Pra que isso? E era surreal perceber vários companheiros, companheiras e companheiros que compõem a atual prefeitura, gestão da prefeitura municipal, dizerem assim, por favor, deixe isso passar, porque é importante, senão a gente não consegue editais e vários outros recursos, inclusive internacionais. E nós precisamos fazer luta dia após dia, até que se chegou a um consenso para garantir que a cultura LGBT passasse. Mas houve uma tentativa, muitas tentativas, de colocação e de desqualificação das culturas. Um dos debates era, coloca cultura diversa, sem citar. Não precisa citar LGBT. Bota cultura diversa, porque no entendimento deles, falar cultura diversa ia acolher negros e negras, LGBT, mulheres e tudo mais. Mas o debate pra nós, que somos um macaco velho no movimento, é que se não tiver escrito, não vai ser cumprido. Então a gente não quer mais e não aceita mais que apaguem as nossas histórias e a nossa forma de fazer cultura. Não existe apenas cultura LGBT. Existe saúde LGBT, direito LGBT.

E as pessoas LGBTs existem nessa cidade. Foram muitos momentos de dores, chorei em vários momentos de sessão, e fui tratada por uma das vereadoras como a vereadora que estava emocionada demais porque

não tinha ali tentativa de excluir, nem de desqualificar nenhuma pessoa, só que não precisava colocar tanta letra numa cultura que nem existia. Então, o que a gente está trazendo, e o que eu quero trazer aqui, é de como a gente precisa pensar num cenário nacional do processo de violência, de retirada de orçamento, mas que agora se retoma orçamento e se repensa como investir, mas que isso não é apenas uma perspectiva federal. Isso tem acontecido nos estados e também tem acontecido nos municípios. É importante que a gente fique atenta, atento e atente. Ano que vem é a eleição e a gente sabe muito bem qual é o foco das pessoas que se dizem agora pessoas que lutam e defendem a cultura. Mas que a gente fique de olho para saber verdadeiramente quem acredita, quem decide investir, mas que acima de tudo quem respeita a cultura como a forma e uma estratégia de garantir democracia e garantir direitos humanos.

E aí, quero encerrar minha fala, que acho que acabou meu tempo, dizendo que, Deus me livre, Exú me livre, não ser baiana, porque não à toa, pra Lula, nordestino presidente, reconstruir a cultura no Brasil, ele precisou chamar um bonde, um bonde baiano: é Margareth Menezes, é João Jorge e Maria Marighella.

Viva a Bahia, viva a cultura e viva a ancestralidade que segue viva e presente em nossas redes!

Política cultural arrojada, articulada, criativa e de Estado: uma necessidade estratégica e transformadora

*Javier Alfaya**

Eu esbocei aqui um roteiro em função do que haveria de contribuições, especialmente a partir da exposição de Márcio Tavares. Vou partir de uma referência que Márcio fez, a alguns fenômenos de caráter internacional. Ele disse que Margareth está participando de uma reunião dos ministros e ministras de cultura do G20. Acrescento que hoje está acontecendo, acho que todo mundo sabe disso, lá na África do Sul, uma importante reunião dos BRICS (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul), organização e articulação internacional, na qual o Brasil tem grande presença e importância, e as falas e as propostas de Lula parece que vão ter muito peso ao lado das propostas do país mais rico dos BRICS,

* Fundação Maurício Grabois.

que é a China. Vai se discutir a ampliação do grupo e a hipótese que se levanta é entrar uma série de países, alguns deles com problemas vinculados à cultura e aos direitos humanos muito complicados, como é o caso da Arábia Saudita. Gostaria de começar por aí.

Cabe salientar que a guerra cultural, a qual nós estamos fazendo referência e é pauta dessa discussão, tem uma circulação e uma dimensão internacional muito forte. E, na minha opinião, a ideia de guerra cultural, evidentemente, não nasceu há 30 ou 40 anos atrás, ela já existia. O fenômeno da luta ideológica é parte da luta de classes desde o seu surgimento, pelo menos com as características dos últimos 200, 300 anos. E o conceito de guerra cultural volta com força, pela boca da extrema direita. E isso acontece aqui no Brasil, acontece com os vizinhos nossos, argentinos, e também em outros países, em outros continentes, que não o nosso. Vocês viram que nas primárias que foram realizadas há uma semana ou duas semanas atrás na Argentina, ganhou a eleição um candidato que infelizmente tem o meu nome também: Javier, Javier Milei, Ele teve 30% dos votos ganhando do candidato oficial do atual presidente e ganhando de outros candidatos de centro-direita e de esquerda.

E esse candidato à presidência da República Argentina tem uma série de propostas muito impactantes. Tem um vídeo dele no Instagram, que todo mundo deveria ver, bastante didático. Milei propõe uma reforma estrutural da Argentina, propõe acabar com o Banco Central, dolarizar a economia, acabar com o peso e adotar o dólar como moeda interna, coisa que já aconteceu com o Equador há uns 25, 30 anos atrás e propõe uma série de medidas bastante grotescas. Impressionante. Então, no vídeo, ele coloca os ministérios em notas adesivas em um quadro e vai comentando. Ele fala da estrutura do governo argentino e tal, ele vai arrancando as notas dos quadros com os nomes dos ministérios, joga para o alto e diz *afuera*, isto é, fora, Ministério da Cultura, *afuera*. Ministério da Igualdade de Gênero e Direitos das Minorias, *afuera*. Ele segue, Ministério da Educação, *centro de doutrinação*, *afuera*.

Fim do Ministério da Educação. Ministério da Saúde, *afuera*, ele vai jogando fora os ministérios, vários ministérios. Ministério da Ciência e Tecnologia. Isso aqui? A iniciativa privada é muito melhor que o Estado, *afuera* !

E ele vai jogando tudo fora. E ele diz, como é que fica o Estado argentino? Fica assim, Ministério da Justiça, Ministério da Defesa, Ministério do Interior, das Relações Exteriores, e mais uma ou duas estruturas. Sugere acabar com a maioria dos ministérios que hoje existem na República Argentina. Abertamente ele propõe a extinção dessas estruturas e termina dizendo que com isso a Argentina vai ser livre, porque ela vai se livrar do peso do Estado.

Então, a extrema direita começa a assumir, e ele, Milei não é o primeiro, um discurso em favor da liberdade, e do Estado como ofensa à liberdade, embora, a estrutura estatal seja até certo nível, pelo menos, voltada para a realização coletiva de determinada sociedade. Observemos, entretanto, que ele diminui o Estado, mas ele preserva certos núcleos do poder estatal.

Ele não extingue o Estado, o que é impossível. Ele preserva, por exemplo, as Forças Armadas, preserva o Ministério do Interior, que cuida da polícia, o Ministério da Justiça, que cuida da condenação, Ministério das Relações Exteriores, que é óbvio, tem que se relacionar com o resto do mundo, e de duas ou três estruturas que são o núcleo de poder central do Estado, de qualquer Estado, inclusive do Estado brasileiro. Ele extingue o Estado até determinado nível, o Estado cujas certas funções tentaram também excluir, aqui no Brasil.

Não houve a possibilidade de Bolsonaro, no Brasil, acabar por completo com a política da cultura, mas ele reduziu o que havia de política pública e de cultura a um resquício do que havia de positivo anteriormente. Acabou com o Ministério e chamou representantes da cultura que ele defende. Eu sou contra a ideia de dizer que Bolsonaro era contra a cultura, porque a direita, como qualquer outro segmento da sociedade, pode ser contra determinadas formas culturais, mas é a favor

de outras. Lembremo-nos que Bolsonaro adorava a Regina Duarte, Netinho, do trio elétrico aqui da Bahia, e o sertanejo Gustavo Lima etc., etc. O governo Bolsonaro, portanto, assim como Milei pretende fazer, escolheu determinadas formas culturais e perseguiu outras formas culturais. Então, não há um vazio por parte da direita. Eles são contra a cultura? Isso é falso, porque eles são contra a cultura de liberdade LGBT, por exemplo, mas são a favor de formas conservadoras de família, de relações sexuais, de afetividade, etc. Portanto, eles são a favor de determinadas culturas.

Na semana passada, a primeira mulher que dirige a Itália, Georgia Meloni, revogou duas leis, acabou com o programa italiano de transferência de renda, semelhante ao bolsa família, e revogou uma norma que dava direito a mulheres casadas de ambas registrarem legalmente seus filhos como mães. Ela não conseguiu acabar com o casamento entre mulheres ou entre homens, mas foi uma mulher que adotou essa medida contra as mulheres italianas.

Na Espanha está se formando um governo nesses dias, a votação empatou. A soma de votos da direita com a extrema-direita é de três votos a menos do que a soma dos candidatos progressistas. Capitaneados pelo atual primeiro-ministro social-democrata, mais os comunistas, mais os verdes, mais as organizações feministas, mais os nacionalistas de esquerda – que na Espanha são muito fortes, na Cataluña, no País Basco, na Galícia etc., – a soma toda progressista tem dois, três votos a mais do que a soma da direita com a extrema-direita. Também pela primeira vez, em Portugal, apareceu uma organização de extrema-direita que nunca tinha aparecido nas eleições, teve 10% dos votos.

No Uruguai há um governo conservador porque apareceu pela primeira vez há cinco anos um ex-general também defensor da tortura, como fez Bolsonaro, também defensor da repressão que houve no país e que defendia que não tinha havido tantos assassinatos e crimes, como se dizia, durante o período em que eles governaram o país vizinho, aqui ao sul. Se a gente for pegar outros exemplos, pegamos Donald Trump,

com sua agressão às mulheres, um discurso misógino, assim, abertamente, descaradamente.

Há um fenômeno internacional em curso que mascara, e que revela, ao mesmo tempo, a crise do sistema capitalista, não apenas do ponto de vista econômico, mas do ponto de vista moral. O projeto capitalista se esgotou e ele não consegue mais apresentar soluções minimamente interessantes para o presente e o futuro da humanidade. Nós vivemos um momento de transição em que há a aparição de um outro polo de poder, que é o dos BRICS e de outros polos pelo mundo, que contestam a hegemonia, hoje, unilateral, dos Estados Unidos.

Isso tem repercussões extraordinárias no terreno da cultura. A começar que os Estados Unidos têm a principal máquina de produção cultural do mundo, com enorme influência. Tanta influência que nós estamos vivendo o fenômeno *Barbie* no país. A soma de *Barbie* e de *Oppenheimer*, dois filmes norte-americanos, ocupa 75% das 3.450 telas de cinema que temos pelo país, mais ou menos. Mas essa conta não considera *Missão Impossível*, com Tom Cruise. Então de 75%, a gente chega a cerca de 80% das telas brasileiras. Não são três filmes estrangeiros, não são filmes gregos, não são filmes franceses ou alemães, ou angolanos, ou japoneses, ou chineses, não. São três filmes estadunidenses

A Agência Nacional do Cinema (Ancine) nos informa que o cinema brasileiro ocupa só 1,2% das telas de cinema do país. Se formos ver a indústria do *streaming*, a Ancine também revelou dados super preocupantes. A Netflix, que é bem conhecida, que é uma potência mundial, dentre as produções emitidas, apenas 10% são brasileiras. Na empresa Claro, que muita gente conhece por sua atuação na telefonia, apenas 1% da sua emissão é brasileira, quer dizer, 99% são estrangeiras. E só há uma produtora que se destaca mais no nacional que é a Globoplay, pertencente à Rede Globo, que possui 29% de sua emissão de conteúdos brasileiros, sendo que a maior parte dela é da própria Globoplay, pertence à produção endógena, da Rede Globo. Então você tem um quadro complicado, que tem tudo a ver com esses nexos internacionais, tem a

ver com a economia da cultura em escala planetária e que tem a ver com uma disputa geopolítica. Alguém pode achar que há um certo exagero. Não me parece exagero, os dados são gritantes e são preocupantes.

Vou me estender um pouco mais, a partir da reflexão que a Ana Fernandes trouxe sobre como é que nós temos que responder a esse quadro. Ela falou da relação entre as diversas pastas e políticas do Estado brasileiro. Concordo absolutamente com isso e queria acrescentar algumas coisas mais.

Antes de chegar lá, eu quero levantar essa questão como uma necessidade de nós respondermos a esse déficit que Albino Rubim levantou. Quais são as explicações que nós temos para esse fenômeno? É preciso entender que há uma situação de transição e isso nos leva a uma série de incertezas, porque considero que o modelo socialista soviético, tal qual, se esgotou, evidentemente. Mas o modelo social-democrata, clássico também se esgotou, ou sobrevive, em alguns países, notadamente na Europa, a muito custo e fazendo enormes concessões. E isso é um grande problema.

A social-democracia europeia também está num beco sem saída, porque ela tem adotado cada vez mais medidas e políticas neoliberais e não tem encontrado soluções para os graves problemas das suas próprias sociedades. Isso começou com Tony Blair, dando sequência a uma ofensiva que o neoliberalismo fez a partir de Margaret Thatcher, no início dos anos 1980. Toda uma apologia a favor do individualismo, todo um ataque a tudo que é coletivo e tudo quanto é ataque ao que é Estado – inclusive às universidades públicas, que Milei acha que são um peso, não só Milei, Bolsonaro também achava que era um peso, que é um excesso de gastos, que essa é uma estrutura que não deveria ser assim.

Há um fenômeno, portanto, que unifica essa direita que não está conseguindo dar, digamos, outra solução aos problemas das suas sociedades, a não ser o de encontrar caminhos da repressão e do retrocesso. Então, como responder a isso? Essa luta é uma luta cultural. A primeira

pessoa que eu vi usando esse termo quando nós perdemos a eleição para Bolsonaro foi Fernando Gabeira. Ele disse num comentário da *Globo News*, que a esquerda não tinha perdido eleitoralmente, perdeu, também, culturalmente. Nós perdemos para valores conservadores, nós perdemos para valores antidemocráticos, nós perdemos para gente que defende que os direitos humanos são uma farsa, nós perdemos para pessoas que acham que os direitos dos pobres, os poucos direitos conquistados pelos mais pobres já são um excesso, que é um abuso as empregadas domésticas terem uma legislação específica que as protege, que é um exagero etc. Então, essa turma toda é altamente reacionária do ponto de vista de classe, altamente conservadora do ponto de vista da luta de igualdade de gêneros, altamente racista, altamente conservadora em uma série de outros terrenos da vida.

E como é que nós respondemos a isso? Saliento minha concordância com a Ana Fernandes, e eu queria acrescentar alguns elementos mais, para que a gente possa discutir. Em primeiro lugar, reforçar a importância de toda a política que o Ministério da Cultura (MinC) está fazendo. Estamos no processo da quarta conferência de cultura, que se faz depois de dez anos, e precisamos garantir que o Ministério implemente os recursos da Lei Paulo Gustavo, e no ano que vem a Lei Aldir Blanc 2 e as demais outras medidas de reforço financeiro e orçamentário para o Ministério da Cultura. Mas é pouco para nós enfrentarmos, por exemplo, os problemas do audiovisual. Como é que a gente vai enfrentar o fato de ter 1,2% de ocupação de cinema nacional em nossas quase 3.500 mil telas de cinema?

Nós temos um gravíssimo problema que só vai ser enfrentado se houver mudança na legislação no que diz respeito às comunicações. Precisamos discutir TV aberta rádios abertas, TV comunitária, rádios comunitárias. Nós saímos de uma situação que mesmo no governo Lula, segundo Gilberto Carvalho, que era o Chefe de Gabinete Presidencial de Lula durante os oito anos, a Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) perseguia as nossas próprias rádios, palavras dele. Anatel

mobilizou a Polícia Federal para prender gente nossa, porque estava lá numa favela do Rio ou num bairro popular lá de Ilhéus, aqui na Bahia com uma rádio comunitária. Esse tipo de atitude, esse republicanismo ingênuo não pode mais acontecer. A esquerda não pode ser bem-comportada no comando de um Estado tão deformado como o Estado capitalista brasileiro. Não pode. Nós temos que chegar nos limites de certas coisas e propor o rompimento desses limites.

Precisamos complementar esse esforço junto ao Congresso Nacional, que é um terreno complicado, com uma correlação de forças que a princípio não é muito favorável e mobilizar – aí que entra, meu complemento à fala de Ana Fernandes –, para mudar a legislação de comunicações, para reforçar financeiramente o MinC, para mexer na relação entre cultura, produção audiovisual e ciência e tecnologia, que está sob o comando de Luciana Santos, que é a presidenta do meu partido, do PCdoB, e é uma figura muito comprometida, inclusive com a cultura. Luciana foi presidenta também da Comissão de Cultura da Câmara dos Deputados e foi prefeita de Olinda, fazendo um trabalho muito interessante durante oito anos à frente da cultura, lá em Pernambuco. Comunicação, ciência, tecnologia, cultura e educação têm que ser articuladas. Nós temos que ter uma política de “irmandade” dessas quatro pastas, porque elas têm um papel fundamental para se conseguir isso que Márcio colocou, que é de termos a cultura no centro do discurso, da narrativa e da prática do Estado brasileiro. Se não houver esse esforço, se prevalecer uma visão meramente técnica da burocracia do Estado, se nós tivermos uma visão segmentada da ação dos ministérios, vamos ter dificuldades. Vai ser aquela coisa miúda da política, que eu conheço bem, e que dissolve a unidade e organicidade na hora da intervenção.

Caso se permaneça respondendo, através de processos segmentados, não será possível dar uma resposta mais efetiva. Nós não podemos abrir mão de desenvolver e dirigir os mecanismos para implementar uma nova política cultural, e assim, poder travar a boa batalha, o desafio

da guerra cultural nos foi lançado e nós não podemos responder com ingenuidade e com bom-mocismo (?) aos inimigos da cultura libertária e progressista no país. Eles não estão aí para facilitar a nossa vida. O bolsonarismo e os demais conceitos reacionários e repressores continuam com sua força.

Nós temos uma correlação de forças institucional difícil, só pode ser rompida se houver a mobilização da sociedade civil, se houver mobilização de ambientes como este das universidades públicas, das representações dos movimentos sociais, de novos movimentos sociais que têm que ser criados e de uma articulação que o ministério tem que fazer com os setores mais organizados da sociedade. Os Pontos de Cultura, que é uma aposta estratégica naquilo que é disperso na base da sociedade brasileira e é um universo muito rico, é importante frisar. Porém, está faltando uma articulação e uma ação mais orgânica com aquilo que já é organizado, mesmo que sejam estruturas consideradas tradicionais. Nós não podemos ver as estruturas tradicionais, dos movimentos sindicais, estudantis, de categorias ou de bandeiras outras, como bloqueio, como se elas fossem carregadas de deformações e limitadas. Eu me refiro ao movimento sindical, eu me refiro aos movimentos sociais diversos, são muitos, e eu tomo como exemplo a União Nacional dos Estudantes (UNE). Este é um dos poucos movimentos sociais que tem uma relação histórica e muito positiva desde o primeiro ano do governo Lula em 2003. Então, a Bienal de Cultura da UNE que aconteceu aqui na Bahia teve um apoio absoluto do Ministério da Cultura, e uma série de iniciativas que faz com que seja um caso de sucesso, essa relação entre o Ministério da Cultura e o movimento estudantil universitário, poderiam existir outros casos de sucesso. Penso que é urgente explorar muito essa relação entre Estado e movimentos sociais mais densamente organizados. É uma pauta em processo.

Meu tempo esgotou, e agradeço o convite de Albino Rubim e dizer que esse tipo de evento tem que se repetir, aqui e noutros ambientes. Há muito espaço, eu participei até dois dias atrás da Feira Literária de

Mucugê, da Chapada Diamantina, Bahia e fiquei impressionado com o ânimo, o otimismo, a disposição que as pessoas estão tendo para discutir cultura, para discutir política cultural. E fiquei supercontente de saber que na Bahia tem 60 feiras literárias acontecendo por ano, o que é um sintoma bem positivo, bem bacana. Isso é uma resposta da nossa sociedade ao obscurantismo que nos governou até poucos dias atrás. Um belo exemplo.

Notas sobre economia política da cultura em movimento

*Silvio Humberto dos Passos Cunha**

Eu falo do lugar de vereador, de terceiro mandato pelo Partido Socialista Brasileiro (PSB), presidente da Comissão de Cultura, por dois mandatos, e também como professor da disciplina Desenvolvimento socioeconômico do curso de Ciências Econômicas do Departamento de Ciências Aplicadas da Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS) e um dos fundadores do Instituto Cultural Steve Biko.

Olhando o tema, democracia, disputas ideológicas no campo da cultura, eu acho que poderíamos logo acrescentar que é uma democracia inacabada, considerando que, quando se olha os números das desigualdades sociais, somos um país rico e

* Fundador e presidente de honra do Instituto Cultural Steve Biko
Professor Adjunto da Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS)
Vereador pelo Partido Socialista Brasileiro (PSB).

extremamente injusto, não é possível afirmar que temos uma democracia acabada. Então, enquanto isso não for resolvido, enquanto o Brasil continuar a liderar “a Copa do Mundo das desigualdades”, e, certamente, não tomaremos 7x1 da Alemanha, como ocorrera, em 2014, de triste memória para a torcida brasileira. É preciso entender que essa democracia segue inacabada quando envolve a participação e a representatividade das pessoas negras, a diversidade das pessoas negras, indígenas, das mulheres negras, e da comunidade LGBTQIAPN+, dá para perceber o quanto ainda nós temos a caminhar.

Eu quero lembrar aqui, que em 2020, ainda no início da pandemia, li um artigo da jornalista Eliane Brum,¹ no qual ela, citando Bruno Latour sugeria fazer um inventário das práticas que gostaríamos que não fossem retomadas e daquelas que, pelo contrário, gostaríamos que fossem ampliadas. Mas parece que mudamos muito pouco, porque, infelizmente, a sociedade continua a ser aquela que vai seguindo seu curso comandada pelo rentismo que inclusive ampliou seus ganhos durante o período pandêmico. Isso me faz retomar o Joseph Ki-Zerbo, um dos primeiros historiadores africanos, e ele falava: “se nos deixarmos, estaremos mortos”. E aí, nesse sentido, que não podemos baixar a guarda.

A vereadora Laina Crisóstomo em sua fala relembrou o desmonte sofrido pela Fundação Cultural Palmares durante o desgoverno do inominável, em que se chegou ao limite de tentar se mudar o símbolo, e mais do que isso, mudar o nome da Fundação Palmares para Princesa Isabel.² Não podemos esquecer isso, é preciso estar contando isso, várias vezes, porque senão fica parecendo que foi um sonho de uma noite de verão. Foi um pesadelo e isso não acabou.

Então, esse processo da união e reconstrução nacional proposto pelo governo Lula 3 passa, de fato, por essa disputa de narrativas, e passa também por todos nós reconhecermos; lembrando do professor Ordep Serra, quando ele disse que os demônios seguem soltos, dentro dessa dicotomia de paraíso e inferno... E temos que estar atentos e

lembrar que, nesse debate que envolve a união e a reconstrução nacional, também precisamos lembrar que o campo progressista tem que quebrar algumas de suas “caixinhas” do pragmatismo da governabilidade que tendem a secundarizar, principalmente, o enfrentamento do racismo estrutural, do sexismo, da intolerância.

Quero lembrar que quando Margareth Menezes foi chamada para assumir o Ministério da Cultura (MinC), não foi algo pacífico. Uma das perguntas que se fez, foi se não devia ser alguém mais técnico? A escritora Conceição Evaristo e a jornalista Flávia Oliveira pontuaram esta questão para evidenciar o jogo da dissimulação posto. Então, se não fizermos, verdadeiramente, esse debate, e implementarmos as mudanças necessárias corremos o risco que nessa união e reconstrução nacional tenhamos as mesmas visões e/ou os mesmos vícios. Então isso precisa ser dito pois, foi um embate, não foi algo assim muito fácil, e não seria, porque a Ministra Magareth é portadora de algumas interseccionalidades. A primeira é que ela é uma mulher negra, não quero nem estabelecer hierarquias aqui entre as interseccionalidades. Ela é negra, mulher e nordestina. E a todo momento isso foi colocado. Então se fosse uma outra pessoa sem esses predicados, qual seria o comportamento?

Também não podemos esquecer o que se falou aqui, que de fato a guerra não começou com Bolsonaro, ele fez aquele *la crème*, mas foi Temer quem primeiro disse “vou acabar com o Ministério da Cultura”. Não foi outro. Ele tentou, mas enfrentou a força, a capacidade organizativa, mobilizadora dos fazedores e fazedoras de cultura que impediram Temer de concluir esse projeto.

Ele não tinha o ambiente político, as condições para fazê-lo, mas em sete meses, naquela época, foram dois ministros praticamente que caíram. Roberto Freire, que foi vaiado no prêmio Camões, depois ele saiu e assumiu uma outra pessoa, Sérgio Sá Leitão, até chegar a Bolsonaro que reuniu todas as condições e disse “não, agora chega de Ministério da Cultura”.

Nesse processo de reconstrução, também é de fundamental importância discutir essa relação entre economia e cultura, que é problemática pois quando a gente fala da economia da cultura, tudo em que se coloca a economia na frente torna-se o primado do econômico. A economia da cultura, a economia verde, a economia urbana é sempre o econômico puxando, e há que se ter ressalvas, porque o nome disso é sociedade de mercado. É o mercado sempre na frente, priorizando mais as coisas do que as pessoas. E nesse sentido, vou dialogar com a professora Ana Fernandes e com uma discussão resultante do que eu li no artigo do professor Albino Rubim, quando ele traz um debate sobre o que é a sociedade de mercado. Antes a gente falava muito em cultura e desenvolvimento, e ele diz que cultura é desenvolvimento.

E, retomando o livro *Afrotopia*,³ porque nessa “União e Reconstrução”, se faz necessário pensar nas utopias, não como algo cristalizado. O autor salienta que todas as sociedades são portadoras de utopias e precisamos nos livrar dessa que é ditada pelo ocidente branco. E ele faz uma discussão desafiadora, sobre pensar o desenvolvimento como algo que já existe. E ele pergunta: por que a gente não pode falar em envolvimento. Tira o “des” que termina negando o envolvimento. Precisa trazer as pessoas. Então, ao pensar a cultura, ela precisa ser portadora desse envolvimento para trazer essa política de aproximação, dar efetividade e para chegar no povo, reconhecer essa cultura popular. Lendo, recentemente, o trabalho que faz um diálogo entre Amílcar Cabral, que foi a principal liderança da independência da Guiné Bissau e Cabo Verde, e o Ernest Wamba-Dia-Wamba, filósofo, historiador congolês que morreu em 2020, Cabral apresenta uma relação entre política, cultura e o processo emancipatório, falando de como desconstruir o Estado colonial e o Wamba falando desse Estado neocolonial e como é basilar, fundamental e estratégico a cultura para se fazer isso. Mas, é necessária uma cultura em que se reconheça que o povo pensa.

Então, discutir desenvolvimento, a palavra em si, você termina discutindo de cima para baixo. E talvez pensar em termos desse

envolvimento e reconhecer o que a população já faz, com o rap, com essa poesia negra que está a emergir, que está a movimentar a juventude, vivenciada a cada dia, nas batalhas de MC, nas feiras literárias. Em 2022, tive a oportunidade de ir à Feira Literária de Cajazeiras, lá constatei o potencial para juntar gente jovem. Assim como, assisti um espetáculo recente, “Palafitas”, as pessoas estavam lá, a juventude estava lá sendo protagonistas.

No entanto, evidentemente, quando falamos do acesso a bens culturais, isso está profundamente associado à imobilidade que nós vivemos na cidade de Salvador. As pessoas não conseguem chegar, porque não têm dinheiro para pagar um transporte. Em Salvador, cerca de 30% a 40% dos habitantes andam a pé. Um exemplo marcante disso, foi uma entrevista que dei a um jovem jornalista sobre a celebração dos 200 anos da Independência do Brasil, na Bahia, e me chamou a atenção que ele, que tem 20 e poucos anos, nunca tinha acessado a Biblioteca Central do estado localizado no centro da cidade. Aí quando perguntei, por quê? Porque eu moro em Cajazeiras/Águas Claras, lá. Eu disse: não, você mora ali em Cajazeiras/Águas Claras, cerca de 30 a 40 minutos de ônibus, hoje o tempo médio de viagem é reduzido com a chegada do metrô. Então é com essa imobilidade estruturante de desigualdades no acesso ao direito à cidade e aos bens culturais que nós temos que lidar diariamente. Essa falta de acesso é parte dessa democracia que segue sendo inacabada.

Por outro lado, a cultura, envolvendo a nossa juventude, salva vidas diariamente. Um sarau tem salvado muitas vidas, porque o jovem começa ali, seja pela música, seja pela poesia, e sobretudo pela poesia, esse processo de reconexão com sua humanidade. E quando o(a) jovem negro(a) se reconecta com essa humanidade, esse jovem tende a não cair na armadilha da “aritmética”: “eu sou 3, eu sou 2, ...”, são esses números que identificam as principais facções, segundo os noticiários, que atuam no estado da Bahia resultando em numero crescente de mortos quase todos os dias e associado a alta taxa de letalidade policial tem

levado a Bahia a liderar o *ranking* de mortes de jovens negros. Afinal, a tal guerra as drogas que só produzem cadáveres, cadáveres negros.

Então, há uma tarefa a ser feita que passa pelo envolvimento do conjunto, de todos nós, que exige sair de uma certa zona de conforto. Nós vamos ter que quebrar algumas caixinhas, entre elas, trazer as juventudes e a dignidade para a centralidade das políticas públicas em todos os níveis de governo e sociedade civil, reconhecendo suas construções, seus jeitos e tempos. Pensar as formulações das políticas públicas “com” e não “para” eles/elas e ter a dignidade humana como princípio basilar.

O vivenciar os tempos difíceis e obscuros da gestão da cultura do ex-presidente inominável testou a nossa resiliência quase ao “limite”, evidentemente não sem perdas e retrocesso civilizatórios, inclusive aquela máxima popular “nada é tão ruim que não posso piorar”. Se no período Temer a disputa era por recursos, o que seguiu foi uma disputa entre a barbárie x civilização e sem contar as várias tentativas de criminalização das produções artísticas. Quando parecia que seríamos vencidos, da lama ao caos, do caos a lama, essa combinação criativa se impôs, se fez na mobilização dos milhares de fazedores e fazedoras de cultura espalhados nos quatro cantos desse Brasil que por meio das leis Aldir Blanc e Paulo Gustavo não somente sobreviveram ao período pandêmico como saíram do emergencial as ações estruturantes para a cultura com recursos orçamentários e continuidade, envolvendo o governo federal, os governos estaduais e os municípios. É a Cultura movimentando a cena política e econômica, porque não dizer, a economia política da cultura em movimento.

E para encerrar, lembro mais uma vez o que foi dito lá atrás, por esse grande historiador africano, Joseph Ki-Zerbo: “se nos deitarmos, estaremos mortos”. Sigamos com a luta!!

Notas

- 1 BRUM, Eliane. O futuro pós-coronavírus já está em disputa. *Combate. Racismo Ambiental*. 8 abr. 2020. Disponível em: <https://racismoambiental.net.br/2020/04/08/o-futuro-pos-coronavirus-ja-esta-em-disputa-por-eliane-brum/>. Acesso em: 12 dez. 2023.
- 2 Disponível em: <https://www.poder360.com.br/governo/camargo-quer-mudar-nome-da-fundacao-palmares-para-isabel/>. Acesso em: 12 dez. 2023.
- 3 SARR, Felwine. *Afrotopia*. São Paulo: n-1 edições, 2019.



COLEÇÃO CULT

Parte 2

Políticas para as artes: compreensões e desafios



Reflexões sobre políticas para as artes

*Gica Nussbaumer**

Boa tarde. Obrigada pela presença de todos, todas, todes.

A mesa “Políticas para as artes: compreensões e desafios” tem como objetivo promover o debate e a reflexão sobre as políticas para as artes no Brasil, considerando as diferentes compreensões e visões de mundo que estão em disputa e os principais desafios que marcam o momento político atual e a chamada “retomada da cultura”. Sabemos que a fragilidade das políticas públicas para as artes no país é de longa data e que ela não foi devidamente enfrentada nem mesmo durante a gestão de Gilberto Gil no Ministério da Cultura (MinC), considerada um marco das políticas culturais brasileiras.

* Professora da Universidade Federal da Bahia (UFBA), pesquisadora do Centro de Estudos Multidisciplinares em Cultura (CULT).

Em 2015, somente em 2015, vivenciamos um processo de construção do que deveria vir a ser uma política nacional para as artes. Esse processo, no entanto, foi bruscamente interrompido pelo golpe de 2016. Nos anos seguintes, sabemos como foi, assistimos a um verdadeiro desmonte das nossas políticas e instituições culturais.

Vivemos agora uma retomada da cultura, com a refundação do MinC e a perspectiva de uma recuperação institucional da Fundação Nacional de Artes (Funarte), com a proposta “Funarte Retomada” e um orçamento recorde, que nunca tivemos antes. Propomo-nos aqui, justamente, debater essa retomada, esse reconquistar, esse reaver do que se havia perdido, esse prosseguir do que estava interrompido e, sobretudo, um conquistar daquilo que nunca alcançamos. Isso, a partir da discussão de algumas questões que foram propostas aos(as) participantes da mesa e outras que deverão ser trazidas pelos(as) colegas aqui presentes.

Entre essas questões: o que entendemos por políticas para as artes? De que artes estamos falando? Qual a importância e, principalmente, os impactos das políticas públicas específicas para as artes? Quem deve propor, executar e avaliar essas políticas? A partir de quais diretrizes, de quais pressupostos fundamentais e inegociáveis?

Essas questões são atravessadas por muitas outras: como evitar um eterno recomeço, que a gente conhece tão bem, a cada nova gestão, tanto nas discussões como na implementação dessas políticas? Entendo que é preciso considerar o acúmulo de experiências e de reflexões que temos, hoje, sobre o tempo passado e o tempo presente de nossas práticas e suas repercussões.

Conseguiremos garantir, neste momento de retomada da cultura, uma prática e um pensamento efetivamente democráticos no que se refere a orçamentos próprios, participação social e iniciativas outras que não apenas decorrentes do governo federal? Em muitos estados, inclusive naqueles que já foram referências por suas políticas, como é o caso da Bahia, essa prática e esse pensamento não têm se efetivado, apesar do

alinhamento no discurso com o que é proposto no debate nacional em termos de políticas culturais. Em alguns municípios essa prática e pensamento democráticos estão longe sequer de serem imaginados.

Vale refletir, ainda, em que medida a lógica neoliberal está se fazendo cada vez mais presente nas políticas públicas de cultura, nas políticas públicas para as artes, no funcionamento e no financiamento dos segmentos do campo artístico-cultural que sobreviveram à pandemia. Considerando esse contexto, qual o papel das diferentes instâncias, gestore(as) e demais agentes culturais, na luta por políticas públicas efetivas, transversais, inclusivas e democráticas para as artes?

A retomada ou a construção de uma política nacional das artes depende do enfrentamento a essas e tantas outras questões, como as intervenções partidárias constantes nas pastas da cultura, a visão limitada e conservadora que ainda temos das potencialidades do campo, inclusive nas artes, as visões que afrontam os direitos coletivos e desconsideram o campo cultural na sua diversidade.

O que buscamos não é apenas, como diz o significado da palavra “retomada”, reaver aquilo que se havia perdido ou prosseguir com o que estava interrompido, sabemos que isso é insuficiente. As disputas hoje no campo cultural assumem outros contornos, exigem novos protagonismos e protagonistas, mais representativos(as) e diversos(as), exigem o enfrentamento as diversas questões históricas, que nos são provocadas a partir de movimentos, insurgências e convocações contemporâneas.

Por fim, é preciso registrar que quando falamos em “retomada” não estamos nos referindo a um recomeço nas mesmas bases, a manutenção de um determinado *status-quo* que foi se instalando no setor cultural, nas políticas culturais, e que não permitia e ainda não permite o seu desenvolvimento a partir de mudanças e alternâncias que sabemos hoje serem fundamentais. Estamos, com a proposta desta mesa sobre políticas para as artes no Brasil, defendendo justo ao contrário, a necessidade de um novo pacto por uma nova cultura na cultura política do país.

Indisciplinaridades da Cultura no Brasil

*Cacá Machado**

Boa tarde a todos. Prazer imenso estar aqui.

Como vamos dar conta de todas essas perguntas, dessas provocações? No fundo é algo que está muito represado dentro de nós nesses últimos anos. Acho que é natural chegarmos aqui com uma intensidade muito grande para discutir. E, ao mesmo tempo, eu sinto que tem gerações passando e muita coisa vai ficando para trás entre o esquecimento e a memória.

Primeiro, o meu lugar de fala. Eu transito em três mundos, que é o mundo das artes, como criador e artista da canção popular comercial. Ao mesmo tempo, sou um historiador, professor e pesquisador de universidade que tem, portanto, uma atividade dentro do campo específico da história da cultura.

* Historiador e compositor, professor e pesquisador do Instituto de Artes da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Foi diretor da Funarte (2008/2010), do Auditório Ibirapuera (2011) e, atualmente, é Diretor de Cultura da Unicamp. Autor de diversos livros, ensaios, CDs e LPs.

Trabalho com a diáspora no século XIX e a construção da música nas Américas a partir de uma perspectiva da cultura sonora. Ou seja, não tem nada a ver com a discussão da gestão cultural, da política cultural, assunto do nosso encontro hoje. Mas, por outro lado, acabei caindo na vida da política cultural quando fui diretor da Fundação Nacional de Artes (Funarte), depois do Auditório Ibirapuera e, mais recentemente, assumi a direção de Cultura da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), entre outros cargos institucionais. Em suma, na minha fala de hoje eu vou tentar responder as perguntas que foram enviadas previamente por Gica Nussbaumer, coordenadora desta mesa.

Quando eu disse que temos uma coisa que está muito represada e chegamos aqui com essa intensidade, também deve-se levar em conta as diferentes gerações que passaram pela recente política cultural do Brasil. Eu, por exemplo, fui gestor e diretor de música da Funarte entre 2008 e 2010. Nestes anos, ainda eram crianças alguns dos participantes das ocupações dos equipamentos culturais, em 2016, após o *impeachment* da Presidenta Dilma. Muitos jovens estavam nas ocupações do Rio de Janeiro, de São Paulo e do Brasil todo. Vocês lembram muito bem desse episódio, porque tinham jovens de 16, 17 anos. Temos um buraco de gerações e, portanto, um buraco de memória.

Talvez essa seja a pergunta mais profunda que me toca, que é como lidamos com essas várias gerações e como conseguimos trazer esse, digamos, repertório gigantesco que temos dentro do campo das políticas, de um pensamento crítico sobre as políticas públicas, e, por fim, como articular isso tudo.

Então eu vou tentar de modo enviesado e, a partir de alguns núcleos temáticos que eu elenquei, tocar nessas questões que a Gica trouxe e com as quais eu concordo de antemão do ponto de vista de suas formulações. No entanto, qual é o nível de profundidade que essas perguntas podem ser feitas? A resposta é um exercício coletivo. Por isso que eu vou tentar ser muito sintético para que a possamos estabelecer um

diálogo aqui. O primeiro assunto que eu vou tratar rapidamente é sobre a singularidade das artes no cenário da gestão cultural.

Eu costumo dizer que apesar termos os institutos de arte e tudo mais, o quanto é complicadíssimo pensar a arte dentro da universidade. Vindo agora para cá – moro em São Paulo – eu estava lendo o Plano Nacional das Artes (PNA), de Portugal¹. E é curioso porque no plano de Portugal, um plano que é relativamente recente, se não me engano, de 2014, 2015, é um plano diferente do nosso, porque eles pensam a arte e o fazer artístico associado à educação. Não que a natureza dessa relação seja diferente aqui, mas no Brasil por conta de vicissitudes, por conta de um processo histórico específico, de algum modo, as artes se separaram da educação. Embora tivéssemos um Ministério da Educação e da Cultura juntos, mais recentemente, sobretudo quando eu tive a experiência dentro do Ministério da Cultura (MinC), na época em que Haddad era o ministro da cultura, a cultura e a educação eram mundos separados. Havia poucos projetos conjuntos e faltava, sobretudo, articulação entre os campos.

Por exemplo, logo que eu cheguei, eu lembro que foi aprovado o Depósito Legal de CDs e depois a Lei do Ensino Musical. Não sei se vocês lembram disso em 2008, 2007, e era necessário regulamentar essa Lei do Ensino Musical. Até hoje ela não foi regulamentada. Portanto, essa lei até hoje está em andamento. Então isso mostra a singularidade de que estou falando.

Um segundo assunto é a tradição das artes e do patrimônio entre o apoio e o financiamento. É uma certa tradição brasileira pensar o apoio e o financiamento e não a construção de políticas públicas. E daí é preciso historiar um pouco esse processo.

Isaura Botelho que está aqui presente e eu tive a honra de conhecê-la, escreveu um livro fundamental sobre o tema analisando justamente como a Funarte, fundado em 1975, ocupou por um bom tempo o lugar da cultura institucional no governo Federal e em 1985, com a criação do MinC houve sombreamentos.² E desde então a gente tem

processos particulares que precisamos entender e que criam particularidades na nossa história recente. O que me interessa é o rastro que fica. E esse rastro são os problemas que a gente tem que para enfrentar. E, muitas vezes, eles não são ditos, porque as coisas ficam ditas entre os dentes. Por exemplo, o Brasil nunca lidou com os mortos da ditadura militar. Temos quase que uma tradição de colocar as coisas por debaixo do tapete. Então eu acho importante revisitarmos essas coisas.

Depois desses dois assuntos mais gerais eu vou entrar agora em algumas questões mais “técnicas” da gestão cultural. Isso também é um assunto que precisamos abordar de algum jeito. Por exemplo, o edital como ferramenta. Qual o seu sentido? Precisamos ainda usá-lo? Óbvio, o edital é a ferramenta mais republicana que se tem, mas já vou voltar a falar disso.

E, por último, daí sim com Maria Marighella, Léo Lessa e Rui Moreira, aqui presentes, podemos pensar o futuro da Funarte. Importante dizer que vocês estão fazendo um projeto maravilhoso de retomada, pude assistir o vídeo e tudo mais, mas também acho que é preciso pensar fora da gestão. Eu vou fazer provocações de quem está, neste momento, na sociedade civil. Esse é o percurso geral que eu quero percorrer na minha fala de hoje.

Eu falei um pouco aqui sobre a singularidade das artes nesse cenário da gestão cultural, a dificuldade mesmo de qualificar isso. Porque a arte é um lugar da transgressão, é um lugar de liberdade. E, lendo hoje, naquele programa do Plano Nacional de Portugal, eles usam a expressão “indisciplinaridade”. Achei bonito isso. Porque essa ideia de que a gente não pode colocar a arte numa caixinha, ou seja, numa disciplina acadêmica. O tempo todo trabalhando na transgressão desse lugar, talvez seja esta uma das naturezas da arte.

Na universidade, por exemplo, eu sinto diferenças brutais entre a metodologia das ciências humanas, mais consolidadas, e aquilo que a gente poderia chamar de metodologia das artes. Isso é uma construção, estamos em plena construção. A arte também tem uma dimensão que é

da gratuidade, ou seja, ela é pura graça e de graça. Acho bonito isso. Ela é graça divina, é graça no sentido, e ela tem que ser de graça e de acesso universal. Agora, a história do século XX, para a gente ficar só no século XX, algumas linguagens se tornaram um produto e ganharam a forma de mercadoria. No momento em que ela vira forma mercadoria, a gente tem um negócio da arte também. Vocês sabem que dentro da palavra negócio está contida a palavra ócio. Lembrando agora e saudando nosso querido e amado Zé Celso, agora na internet está circulando um videozinho dele no *Roda Viva* (programa *Roda Viva* da TV Cultura), em que ele falou que precisamos do ócio, do ócio criativo. Ele foi chamado, nos anos 1980, de decano do ócio. Zé Celso está coberto de razão, a arte só se faz no ócio. Agora a gente tem a negação do ócio, que é a forma mercadoria. Como a gente lida conceitualmente com isso? Ou como se lidou conceitualmente com isso? Até dentro da história do MinC, eu diria que a gente teve gestões que tiveram pensamentos opostos.

E já que vamos falar e dar nomes aos bois, foi justamente na passagem de gestão Gil/Juca, de 2010, para Ana de Hollanda, em que tivemos um ruído muito grande nessa noção de como entender a dimensão da chamada econômica das artes ou da cultura de modo geral, e aquilo que foi negado como um lugar. Isso é, como se a arte pudesse ocupar um lugar somente da cultura, da resistência e não dialogasse com a forma mercadoria e que, portanto, o Estado e a política pública deveriam deixar para o mercado se autorregulem e não ser responsabilidade do Estado propor modos de regulação dessa forma de mercadoria. A música tem isso com muita clareza, o cinema, obviamente, também tem isso com muita clareza, o teatro, a dança, sim, mas de modo muito diferente. Isso é uma discussão que pode ir longe (Eu só estou mandando aqui a pimenta para depois a gente discutir, só para esquentar um pouco!). E daí surge, por exemplo, uma questão urgente que a gente precisa lidar, que é aquilo que se acreditou sobre como o mundo digital seria um mundo de liberdade. Mas se revelou o contrário. Hoje em dia, o que a gente tem é um grande mundo de monopólio. E nesse mundo de

monopólio, atualmente, sobretudo do Google, a “liberdade” assume a forma mercadoria. Usarei um exemplo da música, porque é o lugar em que eu tenho mais naturalidade para falar. Num primeiro momento, a música como forma mercadoria assumiu o formato do disco, como produto e venda e coisa e tal. Hoje em dia, ela é um produto virtual, no formato de um negócio chamado *streaming*. E daí a música passou a ter uma nova questão em torno do *streaming*, ou seja, precisamos discutir urgentemente direitos autorais digitais. E eu acho fundamental, Léo, Maria, que a Funarte se coloque nisso. Não pode ficar só com a secretaria do Marcos Souza, não pode ficar só dentro do MinC, a discussão dos direitos autorais é uma questão das artes. Eu acho muito importante atuarmos como artistas, com a cabeça de criadores, que é diferente da cabeça dos fazedores de negócios da arte. É importante entrarmos nessa discussão de algum jeito, porque ela fica muito fechada no próprio circuito da chamada grande indústria, e os pequenos produtores/fazedores ficam fora disso. Então temos que entrar nessa discussão urgentemente!

Outro exemplo: a tradição que temos de financiamentos. Eu só vou listar aqui porque o tema rende. Fica como um item de cardápio que eu deixo para que, se houver interesse, aprofundemos no debate.

Já se falou demais do alargamento do conceito de cultura, o conceito antropológico de cultura etc., na gestão Gil/Juca. E mesmo numa gestão que tinha um grande artista no comando, as artes ficaram para o segundo plano. As artes ficaram para o segundo plano por dois motivos. Eu acho que tem um problema de ordem da própria complexidade do campo das artes e um embate ideológico que teve dentro do MinC entre setores do Partido dos Trabalhadores (PT) com a gestão Gil/Juca. Então isso é outra questão que precisa ser falada de algum jeito para entendermos quais os problemas que foram gerados. Aquilo que eu costumo chamar de “descontinuidades continuadas”³. No fundo, o que tivemos foi uma grande descontinuidade de 2003 até agora. Obviamente, num sentido muito mais profundo e traumático, com o

golpe de 2016 do Temer, e obviamente depois no período do Bolsonaro. Mas é preciso reconhecer que mesmo dentro do nosso campo chamado “progressista”, tivemos grandes descontinuidades. E isso, precisamos discutir, aprofundar essas reflexões. Não no sentido de punir um ou outro, ou cobrar um do outro, mas entender como a gente chegou até aqui. Enfim, está aí um tema para nosso o debate.

Agora, outro tema: sobre o edital como um mecanismo de fomento. Eu sempre falei que considero o edital uma ferramenta de exclusão social, não de inclusão social. Lógico que isso é um efeito retórico, mas verdadeiro, já que ele é a melhor ferramenta republicana que temos para, digamos, dividir o nosso dinheiro público. O problema é que o edital, isto é, para ele funcionar bem, ele precisa ter um corte muito preciso e cirúrgico. Se temos “descontinuidades continuadas”, dificilmente conseguimos articular os setores culturais para o entendimento do que seria o corte “cirúrgico” de ação de um determinado edital. E daí quando se lança editais, como a Funarte lançou agora maravilhosamente bem, com um orçamento gigantesco, jamais visto, aliás, para quem vê de fora, do lado da sociedade civil, a impressão que temos é de uma grande dispersão. Eu faria a mesma coisa se tivesse no lugar da Maria ou do Léo, faria os mesmos editais, não estou criticando, mas, no fundo, estou criticando um processo de descontinuidade, pois desse modo, sob uma ampla perspectiva “transversal”, a gente não consegue ter o corte cirúrgico que acredito ser necessário para os editais. Pois o ponto ideal, no meu entendimento, seria a gente ter linhas de financiamento a partir de fundos setoriais específicos de cada área artística. Desse modo, eu não precisaria ficar concorrendo com meus pares de outras áreas de criação. O edital ainda tem mais um problema: o custo operacional e financeiro dentro da máquina pública. Vocês sabem, por exemplo, que qualquer edital mobiliza muito a atividade dos diretores da Funarte. Grande parte desse processo é a montagem de comissões etc. e tal. O corpo técnico da Funarte é mínimo o que acaba por exigir que os diretores estejam corpo a corpo com o processo. Isso tira tempo

de suas atividades para articulação política do setor, que acredito ser a função primordial de uma diretoria de área artística.

Em suma, isso é uma grande armadilha. Eu não tenho resposta para isso, sou capaz apenas de fazer o diagnóstico. No fundo tenho mais dúvidas do que certezas. Acho que ainda temos que continuar fazendo os editais, que fique claro que não estou defendendo o contrário. Mas como pensar outros mecanismos que não seja este? Bem isso tem a ver agora com as “continuidades”. Pois bem, eu poderia dar um exemplo do que aconteceu com a música em 2008 e 2010, em torno da Rede Música Brasil, mas isto ocuparia tempo demais da minha fala. Se de fato houver interesse, na hora das perguntas, eu dou esse exemplo e mostro como que um setor, em um determinado momento, conseguiu ter um tipo de articulação que eu acredito que chegou aí no final de 2010 com a promessa de um fundo de 80 milhões para a música, em que se conseguiu esquadriñar esses valores sem nenhum edital, num grande acordo entre entidades nacionais. Mas isso foi uma construção muito delicada. E não é assim do dia para noite que se faz. Mas é porque tínhamos uma continuidade de gestão entre 2003 e 2010.

Mas é importante contextualizar que a Funarte vem de um pensamento muito patrimonial, de pensar arte como patrimônio, originalmente criada no contexto da ditadura militar e num momento em que não se falava em “política cultural”. Ela cumpriu uma função extremamente importante. De lá surgiram projetos fundamentais, como Pixinguinha, Carequinha, Claus Vianna e tudo mais. Mas o mundo mudou. E muito.

Já na gestão em que eu participei interrompemos o projeto Pixinguinha, porque, só para dar esse último exemplo, e para contextualizar, eu lembro que foi gasto, algo como três, ou quatro milhões para o projeto Pixinguinha fazer circular 16 artistas pelo Brasil. Quando ele foi pensado pelo Hermínio Bello de Carvalho, a ideia era levar o artista e o saber técnico do show-espetáculo para regiões que supostamente não tinham essa experiência, isto é, o Norte e o Nordeste do Brasil. Era

uma visão de uma perspectiva centralizada no Sudeste, região rica e polo de concentração da indústria do entretenimento. O que era meia verdade, mas tudo bem, vamos acreditar que isso é uma verdade. Foram 16 artistas circulando o Brasil, gastando isso tudo. Eu lembro que na época estávamos articulando os movimentos e o Pablo Capilé, que era de um movimento chamado “Fora do Eixo”, vinha de uma experiência do “Cubocard” (sistema de financiamento solidário praticado pelo “Fora do Eixo”) e falou assim: “*Pô mano, Cacá, com dois milhões eu faço uma revolução*”! É verdade. Naquele momento, o Instituto Moreira Salles, junto com o MinC, fizeram o levantamento dos festivais de música no Brasil em 2008. A gente tinha mais ou menos 400 festivais independentes de música. O que fizemos? Pegamos esse dinheiro do Pixinguinha e aplicamos numa rede de festivais.

Enfim, isso é apenas um exemplo concreto. Mas serve para defender meu argumento: experiências como essas têm que ressignificar o lugar que a Funarte ocupa hoje em dia!

Por fim, eu tenho dúvidas se para a cena contemporânea faz sentido o governo federal ter uma grande fundação guarda-chuva, do porte da Funarte, que comporta num mesmo lugar áreas tão complexas e diferentes, de natureza tão diversas, como a música, o teatro, as artes cênicas, as artes do corpo. E por que o audiovisual não está na Funarte? Por que o audiovisual tem uma história à parte dentro desse organograma geral do MinC?

Essas são algumas pimentinhas que eu queria jogar aqui para debatermos coletivamente. Obrigado!

Notas

- 1 Cf. <https://www.dge.mec.pt/plano-nacional-das-artes>.
- 2 BOTELHO, Isaura. *Romance de formação: Funarte e política cultural (1976-1990)*. São Paulo: Edições Sesc São Paulo, 2023.
- 3 MACHADO, Cacá. Música e ação política, Brasil 2003/2016. *Políticas Culturais Em Revista*, Salvador, v. 10, n. 2, p. 119–147, 2017. DOI: <https://doi.org/10.9771/pcr.v10i2.24319>.

Pelas Artes

*Carmen Luz**

Eu queria em primeiro lugar cumprimentar, saudar você, Gica Nussbaumer, e a Universidade Federal da Bahia (UFBA) pelo convite, saudar os meus colegas que estão na plateia, meus colegas de todas as áreas e também, as professoras e professores. Em especial a professora Dulce Aquino, minha saudação, pois antiguidade é posto, não é mesmo? Eu recebi as perguntas da ementa, quase como uma prova de vestibular. Aliás, muito bem formuladas. Claro que isso é uma brincadeira, Gica! Mas, como péssima aluna de vestibular, fiquei pensando como é que eu iria responder, fiquei pensando nas múltiplas escolhas possíveis e, sinceramente, impossíveis também. Bem... eu vou tentar fazer um exercício aqui em

* Multiartista, curadora e pesquisadora em dança

público, pensar um pouco em voz alta. Eu escrevi aqui nesta folha meia dúzia de frases para estabelecer, ainda que minimamente, as perguntas e ver em nosso aqui agora, neste nosso ao vivo, quais possíveis respostas, pensamentos... surgem dessa relação. Minha tentativa é de um exercício poético.

Eu estou falando a partir da minha condição de artista, de um certo lugar atravessado, uma artista com algumas passagens e paragens na gestão. Minha experiência na gestão pública começou no campo da Educação associado a Cultura, na década 1990 e a última atuação foi no campo da Cultura vinculada às Artes, como diretora artística do Centro Coreográfico da Cidade do Rio de Janeiro, terminou em 2011. Faz tempo. Mas eu, também, entendo o lugar da artista, do artista e de artiste, como um lugar de gestão também. A pessoa artista é uma gestora de problemas, bem e mal-vindos, inesperados e premeditados, digamos que ela seja, também, uma gestora de acasos; uma gestora de pessoas, uma gestora de relacionamentos, portanto, gestora de um todo, muitas vezes bem-vindo, outras vezes nem tanto. De fato, acredito que desde sempre toda pessoa é uma gestora, com mais ou menos técnica ou consciência disso e a pessoa artista – seu fazer artístico, sua experiência artística erguida e praticada neste mundo – não foge desse princípio; porém ela traz consigo possibilidades de avistar horizontes e trazer pra terra coisas outras, paisagens novas ou simplesmente coisas ainda não vividas, naves não pilotadas. Mencionei possibilidades, por isso não creio estar falando sob um ímpeto romântico ou especialmente acrítico. Realmente, eu valorizo muito a experiência, a memória, a estrada. Eu tenho mesmo uma enorme fé no tempo, estou conectada a este princípio cultural que aprendi em quintais pretos. Não é à toa que pelo tempo que eu navego na terra e pelos solos que pousei, eu tenha percebido que o melhor que tivemos em termos de gestão pública, seja no Rio de Janeiro, onde vivo a maior parte do tempo, seja em outras partes do Brasil que tive acesso, o melhor da gestão cultural se fez com artistas na assessoria ou ocupando a cadeira principal.

O melhor desses gestores, da sua atuação, aconteceu quando houve um relacionamento, eu diria erótico, porque corporal, porque tátil, comunicativo, sensível com o campo social. Nessa configuração, digamos, foram capazes de abrir algumas brechas valorosas, daí a confiança que, de alguma forma, sempre se poderá insinuar, desenhar, habitar alguns caminhos novos ou refeitos, mas como sabemos bem, nunca as facilidades. Talvez esta seja uma fala um pouco histórica, às vezes alegórica demais, outras vezes bastante do cotidiano, embrionária, mas vamos ver no que dá. Quero voltar aos agradecimentos. Agradeço a Gica e sua equipe. Aliás, preciso dizer que cometi a minha primeiríssima gafe, porque eu ensaiei o agradecimento e não fiz. Esse agradecimento tem alguma coisa que, digamos, não é bem da praxe acadêmica, ou seja, isso de começar agradecendo ao pessoal da estiva, as trabalhadoras e trabalhadores que operam tanto os holofotes como atrás dos holofotes, mas que não raro são faróis. Aprendi essa expressão nos sets de cinema. Antigamente os pretos da técnica eram chamados de pessoal da estiva e de turma da pesada. Sem eles o cinema não existiria, sem eles evento algum existe. Quando eu cheguei, perguntei quem eram as pessoas da produção do evento, quem são? Porque eu queria conhecer, agradecer com o corpo. Porque pelo jeito que percebi a burocracia se desenrolando pelos e-mails, pelos telefonemas, pelas mensagens no whatsapp, imaginei que esse pessoal “da estiva”, essa equipe que ralou muito para isso tudo acontecer, bem que poderia dar aulas para as equipes de produção de grandes institutos de fomento à cultura, que crescem por aí. Que aula seria, hein?!

Então, agora refazendo, rebobinando a fita, eu gostaria de agradecer primeiro ao pessoal da estiva, Obrigada. Eu acho que eles merecem muitas palmas, sinceramente, porque foi pesado, sempre é pesado. Obrigada, gente. O bonito é que o pesado teve tratamento estético delicado. Uma estiva-artista. Será?

Acho, Gica, que este exercício que estou tentando fazer aqui, essa vivência que estou experimentando neste longo tempo para me

apresentar e agradecer, talvez já responda a algumas perguntas aqui da “ementa do vestibular”. De alguma maneira, acho que tudo o que eu disse até agora tem a ver com políticas e poéticas de reconhecimento no campo da gestão. Gestão, pra mim, rima com gestar, com reconhecer, agradecer, valorizar e reparar. Esse é o cálculo.

Mas vamos à primeira questão, o que entendemos por políticas das artes? Concordo com muita coisa que o Cacá falou. São muitos os entendimentos que ao longo do tempo consolidaram o pensamento, as ações, o “conjunto de formulações e intervenções”, nomeado como política para as artes. Grosso modo, podemos dizer que muitos desses entendimentos marcam as ideias de que a arte traz ou leva a luz a quem não tem luz. Essas ideias, sabemos, são elos de extensas correntes coloniais e colonialistas que permanecem fluindo por aqui, por ali, mais acolá. Então eu gostaria de experimentar brevemente um deslocamento, trocar a direção pelo movimento, as retas pelas curvas, a determinação pelo fluxo. Não exatamente uma política para as artes, mas uma política pelas artes, expressa nas ideias e práticas de movimento, de travessia contínua e descobertas no emaranhado dos caminhos, de criação, invenção, negociação, reconhecimento e reinvenção da vida, próprios de quem faz, do fazer e do produto artístico, dos impactos de sua recepção e dos contextos políticos e econômicos de sua produção. Reconhecer e reparar são conceitos e valores centrais para a formulação e ativação de uma política pelas artes. Se, conforme acredito, o conceito feminista negro de interseccionalidade é fundamental para a formulação de políticas culturais no nosso tempo, ele é tanto quanto indispensável para imaginar, formular e praticar uma política pelas artes.

E se a gente entender o trabalho da cultura como uma questão de justiça, realmente como um trabalho de justiça social, em sentido amplo? Uma das últimas perguntas formuladas pela Gica e sua equipe interpela qual o papel das diferentes instâncias, gestores e agentes culturais na luta por políticas públicas efetivas, transversais, inclusivas e democráticas eu sempre coloco “democráticas”, entre aspas. Sempre,

porque sem meias palavras e verdades, quando lidamos no dia-a-dia com as histórias das pessoas e das coisas, com um sem número de memórias, vamos nos dando conta de que não há democracia no Brasil. Enquanto o nosso povo continua sendo matado, digo essa palavra, matado, porque é uma palavra real, gritada, expelida no auge de um desespero e que ainda não saiu da minha cabeça desde que a escutei anteontem, vinda de uma senhora que tinha acabado de perder o filho. Pesado, sim, muito pesado! E o garoto era um dançarino. Enquanto o nosso povo estiver sendo matado pelo Estado, diariamente, não dá pra acatar sem ônus a falácia de que existe democracia aqui. Então, para essa pergunta sobre qual o papel das diferentes instâncias, gestores, agentes culturais na luta por políticas públicas efetivas, transversais, inclusivas e democráticas para as artes? Eu respondo que esse papel passa por uma agência de justiça, de invenção e reinvenção da justiça, das práticas de justiça e isso tem a ver com um j (um jota minúsculo) e modos coletivos e investimento em saberes estratégicos ancestrais. Respondo que a ideia aqui é sobre reconhecer e justificar, a gestão não como juiz, mas como justiceira. Sem posição e composição estratégica como, fabular, planejar, criar, executar, monitorar e transitar pelos espaços gestores com este tipo de agência? Há que habitar a falha da pedra.

Outra pergunta é qual a importância das políticas públicas específicas para a área. E quem deve propor, executar e avaliar essas políticas e a partir de quais diretrizes e pressupostos. No início da minha fala, fiz uma espécie de elogio à presença de artistas na gestão. Eu considero super importante essa questão. Acho que tentei um embriãozinho de resposta para esta pergunta quando insinuei um deslocamento pelo meio, uma política pelas artes. Sim é preciso retornar, circular, descobrir o que está rolando tanto no escuro imposto, quanto na luz velada. É evidente a necessidade de reconhecer nosso campo como conhecimento, complexo e a nossa diversidade absoluta. É preciso ter coragem e posição para valorizar e reparar, mas também, ter ousadia para diagnosticar e dialogar por dentro, no sistema das artes e enfrentar políticas

de morte. Eu ponho muita fé, entusiasmo e esperança nas justiça-rias estéticas que artistas e gestores concretizam, ainda mais quando juntos. Com sorte e cálculo a terra treme.

Uma outra pergunta da Gica, é como evitar um eterno recomeço nas discussões e na implementação dessas políticas considerando o acúmulo de experiências e reflexões que temos hoje. Bem, eu acredito em recomeço. Porque todo recomeço nunca é feito no mesmo ponto de partida. Justamente pela consciência de tudo o que foi realizado, pelo acúmulo de saberes, mas também por tudo o que se deixou de saber, abraçar, de gozar, de contatar, de namorar, até de cutucar por incômodo. Recomeçar tem a ver com um tomar conhecimento, saber e criar, imaginar e planejar futuro. Recomeçar não deixa de ser uma dinâmica Sankofa. Forjar o futuro, passa por inventar instrumentos novos para descobrir, visibilizar e apoiar o que existe, o que nunca deixou de existir ainda que soterrado, aquilo que foi caminhando sem ser notado. A última pergunta: como estimular uma prática e um pensamento democráticos nos estados e municípios no que se refere a orçamentos próprios, participação social e iniciativas outras não apenas decorrentes do governo federal? Acho que há um acúmulo de participação social e intervenção que ficou sufocado e que, de alguma forma, a tragédia da pandemia do covid pôs pra respirar de novo. Está devagar, mas há empenho. As articulações entre diversas instancias estão sendo feitas e vejo que há cobrança por direitos. Hoje os gestores públicos e privados precisam cumprir marcos legais, as identidades, os territórios, em sua diversidade não podem mais ser excluídos das artes e da cultura, impunemente. Há uma produção cultural e artística diversa assumindo posições, inventando caminhos e abrindo espaço de diálogo. É preciso atenção ao que está acontecendo no campo, divulgar as conquistas, gerar inovações, comprometer e disputar orçamentos. Convencer gestores, curadores e produtores, gerar interlocução frequente com instituições privadas e articulações do movimento social. É fato que o conservadorismo e a lógica neoliberal está também a todo

vapor, presente nas políticas públicas e nas privadas, para as artes. É evidente a circulação de prestígio, lucro financeiro e outras formas de ganho adquirido com a força de nossas criações, nossos corpos e cachês ora irrisórios, ora nunca à nossa altura. É um processo, mas o que se espera e para o que se cria e se luta, o horizonte, é a conquista de reconhecimento e reparação, ainda que saibamos onde estamos pisando. A luta é sempre por emancipação e justiça. Obviamente que a lógica das belas artes persiste, tanto no campo da cultura quanto na educação. As histórias e as pedagogias que trazem luz a quem não tem luz, que fazem a tão famosa transformação em seres melhores. Essas belas artes permanecem e o apelo para as composições neste modelo é imenso. A formação de curadores, programadores e gestores comprometidos com outras lógicas, com a diversidade e a pluralidade de meios e poéticas é fundamental para a permanente disputa dentro de um capitalismo de base escravista como este onde estamos inseridos. Compartilhar experiências, disseminar informações sobre direitos, criar modos de disputa por orçamentos e meios para continuar produzindo e existindo, são ações importantes e que estimulam quando realizadas com método e frequência. Mas há a metodologia de certas periferias, de sábios e as sábias vindos de muito longe, com suas tecnologias ancestrais têm ensinado para a gente formas de manter o entusiasmo, lutar e enganar a morte. Então, para por aqui. Agradeço, mais uma vez e depois a gente conversa.

Tomem assento: a Política Nacional das Artes já começou!

*Maria Marighella**

É uma grande honra estar nesta reitoria, neste evento presente em 20 anos de Políticas Públicas para a Cultura, dentro deste centro de pesquisa que é o CULT, desta Universidade Federal da Bahia (UFBA) tão importante para as artes do Brasil, bem como para a formulação de políticas públicas para a cultura. Talvez, e não tenho dúvidas dessas palavras, palavras de performance, ainda que eu leve a performance a sério como a vida, acho que talvez essa seja das plenárias mais importantes que tive a oportunidade de participar, nestes seis meses de Fundação Nacional de Artes (Funarte), agora retomada, porque acho que marcaremos aqui um pacto coletivo sobre os caminhos da Política Nacional das

* Presidenta da Fundação Nacional de Artes (Funarte/MinC) e vereadora licenciada de Salvador. Atriz, produtora teatral, professora, ativista da cultura e gestora, formou-se em Artes Cênicas pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). Atuou como coordenadora de Teatro da Fundação Cultural do Estado da Bahia (Funcub) e da Funarte. Também foi diretora de espaços culturais e assessora especial da Secretaria de Cultura do Estado da Bahia (Secult/BA). Contribuiu para a construção e aprovação da Lei Aldir Blanc, que possibilitou o auxílio emergencial para trabalhadoras e trabalhadores da Cultura. Integrou, como consultora de políticas para as artes, o Grupo Técnico de Cultura da Transição do Governo Federal. Em 2023 se licenciou do cargo de vereadora para se tornar a primeira mulher nordestina a ocupar a Presidência da Funarte.

Artes. Não “para” nem “pelas”, mas sobretudo das artes. Aqui é um momento muito importante para falarmos dessa Política. Pego carona em um pouco da fala de Carmen Luz, que é uma mulher muito inspiradora, que nos orienta demais, e avançaria dizendo que estamos aqui diante de pessoas que materializarão a Política Nacional das Artes. Ouso dizer que a Política Nacional das Artes não é uma política feita pelo Ministério da Cultura (MinC) ou pela sua Fundação Nacional de Artes, mas pelo conjunto de atores, agentes das artes que são responsáveis pela constituição dessas políticas. E aqui, queria começar falando disso, saudando essa mesa, porque Zé Eduardo faz uma política das artes, Gordo Neto faz política para as artes, Cacá Machado faz política para as artes, Gica Nussbaumer faz política para as artes, Carmen Luz faz política para as artes, Matias Santiago faz política para as artes. Nós fazemos política para as artes. Essa é uma convicção, um chamado, um levante e a retomada se dá a partir do desejo de quem ocupa e nós só ocupamos aquilo que desejamos, aquilo que amamos. Tomamos essa palavra no seu sentido decolonial de recomeço, mas também do desejo, entendendo a construção de políticas públicas nesse espaço de desejo, direitos e decisão.

Essa palavra retomada não é um recomeço do passado, é uma retomada de futuro, recuperando acúmulos históricos, não só esses vividos por nós, mas também do conjunto de formulações, iniciativas, experiências, transcendências, mistérios de que somos constituídas. Portanto, tenho convicção que aqui temos esse “nós” imenso das artes. E não só as pessoas aqui presentes ou aquelas que nos acompanham, ou que verão a transmissão online, mas nessa roda, nessa conjuração, nesse congoçamento, nesse chamado, partilhamos essa experiência.

E faço isso não com as minhas próprias mãos, no lugar que hoje ocupo, mas como exercício de partilha de responsabilidades que precisam ser distribuídas, compartilhadas. Então, antes desta fala e fazendo essa preleção, também digo que toda política nasce para alguma coisa, com alguma vocação. E certamente no Brasil, uma política para as artes,

antes de mais nada e de qualquer formulação, está comprometida com um futuro de igualdade, justiça, solidariedade e vida. Não há possibilidade de avançarmos conceitualmente sem que o motor que nos traz aqui seja sim o da democracia radical e não o embuste que vivemos hoje. Nunca se falou tanto em democracia, num dos períodos mais tristes da nossa história, mas é preciso sair das formalidades e mergulhar nas práticas que nos levarão adiante. Me emociona demais a fala de Carmen Luz, quando ela diz que as artes feitas em territórios muitas vezes invisibilizados ou por maiorias minorizadas, fazem desse fazer uma enganação da morte. As artes, a cultura brasileira, sim, é o meio pelo qual povos, sujeitos, territórios sistematicamente atacados puderam se afirmar. E existe nessa experiência um componente de vida absoluta e de apontamento desse Brasil e futuro que sonhamos aqui também nesse Enecult, que toma para si a ideia de tratar culturas e o novo Brasil. Portanto, esses sujeitos, territórios, experiências, artes, precisam estar no centro do que estamos tratando aqui.

Por isso, e talvez não por acaso, mas pelos mistérios que também nos trazem até aqui, nós temos a primeira presidenta nordestina da história da Fundação Nacional de Artes, a primeira indígena dirigente dessa instituição, Sandra Benites, nossa diretora de artes visuais. A primeira vez em que essa instituição Funarte tem dirigentes negros e negras em sua maioria, mulheres em sua maioria, LGBTQs em sua maioria. E aquilo que está ausente, está em curso, porque essa ausência é tão evidente que se materializa no desejo desse encontro. E isso é uma grande responsabilidade. Vamos segurar a mão e vamos andar juntos e juntas. Vamos retomar a questão relativa ao Brasil.

Retomando a provocação de Cacá Machado sobre a sede da Funarte ser no Rio de Janeiro, compartilho que em breve retornaremos ao Capanema, mas também me sinto movida por outros olhares. O prédio do Palácio Gustavo Capanema, símbolo do modernismo brasileiro, e ante as disciplinas, pode reconectar esse modernismo, trazendo outros sujeitos e agentes para aquele prédio, para aquele monumento,

para aquele espaço artístico e cultural do Brasil. E uma pergunta que me fazem constantemente é a seguinte: haverá uma representação da Funarte aqui, no caso na Bahia? Digo: “haverá tudo o que tiver em todos os lugares”, porque ser da Bahia é também dizer que não aceitaremos privilégios, prioridades ou coisas tais.

E quero, inicialmente, dizer do nosso compromisso com as políticas públicas para as artes, antes mesmo da construção de uma suposta Funarte, um prédio em algum lugar ou da transferência de sede do Rio de Janeiro. Mas convicta de que essa não é a questão para nós agora mesmo, e de que – como costumo responder por analogia – nós nunca perguntamos se tem Ministério do Desenvolvimento Social quando a gente quer saber do Bolsa Família, por exemplo. Ninguém precisa fisicamente do prédio, de uma sede, se chega a política pública. A nossa principal tarefa é que as políticas sejam promotoras de direitos, igualdade, justiça social, que ela realmente chegue em todos os lugares.

A gente sabe que esse termo “nacional”, um termo até em desuso pelos nossos marcos decoloniais, tem uma origem, mas o que nos orienta não é exatamente o nacional, o que nos orienta é a democracia, é a capacidade de territorializar as ações e aí a gente chega talvez nesse lugar que nós retomamos e avançamos. Porque se é verdade que interrompemos o processo e eu gostaria de contar um pouco, de como constitui essa ideia de Política Nacional das Artes que foi duramente interrompida, em 2016, com o *impeachment*, o impedimento, o golpe que retira do poder a Presidenta Dilma. Nós fizemos, talvez, a maior vitória política dos últimos 40 anos, que foi ou foram as apostas das Leis Aldir Blanc, Paulo Gustavo e Lei Aldir Blanc 2. Portanto, a tal política nacional das artes, promotora de justiça, igualdade, democracia, direitos, ela tem um componente inédito e, portanto, me recuso a dizer que voltamos para algum lugar, estamos absolutamente indo direto para o futuro. A política já é uma realidade à luz da execução dessa lei, dessas leis, desses mecanismos.

Nossa tarefa, como pesquisadores e pesquisadoras, gestores e gestoras, gente da cultura, é reconhecer na regulamentação e aplicação dessas leis a materialização, primeiro, do Sistema Nacional de Cultura (SNC) e a chance inédita, de fazermos a nossa política nacional das artes. Hoje, os mais de cinco mil municípios brasileiros têm e terão recursos em conta, através dos seus fundos, que serão obrigatórios, têm os seus conselhos que, por meio da Lei Paulo Gustavo, são obrigatórios e seus planos que devem ser concebidos no prazo de um ano, porque, por meio do recurso da lei, também são obrigatórios. Temos a chance de designar nessas expressões e experiências a sua política para as artes, portanto, o recurso inédito colocado na vida do país, pelo governo Lula, representa um reconhecimento também inédito e singular da força que têm a cultura e as artes para a democracia brasileira, para o povo brasileiro, para a recuperação desse país e o futuro desse país. Acho que esse é um outro capítulo e episódio, mas esse orçamento histórico se soma à histórica materialização desse sistema, o SNC. E temos aí, em retomada, uma chance única. Portanto me recuso, volto a dizer, e não sem me responsabilizar, a entender que a política não se dará somente e por dentro da Funarte, esta política é responsabilidade de todos, todes e todas nós.

O MinC renascido, refundado, símbolo da democracia brasileira desde 1985 – porque o marco institucional do MinC já é um marco institucional insurgente, porque representa o que a cultura materializou como denúncia do golpe civil militar empresarial no Brasil. Este símbolo revivido em 2023, nasce com duas atribuições principais, no decreto presidencial de Luiz Inácio Lula da Silva: a Política Nacional de Cultura e a Política Nacional das Artes. Portanto, a política nacional das artes, enquanto estratégia, enquanto institucionalidade, ela está na Funarte, mas ela é uma tarefa de todo o Ministério. Falo de novo, não para nos desresponsabilizar da tarefa de sermos articuladores, timoneiros, provocadores, anunciadores, megafone... E sim para sermos

essa zona megafonizada, acho que somos esse “tchan” da política das artes, mas esta não é uma tarefa única da Funarte.

Não há uma política das artes sem fomento e, portanto, a Secretaria Nacional de Fomento e Incentivo à Cultura (SEFIC) é tão importante. A política mais longeva de fomento do Brasil e do mundo é o mecenato, o professor Albino Rubim já nos ensinou. E no Brasil, a renúncia é a política de fomento mais longeva e, portanto, um mecanismo que acumulou imperfeições, mas que, neste momento atual, tem a chance de ser aprimorado em seu sentido democrático. Ela agora, reservado 2.1 bilhões para o fomento, se conecta ao fomento direto pela primeira vez na história. Pela primeira vez na história do Brasil, fomento direto e indireto se equiparam. Isso não é uma retomada de onde paramos. Não existe política para as artes sem tratarmos a questão dos direitos autorais e dos direitos conexos, não vou me deter nesse tema. Não há política para as artes sem a incorporação da literatura, por exemplo, que não está na Funarte e sim na Secretaria de Formação, Livro e Leitura e Literatura, do MinC. Não há política para as artes sem tratarmos a questão dos equipamentos culturais ou das infraestruturas culturais e, portanto, as gestões dos espaços também têm uma tarefa, mas também toda a área de infraestrutura para os equipamentos.

E, portanto, diria que vamos precisar constituir um grupo de trabalho do MinC, nossa próxima etapa, para o enfrentamento dessa metodologia que nos mobilizará a todos, todas e todes na formulação da Política Nacional das Artes.

Outro braço e eixo, é que nós precisamos em definitivo descobrir as responsabilidades federativas de estados e municípios. Não dá mais para adiarmos a tarefa ou a missão de estados e municípios no sistema de cultura, e também no sistema das artes, mas sobretudo na construção dessa política das artes. Muitas vezes, estados, municípios e união fazem absolutamente as mesmas políticas, se somando, sombreando, competindo, concorrendo, usando até, algumas vezes, como artifício de competição interna. Como Albino Rubim nos ensina, nós

sabemos que a cultura fica nos cantinhos, nos últimos documentos, nas últimas páginas, nos últimos orçamentos. Mas nós sabemos que a cultura também é reivindicada em momentos de disputa política, sobretudo do poder. Nós não podemos aceitar o esquecimento.

Designar competência por vocação é tarefa da Política Nacional das Artes. Nós precisamos, por exemplo, em âmbito de um município, eu sou vereadora – hoje licenciada – da cidade de Salvador, com uma honra enorme de um aprendizado gigante, queria exortar todas as pessoas para acompanharem melhor a vida das suas cidades, do parlamento das suas cidades, e nós precisamos entender o que o município dota de orçamento, quais são os equipamentos que têm, a descentralização desses equipamentos, onde estão essas políticas, onde estão esses equipamentos, como estão colocados esses impostos. A cidade de São Paulo, por exemplo, tem uma importante lei neste sentido. Guilherme Varela, que trabalhou na Secretaria da Cultura de São Paulo, quando Nabil Bonduki foi secretário, logo depois de Juca Ferreira, na gestão de Haddad, eles aprovaram uma isenção de impostos municipais para equipamentos culturais que estavam ali na rua. E Salvador não conseguiu aprovar, no contexto, por exemplo, de um projeto chamado Procultura. Isso passou batido, isso não foi divulgado, isso não foi levantado, isso não é menos importante do que o fomento. Porque dizemos que o fomento não é o mais importante, que o edital não pode ser a única política, mas uma política de desoneração, ela precisa ser debatida.

Ou a gente se esqueceu que estamos tendo que fazer um programa “desenrola da cultura” porque a nossa gente está endividada? Então, a nossa política, ela precisa cuidar. Estou dando esses exemplos que batem na nossa carne, na nossa pele, para demonstrar que esse trabalho de mergulho, no entranhamento, ele é um trabalho para todos nós e é muito importante que estejamos aqui neste lugar, nesse espaço de pesquisa, investigação, levantamento de dados, monitoramento, para que saiam também dessas nossas fricções, esses ambientes de mergulho,

de pesquisa e de apontamentos, que vão muito ajudar a essas gestões. Então, penso que é um momento muito importante de designar competências e evitar o confronto, não que o confronto seja ruim. Vamos ao confronto, mas designando competências por vocação. Esse é um ponto que eu queria deixar muito bem colocado.

Por fim, o ataque que sofremos, a perseguição, a censura, e a censura, vocês sabem, partiu de dentro da Funarte, da então Secretaria Especial de Cultura, com performance de fascismo, de fascista, com discursos, com interpretação, com luz, com música, dramaturgos, dramaturgia, para provocar efeito. A nossa arte usada para produzir o efeito e criar um imaginário de brutalidade, mas não foi só o imaginário, saiu, por exemplo, por dentro do Programa Nacional de Apoio à Cultura (Pronac) da Funarte, uma interdição ao Festival Internacional de Jazz do Capão, acusando de ser uma iniciativa política e não, um dos festivais de jazz instrumental mais importantes do Brasil, reconhecido no mundo.

Dessa perseguição, desse conjunto de perseguições, desse conjunto de ataques, talvez das pérolas desse tempo, é que afirmamos que os fazedores e fazedoras de cultura não são os beneficiários da política pública, nem do fomento, nem das ações. Os fazedores e fazedoras das artes, os artistas, gestores e gestoras, a ecologia da cultura é o meio pelo qual a política pública se materializa, materializa o direito previsto na Constituição, previsto na Declaração Universal dos Direitos Humanos, uma declaração importante do pós-guerra da Segunda Guerra Mundial. E, portanto, o que nós vamos assistir daqui por diante é uma instituição que convocará as partes, fazedores, artistas, cada agente para cumprir o seu papel, como bem disse Carmen Luz, de gestoras, arquitetos, escritoras, artistas dos direitos culturais, das políticas públicas para a cultura e da política nacional das artes. Tomem assento. O processo já começou!

Anotações de retomada

*Gordo Neto**

Boa tarde, gente. Essa palavra já me pegou, a retomada. É tomar de volta, mais do que recomeçar, talvez. E eu, desde já, me emociono iniciando minha fala, porque eu vejo nessa plateia passar uma parte muito importante da minha vida. E não precisa citar quem são e por que são, mas ao nos olharmos, ao entrarmos num ambiente como esse, nos reconhecemos. Nos tantos outros que estão na plateia, que talvez eu nunca tenha visto, nos reconhecemos. E para cada um de vocês que vem ao longo desses anos, décadas, alguns nesta luta, insana, nessa luta que não pode ser ingloria, já avançamos muito e precisamos continuar fazendo o que estamos fazendo. Então, antes de qualquer coisa, eu quero saudar a

* Ator e diretor teatral, gestor da Casa Preta – Espaço de Cultura e diretor do Festival Maré de Março.

todos, que durante tanto tempo e virão outros tantos tempos, estamos guerreiros nessa luta incansável que é por este campo que todos nós de alguma forma, cada um de nós se relaciona. Eu vou fazer uma brincadeira aqui, eu adoro trocadilho, é o Enem CULT, que é o vestibular aqui. O “Enem CULT”, e não o Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura (Enecult).

Eu também vou fazer isso, tentar pincelar um pouco aqui. Agradeço inclusive, pessoalmente e verdadeiramente, a Gica Nussbaumer porque eu tenho custado a ceder a retomada. Eu acho que em 2016, a “pancada” para mim particularmente, foi muito grande. Não fomos todos nós que conseguimos permanecer erguidos o tempo todo e eu sinto que eu perdi esse tempo, eu não consegui estar na mesma trincheira de que muitos de vocês talvez estivessem; ainda que eu tenha escolhido talvez outras que também tenham colaborado de alguma forma para que estejamos aqui hoje, juntos. Então, a primeira questão do “Enem CULT”, essa do entendimento das políticas para as artes. Eu acho até que em um livro que Gica organizou, o qual parte de uma dificuldade, que teríamos de pensar a política para as artes, porque a arte por si, ela é revolucionária, ela não quer os procedimentos que direcionam, que tolhem. Só precisa ser justamente o contrário de tudo que é regimental, digamos assim, tudo que se tenta colocar em caixa.

Então, há desde já uma primeira dificuldade que é imaginar, organizar essa loucura, essa cadeia nossa tão revolucionária. E posso, também, me repetir, mas acho que talvez valha a pena, porque também temos uma variação muito grande de gerações. De gerações, de idades e talvez da própria intimidade com os temas todos que estão sendo feitos, falados aqui. Então, efetivamente, tivemos ali, antes de 2016, portanto, alguma institucionalização do campo da cultura. Da cultura e não das artes, com a Lei nº 12.343, que é o do Plano Nacional de Cultura e Sistema de Informações e Indicadores Culturais, a PEC nº 34.2012, que institui o Sistema Nacional de Cultura e a Lei Cultura Viva. Isso tudo precede 2015, quando começa a Política Nacional das

Artes (PNA). Naquele momento fomos interrompidos bruscamente pelo golpe. Então eu acho que vocês que estão chegando na Funarte hoje e essa ideia de retomada é tomar de volta o que já era nosso, é tomar de volta o que foi usurpado naquele momento de forma absolutamente abrupta e desleal, enfim, todos os adjetivos que possamos usar para qualificar o que nós sofremos ali. Não houve, portanto, a despeito do enorme avanço que tivemos a partir de Gil e Juca, não houve efetivamente esse passo que talvez tenha sido retomado agora.

Sabemos isso, reconhecemos isso, temos falado e discutido sobre isso longamente, mas é preciso reconhecer que é necessário, no meu entendimento, agora, um protagonismo para que as políticas para as artes, mais efetivamente, se implementem, porque nós já demos um salto enorme, mas agora é a nossa vez, no sentido destes que são os mais ligados estritamente às linguagens. Estou falando do teatro, da dança, da música, da literatura, do audiovisual, do circo. E a importância de implementarmos a política para as artes é enorme, é importantíssima, porque é uma atividade complexa que gera uma cadeia produtiva de renda, de ocupação, de interferências diretas no ambiente social, nos seus entornos, flerta com a educação, com o turismo, com a economia. Então, é absolutamente importante que tenhamos políticas efetivas para o campo das artes, porque ela é por si só absolutamente necessária que aconteça. Quem deve propor, executar e avaliar essas políticas e sobre quais diretrizes?

Precisa ser falado nos megafones... Mas o que vai ser dito nesse megafone não pode ser, obviamente, não deve e não será, porque nós não vamos deixar que sejam pelas instituições, mesmo porque algumas as fazem e fazem equivocadamente, e outras as fazem levando em consideração o acúmulo que tivemos ao longo dessas décadas, por assim dizer, mas isso não é suficiente, e nunca será porque o mundo está girando o tempo todo. Então, essa é a próxima questão: por que não conseguimos trabalhar já com o que está acumulado? Parece que tem uma coisa a qual nos parece ruim, que é, estar sempre dizendo o óbvio

ou voltando para o óbvio, mas ao mesmo tempo está chegando gente nova e com outras demandas e que isso para mim, para Gordo com um pouco mais de 50 anos, talvez não diga e não tenha tanta importância para aquele que está vindo agora. Então, a despeito do acúmulo no ponto de vista do estudo, das legislações, dos mecanismos, temos um pouco, eu sinto um pouco de impaciência mesmo da nossa parte, a gente precisa estar muito ligado para não ser prepotente e não querer colocar a forma que já aprendeu e que descobriu que dá certo aqui ou ali. Eu fiquei feliz com essa informação do orçamento porque eu desconhecia e até tinha, eu não vou precisar a fonte porque de fato não sei, ressaltado que o orçamento em 2023 da União era de 0,2% do orçamento.

Pode ser até que seja, pode ser que esse valor absoluto represente 0,2%. E se a pensarmos na perspectiva, obviamente, lá dos idos da PEC nº 150, ideias de dois, um e meio e um por cento para cada um dos entes, (governo federal, estado e município nessa ordem), esses números estão tão longe do que temos praticado hoje, e não estou falando só, obviamente, do governo federal e muito menos daqui.

Então isso está muito longe do que lá atrás se vislumbrava. Então, onde é que estamos agora? Quais seriam esses novos números? O que é que isso significa hoje? Era uma utopia desvairada a gente pensar em dois, um e meio e um por cento àquela época? Ou isso é palatável num escalonamento daqui a alguns anos, por exemplo, que venha sistematicamente subindo? Progressivamente subindo, porque é importante que se diga, claro, a política se faz com uma série de coisas, mas ela se faz invariavelmente com orçamento. É preciso muito dinheiro para fazer o que precisa ser feito, e com pouquíssimo dinheiro se floresce muito rápido tudo. Então, se às vezes criticamos os editais, por exemplo, que obviamente precisam também ser criticados, mas essa chamada pulverização dos recursos para pequenas, digamos assim, divide muito o recurso para muitos projetos. Mas isso também é necessário, porque às vezes com 50 mil, com 20 mil, com 10 mil, como era o calendário, por exemplo, da Fundação Cultural do Estado da Bahia (Funceb), surgiram

coisas absolutamente maravilhosas. Mas para conseguirmos chegar na amplitude que se necessita, efetivamente é preciso ter incremento orçamentário. Eu gostaria de fazer, mais uma provocação, acho que tem uma pergunta que é muito interessante: “em que medida o conservadorismo e a lógica neoliberal se fazem presentes nas políticas públicas para as artes?” Eu queria citar duas coisas, conhecidíssimas, provavelmente, de todos nós. Eu acho que é preciso estarmos sempre repensando, contente de saber que se equilibrou o investido pelo incentivo fiscal e o fomento direto. Que bom que chegamos neste empate, digamos assim. Mas veja, os mecanismos, seja ele a Lei Rouanet, o Fazcultura aqui no caso da Bahia e as leis de incentivo de um modo geral. Elas são, imagino que uma boa parte de nós concorde com isso, inevitavelmente um terço disso. Descabido do ponto de vista do investimento do dinheiro público, porque o recurso, ele é um recurso do governo, do governo federal ou do governo estadual ou do governo municipal. Esse recurso iria para o Estado. Ele deixa de ir para o Estado por uma decisão absolutamente privada. Então, o dinheiro é público, mas a decisão de para onde vai o dinheiro, é privada. E isso me parece “um pau que nasce torto, nunca se endireita”. Não tem como resolver essa questão. Invariavelmente, qualquer lei de incentivo fiscal se dará sob essa perspectiva de um dinheiro que é público ser decidido para onde vai por uma iniciativa privada.

O bar: manifesto cultural¹

*José Eduardo Ferreira Santos**

O bar da esquina da minha rua, no Subúrbio Ferroviário de Salvador, faz muito pela cultura, pois ele emprega,
empreende,
gera políticas públicas, encontros contínuos, coesão,
faz a economia girar,
faz as pessoas consumirem,
faz as pessoas pensarem,
ter prazer,
alegria,
gozo,
faz as pessoas existirem
e ter alegria de viver...
e garante a renda de todo mundo:

* Pedagogo, Universidade Católica de Salvador (UCSal), mestre em Psicologia, Universidade Federal da Bahia (UFBA), doutor em Saúde Pública, Instituto de Saúde Coletiva (ISC) da UFBA. Curador e responsável com Vilma Santos pelo *Acervo da Laje*. Fez estágio pós-doutoral em Cultura Contemporânea no Programa Avançado de Cultura Contemporânea (PACC) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Instituto de Psicologia (UFBA) e no Programa de Pós-Graduação em Família na Sociedade Contemporânea (PPGFSC) da UCSal, pelo Programa de Nacional de Pós-Doutorado da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (PNPD – Capes).

de quem vende acarajé,
de quem vende cachorro-quente, amendoim torrado, caldos de sururu
e peguari,
das crianças que vão no pula-pula, no campo de futebol, na orla,
então,
o bar da esquina da minha casa, no Subúrbio Ferroviário de Salvador,
sabe muito de política cultural e atendimento ao público
e muito mais até de quem tem cargo ...

...

os casais,
os namorados,
as namoradas,
solteiras e solteiros compram cervejas mais caras e mais baratas, ao seu
gosto,
os vendedores ambulantes lucram,
pescadores,
pescadoras,
trabalhadoras domésticas,
trabalhadores da construção civil gastam seus dinheiros suados...
...Ninguém é assaltado!!!

E até os meninos do “corre” respeitam as pessoas que frequentam o bar
da esquina da minha rua, porque entendem a importância desse lugar
no imaginário coletivo e na sociabilidade do território,
as donas e donos de bares vendem muito e podem comprar de novo
para reabastecer os seus estoques,
e por conta da existência do bar da esquina da minha rua as manicures,
espaços de beleza que cuidam dos cílios, cabelereiras e barbeiros têm
mais clientes para atender, assim como as rifeiras e os rifeiros que pal-
milham diariamente o território cotidianamente têm seu momento de
lazer e fruição, “comendo água”,
o bar da esquina da minha rua também hospeda os profissionais das
transportadoras de arte que vem buscar as obras do Acervo da Laje,²

assim como acolhem o pessoal que faz carreto, uber e mototáxi, além de receber muitas pessoas que ainda compram panos de prato, toalhas de rosto.

...

No bar da esquina da minha rua, as pessoas conversam, confraternizam, sonham novos projetos e empreendimentos, fazem curadorias, levam livros e papéis com lápis de cor para as crianças que são netas e filhos dos donos e donas dos bares da minha rua.

Com câmeras instaladas, espaços iluminados, as ruas onde estão os bares da esquina da minha rua modificam a vivência da cidade e da periferia: trazendo novos sentidos para seus moradores e frequentadores, além de modificar todo o entorno, gerando, de novo, novas sociabilidades.

O bar da esquina da minha rua, no Subúrbio Ferroviário de Salvador, fomenta culturas, linguagens diversas, contrata artistas, tem formação contínua de plateias, fideliza públicos, tem patrocínio local, cede pautas para universidades, escolas, movimentos sociais e da sociedade civil.

Sem concorrer a editais, o bar da esquina da minha rua tem políticas contínuas de contratação de funcionários, revela talentos da gastronomia, compra seus peixes e frutos do mar dos vendedores, vendedoras e pescadores locais no Porto das Sardinhas e das feiras de São Joaquim, Paripe e Periperi.

Sem se submeter a comissões avaliadoras o bar da esquina da minha rua atua, capilarmente, na economia criativa e se constitui como um ponto de cultura, sem precisar de outorga oficial.

O bar da esquina da rua contrata músicos, artistas visuais, do grafitti, letristas e suas fachadas têm o requinte de exposições permanentes e temporárias, ah, sem qualquer subvenção estatal.

Ao contrário do centro da cidade, aqui no Subúrbio, as pessoas vão aos bares noite adentro,

porque o bar da esquina da minha rua atende a todos os públicos,
é democrático,

longitudinal
e gera políticas de emancipação,
curadorias,
forma educativos
e têm um contínuo calendário das artes
éticas,
gastronômicas,
danças,
musicais
e visuais
ah, e os bares da esquina da minha rua trabalham em rede, não são
concorrentes, pedem as bebidas e comidas que não têm nos seus bares
aos bares vizinhos, porque, no fim, todos ganham – e satisfazem os
clientes, opa!, os frequentadores, que também são conhecidos...
enfim,
tudo isso para dizer que o bar da esquina da minha rua faz mais pela
cultura e não posta nada no Instagram, nem um *story*, às vezes, e é tão
capilar que muda a vida, a paisagem e o repertório de um território e sua
população,
e quem quiser aprender gestão cultural, uma dica: vá ao bar da esquina
da minha rua no Subúrbio Ferroviário de Salvador – e, por favor, não
plagie esse manifesto!!!

Acervo da Laje!!!

Notas

- 1 Diante do convite da querida Professora Gica Nussbaumer, para a edição especial do XIX Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura (Enecult), realizado nos dias 23 a 25 de agosto em Salvador, cujo tema foi “Culturas para o novo Brasil”. Diante das questões enviadas, passei a observar os movimentos culturais presentes no Subúrbio Ferroviário de Salvador e um dia, em conversa com Vilma Santos e Fabrício Cumming, no bar conhecido como Zé de Valença e em frente a outros quatro bares, veio essa percepção, a de que o bar da esquina da minha rua tem uma continuidade impressionante e daí surgiu essa reflexão que foi esboçada

no dia 18 de agosto, no evento Partilhas Transatlânticas, do grupo Corpo, Discurso e Território, da Faculdade de Arquitetura da Universidade Federal da Bahia (FAU-UFBA), liderado pela Professora Doutora Gabriela Leandro Pereira “Gaia”, realizado no Solar Ferrão, onde estamos com a exposição “Brasil futuro: as formas da democracia”. A leitura do manifesto foi realizada no dia 18 de agosto, na Reitoria da UFBA. Enquanto manifesto é uma crítica ao estado de coisas na cultura baiana, que está estagnada, sem projetos ou políticas culturais e, além disso, é, também, um modo de indicar que muitas instituições continuaram e continuam atuando, mesmo e apesar desta inércia. O manifesto é para que olhemos, também, para as bordas, as iniciativas das periferias do Brasil, ou seja, para as existências outras na cultura que foram invisibilizadas pós-golpe, mas que continuam a atuar.

- 2 Estamos expondo no SESC Belenzinho, em Dos Brasis; no Museu de Arte do Rio, com a exposição “César Bahia: uma poética do Recomeço”; estamos em Salvador, no Solar Ferrão com a exposição “Brasil Futuro: as formas da democracia” e estamos indo hoje para a exposição “Ensaio para o Museu das Origens”, no Itaú Cultural e Instituto Thomie Otakhe, em São Paulo.

Compreensões e desafios para construir uma política para as artes

*Matias Santiago**

Acredito haver um ponto que, pelo menos até o momento desta escrita, não tem ganhado protagonismo na relação de uma política para as artes no Brasil, neste governo de retomada. Há um hiato histórico do discurso sobre a regulação do trabalho das artes, respeitando e compreendendo suas inúmeras especificidades que, de acordo com os elos da cadeia produtiva, embasam uma estruturação dos setores, elemento crucial para a construção de políticas mais abrangentes e emancipatórias dos campos artísticos.

Na busca de compreensões que colaborem para esta construção, inúmeras são as experiências, publicações e organizações que há mais de

* Professor, bailarino, coreógrafo e gestor cultural. Doutor em Dança pelo Programa de Pós-Graduação em da Universidade Federal da Bahia (PPGDança-UFBA), professor de Artes da Rede Municipal de Educação de Salvador, professor do curso de licenciatura em Dança na modalidade a distância da UFBA e diretor artístico do Balé Jovem de Salvador.

quatro décadas vêm provocando uma reflexão mais aguçada sobre este assunto, na perspectiva de apontar caminhos possíveis que se desdobrem em políticas para as artes, pautadas na realidade de seus fazedores. Se tomarmos como referências a recomendação relativa à condição do artista dos Estados membros da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) de 1980, da convenção de 2005 desta mesma entidade e de seu relatório criado em 2019, podemos identificar o levantamento de significativos diagnósticos sobre a importância de uma regulação do trabalho da arte. E, é claro, tais compreensões, quando ainda em seus estágios iniciais, terminam gerando desafios.

Dentre os exemplos apresentados pelo relatório de 2019, temos a legislação de Marrocos sobre a condição do artista (2003),¹ considerada uma das mais completas na relação dos direitos reservados aos fazedores das artes, a lei coreana sobre o bem-estar dos artistas de 18 de novembro de 2012, além de leis em elaboração em diversos países da África, Bolívia, dentre outros.

É bem verdade que, mesmo com a existência de iniciativas ligadas a construção de políticas para as categorias de trabalhadores das artes no mundo, o desenvolvimento do trabalho artístico permanece incerto, seja pela falta de uma formalização das suas atividades e de legislações trabalhistas específicas, o que reflete nos processos de precarização. Como pensar na construção de políticas para as artes num ambiente historicamente precário?

Vejo que no “Brasil da retomada”, pouco se tem discutido sobre o desafio da estruturação dos setores artísticos e pouco se tem efetivado em prol de uma mínima condição laboral possível para que um contingente de trabalhadores, historicamente precarizado, interrompido pela pandemia de 2020, abandonado pelo Estado e sem qualquer encaminhamento possível apresentado na atualidade, retome o curso.

O que vemos, e não só por parte do Estado, mas também da rarefeita iniciativa privada que se propõe a promover arte no país, são os

tradicionais editais de apoio, que desde a Era Vargas têm tratado a arte como apêndice, porém deslocada da consideração da sua contribuição econômica e da importância de seus agentes no campo artístico e cultural na construção de uma sociabilidade brasileira.

Tal superficialidade atribuída ao fazer artístico, somente “apoiada” através de convocatórias públicas e privadas excludentes, não me parece ser de fato uma proposição capaz de colaborar para a construção de políticas. Talvez um poeta, ao analisar esta problemática que nos acompanha há anos, poderia traduzir a presença histórica dos editais na política cultural brasileira como uma colher que se usa para encher um rio, um *band-aid* para cobrir uma fratura exposta, ou, se utilizando da sabedoria popular, diria que os editais procuram na verdade “tapar o sol com a peneira”. Definitivamente nós não precisamos de apoio. Nós precisamos de uma estrutura forte, pensada e que nos aponte um futuro.

Outro ponto que chama a atenção nesse processo de retomada seria a utilização de um discurso que vem sendo aplicado, necessário e fundamental para um país democrático, que se debruça sobre a luta pela garantia de direitos de minorias sociais. Porém, a relação das iniciativas públicas e privadas de fomento a bens e serviços artísticos e culturais, terminam por responsabilizar indiretamente o proponente/artista, na realização de ações em seus projetos apoiados, que de alguma maneira se aproximem da possibilidade de inclusão social, fenômeno o qual o Estado não tem avançado consideravelmente. Seria então uma sofisticação da chamada contrapartida social, muito conhecida por quem executa projetos artísticos no Brasil. Estaríamos mais uma vez, “tapando o sol com a peneira”?

Se tomarmos a Bahia como exemplo, dados de 2019 do Atlas da Violência, portal criado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) mostram que foram mortos por homicídio na Bahia 5264 homens negros e 358 mulheres negras. Já o dossiê *Mortes e violências contra LGBTI+ no Brasil*, publicação de 2023 da Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA) e a Associação Brasileira de Lésbicas,

Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Intersexos (ABGLT), quando mostra a porcentagem de mortes violentas desta população no Brasil, informa que 83% foram assassinatos, 10% foram suicídios e 5% foram de outras mortes, sendo estas “situações particulares de óbitos violentos e/ou decorrentes da LGBTIfobia estrutural, não se enquadrando, desse modo, nas duas categorias principais de tipificação”. Voltando à Bahia, no que tange a estrutura de acessibilidade para pessoas com deficiência, pouquíssimos são os espaços adequadamente equipados seja na relação física, seja na relação com tecnologias assistivas.

Então, hoje, cabe ao proponente/artista, elaborar seu projeto de forma que possa em alguma medida suprir a falta de segurança, a falta de políticas efetivas para estas minorias, a falta de uma mobilidade urbana, a falta daquilo que deveria existir e que possibilitaria o exercício daquilo que o instrumento de fomento proporciona em sua base: a arte.

Finalizo esta reflexão e lanço à mesa e à todas as pessoas presentes duas caras questões: em que medida a prerrogativa de retomada do país, apresentada por este governo, entende a necessidade de estruturação dos setores artísticos como pré-requisito fundamental para uma política nacional das artes, já que o que tem sido ofertado até então se restringe ao fomento para a realização de produtos culturais?

E, como uma política das artes deve se comportar na relação com outras políticas ligadas às minorias sociais, na perspectiva de ampliação de suas ações, fortalecendo os setores artísticos?

Nota

- 1 “A legislação de Marrocos sobre o estatuto do artista (2003) continua a ser uma das mais abrangentes, com um vasto leque de disposições práticas, como o registro dos artistas, a obrigação de estabelecer um contrato escrito entre o artista e o empregador, respeitando o salário-mínimo e incluindo disposições sobre remuneração e rescisão. Também garante que os artistas com contratos temporários sejam considerados empregados de acordo com a legislação trabalhista. A legislação autoriza os artistas a formar associações profissionais e dá-lhes o direito de celebrar acordos coletivos; regulamenta as atividades de agentes e representantes de artistas, incluindo seus honorários, o emprego de crianças na indústria de artes e entretenimento e aborda questões específicas de saúde e segurança enfrentadas por certas profissões artísticas (Unesco, 2019, p. 16, tradução nossa).

Referências

UNESCO. *Cultura y condiciones laborales de los artistas*. [Paris: Unesco], 2019.

OBSERVATÓRIO DE MORTES E VIOLÊNCIAS LGBTI+ (Brasil). *Mortes e violências contra LGBTI+ no Brasil: Dossiê 2022*. Florianópolis: Acontece; ANTRA; ABGLT, 2023.



COLEÇÃO CULT

Parte 3

Dilemas para o patrimônio cultural no Brasil



Dilemas para o patrimônio cultural no Brasil

*José Roberto Severino**

É uma honra poder participar aqui desse evento. Termos pessoas muito queridas na plateia. Queria cumprimentar todos e todas! Vejo aqui, na minha frente, Zulu Araújo, cuja liderança na Fundação Palmares entre 2007 e 2010 foi marcante. A Fundação Palmares tem a missão de promover os preceitos constitucionais que reforçam a cidadania, a identidade, a ação e a memória dos grupos étnicos que formam a sociedade brasileira. Além disso, a entidade desempenha um papel crucial na promoção do direito de acesso à cultura e na indispensável ação do Estado na preservação das manifestações culturais afro-brasileiras. Entidade atacada e quase destruída pelo desmonte promovido

* Professor da Faculdade de Comunicação da Universidade Federal da Bahia (UFBA) e coordenador do Programa Multidisciplinar de Pós-Graduação em Cultura e Sociedade da UFBA, é pesquisador do CULT e do Diversivas da Universidade de São Paulo (USP). Desenvolve pesquisa em extensão, patrimônio cultural, produção cultural e audiovisual relacionadas à memória social. É membro da Cátedra Unesco de Políticas Culturais e gestão da Fundação Casa de Rui Barbosa.

recentemente. Vejo também Caroline Fantinel, e lembro de sua notável tese defendida em nosso programa de pós-graduação em Cultura e Sociedade, intitulada *Patrimônio festivo: uma análise dos carnavais de Barranquilla (Colômbia) e Salvador (Brasil) sob a perspectiva do patrimônio cultural imaterial*. Isso me faz recordar o papel crucial que nossas universidades desempenham na pesquisa, especialmente no campo do patrimônio cultural. As universidades são pilares essenciais para a pesquisa no Brasil e, infelizmente, foram alvo de ataques, negações e vilipêndios em um passado recente. Vejo pesquisadores importantes do campo do patrimônio, como o professor Ordep Serra, representando aqui a Academia de Letras, membro do Fórum Nacional em Defesa do Patrimônio, e que deu sua contribuição como diretor do Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural (IPAC) e presidente da Fundação Cultural do Estado da Bahia (Funcub). Integrou o Conselho de Cultura do Estado da Bahia e presidiu sua Câmara de Patrimônio. Uma honra tê-lo aqui. Edilene Matos, pesquisadora das poéticas da oralidade, aqui representando o Programa de Pós-Graduação em Cultura e Sociedade, o nosso pós-cultura. Com a saudação a estas pessoas queridas, eu cumprimento toda a plateia, muito obrigado pela presença. Eu me sinto muito feliz e honrado de ver esse auditório cheio para discutir patrimônio. Gostaria muito de agradecer a presença dos nossos palestrantes da mesa de hoje, Mirela Leite de Araujo, Diretora do Departamento de Processos Museais, representando o Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM); da Professora Márcia Sant'Anna, da Faculdade de Arquitetura da Universidade Federal da Bahia (UFBA), e de Hermano Fabrício O. Guanais e Queiroz, superintendente estadual da Bahia do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), pessoas que aceitaram o convite institucionalmente, mas também com o coração, tentando arrumar um espaço em suas agendas para vir até aqui debater os dilemas para o patrimônio cultural no Brasil. São muitos e complexos! Gostaria de agradecer também os debatedores da mesa, o prof. André Soares, da Universidade Federal de Santa Maria

(UFMS), a profa. Neivalda de Oliveira, da Universidade do Estado da Bahia (UNEB), Mona Nascimento, doutoranda do Pós-Cultura. E agradecer, também, a nossa relatora, Francisca Mendes, da Universidade Federal do Ceará (UFC). Vivemos momentos ainda que reverberam políticas que foram deletérias para o patrimônio. E talvez esse debate ajude a pautar processos de afirmação, de transformação, de urgências.

Quando eu olho para a professora Neivalda, eu vejo a importância e a urgência de pensar os quilombos nessa chave patrimonial, a urgência de pensarmos os museus de forma integral, pensar o patrimônio material e imaterial, pensar a nossa memória social.

Então eu vou ler a minha proposta, a nossa proposta de ementa, e cada debatedor terá 20 minutos para fazer a sua exposição, com base nessa provocação. O patrimônio cultural consta como uma das primeiras políticas públicas para as culturas modernas em muitos países, não sendo diferente no Brasil. Tal ato inaugural não pode ser essencializador de estruturas excludentes, nem ser visto fora dos embates por identidades vivenciadas contemporaneamente. As disputas ocorrem e compõem a base das nações e dos múltiplos patrimônios derivados da ideia de pertencimento.

Patrimônio cultural, nesse sentido, pode ser entendido como uma construção contínua que engloba tanto os aspectos materiais, como edifícios históricos e artefatos, quanto os imateriais, como tradições, práticas e expressões culturais. Ele é uma representação viva das experiências e identidades de um povo, refletindo sua história, valores e crenças. No Brasil, essa diversidade é particularmente rica e complexa, abrangendo desde os sítios arqueológicos indígenas até os quilombos, que são testemunhos da resistência e da luta pela liberdade.

Os avanços em políticas integradoras e democratizantes, a consciência reflexiva dos males dos nacionalismos xenófobos e dos essencialismos identitários, colocam na mesa as reivindicações dos novos e velhos atores preteridos em tais processos. A construção de um patrimônio cultural que seja verdadeiramente inclusivo exige que se

reconheçam e se valorizem as contribuições de todas as comunidades, especialmente aquelas que historicamente foram marginalizadas. Isso implica um compromisso com políticas públicas que promovam a equidade, a diversidade e a participação ativa de todos os cidadãos.

Patrimônio como processo social e democrático exige posicionalidades críticas de mediação dos conflitos na luta por reconhecimento. Falou-se muito da luta por reconhecimento nas mesas de ontem, posicionalidades diferenciadas. Em face da emergência e presença de intolerâncias e violências simbólicas que se supunham sepultadas, reafirmadas e apoiadas em governos negacionistas e marcados pela intolerância, como foi o período iniciado em 2017, quais desafios se apresentam para as políticas de governo? de patrimônio num país plural como o Brasil? Como recompor ambientes de diálogo sobre patrimônio em regimes e narrativas de historicidade essencialistas e racistas? Qual o papel das instituições estatais de patrimônio na mediação de processos integradores na redefinição do patrimônio nacional?

Nesse contexto, é crucial entendermos o conceito de **Patrimônio Integral**, que abrange não apenas os aspectos materiais, mas também os imateriais, considerando o patrimônio como uma construção contínua e inclusiva de todas as manifestações culturais de uma sociedade. O Patrimônio Integral propõe uma visão holística, no qual o patrimônio cultural é visto como um elemento vivo e dinâmico, essencial para a promoção da cidadania e do desenvolvimento social.

Políticas públicas de cultura devem, portanto, ser formuladas e implementadas com um enfoque que reconheça e valorize essa diversidade cultural, promovendo a inclusão de comunidades historicamente marginalizadas e combatendo as estruturas excludentes. Em tempos de ataques à democracia, essas políticas tornam-se ainda mais vitais, pois servem como mecanismos de resistência e afirmação das identidades culturais. A cultura, nesse sentido, é um campo de batalha onde se disputam narrativas e memórias, e as políticas culturais devem atuar

como ferramentas para fortalecer a democracia, promovendo o diálogo e a convivência pacífica entre os diferentes grupos sociais.

É imperativo que as instituições culturais se posicionem como agentes ativos na defesa dos direitos culturais, assegurando que todos tenham acesso e possam participar da vida cultural. Precisamos de um compromisso renovado com a defesa do patrimônio cultural como um direito humano fundamental, essencial para a construção de uma sociedade mais justa e equitativa. E, diante dos desafios contemporâneos, devemos reafirmar nosso compromisso com a promoção de uma cultura de paz, inclusão e respeito mútuo.

A importância do papel das instituições estatais de patrimônio na mediação de processos integradores não pode ser subestimada. Essas instituições devem atuar como facilitadoras do diálogo entre diferentes grupos sociais, promovendo a inclusão e a valorização da diversidade cultural. Elas têm a responsabilidade de garantir que todas as vozes sejam ouvidas e que o patrimônio cultural reflita a rica tapeçaria de histórias e identidades que compõem nossa nação.

Além disso, é crucial que as políticas públicas sejam desenhadas de forma a não apenas preservar o patrimônio, mas também a promover o acesso a ele. Isso inclui ações educativas que incentivem a participação ativa da comunidade na preservação e valorização do patrimônio cultural. Em tempos de ataques à democracia e à diversidade cultural, é ainda mais urgente que nos unamos em defesa de nossas heranças culturais e das políticas que as protegem e promovem.

Com essas perguntas, então, eu inicio o nosso debate.

Futuros possíveis para as políticas de patrimônio e memória

*Mirella Araújo**

Quero começar pedindo licença e agradecendo a todas e todos aqueles que vieram antes de nós, que lutaram, que resistiram, que se organizaram, que, quando tudo era mato, abriram veredas, encruzi-lharam os nossos caminhos, que hoje a gente possa ter condições de estar aqui discutindo os dilemas do patrimônio, vivos, fortes e resistentes. Gostaria de pedir licença também às mais novas, porque elas certamente continuarão trilhando este caminho, trilhando o caminho da transformação.

Penso que o maior dilema que temos hoje para o patrimônio é como acabar com o genocídio da população negra e promover a reparação. Quando uma Ialorixá e liderança quilombola como mãe

* Museóloga, gestora e produtora cultural. Mestre em Museologia pela Universidade de São Paulo USP, com especialização em Gestão Cultural, Cultura e Desenvolvimento e Mercado pelo SENAC. Graduada em Museologia pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Atualmente é diretora do Departamento de Processos Museais (DPMUS), do Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM).

Bernadete Pacífico é assassinada, eu me pergunto quantas bibliotecas, quantos arquivos, quantos museus morrem com ela. Quantos conhecimentos tradicionais e sagrados, estratégias de luta, histórias de vida se perdem quando ela se encanta. Quando uma criança como o Djalma Azevedo é morta no caminho da escola, como aconteceu agora em Maricá, no Rio de Janeiro, eu me pergunto quantas possibilidades de fazer e de pensar patrimônio, cultura e a existência em sociedade nós estamos destruindo? Quando acontecem chacinas como essas do Guarujá, como as que aconteceram aqui em Salvador, como é que elas impactam nossas vidas, vidas de tantas famílias e os futuros da produção cultural brasileira? Como é que elas impactam nossa produção intelectual e social? E aí me pergunto qual é o impacto nas nossas estruturas sociais diante do incêndio uma estátua de um bandeirante paulistano. Por que isso nos divide e esse genocídio constante fica à parte da discussão dos patrimônios? Tendo em vista a profundidade e a antiguidade desse tema, porque ele não é um tema novo, mas ele é sempre urgente, para nós e, mas especialmente para a população que morre todos os dias. E quero deixar registrado que não podemos falar dos dilemas do patrimônio sem falar de reparação. Mas vou buscar me ater às três perguntas que foram encaminhadas, e elas são muito boas, são muito instigantes.

Vou começar com essa a primeira, “quais são os desafios que se apresentam para as políticas de patrimônio em um país plural como o Brasil?”. E, iniciando, quero pedir a licença de vocês para lembrar, porque eu sou uma trabalhadora de museus e acredito que caminhar para frente sem perder a perspectiva do que nós vivemos é fundamental. Então, particularmente, não acho que nós, trabalhadores da cultura, devemos esquecer o que passamos nos últimos anos. Acho que nomes, datas e as suas ações devem ficar sempre registradas e elas devem ser lembradas para que não se repitam. Enfrentar memórias difíceis também é nossa obrigação. Então fiz uma pequena linha do tempo desses últimos anos. Ela é difícil, mas vamos enfrentá-la juntas.

Em 2017, o governo Temer, pós-Golpe, e aqui quero abrir um parêntese para comemorar mais uma vez o recente arquivamento e a inocência da Ex-presidenta Dilma, nessa última segunda-feira, 21 de agosto de 2023, teve como uma das primeiras iniciativas a tentativa de extinção do Ministério da Cultura (MinC). Ele não conseguiu, por força e competência dos movimentos sociais organizados e dos trabalhadores da cultura. Mas ali foi plantada uma semente. Em 2018, nós passamos por um traumático evento, que foi o incêndio do Museu Nacional, e logo em seguida, o então ministro da Cultura, Sérgio Sá Leitão, elaborou e apresentou a Medida Provisória nº 850, que autorizou a extinção do Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM). Ele não conseguiu, por força e por competência dos movimentos sociais e dos trabalhadores da cultura, em especial daqueles ligados aos museus. O Sérgio Sá Leitão, depois de deixar o MinC, ele foi secretário de Cultura ainda no estado de São Paulo.

Em 2019, no primeiro ato do governo, do agora inelegível, acontece a extinção do MinC, promessa da campanha dele mesmo, e o MinC foi transformado em uma secretaria do Ministério da Cidadania, dirigido por Osmar Terra, que disse publicamente que não entendia nada de cultura. É importante lembrar que, daí para frente, houve muitos episódios de desprezo e de provocação. Sequestro e redução da Lei Rouanet, a inviabilização de diversas produções, a suspensão de editais, a censura de temas, especialmente aqueles voltados para a comunidade LGBTQIAPN+, comunidades negras e aquelas iniciativas que tratassem da ditadura civil militar foram ameaçadas e foram censuradas.

Ameaças de extinção da Agência Nacional do Cinema (Ancine), se ela não tivesse filtros, se ela não se ocupasse de produzir filtros, na verdade são, censura. Toda a comunicação das autarquias do então MinC – Ibram, Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), Fundação Palmares, Fundação Nacional de Artes (Funarte), Ancine – passavam por uma autorização anterior dessa Secretaria Especial da Cultura.

Ainda em 2019, a Secretaria Especial da Cultura foi jogada para o Ministério do Turismo sobre os cuidados de Roberto Alvim. Esta pessoa começou difamando a atriz Fernanda Montenegro e terminou com aquela encenação macabra, imitando um ministro nazista. Entre uma coisa e outra, quero relembrar algumas pessoas que ele nomeou. Ele nomeou Reverenda Janícia Ribeiro, para a Secretaria de Diversidade Cultural. Ele nomeou Pastor Tutuca para a área de fomento da Ancine. Ele nomeou Sérgio Camargo para a Fundação Palmares. Ele nomeou Dante Mantovani para a Funarte. Eu não sei se lembram desse. Esse é daquele que virou um meme, “rock leva às drogas, que leva ao aborto, que leva ao satanismo.” Depois veio Regina Duarte, aquela do Pum do Palhaço, e Mário Frias, aquele que ia trabalhar armado e que hoje está eleito deputado federal.

Depois dessa linha do tempo do horror, nós temos a pandemia, em 2020. Diante desse cenário, como é que sobreviveram artistas, produtores, fazedores de cultura? Sobreviveram, como sempre, se organizando e lutando. A Lei Aldir Blanc (LAB) foi mais uma conquista dos movimentos sociais e dos trabalhadores da cultura. E ela vem para demonstrar que política pública se faz na base. E ela pode dar certo mesmo nos contextos mais adversos. E não quero deixar de registrar, na nossa linha do tempo, que o Partido Novo foi o único a votar contra a LAB, em 2020. E pergunto para vocês, o que foi desprezado, o que foi atacado, o que foi sequestrado, o que foi asfixiado nesses últimos anos?

Eu sei que a origem das nossas instituições está ligada a um projeto de país, um ideal de modernidade que nem sempre correspondeu à necessidade de valorização e visibilidade da diversidade cultural brasileira. E não é nenhuma novidade dizer que a cultura é fundamental para a construção da cidadania. Todos nós aqui sabemos que os museus e o patrimônio nunca foram isentos. Eles foram e seguem sendo instrumentos de poder utilizados historicamente pela elite econômica. Longe de mim me manter acrítica a esse projeto que por tantas vezes negou o direito à memória, à história, à arte. Um projeto que sub-representou

ou que nunca representou negros, mulheres, indígenas e população LGBT. Mas o que nós vivemos nos últimos anos foi um desejo profundo de destruição, um desprezo pelo saber, pela ciência, pelas pessoas, pela criação. Foi um projeto de extinção cultural. O 8 de janeiro de 2023 está aí para afirmar que os ataques à democracia e à dignidade humana não devem ser anistiados e que nós não devemos nos esquecer e nem nos furtar dessas lembranças que são dolorosas, mas que são importantes para nós.

Vou parar de torturar vocês com essa coleção de memórias traumáticas. Quero falar o que nós temos agora, que é inovador, que é emblemático. O MinC voltou. Nós já falamos disso muitas vezes, e é sempre bom repetir. Ele voltou com uma mulher negra, baiana, produtora cultural e artista. O Ibram também voltou. Ele voltou com uma mulher técnica e servidora da cultura. A Fundação Palmares também voltou na condução de um homem negro, nordestino, artista e produtor cultural. Voltamos todos, porque nunca fomos. Porque “combinamos de não morrer.” Porque nunca saímos daqui. Essa é uma conquista por força e competência dos movimentos sociais e dos trabalhadores da cultura.

Vou pedir a licença para recitar um pequeno trecho da canção *Juízo Final*, composta por Nelson Cavaquinho e Élcio Soares. Nem é do meu feitio, mas fiquei aqui estimulada pela poesia do início:

Do mal será queimada a semente
O amor será eterno novamente
É o juízo final
A história do bem e do mal
Quero ter olhos pra ver
A maldade desaparecer

Então, gente, quais são os nossos desafios? E eu falo aqui do ponto de vista muito prático, como uma gestora pública, como servidora da

cultura, como militante dos direitos humanos. Elenquei quatro pontos que eu acho que são importantes para a nossa vida prática agora.

O primeiro deles é reestruturar as nossas instituições e acolher os trabalhadores e os movimentos sociais. O cenário que nós temos hoje é de perda de informação, sistemas ultrapassados, falta de dados, trabalhadores exaustos, adoecidos. O Ibram opera hoje com 40% do seu efetivo. E como é que a gente produz e opera políticas públicas para os museus e para o patrimônio sem gente?

O segundo ponto dos nossos desafios é a mobilização e a sensibilização. Não são somente os trabalhadores da cultura, que estão exaustos. Muito foi feito para destruir a cultura, para transformá-la em perfumaria, para desacreditar o nosso trabalho, para desacreditar a nossa potência. Nós precisamos criar e aplicar estratégias para consolidar a noção prevista na Constituição do direito à cultura e do patrimônio. Isso significa, para além de sensibilizar, significa produzir regulações jurídicas e rever os nossos marcos legais. Percebemos como é frágil, como é simples destruir aquilo que levamos anos construindo. Precisamos ouvir as demandas, e produzir dados. Não se faz política pública sem participação e sem informação. E, sobretudo, precisamos apresentar respostas sólidas para as demandas apresentadas. Isso significa consolidar instrumentos de participação – situação que nem entrou na minha linha do tempo do terror, mas é importante lembrar que nos primeiros 100 dias do governo do agora inelegível, foram extintos os programas de participação social e, com ele, todos os comitês, comissões, fóruns, juntas, equipes, tudo e qualquer iniciativa que denominasse uma participação social e colegiada.

A segunda pergunta proposta é “como recompor ambientes de diálogo sobre patrimônio em regimes e narrativas de historicidade essencialistas e racistas?” Vou ser bem direta nas minhas respostas. Penso que a gente recompõe, primeiro, aumentando a representatividade nos cargos de gestão. Não basta que pessoas negras, mulheres e comunidade LGBT tenham suas histórias contadas nos museus, nos livros e

nos filmes, e só isso. Queremos que elas estejam partilhando o poder de decidir quando, como e quanto. Nós queremos a aplicação e a consolidação de políticas afirmativas, construindo novas políticas públicas. A política pública, e esse precisa ser um entendimento entre nós todos, é um pacto entre a sociedade e o Estado. Ela diz respeito à nossa capacidade de produzir acordos, de produzir consensos e de executar ações. E por nossa capacidade, quero dizer que somos todas, todos aqui, agentes responsáveis, inclusive por aqueles que estão mais ocupados em sobreviver, em manter seus territórios, em colocar comida no prato e encontrar um trabalho e conseguir chegar nele.

Tem uma outra música, composta por Rodrigo Piccolo da Banda Mato Seco, que se chama *Pedras Pesadas*. Ela diz:

Nós vamos quebrando barreiras
Derrubando muros e cravando estacas
Com pedras pesadas, com pedras pesadas, com pedras pesadas
E fazendo pontes através de canções
Fazendo pontes através de palavras.

É assim que vamos construir políticas públicas para a cultura: com acolhimento, mudança nos perfis de gestão, produção de dados, elaboração estratégias de capilarização, participação social e produção de respostas que atendam efetivamente às demandas apresentadas. E aí eu queria falar para vocês um pouquinho do que nós estamos fazendo nesses primeiros oito meses de retomada do Ibram, com foco na educação, nas contribuições relacionadas às narrativas patrimoniais e à construção de políticas públicas para a equidade, porque muitas outras coisas têm sido feitas em relação à segurança, gestão de risco, fiscalização, que também são super importantes para a preservação das nossas instituições.

Nós temos hoje 12 estados percorridos, todas as regiões com escuta ativa, junto às comunidades de cultura, às Secretarias de Cultura

(Secults), aos sistemas e redes de museus aos pontos de memória e, principalmente, as comunidades culturais ligadas as memórias e narrativas quilombolas, indígenas e LGBTQ+. Nós conseguimos certificar, faz uma semana, 490 pontos de memória pelo Brasil, alcançando pela primeira vez todos os estados. Lançamos o edital Ponto de Memória, que se encerrou no dia 17 de agosto de 2023, com 350 inscritos. Realizamos, em julho, com a parceria aqui da Universidade Federal da Bahia (UFBA), por meio do Observatório de Economia Criativa da Bahia (Obec), o encontro de Educação Museal e Museologia Social, em Cachoeira, com mais de 350 participantes e representação de 23 estados. Apresentamos o relatório da Pesquisa Nacional de Práticas Educativas em Museus Brasileiros. Começamos a revisão da Política Nacional de Educação Museal, a revisão da portaria do Programa Ponto de Memória, a revisão da proposta de regimento interno do Conselho de Participação do Programa Ponto de Memória e a primeira Conferência Temática da Cultura. Nesse mesmo período, realizamos a Jornada Ibero-Americana de Museus e Sustentabilidade, e lançamos três novos cursos na plataforma Saber Museus, dois de educação museal e um sobre acervos digitais. Lançamos, agora em setembro, o tema da Primavera de Museus, que é “Memória e democracia, pessoas LGBTQ, indígenas e quilombolas”, incentivando a discussão desse tema em todos os museus do país. E acontece amanhã a segunda roda de conversa virtual para a reestruturação e ampliação do Conselho Construtivo do Patrimônio Museológico. Nós temos ainda para esse ano a previsão de mais quatro editais. Estamos planejando o Fórum Nacional de Museus, que vai acontecer no Ceará no ano que vem, e planejando o Museu da Democracia, com estratégias de participação coletiva, desde sua concepção, com uma curadoria compartilhada. E a previsão do lançamento do Programa de Acessibilidade e Inclusão em 2025. Muita coisa tem sido feita, mas ainda temos muito pela frente, para consolidar ações em programas e permanências para que se efetivem de fato como políticas públicas.

E, por fim, a terceira pergunta, “qual é o papel das instituições estatais no patrimônio, na mediação e processos integradores na redefinição do patrimônio nacional?”. Quero lembrar uma coisa aqui para nós, gestores da cultura: o Estado não produz cultura antropológico. Quem produz cultura, patrimônio, arte, museu, é o povo, é a sociedade. E nós que estamos nas instituições ligadas ao Estado, temos a obrigação de usar o aparato do Estado e o poder do Estado para obedecer à democracia e à sociedade. Nosso papel, como parte dessa cadeia produtiva, é garantir o direito de acessar, de produzir, de criar, garantir o direito à memória. As políticas culturais são feitas para fomentar, estimular e todos aqueles verbos que a gente costuma usar quando constrói políticas culturais, algo que já é produzido em sociedade. E nós fazemos isso descentralizando políticas culturais e recursos. Território é poder (salve Milton Santos), e nós sabemos onde estão e quem são as pessoas que não recebem recursos e oportunidades. A descentralização também é uma forma de reparação. O que não significa que política pública se resume aos editais, a fomento e financiamento. Nós precisamos trabalhar para construções estruturantes e permanentes: a retomada nos conselhos e instrumentos de inclusão e participação social, o acesso mais equitativo aos espaços e às possibilidades de produção, revisar os instrumentos normativos e atualizar a legislação e marcos legais da cultura, instituir o Sistema Nacional de Cultura... e acho que nós, gestores da cultura, temos muito o que aprender com o Slam das Minas, com o Maracatu de Baque Solto, com a Folia de Reis, com os terreiros de matriz africana. Nós temos aqui nossas obrigações a cumprir, mas principalmente temos muito para aprender e para caminhar.

Preservação da memória e o desafio do Sistema Nacional de Patrimônio Cultural

*Márcia Sant'Anna**

O Brasil, infelizmente, tem a tradição de não preservar suas memórias traumáticas. E elas são importantes porque nos fazem reviver, de algum modo, o horror que houve e, de algum modo, nos fazem andar para frente. O Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM) está fazendo, neste sentido, um trabalho maravilhoso, ao não nos deixar esquecer esse período obscuro que acabamos de ultrapassar para que, como a ditadura militar, não se repita. Penso que as demais unidades da área governamental da cultura devem seguir também esse caminho, sobretudo o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), que é a instituição federal responsável pela preservação dos bens culturais que

* Doutora em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). De 1987 a 2011, trabalhou no Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). Foi conselheira titular e membro da Câmara do Patrimônio do Conselho de Cultura da Bahia, entre 2011 e 2014. Atualmente é professora adjunta da Faculdade de Arquitetura da UFBA e professora permanente do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo.

ancoram grande parte da nossa memória social. Nós não podemos simplesmente passar uma borracha sobre tudo isso que aconteceu recentemente, além de coisas também terríveis que aconteceram no passado e que não são nunca lembradas.

Sobre isso, quero ressaltar aqui o trabalho maravilhoso que está sendo realizado no Museu da República, no Rio de Janeiro, pelo Mário Chagas, uma das figuras mais interessantes da área museológica do Brasil. Refiro-me ao acolhimento do acervo Nosso Sagrado, aquele que um dia foi denominado de “Museu da Magia Negra” a partir da apreensão pela polícia nas primeiras décadas do século XX de objetos das religiões de matriz africana, que ficaram durante os últimos 80 anos depositados de qualquer maneira no Museu da Polícia do Rio de Janeiro, e que agora ganham a devida dignidade e o devido apreço no Museu da República. Precisamos estar atentos a esse tipo de iniciativa, pois memórias traumáticas, como a das casas de religiões de matriz africana que, não somente no Rio de Janeiro, foram sistematicamente invadidas, depredadas e mutiladas de seus bens durante um longo período, são também atreladas a bens culturais e lugares que devem ser preservados. Não apenas pelo valor cultural que possuem, como é o caso dos referidos objetos de cultos afro-brasileiros, mas para que não esqueçamos o que aconteceu e para seguirmos como povo e como nação.

Mas, considerando o período traumático e de destruição da estrutura pública da cultura que vivemos recentemente, vou falar mais especificamente de, pelo menos, quatro grandes desafios da área do patrimônio cultural que eu entendo que precisamos enfrentar, aproveitando esse momento político propício a fim de buscarmos avançar.

Eu diria que um primeiro deles é a ampliação do acesso ao patrimônio, sem dúvida nenhuma, e, nesse processo, a ampliação também do reconhecimento do patrimônio negro, do patrimônio indígena, ou daquilo que talvez se possa chamar de patrimônio afro-ameríndio, o que é uma promessa e uma intenção das camadas verdadeiramente democráticas desse país desde a Constituição de 1988, mas ainda muito

pouco concretizado. Já temos, por exemplo, um conjunto de tombamentos de terreiros de candomblé no plano nacional, estadual e alguns municipais. Temos também alguns sítios da memória afro-brasileira preservados, mas é muito pouco diante da importância central, decisiva, definitiva que o patrimônio negro tem na nossa formação, e o mesmo se pode dizer sobre o patrimônio indígena. De fato, precisamos avançar muito nesse sentido e criar programas e políticas públicas específicas para superar esse atraso.

No entanto, não se faz isso sem estrutura adequada. E não adianta ser apenas a estrutura do IPHAN. Desde os anos 1960, já se sabe, com muita segurança, que não é possível, em um país continental como o Brasil, haver apenas uma instituição de caráter nacional para cuidar de todo o nosso patrimônio. Isso simplesmente não é viável. E foi por isso que, a partir dos anos 1960, os organismos estaduais de preservação do patrimônio foram sendo montados e, já no final dos anos 1970, alguns organismos no nível municipal, mas unicamente nas cidades capitais porque é muito difícil fazer isso no interior, nas cidades menores. Mas essa configuração raramente funcionou como um sistema. Podemos até dizer que, de fato, nunca funcionou como um sistema, ou seja, como algo integrado e que abarcasse toda a tarefa de preservação do ponto de vista do Estado, apesar de que essa tarefa não é, de modo algum, um dever somente do Estado, mas também da sociedade. O patrimônio não é algo que o Estado deve “descobrir”, mas acolher o que é identificado, produzido e mantido pela própria sociedade. Essa estrutura, tanto no nível estatal como na sua interface com a sociedade está desarticulada.

Na realidade, criou-se uma situação inteiramente inadequada no Brasil, pois temos, na realidade, três sistemas de preservação do patrimônio cultural descoordenados e não integrados, como se existisse um patrimônio municipal, um patrimônio estadual e um patrimônio nacional. O patrimônio é um só e ele precisa ser cuidado por todas as instâncias públicas, mas não dessa forma separada, fragmentada e conflituosa na maior parte do tempo.

Então, um dos grandes desafios do momento, que precisa ser retomado, porque já se tratou disso nos primeiros governos do presidente Lula, mas não foi efetivamente executado, é a ideia da construção de um Sistema Nacional de Patrimônio, que integre todas as instâncias públicas e suas estruturas, dando um rumo para a ampliação do acesso, do acolhimento, do reconhecimento efetivo do patrimônio que é produzido pela sociedade. E, claro, um sistema que suponha uma estrutura devidamente aparelhada, com gente devidamente preparada e mobilizada para atuar. Nós não temos ainda isso a despeito do fato de que o Brasil começou a estruturar suas instituições de preservação do patrimônio em 1937, portanto, há mais de 80 anos.

Para se criar um sistema e fazê-lo funcionar é preciso que os organismos municipais e estaduais estejam fortalecidos. E eles não estão. Acredito que durante esses últimos anos de terror, vamos usar sim essa palavra, isso piorou terrivelmente, mas não se pode dizer que essa situação começou agora, pois já está aí há muito tempo. Mais ou menos nos anos 1990 essa descendente dos organismos estaduais e municipais de preservação do patrimônio, praticamente em todo o Brasil, já estava configurada, pois eles foram muito atuantes somente até os anos 1980. Uma atuação cada vez mais declinante surge então a partir dos anos 1990, mas não parou de existir, infelizmente. Então, eu entendo que o IPHAN, como uma espécie de líder desse sistema nacional, teria que agora, já amanhã, se possível, instituir um programa de fortalecimento dos organismos estaduais e municipais com vistas à formação de um sistema que possa efetivamente operar com a estrutura devida para abarcar tudo o que precisa ser abarcado.

E, por fim, mas não por último porque esse desafio poderia estar em primeiro lugar, a ampliação da participação da sociedade na preservação do patrimônio, mediante a criação de mecanismos de participação que não sejam acionados somente no momento de reconhecer ou de declarar este ou aquele bem, patrimônio cultural do Brasil. Uma participação social que ocorra ao longo de todo o processo de

patrimonialização, que, como se sabe, não se reduz ao momento do reconhecimento e da identificação.

O processo de patrimonialização é muito mais complexo do que isso, e mais longo. Passa pela identificação, pela seleção, pelo reconhecimento, pela gestão, pela conservação, manutenção, pela promoção e pela difusão. A participação social tem que ocorrer ao longo de todo esse processo, porque, ao fim e ao cabo, é isso que constrói patrimônio e não simplesmente a declaratória inicial. O reconhecimento é importante, sem dúvida, mas é o desenrolar do processo depois o que importa, porque é o que vai, efetivamente, nos garantir que aquele patrimônio reconhecido terá continuidade, será preservado, será salvo-guardado para as futuras gerações.

E é preciso reconhecer que nós não estamos fazendo isso corretamente, o que ainda piorou entre 2018 e 2022. Em termos gerais, nós estamos agindo ainda como se o reconhecimento patrimonial fosse simplesmente um selo, uma medalha que se coloca em alguma coisa ou em alguém e que acaba no momento desse ato, que, depois, fica esquecido. Fica tão esquecido que nós estamos vivendo situações tremendamente inadequadas, como haver um edifício de nove andares fincado dentro do terreno do Terreiro da Casa Branca do Engenho Velho, como os jornais vêm noticiando já há algum tempo. Ou situações tão absurdas como três municípios da Bahia – Salvador, Itaparica e Cachoeira – encaminharem um pedido legítimo de reconhecimento patrimonial das festividades do 2 de Julho, sem dúvida, a maior celebração popular cívica do Brasil e uma das de maior significado histórico, e isso ser negado pelo IPHAN, no plano federal, devido ao total desconhecimento sobre o que é e o que significam essas celebrações. Vamos reverter isso, certamente, mas são apenas exemplos do absurdo gerado por essa maneira desintegrada, fragmentada e, de uma certa forma, autocrática de agir com relação ao patrimônio cultural.

Temos então alguns anos, e são poucos, para entregar à sociedade algumas realizações que sinalizem que houve mudança, que saímos

de um momento da destruição e estamos em outro momento de construção e reconstrução. No que toca à preservação do patrimônio, entendo que temos então pelo menos quatro entregas a fazer: o fortalecimento das instituições de patrimônio em todas as esferas de poder; a montagem de um sistema nacional que funcione de maneira integrada, ainda que com diferenças e distintas competências para cada uma dessas esferas; a criação de mecanismos reais e eficientes de participação da sociedade, porque sem isso não se preserva patrimônio, pois não há nem haverá dinheiro público suficiente para tal. A sociedade, assim, precisa ser fortalecida, valorizada e incluída, para que possa exercer o seu papel no trabalho de preservação e de salvaguarda do patrimônio. E, por fim, ampliação do acesso ao patrimônio e aos benefícios que a sua preservação gera, sobretudo quando se trata do patrimônio vivo desse país, que é o patrimônio das classes populares, que é o patrimônio negro, que é o patrimônio indígena, que é o patrimônio de todos nós que efetivamente construímos e constituímos essa nação.

Dilemas da atribuição de valor em processos de patrimonialização: análise e perspectiva

*Hermano Fabrício O. Guanais e Queiroz**

Eu pensei em trazer uma reflexão sobre os dilemas do patrimônio cultural, do que eu entendo que é um dos grandes dilemas, que é o próprio processo de patrimonialização, que é essa escolha, que é identificar, que é reconhecer e que é salvaguardar ou atuar na gestão desse patrimônio cultural. Eu me refiro a processo de patrimonialização, porque as coisas dificilmente surgem como patrimônio, embora isso possa acontecer ou esteja acontecendo em alguns órgãos. Inclusive há órgãos municipais, e muitas vezes estaduais, que abrem mão desse processo e declaram as coisas como patrimônios como se elas surgissem ou como se elas nascessem patrimônio.

* Superintendente do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) na Bahia; foi Diretor do Departamento de Patrimônio Imaterial do IPHAN (2016/2020), mestre em preservação do patrimônio cultural pelo Programa de Pós-Graduação do IPHAN- e especialista em Direito pela Escola de Magistrados da Bahia. Atuou no Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural da Bahia, o IPAC, entre 2009 e 2016.

Em geral, as coisas são criadas ou as práticas são propagadas e transmitidas e num dado momento da sua existência há o reconhecimento dessas coisas como patrimônio. Isso, desde já, nos coloca a seguinte questão: o patrimônio é, de fato, uma construção, uma construção social, que tem a ver com atribuição de valor a alguma coisa, seja essa coisa um objeto corpóreo, seja essa coisa uma prática social de identidade e memória. E como é, de fato, um dilema selecionar, guardar e cuidar desse vasto e complexo patrimônio...

A questão da atribuição de valor é essencial para a constituição de alguma coisa, ou de qualquer prática como patrimônio e esses valores podem possuir natureza diversa. Daí nos questionamos: como nós caminhamos para chegar a essa compreensão de que o patrimônio não é algo dado é algo construído e que as pessoas devem fazer parte desse processo e dessa escolha. No momento em que percebemos e entendemos, com clareza, que os valores são de natureza diversas, eles podem ser compreendidos como valores cognitivos, porque justamente aquela coisa ou aquela prática, ela informa, concentra informações sobre a história, sobre memória, sobre identidade. Por isso, como algo que concentra uma densidade muito grande de conhecimento de informações, esses valores podem ser também valores éticos, valores estéticos, simbólicos e valores afetivos.

No mínimo, alguns desses valores têm que estar atribuídos a algo para que esse algo possa então ser construído como patrimônio. E diante disso, eu pensei em discutir alguns dilemas contemporâneos da preservação do patrimônio cultural a partir justamente de processos que o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) criou para reconhecimento. São os macroprocessos de identificação de bens culturais, de reconhecimento de bens culturais e do que a gente chama salvaguarda ou gestão do patrimônio cultural.

Nesse processo, que é o que define e constrói patrimônios, entendo que estão focalizados os grandes dilemas da preservação. Então, a primeira questão gira em torno de como os bens culturais se tornam

patrimônio. Eles podem se tornar patrimônio por duas formas. Como sabemos, uma que é de natureza individual e comunitária, e a outra pela via estatal, que é quando o Iphan ou os órgãos estaduais e municipais de patrimônio deflagram um processo administrativo de reconhecimento. No plano individual ou comunitário, o processo de patrimonialização é conhecido de todos nós, no sentido de que na nossa própria vida pessoal e na nossa vida comunitária estamos o tempo todo selecionando coisas, elegendo coisas: aquelas que devem ficar, como as que devem permanecer em nossa vida, na vida do nosso grupo, e, de outro lado, as coisas que então devem ser descartadas. E quanta coisa foi descartada durante esses anos e anos de processos e de atuação do Estado na concepção de patrimônio? Até mesmo no plano pessoal, nós fazemos isso o tempo todo quando jogamos fora algo, quando selecionamos algumas peças, algumas coisas, alguns objetos, algumas fotografias e, por outro lado, nós conservamos outras. Todas essas coisas são conservadas porque nós atribuímos a elas um valor especial, seja este valor relacionado a um momento que queremos lembrar, e aí esse processo contribuiu para o apagamento de muitas memórias. É o que percebemos hoje! Seja porque elas são belas do ponto de vista estético (e como o patrimônio se apoiou durante o tempo, de tantos anos, e ainda se apoia nesse valor estético, no valor arquitetônico), que é importante, mas que não pode continuar sendo a causa maior do patrimônio, quando temos a diversidade e o potencial humano do patrimônio precisando ser valorizado e cada vez mais incentivados.

Assim, um bem cultural que passa por um processo desse tipo, é visto como um patrimônio e o patrimônio funciona exatamente como essa espécie de elo, de vínculo do passado com o presente, com o momento atual e desse momento com o futuro. O patrimônio ganha essa propriedade de fazer essa passagem e de funcionar como esse fio que liga o passado ao presente e o presente ao futuro. Tornar um bem cultural patrimônio, então, é selecionar aquilo que é representativo das nossas memórias, da nossa cultura, aquilo que tem densidade, seja

do ponto de vista cognitivo, ético, simbólico, afetivo, estético, para fazer justamente esse vínculo entre vários momentos e ser também deixado a esta geração e às gerações futuras. Eu acredito que se constitui num grande dilema, sobretudo diante das constantes reivindicações dos novos e velhos atores preteridos em tais processos, esta seleção do que deve ser patrimônio cultural. E o patrimônio negro é um exemplo disso. Nós temos apenas 10 ou 11 terreiros de candomblé tombados em nível federal no Brasil. Desde o primeiro tombamento do terreiro da Casa Branca, em Salvador, e desde a Constituição de 1988¹ que traz este patrimônio e a diversidade cultural brasileira e o dever do Estado de proteger efetivamente os bens culturais que sejam representativos das culturas do povo brasileiro, nós temos apenas 11 terreiros de candomblé tombados e uma gestão e uma salvaguarda ainda tímida, acanhada e receosa. Por muito tempo, esse processo, do ponto de vista do Estado, ou seja, esse processo de selecionar e constituir essa coisa como patrimônio, foi uma tarefa de representantes do Estado e de especialistas. Isso foi durante muito tempo e alguns campos e alguns lugares ainda o é. No entanto, patrimônio cultural é patrimônio social e democrático e exige posicionalidades críticas.

E já neste momento e ciente dessa missão que a gente tem de democratizar e de ter posicionalidades críticas, foi que a Constituição de 1988 veio democratizar, de certo modo, esse processo, embora não todas as áreas e todos os campos tivessem internalizado, de fato, a missão de democratizar o patrimônio e a escolha desse patrimônio. Ele vem democratizando no sentido de que se reconhece, finalmente, que a sociedade tem um papel, uma participação nessa seleção, o papel de influir nessa seleção, de manifestar ao Estado sua opinião sobre essa seleção e sobre o que deve ser preservado. Então, esse processo tem se tornado cada vez mais um processo de mão dupla, não unicamente de cima para baixo, embora ainda se predomine isso. À vista disto, surge uma pergunta que é fundamental: caso concordemos que o patrimônio é uma produção social, uma construção social e que as coisas,

elas se tornam patrimônio a partir desse processo de atribuição de valor, se concordamos com isso, então perguntamos se na verdade tudo é patrimônio?

E para respondermos a essa pergunta, temos que pensar um pouco na memória, na memória humana. A nossa memória, por mais capacidade que tenha, só se mantém íntegra como memória porque realiza constantemente um processo de manutenção e de descarte de informações. Se nós tivéssemos que manter na nossa memória todas as informações, todas as sensações, tudo enfim que nós aprendemos ao longo da vida, provavelmente o nosso *Hard Disk* (HD) teria problemas sérios e essa memória poderia até ser prejudicada.

A memória se mantém porque ela é seletiva, essencialmente seletiva, para a nossa vida, para o nosso futuro, para o nosso relacionamento com os outros, para o nosso trabalho, enfim, para qualquer uma das esferas da vida social na qual a gente transita e vive, a memória é uma seleção. E aí o que nós temos diante de nós hoje é justamente discutir, problematizar e tensionar quais têm sido essas nossas escolhas, que memórias nós temos construído ao longo desses quase 90 anos de instituição do patrimônio, chamado inicialmente de histórico e artístico nacional, porque tinha o seu olhar dirigido para tipologias e expressões da cultura, naquilo que o nosso querido professor Olympio Serra chamava de “fixação eurocêntrica de patrimônio”. Esse raciocínio pode ser levado também para o campo do patrimônio no sentido de que esse processo de seleção daquilo que vai ser declarado como patrimônio ou reconhecido como patrimônio é um processo que tem a ver também com esse processo de manutenção e descarte, inclusive porque o patrimônio é uma das formas de construção de uma memória social e essa memória social também não se sustenta como memória se abarcar tudo. Ela também é seletiva.

A seleção é, de fato, um processo de patrimonialização e o desafio posto é não tornar esse processo essencializador de estruturas excludentes. É isso que temos como desafio e que esse seminário, esse

Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura (Enecult), nesta mesa nos traz, não tornar o processo de patrimonialização essencializador de estruturas excludentes.

A seleção é, sem dúvida, elemento fundamental do processo de patrimonialização, e o desafio posto é não tornar o processo de patrimonialização essencializador de estruturas excludentes. Ou seja, aqueles bens culturais os quais não vão ser selecionados num dado momento, eles não devem ser condenados a uma inutilidade, de modo algum. Esses outros bens culturais, que não estarão necessariamente patrimonializados, estarão participando de outras esferas da vida social, da esfera cultural, da produção cultural, da educação, da própria construção da cidadania, da afirmação de identidades e outras esferas. O patrimônio, então, também não pode ser visto como a única via de preservação de certos bens ou fazer com que estes bens não participem da nossa vida.

Podemos passar, então, para um terceiro momento, que diz respeito a como nós devemos preservar. Já que identificamos os bens culturais, já que selecionamos aquilo que vai ser preservado, então como devemos preservar essas coisas e essas práticas? Para a implementação da salvaguarda e da gestão de bens que já foram patrimonializados, cabe ao Estado, a meu ver, enfrentar o desafio de considerar a representatividade dos diferentes atores, agentes sociais diretamente envolvidos na produção e também na reprodução dos diferentes bens culturais, e, de certo modo, envolver as instituições parceiras.

Imprescindível a criação de um grande consórcio em defesa do patrimônio, por sua natureza multidisciplinar, que exige, em realidade, aquilo que a Constituição sabiamente identificou como missão, que é destinar ao poder público, com a colaboração da comunidade, a preservação do patrimônio cultural brasileiro. Isso nós já vemos, e isso nós já experienciamos em um campo do patrimônio, que é o chamado patrimônio imaterial, tão recentemente criado pela Constituição de 1988 e regulamentado no ano 2000, mas que muito vem ensinando do

que é processo de identificação, o que é processo de reconhecimento e o que significa apoiar, fomentar, enfim, salvaguardar o patrimônio cultural de maneira diferenciada do que se vinha fazendo. Os processos de patrimonialização apoiados no processo de registro de bens culturais imateriais têm contribuído para ensinar muita coisa para o próprio processo de tombamento e para a gestão de conjuntos urbanos, de sítios históricos, de paisagens culturais que são reconhecidas.

Assim, eu não tenho dúvida de que um dos maiores dilemas a se enfrentar ainda é a ausência, ausência sentida e contumaz, dos diversos atores que produzem, que mantêm e que, de certo modo, transmitem o patrimônio nos processos de identificação, de reconhecimento, de apoio e fomento e de gestão.

Outro dilema é a dificuldade de descentralização e socialização de instrumentos de salvaguarda e, sobretudo, de gestão do patrimônio cultural. Na salvaguarda isso já acontece, isso já é possível. Atualmente, nós estamos na Superintendência do IPHAN da Bahia com seus grandes projetos, projetos exemplares e transformadores, eles todos estão sendo feitos em parceria, sobretudo, com a Universidade Federal da Bahia (UFBA). E isso é o que muito nos estimula, isso é o que vem elevando, inclusive, a nossa sociedade, e que vai trazer a política de patrimônio cultural no estado da Bahia para um outro patamar. Essa relação estreita com os diversos campos que a UFBA e outras universidades também, como a Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB), que já se aproximam e começam a criar e pensar nessa descentralização e socialização de políticas e de instrumentos que já são testados, que são bons, mas que precisam ser mais apropriados.

Um outro dilema é a deficitária articulação institucional e intersetorial para execução coordenada de políticas públicas e ações envolvendo diferentes níveis de governo e sociedade civil, considerando justamente essa natureza transversal do patrimônio. Não há mais como tentarmos proteger efetivamente sem que nós estejamos num diálogo próximo e estreito com as diversas instituições e atores que estão na

defesa intransigente do patrimônio cultural. Em torno da salvaguarda do chamado patrimônio imaterial, a experiência já de poucos anos, de 23 anos, ela colocou novíssimas questões para o campo da preservação e eu acredito que o patrimônio imaterial inclusive pôs em xeque toda uma prática de seleção e de conservação há muito tempo sedimentada no campo do chamado patrimônio urbano ou patrimônio material.

O primeiro impacto da política de salvaguarda do patrimônio imaterial vem nas operações de seleção do quê preservar e de como preservar. E é sobre isso que vamos falar para concluir esta nossa reflexão. Na medida em que o suporte do bem cultural imaterial é, em última análise, o ser humano, não é possível selecionar o que deve ser preservado sem a participação direta e ativa dos detentores desse patrimônio. Da mesma forma, não é possível promover a continuidade de um bem cultural, apoiar e fomentar sem essa participação, algo que apenas recentemente os órgãos de preservação estão começando a entender e levar a sério. Isso não ocorre somente pela ausência de formação adequada de servidores, habilidade técnica de profissionais que atuam nesse universo, mas sobretudo pelo desafio que é abrir diálogos. Como ainda é difícil abrir diálogos, como, de certo modo, a demora na formação de consensos também é um elemento que dificulta e que é colocado, e agora mais intensamente, a possibilidade de certa perda de poder, porque quando você dialoga e que você descentra o poder, você acaba perdendo aquele poder que você tinha, que você está apegado no uso do exercício do poder de polícia, muitas vezes ainda, infelizmente; além também de preconceito e racismo estrutural reafirmados e apoiados em governos negacionistas e marcados pela intolerância.

Em tempos de posicionalidades críticas, a própria noção de patrimônio cultural se torna, nesses casos, um grande problema, a partir da visão e da concepção antropológica de patrimônio relativa, pois somos obrigados a admitir a transitoriedade dos bens, pois o patrimônio é dinâmico, os sentidos mudam e a atribuição de valor também muda. O problema da patrimonialização desses bens *versus* os riscos

e problemas da interferência na dinâmica cultural do Estado exige delicadeza, porque se esse patrimônio tiver que desaparecer, ele inevitavelmente desaparecerá. É preciso ter um cuidado enorme para não se criar ou mesmo sustentar situações falsas, porque se os códigos perdem o sentido, se determinadas condições, elas já não mais existem, essas coisas desaparecem mesmo. Então um dos nossos dilemas é o de relativizar, de certo modo, essa ideia de desaparecimento no seio do patrimônio consagrado.

Por fim, a prática do patrimônio tem apontado diversas formas de como trabalhar, por exemplo, com as comunidades que vivem em centros históricos, a ideia de suprir usos habitacionais, residenciais, inclusive dialogando com outros setores da administração pública, dialogando com diversas esferas do poder e atores importantes, buscando o quê? Avançar em políticas integradoras democratizantes! Essa nova prática também tem colocado novas demandas como uma atenção para usos, para reusos, para apropriação de espaços e até pensar naquilo que a gente vem discutindo muito sobre a decolonialidade. Dessa herança que nós recebemos e que precisamos legalmente preservar.

A prática do patrimônio imaterial com as referências culturais das culturas populares eu acho que tem muito a contribuir. Desde o arquiteto, que é um ator fundamental nesse processo, à própria interpretação e construção do patrimônio, ele inventa a cidade e uma cidade feita para nos encontrarmos, para podermos ter relações sadias, alegres, favoráveis. Então, em vez de continuarmos pensando a cidade apenas como um processo de aglomeração, para satisfazer muitas vezes a interesses do mercado, do capital, interesses de ocasião, sem nenhuma qualidade ou pouca qualidade, ou mesmo como objeto de contemplação pelo seu valor estético, é necessário pensarmos na existência que devemos ter neste artefato humano espetacular que o homem foi capaz de inventar, que se chama cidade e cidade-patrimônio.

A arquitetura é um serviço humano de contribuição efetiva e também afetiva, cotidiana, multidisciplinar, coletiva, que não pensa

somente no desenho, mas ela toda está metida na dimensão social, sob a percepção da vida e voltada para a existência humana. E aí encerro lembrando que quando pensamos no papel das instituições estatais de patrimônio, na mediação dos processos integradores na redefinição do patrimônio nacional, eu acredito que um dos nossos grandes dilemas é a avançar na compreensão de que o patrimônio não existe como algo dado, é preciso maior participação, é preciso incluir o olhar e os múltiplos olhares nessa concepção do que será o nosso patrimônio. Ele vai adquirindo significados, contornos, agregando novos valores, agregando novas funções ao longo da história, sejam esses bens, objetos, sejam coisas, sejam conjuntos urbanos. Tudo isso que chamamos de patrimônio não pode continuar sendo visto como um repositório completamente hermético e estático de valores, de memórias, de representações.

E aí eu quero concluir, de fato, trazendo aqui um pensamento da professora Márcia Sant'Anna, que diz que o patrimônio é um espaço que concentra forças em permanente devir e cujo sentido político e social mais amplo, e até positivo, se configura quando a partir desses processos se produz conhecimento, se abrem novos horizontes, se ampliam noções de pertencimento, se diminuem distâncias sociais, se promove inclusão social e se possibilita o funcionamento do patrimônio como um recurso para um desenvolvimento social e econômico menos delicado, desigual. Isso é o que nós esperamos que seja o patrimônio e este é o nosso desafio maior.

Nota

- 1 BRASIL. [Constituição (1988)]. *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

Comentários acerca do patrimônio e etnicidades no Brasil

*André Luis Ramos Soares**

Eu gostaria de começar meus comentários, com duas questões, e eu ousou dizer (eu vi isso em algum lugar da internet), que claro, a vacina salvou muitas vidas, mas o que nos salvou da pandemia foi as artes e as humanidades. Porque foram as artes e as humanidades as quais recorreremos, fosse à música, fosse ao entretenimento, fossem às séries de TV, fosse a qualquer forma que nos mantivesse lúcidos e com saúde mental, foram as artes e as humanidades que realmente nos salvaram da pandemia.

E uma outra questão que eu gostaria de tratar, e eu vou me explicar por que eu vou mencionar esta questão (que também li em algum lugar da internet), é que temos de agradecer que a população negra só

* Professor titular do Departamento de História, do Programa de Pós-Graduação Profissional em Patrimônio Cultural da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Coordenador da Cátedra Unesco em Fronteiras e Migrações – UFSM. Professor visitante Erasmus Mundus do Programa de Mestrado em Quaternário e Pré-História do Instituto Politécnico de Tomar. Membro do Instituto de Geociências de Coimbra, Portugal.

quer justiça e igualdade, e não vingança. Isso é muito pesado, isso é extremamente pesado, mas eu faço esse destaque por quê? Porque na verdade aqueles que me antecederam colocam essa necessidade. E eu vou começar minha provocação já, sobre a necessidade de valorização de patrimônio. Eu antecederia com visibilidade. Eu falo visibilidade porque, como professor de história que eu sou, encontramos, por exemplo, sociedade indígena nos livros didáticos no descobrimento do Brasil e depois em 1988. Não se fala das sociedades indígenas nos livros didáticos: – estou falando da minha realidade, Rio Grande do Sul, eu sou do extremo sul do país. E a presença indígena nos livros didáticos, por exemplo, acontecem na descoberta do Brasil e depois na Constituição de 1988. E com um detalhe mais ácido, se vocês me permitem, sociedades indígenas, falamos assim como se fosse um saco de gato, como se fosse, sei lá, um caminhão cheio de melancia. E esquecemos que são mais de 400 línguas indígenas sendo faladas, em que temos uma diversidade cultural. Trabalhei bastante tempo com sociedades indígenas. Quanto à diversidade das culturas indígenas, vamos falar: aqui só Pataxó da Bahia, Tupiniquim ao Sul. Pataxó é um tronco linguístico, Tupiniquim é outro tronco linguístico, e quando eu falo de troncos linguísticos diferentes, estamos falando de uma série de diversidades. Então, eu acho que a primeira provocação que eu faço é essa, de pensarmos: “como temos que patrimonializar?” mas eu penso na visibilidade dessas diferenças. Por exemplo, a população negra, temos que falar em todas as raízes que trouxemos da África, e falamos da África como se fosse um país, e são 53 países, com uma diversidade linguística, cultural, que nós herdamos muita coisa e temos que pensar nessas polifonias. Então, a primeira provocação que eu faço, é neste sentido da polifonia. Temos que pensar numa polifonia.

Tem um autor que utilizo muito nas minhas aulas, o Joaquim Falcão (1984), se o nome me falha memória, e ele fala que o patrimônio do Brasil é branco, católico e representa a vitória do Estado. Hermano Queiroz do IPHAN-BA mencionou que há de 10 ou 12 terreiros

tombados, não vou nem falar de Salvador, mas só em Minas Gerais tem mais de 300 igrejas católicas tombadas.

A cidade de Santa Maria, de onde eu venho, tem 282 mil habitantes e tem mais de 300 casas de religião de matriz afro, nenhuma delas reconhecida. Porque elas estão em locais que ficam no fundo da casa das pessoas, não tem uma igreja, não tem um Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) para pagar, então ficam nas casas das pessoas, não são reconhecidas, não são identificadas, não são visibilizadas. Mas quando falamos do patrimônio branco católico ou que representa a vitória do Estado, que sejam os fortes, os fortins, os quartéis... Então temos que lembrar que sempre há essa presença muito forte do Estado.

Eu sempre penso, dentro da minha área de atuação, o quanto nós realmente conhecemos os patrimônios do país. Será que a gente realmente conhece os patrimônios do país? Eu sou arqueólogo também, estou vindo de um projeto de campo no estado do Mato Grosso do Sul e a primeira coisa que eu falo para esse grupo, que é o qual eu estou vinculado no estado do Mato Grosso do Sul, é sobre a necessidade de fazer um levantamento, temos que fazer um reconhecimento dos patrimônios, materiais e imateriais sejam eles quais forem. E pensar: será que todo esse inventário já foi feito? É uma pergunta bem simples assim: será que nós temos um inventário da riqueza desse país continente?

Se tomarmos o estado do Ceará e a cidade em que vivo no Rio Grande do Sul, são 4 mil quilômetros que os separam. Se vocês pegarem um compasso de 4 mil quilômetros e colocar em qualquer lugar da Europa, vocês terão saído da Europa. E nós estamos falando do mesmo país, do Brasil, onde entre um lugar e outro tem 4 mil quilômetros de distância. Nós temos que inventariar, levantar, registrar, documentar, identificar essa riqueza desse país continente o qual ainda está muito invisibilizado.

Temos uma temporada na Netflix que se chama “Vikings” e muitos gostaram; mas teve uma temporada chamada “Cidade invisível” que falava do folclore brasileiro, que falava da Cuca, do Saci... Mas parece

que gostamos de ser colonialistas, e o folclore fica meio inferiorizado perante essa ideia de mitologia grega, mitologia romana, e esquecemos que temos um patrimônio de folclore ou patrimônio imaterial riquíssimo, fantástico, e que ainda é muito pouco explorado. Eu lembro que começou uma moda, não sei se essa moda chegou aqui, espero que não tenha chegado, de comemorar o 31 de outubro como o dia do Halloween. A contrapartida foi criar o dia do Saci para dizer, nós temos folclore, nós temos bastante coisa para identificar, lembrar, resgatar, registrar.

Eu acho que é um pouco esse complexo de vira-lata que ainda carregamos, um complexo de “vira-latismo” assim bastante forte quando falamos das coisas da Europa. Quando temos um patrimônio reconhecido e vários deles aqui foram citados e reconhecidos, aí vem a sugestão, a provocação que eu faço, que é o fortalecimento, vou puxar a brasa para o meu assado, o fortalecimento de políticas para a valorização do patrimônio que a gente chama vulgarmente de educação patrimonial, ou ações educativas, que é valorizar os patrimônios, reconhecer a riqueza de todos esses bens e aí então valorizá-los, inseri-los no currículo escolar. Por exemplo, a cidade de onde eu venho, Santa Maria, temos dois geoparques muito próximos, os geoparques reconhecidos pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco), que é o Geoparque Quarta Colônia e o Geoparque Caçapava do Sul, os quais nós conseguimos inserir no currículo escolar, disciplina de educação patrimonial, como algo permanente, como algo contínuo, porque temos muito medo de destruição, ou seja, vem um tsunami de negacionismo, vem um tsunami, vem um terremoto de absurdos, virar jacaré e por aí afora, não vou nem citar. Mas temos que toda hora começar a reconstruir de novo, a todo momento a partir do zero. Então, essas iniciativas como, por exemplo, municípios pequenos que colocaram a educação patrimonial dentro do seu currículo escolar, obrigou os professores a se capacitarem para falar

de educação patrimonial, por um lado, e também inserir esses patrimônios locais dentro dos seus cotidianos.

E eu acho que isso também é algo que temos que pensar. Sempre é dito que saímos do inferno, mas estamos longe de chegar no paraíso. E claro, também se colocou que, bom, a gente saiu do inferno, mas os demônios estão soltos. Então temos que estar pensando nisso. Para terminar, eu gostaria de destacar que quando a gente fala nessa discussão, é uma discussão do patrimônio, das políticas, dos dilemas. O que eu gostaria de provocar seria isso, temos que dar visibilidade aos invisíveis. E aí eu falo das populações ribeirinhas. Ribeirinha pode ser aqui, os pescadores, a quantidade de pessoas que são invisibilizadas por nós que não percebemos. Queria agradecer muito novamente a oportunidade de estar aqui, agradecer o aprendizado que eu tive com os meus colegas.

Referências

BRASIL. [Constituição (1988)]. *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

FALCÃO NETO, Joaquim de Arruda. Política cultural e democracia: a preservação do patrimônio histórico e artístico nacional. In: Mecelli, Sérgio (org.). *Estado e cultura no Brasil*. São Paulo: Difel, 1984.

Dilemas do patrimônio cultural no Brasil contemporâneo: a importância de se ter as conversas difíceis

*Mona Nascimento**

Gostaria de agradecer imensamente pelo convite, o Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura (Enecult) já existia quando eu ainda era uma garotinha tirada a inteligente e esforçada, lá em Cajazeiras, querendo abraçar o mundo mas sem muitas perspectivas. Quando eu acreditava que seria impossível para uma garota como eu, embora sonhadora, ser capaz de cursar uma universidade pública federal. Quem diria que hoje eu estaria triplamente vinculada a ela: como docente, discente e pesquisadora. E nesse processo, reconheço o Enecult como uma dessas portas abertas, o Centro de Estudos Multidisciplinares em Cultura (CULT) como um primeiro local de acolhimento e

* Museóloga. Mestre em Educação. Especialista em Política e Gestão Cultural. Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Cultura e Sociedade da Universidade Federal da Bahia (UFBA). É pesquisadora do Observatório da Economia Criativa da Bahia (OBEC), através do qual atua na Pesquisa Educação Museal Brasil, (PEM-Brasil). Membro da Rede de Educadores em Museus da Bahia e também membro da Rede de Educadores em Museus do Brasil. Atualmente é professora substituta do Departamento de Museologia da UFBA.

o Instituto de Humanidades, Artes e Ciências Professor Milton Santos (IHAC) hoje como uma dupla casa: pelo Pós-Cult e pelo Observatório da Economia Criativa da Bahia (OBEC-BA).

Tenho aprendido recentemente com as minhas mais velhas que “falar é existir absolutamente para o outro”, e embora esta citação especificamente seja de um mais velho, o Frantz Fanon, Beatriz Nascimento, Sueli Carneiro, Grada Kilomba, bell hooks, Oyèronké Oyèwúmi entre outras, são quem me ensinam todos os dias o valor da palavra e da oralidade na minha ancestralidade. São essas mulheres que me dizem que o que está posto não nos contempla e que a nossa forma de existir e estar no mundo precisa ser contemplada. Por isso falo e por isso, antes de tudo, falo de mim, de quem eu sou e de onde estou falando.

Confiando que as primeiras exposições seriam ricas e instigantes, não me decepcionei. E por isso falar por último é um desafio frente às falas postas até aqui, mas é também um privilégio poder compor a minha intervenção a partir dessas importantes reflexões sobretudo por sentir acolhimento nestas falas anteriores à minha.

Mas, quero também trazer uma fala mais sensível e algumas provocações que me ocorreram quando recebi o, como foi bastante repetido ontem, “ENEM Cult”: as questões geradoras para esse debate. Foram três questões bastante provocadoras, confesso que em algum momento me perguntei se existiria resposta para as mesmas, mas lembrei que o meu desafio como debatedora é justamente trazer mais perguntas. E assim o fiz:

Quais desafios se apresentam para as políticas de patrimônio num país plural como o Brasil?

Aqui destaco a expressão *país plural* e me pergunto se talvez o primeiro passo seja reconhecer que, embora o país acolha em seu interior uma real pluralidade de culturas, e que já avançamos significativamente no reconhecimento dessa realidade, ainda nos falta caminhar

bastante para chegar a um lugar no qual essa pluralidade reflita nas tomadas de decisão sobre políticas para o patrimônio.

Olhando para essa questão me parece inevitável voltar alguns pontos antes de avançar.

Retomando a ideia do Sankofa – não é tabu voltar atrás e buscar o que esqueceu ou como uma vez ouvi de uma mulher preta muito sábia: *quando não souber para onde ir, olhe para trás e lembre de onde você veio* –, acho importante, antes de nos perguntarmos sobre quais políticas de patrimônio esperamos que sejam satisfatórias para abarcar a pluralidade cultural do Brasil, voltar alguns passos e nos perguntar mais uma vez **o que é patrimônio**.

Ou melhor, de que patrimônio estamos falando? Quais elementos dessa pluralidade se encontram presentes na discussão sobre patrimônios? A quem é historicamente legado o poder da tomada de decisão? Quão distantes estão os frios escritórios, onde são escritas as minutas das portarias, editais e projetos de leis, dos efervescentes lugares de vivência cultural onde o que pode (e deve) vir a ser patrimônio está neste momento sendo produzido. Para citar o querido Zé Eduardo que esteve aqui ontem: quão distante estão do bar da esquina da rua dele, lá no Subúrbio Ferroviário de Salvador?

Sendo uma pessoa que enxerga a educação como o caminho para a conexão com esse lugar de onde viemos, para que assim descubramos para onde queremos/precisamos ir, acredito ser necessário possibilitar que o pensar sobre identidade, fazeres culturais, memórias coletivas esteja presente no dia a dia da formação humana.

Que uma vez incorporados esses temas no dia a dia, esperamos que, ao invés de apresentar às pessoas um patrimônio previamente estabelecido, possamos antes instigá-las a se questionar sobre quem tem o poder de definir qual será esse patrimônio, bem como questionar quando essa definição não atende aos seus anseios.

Não cabem mais como lema da educação para o patrimônio **conhecer para preservar** – que, por mais óbvio que pareça a sua prescrição, ainda

é bastante repetido e celebrado Brasil adentro – antes, que o conhecer seja o ponto de partida para uma leitura apropriada e crítica com todas as aproximações e distanciamentos que esse movimento possa causar, com todos os tensionamentos pelos quais as disputas de narrativas patrimoniais precisam passar. Precisamos ter as conversas difíceis, precisamos ouvir o que nos incomoda.

E isso nos leva à segunda questão:

Como recompor ambientes de diálogos sobre o patrimônio em regimes e narrativas de historicidade essencialistas e racistas?

Falemos de diálogo num país plural. Se assumimos a pluralidade do país, automaticamente reconhecemos que há uma pluralidade de vozes nessa conversa, uma heteroglossia para citar Bakhtin e parecer inteligente, afinal, sou professora e doutoranda.

Em algum momento do texto da ementa, fala-se em emergência e presença de intolerâncias e violências simbólicas. Entendo que estamos aqui falando sobre *Culturas para um novo Brasil*, nos remetendo aos tempos de intensa crise política e, sobretudo, de humanidade que vivemos desde 2016 neste país, com profundo agravo nos momentos mais agudos da pandemia. Que nesse período sofremos gigantescos retrocessos, sobretudo no campo cultural.

Entretanto, creio que o primeiro passo para estabelecer ambientes de diálogos sobre o patrimônio talvez seja reconhecer o profundo conservadorismo que ainda permeia este o campo e o quanto os regimes e narrativas de historicidade essencialistas e racistas nunca deixaram de aqui estar (ainda no mês passado, em um importante evento do campo de museus, escutou-se de uma profissional do patrimônio que “*esse discurso polarizado sobre raça é coisa da Bahia*”).

Esse país não foi mais ou menos racista no período do inominável. Esse sempre foi o traço fundante do estado brasileiro e sobre ele ainda

se estrutura. Afinal, não foi sob a administração do inelegível que a polícia militar baiana se tornou a mais letal do país. Não foi sob a proteção do, em breve, presidiário que Mãe Bernadete foi brutalmente assassinada.

Isso pra citar a tragédia que, pelo tamanho do seu absurdo (uma valorixá, liderança com alcance internacional, alvo de sequenciais ameaças, inscrita num programa de proteção estatal, e ainda assim nada disso a blindou do que a vitimou), repercute nacionalmente, mas no último final de semana, Brian, com um mês de vida, teve sua vida ceifada numa chacina que matou mais três pessoas, incluindo o seu pai... num crime que, muito provavelmente, assim como muitos dos que vemos todos os dias, não causará revolta para além dos seus entes queridos e nem terá solução.

Como dialogar em um país que permite que pessoas pretas morram às toneladas todos os dias sem que isso abale qualquer estrutura? Será que o assunto que precisa estar na pauta do dia, sem descanso, sem pausa, é tema para um espaço de diálogo sobre patrimônio? Será que não precisaríamos de um respiro no meio de todo esse desconforto para falar de outras coisas?

Então, como falar de patrimônio para quem precisa todos os dias temer pela própria vida **apenas** pela sua mais notória condição de existência? Será que não é esse o momento para ouvir? De, talvez, alguns atores saírem do palco e dos holofotes, abrindo espaço para que os papéis sejam ocupados por outras caras e cores?

Mas falemos ainda de racismo, essa estrutura sobre a qual esse país – se assim o podemos chamar – foi construída e se mantém firme ainda hoje. E isso me lembra do icônico ensinamento de Suely Carneiro (2000)¹, a cada dia mais atual: “[...]entre direita e esquerda nesse país, eu continuo a ser uma mulher preta”. Ou, como diria Mano, o Brown (2002)² “pra quem vive na guerra, a paz nunca existiu”.

Ressalvadas importantes e destacadas presenças, os espaços de poder e tomadas de decisão ainda são majoritariamente ocupados por

peças brancas, oriundas das classes médias que, por mais que se sejam aliadas, jamais poderão compreender, sobretudo a dimensão simbólica, do legado cultural dos grupos dos quais não fazem parte... e estes são muitos. Onde estão as pessoas negras? Indígenas? Com deficiência? Onde estão as pessoas trans? E não venham me dizer que “no semestre passado tivemos uma defesa linda de uma moça trans... como era mesmo o nome dela?”

E as pessoas brancas e de classe média que estão nesses lugares, eventualmente – ou nem tão eventualmente assim – se ressentem quando isso lhes é dito. Se sentem injustiçadas pois, em suas análises, estão se esforçando herculeamente para garantir que vozes plurais sejam incluídas no diálogo. Ou, no mínimo, acham que não é a hora pra esse discurso pois tem coisas mais urgentes a serem tratadas. Que o assunto é até importante, mas foge da pauta.

Mas olhemos para essa mesa, quantas ausências aqui. E não só nessa mesa, e não só nesse evento... ainda é um desafio enorme para a comunidade não estar nos espaços, não tomar as decisões. Se é preciso que pessoas brancas abram o espaço para que alguém “tenha voz”, nunca foi sobre diálogo, sempre foi sobre concessões e limites.

E assim vamos à terceira e última questão:

Qual o papel das instituições estatais de patrimônio na mediação de processos integrados na redefinição do patrimônio nacional?

Confesso que essa me pegou.

Me levou para um lugar de utopia no qual tudo é possível.

Mediação de processos integrados na redefinição do patrimônio nacional. Mediação.

Processos integrados. Redefinição.

Institucionalmente vou me concentrar nos museus, espaços, que de tão incomodada sobre seu papel na sociedade, resolvi atuar. Ressalto que

o museu sobre o qual falo aqui não se limita apenas aos espaços físicos do equipamento cultural, mas adoto uma perspectiva ampliada de que museus antes de tudo se constituem processos sociais de memória e esquecimento; de manutenção e descarte de elementos da cultura material e imaterial; de construção de narrativas e silenciamentos.

Como os museus podem ser espaços de mediação de processos integrados na redefinição do patrimônio nacional?

A ideia de redefinição me encanta muito. E não é sobre achar que tudo o que está posto precisa ser destituído, mas tão somente pelo reconhecimento de que não há cristalizações. É abrir a possibilidade de que as coisas possam mudar, que podem ser diferentes. É sobre reconhecer sim o que temos de avanços, mas sobretudo jamais negar o quanto ainda estamos aquém, muito aquém, de um processo integrado.

E parece óbvio dizer isso numa mesa e numa plenária altamente qualificada como essa que temos, mas no cotidiano do labor museal, esse é o óbvio menos óbvio que existe.

Infelizmente ainda não é óbvio que as histórias únicas muitas vezes contadas pelos museus não podem ser automaticamente acolhidas como história oficial.

Infelizmente ainda não é óbvio que museus não devem ser estruturas engessadas, que apenas informam, numa comunicação de mão única, os conteúdos, de narrativa duvidosa, que encerram em seus acervos.

Também não é óbvio que discursos de museus, por mais que sejam acolhidos por muita gente como verdades universais, muitas vezes comunicam os valores de um grupo social específico.

E sim, eu reconheço aqui que a retomada das narrativas já começou há tempos... Acervo da Laje no Subúrbio Ferroviário de Salvador; Museu da Maré no Complexo da Maré no Rio de Janeiro; A Pombagem nas ruas e praças de Salvador e do mundo; Museu de Território dos Aflitos na Liberdade e Baixada do Glicério, em São Paulo; Museu da Vila em Parnaíba, no Piauí; Memorial das Ligas e Lutas Camponesas na

Paraíba; o Projeto Palma Preta em Ouro Preto e tantos outros museus e iniciativas de memória que se recusam a reproduzir a história oficial e gritam alto para serem ouvidos nessa conversa.

E sim, eu também reconheço que em termos de políticas públicas temos motivos para sorrir discretamente. O edital de Educação Patrimonial do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) e o Prêmio Pontos de Memória Edição Helena Quadros são importantes recomeços... mas, considerando o número reduzido de iniciativas que estes conseguem beneficiar e a burocracia para a disputa, ainda precisamos caminhar muito. Muito mesmo.

E finalizando, quero dizer que por mais dura que possa ter parecido a minha fala, peço até desculpas se eventualmente eu fugi ao tema proposto, mas acho até que foi branda em relação a tudo o que ainda precisamos enfrentar em termos de diálogos. É necessário ter as conversas difíceis. Não dá pra fugir dos temas espinhosos. Nem sempre dá pra falar em tom ameno. Mas, pra aliviar a tensão, peço emprestado os versos do Emicida, quando ele diz na canção “Cananeia, Iguape e Ilha Comprida” (2019)³: “do fundo do meu coração, do mais profundo canto em meu interior, pro mundo em decomposição, escrevo e falo como quem manda cartas de amor”.

Notas

- 1 CARNEIRO, S. Ideologia tortuosa. *Revista Caros Amigos*, São Paulo, ano III, n. 35, 2000.
- 2 Música *Nego Drama*, ver em: <https://www.lettras.mus.br/racionais-mcs/63398/>,
- 3 Ver em: <https://www.lettras.mus.br/emicida/cananeia-iguape-e-ilha-comprida/>.

Provocações iniciais para discutir o patrimônio

*Neivalda Freitas de Oliveira**

Eu quero destacar, o que tentei enfatizar aqui, – é o patrimônio das diversas comunidades tradicionais.

Acho que, para nós todos que estamos nesse lugar de privilégio, e eu estou me colocando também nesse lugar, de ter estudado, ter formado gerações pensando nas questões não só da educação patrimonial, mas do reconhecimento do patrimônio, precisamos concordar que ainda é pouco o que fizemos. Se nós levarmos em consideração as comunidades que estão nos confins, nas regiões mais longínquas desse país e que, como mencionou André Soares, não estão visibilizadas, é imperativo que essas ganhem visibilidade.

* Graduada em Ciências Sociais pela Universidade Federal da Bahia (UFBA) e em Direito pela Universidade Católica do Salvador (UCSal). Com mestrado e doutorado em História pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Professora titular na Universidade do Estado da Bahia (UNEB).

Enquanto não reconhecermos que nós aqui somos meros instrumentos e as comunidades são as protagonistas sobre o patrimônio, nós não vamos avançar a lugar nenhum, parece-me. Então, eu acho que a provocação é: – como nas políticas do patrimônio, daremos visibilidade a quem de fato necessita?

A outra questão, ainda nessa mesma toada, é pensar, ouvir e levar em conta as reivindicações dos diversos movimentos sociais, sejam nas comunidades ou fora delas, que historicamente foram excluídas. Nós somos trabalhadores, operadores do patrimônio e da cultura, e somos obrigados a reconhecer o compromisso, o empenho, o movimento, próprio das diversas comunidades. Sujeitos que vêm colaborando ombro a ombro com todos nós para entendermos e estudarmos o patrimônio.

Então, dito isso, eu penso que uma questão primordial, é que não basta patrimonializar, nem tão pouco reconhecer, mas é preciso tratar dos aspectos operacionais de conservação, preservação e gestão. Alguns de nós cumprimentamos o professor Ordep Serra, pelo exemplo combativo, que está nos saltando aos olhos na cidade de Salvador, que é a questão da edificação no terreno ao lado da Casa Branca, um patrimônio tombado. Porém, devemos nos perguntar o que fizemos para ajudar na gestão, conservação e preservação do Ilê Axé Iyá Nassô Oká? Acho que essa é uma pergunta que está no fundo dos nossos estranhamentos. Como o Estado, as políticas patrimoniais alcançaram ou alcançam os patrimônios a ponto de poder contribuir para a sua manutenção e preservação? Muitos são os exemplos, como a Casa do Samba em Santo Amaro da Purificação, ou de outros grupos de samba do Recôncavo, e de diversas comunidades tradicionais.

O que temos? Qual é a política efetiva? Os editais são maravilhosos. Claro que nós temos que ter os editais, mas esses requerem uma elaboração para sua concorrência, que na maioria das vezes, essas comunidades não têm. E é mais uma dificuldade que se está criando para a preservação do patrimônio. É importante ter os editais, mas

precisamos pensar como nós vamos operacionalizar a participação das comunidades nos editais. Porque senão, serão os mesmos vencedores de sempre. Precisamos elaborar novas formas de financiamento para os grupos representantes dos patrimônios.

Um outro dilema que eu andei anotando é o discurso corrente de que o Estado ou as instituições ligadas a este, promovem ou fazem uma política cultural, ou uma política para o patrimônio. Na maioria das vezes essas são pensadas à revelia daqueles que vão acessá-las. Eu volto às comunidades, pois acho que elas são pouco ouvidas. E assim reivindico a participação delas na elaboração das políticas de Estado, não só para receber, mas como agentes reflexivos dessas ações; e sim, as comunidades podem e devem refletir sobre as políticas que recairão sobre si. O foco forçosamente deve ser esse, e certamente dará o tom sobre o patrimônio nesse país.

Eu fiquei pensando na fala de Mona Nascimento, qual a representatividade que temos, e como mudar esse perfil hoje nas instâncias de poder e da formação das políticas para o patrimônio? Eu acho que só quando os sujeitos das comunidades tradicionais tiverem também nos lugares de discussão das políticas de patrimônio, talvez sejam reconhecidos como partícipes, como aqueles, que devem estar à frente do debate sobre os seus patrimônios.

Advogo que nem sempre a melhor solução é um tombamento. Nós vivemos falando, no registro, no tombamento, mas nem sempre é essa a melhor solução, porque às vezes o tombamento ou o registro só faz afastar aquele que efetivamente vivem, tem como expressão de si, daquela manifestação ou daquele bem. E quando nós intervimos, acabamos fazendo com que o bem realmente caia, tombe, deixe de ter valor patrimonial. Então, penso que precisamos repensar o que é, e como vamos fazer essa política de registro e de tombamentos. Isso pode parecer antipático ou contra a política pelo patrimônio, mas não é. O que quero dizer é que os mecanismos de preservação, conservação e

gestão do patrimônio precisam responsabilizar pessoas e entidades – públicas e privadas, com eficácia.

Quero por fim destacar o lugar de onde eu venho. Eu disse a vocês que eu estou professora da Universidade do Estado da Bahia (UNEB), mas durante muito tempo fui professora da Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS), e reconheço em todas as Universidades Estaduais, um trabalho importante na área do patrimônio, juntamente com outras instituições, a exemplo do Instituto Federal Baiano e as Universidades Federais baianas. Haja vista que principalmente as Universidades Estaduais e Institutos Federais (IFs), têm capilarizado o Estado da Bahia, a partir de ações em convênios, consórcios, múltiplas conversas e ações com as comunidades tradicionais. Além do que desenvolvem vários projetos na área de educação patrimonial, no reconhecimento do patrimônio, nas mais diversas relatórios para solicitações de registro e tombamento, na formação acadêmica de pesquisadores, de projetos de extensão, seja através da graduação, ou de programas de pós-graduação, mestrado e doutorado, dessas instituições.



COLEÇÃO CULT

Parte 4

Desafios para a formação em cultura



Considerações introdutórias sobre os desafios para a formação em cultura

*Ângela Andrade**

Nessa mesa vamos discutir “Os desafios da formação em cultura”, com o objetivo de conhecer e debater sobre o “estado da arte” das políticas para a formação em cultura do atual governo federal, articuladas de forma transversal entre os Ministérios da Educação (MEC) e da Cultura (MinC), com foco especialmente nos programas e projetos que envolvem as Instituições Públicas de Ensino Superior.

Com o desmonte da estrutura desses dois ministérios no governo anterior e a campanha realizada em larga escala, por quatro anos, movida pelo menosprezo ao conhecimento e pela depreciação às artes, urge que os pesquisadores e pesquisadoras

* Gestora Cultural, doutora em Ciências Políticas pela Universidade de Paris, Nanterre, com especialização em políticas culturais e ações artísticas pela Universidade de Bourgogne, Unesco. Foi superintendente de Desenvolvimento Territorial da Cultura da Secretaria da Cultura (Secult-BA) e geriu por duas vezes órgãos do Ministério da Cultura (MinC) relacionados às políticas setoriais de cultura e aos instrumentos de gestão do Sistema Nacional de Cultura. É pesquisadora da cultura na Universidade Federal da Bahia (UFBA), desde 1994.

das artes e da cultural conheçam e colaborem com o enfrentamento dos desafios que temos à frente, no sentido da recuperação dos valores das artes e das ciências no imaginário e na vida cotidiana do povo brasileiro.

Logo de início, é também fundamental reconhecer que existe uma consciência coletiva cidadã sobre a necessidade de qualificação dos agentes culturais e dos artistas das diversas linguagens, expresso reiteradamente como demanda de prioridade nas Conferências de Cultura, realizadas entre 2005 e 2013, em todo o território nacional. Essa reivindicação só poderá ser respondida com políticas públicas estruturantes de formação, cujas responsabilidades devem ser compartilhadas entre os entes federados e as Instituições Públicas de Ensino Superior, uma vez que universidades e Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) são responsáveis pela educação de formadores.

Isso posto, busca-se colocar esta questão no centro do debate: qual o papel destinado às universidades públicas nesse cenário que requer novos e urgentes projetos, capazes de reconstituir o respeito e a valorização da nossa diversidade cultural?

Para contextualizar essa conversa, faremos uma brevíssima retrospectiva sobre a relação institucional entre a educação e a cultura, na linha do tempo. No Brasil, as políticas públicas de cultura surgiram em escala nacional, ainda no cenário renovador do Movimento Modernista, que no ano passado celebrou 100 anos. Movimento que emergiu na Semana de Arte Moderna/Semana de 22, celebrativa do centenário da Independência do Brasil, e que influenciou intelectuais e artistas brasileiros, a partir do seu ideário inovador e promotor de rupturas no campo artístico e cultural.

Em 1936, Mário de Andrade, um dos fundadores desse movimento, foi convidado pelo então Ministro da Educação e Saúde Pública, Gustavo Capanema, para escrever um projeto voltado à criação de um órgão de preservação do patrimônio nacional. O escritor havia realizado muitas viagens pelo interior do Brasil, registrado e exaltado a riqueza da nossa diversidade cultural, incluindo as expressões afro-brasileiras

e ameríndias. Nesse mesmo ano, foi criado o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN). Naquele momento nasciam dois pilares das políticas culturais brasileiras: a busca de uma identidade nacional, um dos princípios do modernismo; e a valorização da diversidade cultural.

O Ministério da Educação e Cultura foi criado em 1953, na gestão de Getúlio Vargas, a partir do desdobramento do Ministério de Educação e Saúde Pública. Apenas em 1985, o Ministério da Cultura ganha existência própria. A criação de uma pasta exclusiva para a cultura, no período de redemocratização do país pós-ditadura militar, representou um importante símbolo para a conquista das liberdades democráticas. No entanto, cinco anos após sua criação, em 1990, o MinC foi reduzido a uma Secretaria da Cultura vinculada à Presidência da República, situação que foi revertida dois anos depois, com o *impeachment* de Fernando Collor de Melo. Em 1999, o ministério teve a sua estrutura fortalecida, com o inusitado *slogan* mercadológico: “Cultura é um bom negócio”.

Somente em 2003, no primeiro mandato de Luiz Inácio Lula da Silva, o MinC foi reestruturado para desenvolver uma política pública democrática, com ampla participação popular em instâncias consultivas e deliberativas como as Conferências e os Conselhos de Cultura, contemplando finalmente a rica diversidade da cultura brasileira.

Entre 2003 e 2016, realizou-se muitos movimentos no sentido de reunir, religar e reafirmar os laços essenciais entre a Cultura e a Educação, mantidas as suas respectivas autonomias. Em 2004, por exemplo, testemunhamos as tratativas do nosso atual Reitor, Prof. Paulo Miguez, então Secretário de Políticas Culturais do MinC, com gestores da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), tendo assumido um assento no Conselho Superior desta Coordenação, na qual teve a oportunidade de chamar atenção para a ausência da palavra “cultura” no Plano Nacional de Pós-Graduação, que a partir de então passou a integrar a dimensão cultural.

Dentre os programas para a formação de gestores e agentes culturais, realizados entre 2009 e 2016, o MinC desenvolveu duas ações que merecem destaque graças ao envolvimento da rede de universidades federais e por seus desdobramentos em edições consecutivas, espalhadas territorialmente por todo o Brasil. A primeira, realizada em parceria do MinC com o Serviço Social do Comércio (SESC/SP) e a Secretaria de Cultura do Estado da Bahia (SECULT/BA), teve o seu modelo adaptado e replicado posteriormente em outros Estados de todas as regiões do Brasil, sempre em parceria com universidades federais. Muitos pesquisadores presentes nesse encontro foram protagonistas dessa ação, conduzida inicialmente por Silvana Meireles, então Secretária de Articulação Institucional (SAI) do MinC.

O segundo programa de formação, desenvolvido na gestão de João Roberto Peixe à frente da SAI, envolveu uma parceria com as Escolas de Administração das Universidades Federais da Bahia e de Santa Catarina – lideradas respectivamente pelos professores Vicente Federico/Ernani Coelho e Eloise Dellagnelo/Rosimare Carvalho, visando oferecer suporte metodológico para a elaboração de Planos de Municipais e Estaduais de Cultura. Todos as capitais e estados brasileiros receberam consultoria das equipes universitárias para a elaboração dos seus respectivos planos. Em seguida, formou-se uma rede mais ampla de universidades públicas, integrando-se docentes da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB) e Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG) para a realização de duas novas edições dessa mesma formação em planejamento de políticas públicas de cultura, num formato semipresencial de ensino à distância, que atenderam aproximadamente a 2.500 gestores de 1.000 municípios.

Em 2014, foi criada, na estrutura do MinC, a Secretaria de Educação e Formação Artística e Cultural, que fomentou a rede das Instituições de Ensino Superior (IES) com o lançamento do Edital Mais Cultura nas Universidades. Houve, portanto, um reconhecimento da importância

estratégica de ações intersetoriais para alcançar a democratização do conhecimento, a universalização do acesso à cultura e o desenvolvimento de uma sensibilidade crítica comprometida com a diversidade cultural do país. Três seriam as frentes de trabalho, a longo prazo, dessa nova secretaria: a formação de gestores e agentes culturais; formação artística profissional; e consolidação de uma política cultural voltada para instituições públicas de ensino.

No entanto, após 13 anos de construções coletivas de redes e saberes, em 2016 veio o Golpe de Estado, que de imediato tentou reincorporar o MinC ao Ministério de Educação, sem êxito, graças às pressões de artistas e do povo da cultura. Mas o pior ainda estava por vir, com o retrocesso imposto pela última e desastrosa gestão federal. No início de 2019, o MinC foi extinto, reduzido a uma Secretaria Especial da Cultura. Suas competências, inicialmente incorporadas ao Ministério da Cidadania, no final daquele mesmo ano, foram transferidas para o Ministério do Turismo. Vimos a nomeação de ministros e gestores inimigos das artes e da cultura, uma equipe de servidores competentes dispersada, documentos destruídos, estudos e projetos descontinuados... Uma verdadeira barbárie cultural!

Felizmente, aqui estamos construindo o projeto político cultural do atual governo, que reconhece, por fim, o papel estratégico e central da CULTURA para o desenvolvimento do país. Na estrutura do novo MinC, foi instituída uma Secretaria de Formação, Livro e Leitura, que tem por missão, dentre outras, estruturar e consolidar o PROGRAMA DE FORMAÇÃO EM CULTURA, previsto no Sistema Nacional de Cultura (SNC). Desejamos que esse programa seja capaz de inspirar a criação de outros similares nas esferas Estaduais e Municipais, gerando uma espiral virtuosa, crescente e profícua pelas artes e para a Cultura. Momento propício, uma vez que o SNC começa um movimento de maior capilarização, com a criação dos Escritórios Estaduais do MinC e o surgimento dos Agentes Territoriais da Cultura, integrando os Comitês de Cultura.

É nosso desejo que as universidades públicas possam colaborar com a construção de uma ampla rede, com outros órgãos públicos e privados dedicados ao ensino e à pesquisa em cultura. Apesar da ausência da representante do MEC, esperamos que a presença de representante do MinC nesta mesa possa nos proporcionar um conhecimento dos planos para os próximos quatro anos e que possamos coletivamente nos engajar nesse novo desafio.

Por fim, antes de passar a palavra aos integrantes dessa mesa, expositor e debatedores cujas contribuições serão ricas e expressivas para o nosso debate – o Secretário de Formação, Livro e Leitura do MinC, Fabiano Piúba e os professores, educadores e pesquisadores da área cultural, Isaura Botelho, Vanda Machado, Beth Rangel, Daniele Canedo e Fernando Mencarelli –, gostaria de evocar o ideal do grande educador baiano, Anísio Teixeira, para quem o ensino público seria o instrumento institucional mais eficaz para a construção de uma sociedade democrática, desde que direcionado para formar cidadãos com senso crítico e aptidão para participar de forma consciente na escolha de governos democráticos.

Sobre a formação de gestores culturais

*Isaura Botelho**

A minha intenção é fazer uma ligação entre experiências passadas fazer a ponte com um futuro que se avizinha e que necessita ser construído. Então esse vai ser o meu percurso. Para tanto, trago o histórico de uma experiência rica, que nasceu com um Grupo de Trabalho na Secretaria de Articulação do Ministério da Cultura (MinC), onde estava a Silvana Meirelles. Um primeiro conjunto de pessoas montou esse curso: o professor José Márcio Barros; eu; Lena Cunha, de Minas Gerais; Lia Calabre, que participou num primeiro momento. José Márcio e eu mergulhamos mais profundamente nessa experiência e produzimos um relatório que contribuiu também para organizar o relato dessa minha intervenção.

* Mestre pela Escola de Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), doutora em Ação Cultural pela Escola de Comunicação e Artes da Universidade de São Paulo (ECA-USP), fez estágio de pós-doutorado na França. Atuou na Fundação Nacional de Artes (Funarte), na Biblioteca Nacional (BN) e no Ministério da Cultura (MinC). Autora dos livros *Romance de formação, Funarte e Política Cultural, 1976 e 1990, Dimensões da cultura, políticas culturais e seus desafios.*

Inicialmente, cabe ressaltar que a grande questão, a questão mais atual, é que, no contexto da pandemia da covid-19 e da sanção da Lei Aldir Blanc (LAB), avalia-se, mais do que nunca, quão lamentável foi não se ter conseguido implementar o Sistema Nacional de Cultura (SNC). O fato de não existirem instrumentos de relacionamento entre as esferas da federação, a não constituição dos planos municipais de cultura e a não existência de fundos para os recebimentos dos repasses, dificultou a aplicação da Lei Aldir Blanc. Muitos municípios não “reconheciam”, a cultura em seus territórios. identificando como tal apenas as atividades ditas cultas e seus respectivos equipamentos, mostrando claramente uma visão equivocada gerada por uma falta de formação.

A pandemia da covid-19 terminou expondo, de maneira contundente, todas as fragilidades que o setor da cultura já vinha sofrendo com a guerra cultural promovida pelo governo federal. O MinC foi transformado em mera secretaria do Ministério da Cidadania e, posteriormente, do Ministério do Turismo. A pandemia veio acirrar esse cenário e não apenas expôs a falta de robustez das instituições culturais, como deixou os profissionais do setor desamparados.

A Lei Emergencial Aldir Blanc, aprovada pelo Congresso Nacional, propiciou que o setor cultural brasileiro pudesse aceder ao maior volume de recursos de fomento direto que o país já teve, num único exercício fiscal, 3 bilhões de reais. Para mim, o maior paradoxo dessa história é que não apenas foi o maior volume, como pela primeira vez todos os municípios tiveram direito a recursos. Ou seja, houve a possibilidade de distribuição de recursos de maneira universal. No entanto, enquanto 100% dos estados se habilitaram a receber os recursos, apenas 76% dos municípios aderiram e tiveram seus planos de trabalho aprovados. A aplicação da LAB revelou também que muitos gestores têm um entendimento equivocado do que seja cultura. Num número significativo de municípios, os gestores não reconheciam a cultura em seus territórios. Acreditavam, como eu já disse, que a cultura se restringiria ao teatro, ao cinema, à música de concerto etc. Quer dizer,

manifestações reconhecidamente identificadas com o universo da cultura erudita. Um paradoxo disso também é que isso se dá exatamente quando a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) está festejando – produziu cartazes específicos e alardeou amplamente – os 40 anos da Mondiacult, a conferência internacional realizada no México, em 1982, que revolucionou a definição de cultura, ampliando o seu significado.

A partir daí, a compreensão da existência da pluralidade de culturas e de públicos passa a provocar a elaboração de políticas culturais mais inclusivas, e é nesse momento que, então, a cultura passa a ser vista como aquele

conjunto de traços distintivos espirituais e materiais, intelectuais e afetivos, que caracterizam uma sociedade ou um grupo social e que abarca, para além das artes e das letras, os modos de vida, os direitos fundamentais do ser humano, os sistemas de valores, as tradições e as crenças¹ (Conferencia Mundial sobre las Políticas Culturales, 1982, p. 42, tradução da autora).

O desconhecimento de tão significativa expansão conceitual nos mostrou que há premência em se oferecer a formação e qualificação de gestores. Ao mesmo tempo, convoca também à união para que lidere no plano das diretrizes e conceitos, e exija que os estados participem ativamente do esforço em qualificar seus profissionais.

Gilberto Gil, em sua passagem pelo MinC, exerceu essa liderança de maneira exemplar. Já em seu discurso de posse, em 2003, afirmava a cultura como usina de símbolos de um povo e como conjunto de signos de cada comunidade e de toda a nação. E reiterava a cultura como “o sentido de nossos atos a soma de nossos gestos, o senso de nossos jeitos” (Gil, 2013, p. 230). A execução da LAB evidenciou também a heterogeneidade das capacidades institucionais dos órgãos de cultura, refletindo, por óbvio, as desigualdades do país. Sabendo que cerca de 73% de municípios brasileiros têm até 20 mil habitantes, já se supunha

que, provavelmente, a institucionalidade da área de cultura local seria deficiente. Não apenas por estar junto com setores mais robustos, como a educação, ou o turismo, ou os esportes, ou ainda ter apenas uma pessoa responsável pela cultura diretamente no gabinete do prefeito, que é o modelo mais atrasado de todos.

A aprovação da LAB II e da Lei Paulo Gustavo representa, portanto, um desafio enorme: atacar as deficiências reveladas pela LAB. Dentre elas, algumas são decisivas. Primeiro, há que fazer uma flexibilização dos critérios do Sistema Nacional de Cultura, adequando-os à realidade que emergiu na execução da LAB; segundo a necessidade de investimento na formação e qualificação de gestores e, não menos importante, o terceiro, que é implantar um sistema de informações.

No âmbito da cultura, ainda não conseguimos nos entender sobre a melhor e mais eficiente forma de se estabelecer um sistema de informações. Quanto à qualificação de gestores – aí é que vem a minha questão de fazer a ponte do passado com o futuro – temos experiências exitosas que podem ajudar na constituição de uma política nacional de formação, que é parte decisiva do Sistema Nacional de Cultura. Vamos rememorar algumas delas, a seguir.

Em 2008, o MinC, por meio de sua Secretaria de Articulação Institucional, constituiu um grupo de trabalho (GT) com a tarefa de planejar a implantação de uma experiência piloto de um processo formativo de gestores culturais, junto ao Programa de Fortalecimento Institucional e Gestão Cultural no âmbito do SNC.

O GT teve como desafio elaborar uma matriz flexível que pudesse ser adaptada às necessidades e contribuições locais; capaz de absorver particularidades; traduzir e responder às diversas realidades e contextos socioculturais do país. Ao mesmo tempo, levou-se em conta a heterogeneidade das instituições, futuras parceiras e dos atores envolvidos na gestão da cultura. Ainda de forma complementar, entremeou-se todo o processo formativo com vivências práticas de conteúdos chamadas de imersões culturais, de maneira a propiciar o contato com experiências

de gestão que pudessem enriquecer e confrontar o repertório de conhecimento de cada participante. Dessa forma, o percurso foi engendrado como componente dinâmico distinto de modelos que privilegiam a realização de cursos ou treinamentos. Três eixos constituíram o esqueleto dessa matriz.

O primeiro deles era a cultura como direito e as políticas públicas de cultura, que buscava introduzir noções teóricas que permitissem uma compreensão abrangente da importância do setor cultural como política pública de Estado nas três instâncias administrativas, trabalhando com os conceitos de política pública, sua aplicação específica no campo cultural e os instrumentos disponíveis para sua implantação. Todos os conteúdos que compõem esse eixo foram aprofundados e trabalhados nos exteriores.

O segundo eixo, cultura, diversidade e desenvolvimento, teve como perspectiva construir, com os participantes discentes, competência teórico-crítica sobre o fenômeno da cultura, seus componentes e suas interfaces com a sociedade contemporânea nos níveis local e global, de forma a permitir o domínio de métodos para se estabelecer vínculos e definir práticas e níveis de participação necessários para a articulação entre a cultura e o desenvolvimento social.

Por fim, o terceiro eixo, planejamento e gestão de políticas, programas e projetos culturais, teve como premissa apresentar os conceitos e os instrumentos específicos da área cultural com relação à gestão pública e sua aplicabilidade em organizações culturais do setor. Para tanto abordava modelos e conceitos de planejamento estratégico que incluíssem todas as etapas do processo de trabalho, como diagnóstico situacional, planejamento, plano municipal de cultura, sustentabilidade, articulação municipal de cultura, articulação interinstitucional, produção e coleta de informações culturais, indicadores, monitoramento e avaliação. Na verdade, a avaliação era uma preocupação constante e foi feita ao longo do processo, tendo como ápice a realização de um Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) que, estimulado pelos

coordenadores deveria, de preferência, abordar um desafio que aquela pessoa tinha no seu universo profissional.

Tínhamos em mente que, dependendo dos resultados da experiência, esta estaria pronta para ser replicada nas diversas regiões do país.

Menciono ainda uma experiência de um curso virtual feito pela Secretaria de Cultura do Rio de Janeiro com municípios e estados. Na verdade, não foi uma experiência que avalio como foi exitosa, mas existiu.

Tivemos ainda a oportunidade de promover duas especializações. A primeira delas, numa parceria entre o MinC, Fundação Joaquim Nabuco, Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE) e a Secretaria de Estado da Cultura de Pernambuco. A universidade estava aí presente pela necessidade de diplomação, mas essa foi uma experiência muito complicada, dada a mistura de duas burocracias. A burocracia da Universidade não dava conta do que a gente propunha. Na segunda, a Universidade Federal da Bahia (UFBA) substituiu a UFRPE. Essas duas especializações tiveram como particularidade a realização de cada módulo em uma das capitais do Nordeste, o que foi acordado com os respectivos secretários estaduais de cultura. Apesar do sucesso junto aos alunos, na verdade, tal prática aumentou muito os custos, evidentemente. Outro aspecto foi que a heterogeneidade institucional de cada uma das secretarias fez com que, em alguns casos, tivéssemos instabilidades em alguns nódulos. Em todas elas, a avaliação contínua foi um elemento presente para permitir, quando fosse necessário, fazer correções de rumo.

Tivemos uma terceira formação muito interessante: os recursos do MinC já estavam definindo, mas Silvana Meirelles estimulou que fizéssemos mais uma experiência: experimentamos fazê-la em uma só turma, com a participação de cerca de 60 membros. Metade era no formato extensão, aperfeiçoamento, e a outra metade especialização. Isso nos permitiu – e claro que não houve viagem por nenhuma capital, pois aconteceu apenas em Pernambuco – aceder àqueles que são a maioria

dos gestores na realidade brasileira São pessoas que não têm o terceiro grau, portanto, ter uma promoção em que o aperfeiçoamento era uma questão básica, permitiu que atendêssemos muito mais gestores.

Nesta última experiência, no que diz respeito às práticas das expressões artísticas, enquanto nas anteriores tínhamos um dia inteiro dedicado a cada uma delas, nesta realizamos uma mesa com especialistas de cada um dos campos artísticos, levantando quais seriam as formas daqueles gestores, em seus municípios, trabalharem as artes.

Enfim, eu diria que essa última foi a minha experiência predileta, pois trouxe resultados imediatos e atendeu àqueles que mais precisavam desta formação. Gosto de citar a fala de um gestor que, logo depois do 10. módulo, ao participar de uma reunião de trabalho em seu município (creio que de Garanhuns, PE), me abordou e falou: “Professora, a minha fala já foi diferente”. Isso para mim justificou todo o esforço feito.

Nota

- 1 “[...] conjunto de los rasgos distintivos, espirituales y materiales, intelectuales y afectivos que caracterizan una sociedad o un grupo social. Ella engloba, además de las artes y las letras, los modos de vida, los derechos fundamentales al ser humano, los sistemas de valores, las tradiciones y las creencias.”

Referências

CONFERENCIA MUNDIAL SOBRE LAS POLÍTICAS CULTURALES, 1982, México, DF. *Declaración de Mexico sobre las Políticas Culturales*. México, DF: Unesco, 1982.

GIL, Gilberto. 2 de janeiro de 2003, Solenidade de Transmissão do cargo, Brasília, DF. In: GIL, Gilberto; FERREIRA, Juca. *Cultura pela palavra: coletânea de artigos, entrevistas e discursos dos ministros da Cultura (2003-2010)*. Rio de Janeiro: Versal Editores LTDA, 2013. p. 229-234.

Uma perspectiva solidária e comunitária da cultura

*Fabiano Piúba**

A nossa conversa propõe uma reflexão em torno da integração cultura e educação e faremos um breve passeio em torno de desafios para a formação em cultura, compreendendo os espaços ditos formais e não formais, sejam vinculados à educação básica – vou abordar um pouquinho nessa perspectiva do que está sendo construído com o Ministério da Educação (MEC) –, e do ensino superior – também numa construção com a Secretaria do Ensino Superior (SESU) do MEC –, ou experiências de formação desenvolvidas por instituições da sociedade civil e de como esses ambientes são matérias de políticas públicas. Ou seja, a formação em arte e

* Doutor em Educação pela Universidade Federal do Ceará (UFC), mestre em História pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) e historiador graduado pela UFC. Foi diretor de Livro, Literatura, Leitura e Bibliotecas do Ministério da Cultura (MinC) entre 2009-2011 e 2014, secretário de Cultura do Ceará de 2016 a 2022 e presidente do Fórum Nacional de Secretários e Dirigentes Estaduais de Cultura entre 2017 e 2018. Atualmente é o secretário de Formação, Livro e Leitura do MinC.

cultura na educação básica, no ensino superior, mas também desenvolvida por instituições da sociedade civil.

Mas antes, uma provocação conceitual que busco a partir do pensamento de Antônio Bispo dos Santos, o Nego Bispo, seja em suas falas ou no livro *A terra dá, a terra quer* (2023, p. 52),¹ que iniciei sua leitura e recomendo para vocês. Diz o Nego Bispo:

Estamos em um momento muito especial. Falamos de cosmologia em vez de falar de teoria ou ideologia. Falamos de território, em vez de falar de fábrica. Falamos de aldeia, quilombo e terreiro, em vez de espaço de trabalho. O mundo do trabalho não é mais o mundo em debate. Não está mais impondo a pauta, está sendo substituído pelo mundo do saber, pelo mundo do viver.

Outra citação dele “A arte é conversa das almas, porque vai do indivíduo para o comunitarismo, pois ela é compartilhada a cultura é o contrário” (Santos, 2023, p. 23). Essa é a boa provocação que ele nos traz. “Nós não temos cultura, nós temos modos – modos de ver, de sentir, de fazer as coisas, modos de vida. E os modos podem ser modificados”. E mais uma citação dele:

Enquanto a sociedade se faz com os iguais, a comunidade se faz com os diversos. Nós somos os diversosais, os cosmológicos, os naturais, os orgânicos. [...] Humanismo é uma palavra companheira da palavra desenvolvimento, cuja ideia é tratar os seres humanos como seres que querem ser criadores e não criaturas da natureza, que querem superar a natureza. Do lado oposto dos humanistas estão os diversosais, cosmológicos e orgânicos [...]. Enquanto nos envolvemos organicamente, eles vão se desenvolver humanitariamente. (Santos, 2023, p. 29-30)

Nego Bispo nos traz uma reflexão de confluências quando nos propõe a ideia de envolvimento e não desenvolvimento, numa perspectiva do contra-colonialismo para combater a cosmofobia, que é um dos capítulos desse livro. Então, para enfraquecer o desenvolvimento sustentável, ele propõe a biointeração. Para enfraquecer a coincidência, ele

propõe fortalecer a confluência. Para o saber sintético, o saber orgânico. Para o transporte, a transfluência. Para o dinheiro ou troca, o compartilhamento. Para a colonização a contra colonização. Confluência é compartilhamento, é uma coisa que rende, nos conta o Nego Bispo.

O nosso movimento, diz ele, é o movimento da transfluência. “Transfluindo, somos começo, meio e começo. Porque a gente transflui, conflui e transflui. Conflui, transflui e conflui” (Santos, 2023, p. 49). A ordem pode ser qualquer uma. A partir dessa escuta que faço de Nego Bispo, trago uma provocação para nós.

Quando Nego Bispo nos diz que a arte é a conversa das almas, que nos leva para o espírito comunitário e que a cultura é ao contrário disso, fiquei entusiasmado com a possibilidade de ampliarmos mais ainda os conceitos de cultura. Ou, ao modo dele, em vez da palavra conceito, *guerras das denominações*, que é o jogo de contrariar as palavras coloniais como modo de enfraquecê-las... Ou seja, precisamos também contrariar a palavra cultura, como sugere o próprio Nêgo Bispo. Então, acho que chegou esse tempo de contrariarmos não só a palavra cultura, mas o conceito de cultura no sentido e sentimento de torná-la mais cosmológica e mais orgânica. Talvez o maior desafio da formação em arte e cultura seja saltarmos da monocultura da cultura, para a policultura da cultura.

O Nego Bispo me fez pensar isso, essa ideia de monocultura, que geralmente está agregada ao latifúndio, e que prejudica o solo também. Então, eu me vejo pensando que nós, numa perspectiva colonial, estamos desenvolvendo uma perspectiva monocultural da cultura, e de como a gente tem talvez de desenvolver uma ideia de policultura da cultura, ou de pólen-cultura da cultura. No sentido, como diz o Nego Bispo, de modos de ver, de sentir, de fazer as coisas. Modos de vida. Uma perspectiva solidária e comunitária da cultura. Que nós das artes e das culturas, sejamos, portanto, os diversosais, os cosmológicos, os naturais, os orgânicos. Aliás, já somos. Os artistas e fazedores de cultura são orgânicos e naturais, diversosais e cosmológicos.

Eu gosto de pensar a cultura como um saber fazer comum. Os conceitos de cultura, que aprendemos, inclusive, nos cursos de política cultural, voltados para os gestores culturais, também nas disciplinas das universidades federais, nos traz essa dimensão da cultura dentro de uma temporalidade, numa perspectiva que é, também, ocidental. E o Ocidente já falhou. *O Ocidente é um acidente*, isso é o título de um livro do Roger Garaudy,² da década de 1960. Talvez o que ainda nós temos de esperança, na perspectiva de esperar, são as cosmologias afro-brasileiras ou afro-confluentes, como chama o Nego Bispo, e as cosmovisões indígenas. Cultura é um saber fazer comum, portanto, solidário e comunitário. Tudo o que sabemos, sabemos entre todos e para todas. Temos aqui um belo enlace entre educação e cultura, a partir da percepção comum do saber fazer. Que façamos disso uma política pública integrada e orgânica.

Falemos então um pouco dessa relação de cultura e educação.

Não há educação sem cultura. Educação e cultura caminham em nossas vidas e devem caminhar juntas, como políticas públicas integradas. Cultura e educação são frutos de uma mesma árvore sagrada do conhecimento, como falava o Alcione Araújo. Juntas, elas alimentam o espírito criador, enriquecem o imaginário, desenvolvem as competências técnicas e científicas, amplificam as capacidades de ler, interpretar e reinventar o mundo e qualificam a vida em sociedade. A educação é determinante para o acesso à cultura, para o exercício do direito à cultura. Pesquisas revelam que quanto maior a escolaridade, maior é a participação das pessoas em atividades artísticas e culturais. Mas o oposto vale também. Quanto maior é a vivência artística e cultural na vida e na formação das crianças e jovens, maiores são as condições na melhoria dos processos de ensino e aprendizagem e no desenvolvimento das competências e capacidades por parte dos nossos estudantes.

Nosso desafio, junto ao MEC, é construir uma agenda integrada que estabeleça um programa de formação artístico-cultural nos ensinos básicos e superior, que promovam a nação de leitores, no seu sentido

mais amplo, com competências autônomas de leitura e escrita, mas com uma geração de formação técnica, profissional, acadêmica, crítica e criativa em arte e cultura para o desenvolvimento, e envolvimento, da cultura, da inclusão, da diversidade da economia em nosso país.

Vou abordar um pouco sobre formação em cultura na educação básica, a formação em arte e cultura. A cultura é o pão integral das escolas de tempo integral. Por que estou trazendo esse debate aqui e como as universidades têm um papel muito importante nisso? O MEC estabeleceu como a prioridade central do governo Lula as escolas de tempo integral, ou melhor dizendo, a educação integrada nas escolas de tempo integral. E o Presidente Lula, juntamente com o ministro Camilo Santana, sancionaram essa lei recentemente, no dia 31 de julho, a qual tem alguns eixos. Eu destaco aqui o eixo chamado Entrelaçar, que promove a integração da educação com cultura, esportes, meio ambiente, saúde, direitos humanos, ciências e tecnologia. E o Presidente Lula, no seu discurso de sanção dessa lei, falou que a educação integral não pode se dar apenas dentro da escola. E em um determinado momento ele fez essa seguinte pergunta, de maneira brava “Por que não se pode ter teatro, piscina e laboratório nas escolas públicas?” Ele mencionou primeiramente teatro. Por que não se pode ter teatro nas escolas públicas do Brasil? Indagou o presidente. A escola de tempo integral deve ser uma educação integrada com cultura. E o Ministério da Cultura (MinC) e o MEC já estão trabalhando nessas frentes. Eu vou destacar aqui quatro frentes nesse sentido.

A primeira consiste em incluir efetivamente as artes nos currículos escolares e nas experiências formativas do ensino básico, como elementos vitais nos processos de ensino-aprendizagem e na formação dos repertórios de nossas crianças e jovens, com as presenças de artistas nas escolas bem como dos mestres e mestras da cultura.

A segunda é a implementação efetiva, também, de duas leis em nosso país, que tratam dos ensinamentos das histórias e culturas indígenas e afro-brasileiras, como partes imprescindíveis para a promoção da

diversidade étnica, dos direitos humanos, da democracia, do combate ao racismo e da valorização das cosmovisões afro e indígenas nas identidades, na formação histórica e cultural do povo brasileiro. Essas leis completam 20 anos de não aplicação de legislações tão fundamentais, não só para a diversidade étnica, mas também para a democracia, para os direitos humanos e ainda para a compreensão e valorização dessas cosmovisões tão fundantes para a nossa formação histórica e cultural. A Fundação Cultural Palmares, que fez agora em agosto, 35 anos de existência, que nasceu num processo de democratização do Brasil, como foi o MinC, está responsável conosco, na Secretaria de Formação Cultural, Livro Leitura, e com a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização (Secadi), no MEC, para o desenvolvimento de um programa para aplicação dessas duas leis, com a participação também, da Secretaria de Cidadania e Diversidade.

A terceira frente com o MEC, para a área de educação básica, com ênfase nas escolas de tempo integral, é a promoção da dimensão cultural da leitura. Existe uma dimensão funcional e instrumental da leitura que é importantíssima para o desenvolvimento das competências de ler e de escrever. Mas o que está se propondo para o MEC é, para além disso, uma dimensão cultural da leitura e da literatura no ambiente escolar como parte essencial para a melhoria dos índices básicos de educação e das competências de leitura e de escrita na formação de leitores. O Paulo Freire diz que aprendemos a ler para escrever a nossa própria história. Por isso que a leitura é um ato de liberdade, é uma prática de liberdade. A Conceição Evaristo traz a dimensão, o conceito, de escrevivência, que é escrever, ver e viver. Também vem nessa mesma perspectiva de escrever a nossa própria história. Então, a dimensão cultural da leitura é para que possamos aprender a ler para ensinar os camaradas, como canta Capinam, e Roberto Mendes da Bahia. Então, nessa perspectiva, é, compreender que a leitura não é só a leitura do papel. É a leitura de mundo, mas as leituras das oralidades, por exemplo.

A quarta frente é a compreensão de que os espaços próprios da cultura são ambientes orgânicos de educação integrada. Para além dos muros das escolas, como disse o Presidente Lula, nossos estudantes devem realizar itinerários formativos em teatros, museus, cinemas, bibliotecas, os terreiros dos mestres e das mestras da cultura, os pontos de cultura, os pontos de memória e os espaços culturais da sociedade civil. Esses espaços orgânicos de formação artística e cultural da sociedade civil também são elementos vitais nesse processo de formação em arte e cultura.

Todas essas frentes implicam a produção de conteúdos diversos, materiais didáticos, formação de professores e estratégias concretas de atuação. A cultura é o alimento da alma. A escola de tempo integral é a educação integrada e entrelaçada com a cultura. Educação sem cultura é como o pão industrializado. E a educação com cultura é o pão integral. O pão com as fibras e os grãos da vida. A cultura amplia horizontes, competências, repertórios dos estudantes. Em outras palavras, se for para os gestores da educação compreenderem, a cultura melhora o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB). A cultura melhora o Programa Internacional de Avaliação de Estudantes (Pisa). E a cultura melhora a alegria, pois ela é a prova dos nove. Sem a cultura, a conta da educação não vai bater nunca.

Quanto à perspectiva da formação em cultura e arte na sociedade civil, partimos de uma premissa de que não existe modelo único e totalizante para a formação, muito menos para a formação artística e cultural. Compreendemos que existe, em nosso país, um número expressivo de instituições culturais da sociedade civil que atuam com formação nas mais diversas linguagens e segmentos culturais. São instituições que desenvolvem tecnologias socioculturais e educativas com conceitos, programas, projetos, metodologias, experiências e práticas próprias que atuam diretamente na vida de crianças e jovens, criando repertórios culturais, artísticos, estéticos, técnicos, gerando impactos sociais nos territórios onde estão inseridas. São companhias, grupos

e coletivos de teatro, dança, circo, literatura, audiovisual e de culturas indígenas e afro-brasileiras, instituições vitais para a cultura brasileira.

Nesse sentido, nós lançamos recentemente, através do MinC, um programa que chamamos de “Olho d’Água”, que dentre suas ações está o edital “Escolas Livres”, voltado para instituições da sociedade civil que atuam com formação em arte e cultura. É um investimento de 20 milhões de reais. Vamos selecionar 70 instituições para potencializar o que elas já realizam. E a ideia do “Olho d’Água” parte de uma premissa tanto do barro, como canta o Gilberto Gil. Ele pergunta e responde “De onde vem o baião? Vem de baixo do barro do chão”. A água também, que vem do céu, por vezes vem de baixo, vem pelos olhos, os olhos d’água. E esse edital é um edital que envolve todo o sistema MinC, mas é, sobretudo, tal como as políticas de formação em arte e cultura, um componente do Sistema Nacional de Cultura. Ele está, como foi bem lembrado aqui, tanto no artigo 215 da Constituição, como também, é como parte integrante da estrutura do Sistema Nacional de Cultura. E a ideia dos olhos d’água propõe uma encruzilhada com a ideia “*do-in*” *antropológico* do Gilberto Gil.³ Porque, para nós, cada instituição artística e cultural brasileira que atua em formação é um olho d’água que brota para aguar e promover experiências de transformações de vidas e realidade.

Vocês lembram do “*do-in*” *antropológico* pensado pelo Gilberto Gil. Aquela metáfora genial do “*do-in*” *antropológico* massageando pontos vitais do público cultural do país para avivar o velho e atizar o novo Vocês lembram do “*do-in*” *antropológico* como lugares orgânicos de transformações sociais. Vocês lembram de como ele foi reativado e encarnado nos Pontos de Cultura, Pontos de Memória, Pontos de Leitura e no Programa Cultura Viva. Pois bem, a metáfora “Olhos d’Água” propõe uma encruzilhada com a metáfora do “*do-in*” *antropológico*.

Ambas são do tempo da natureza e da natureza dos tempos. Um é olho, outro é ponto, um é visão, outro é tato. Um é cosmovisão, outro

é território. Um é água, outro é terra. Ambas, porém, são culturas e natureza em sua diversidade. Ambas são lugares do fazer artístico e cultural. Então, essa política de fortalecimento das instituições e da sociedade civil que atuam com formação em arte e cultura é uma linha muito marcante nesse programa que está em desenho e formação artístico e cultural.

Sobre a formação com o ensino superior, tivemos aqui um seminário muito importante, realizado pela Universidade Federal da Bahia (UFBA), em parceria com o Programa de Extensão Universitária (Proext), e com a presença de várias pró-reitorias de extensão e de cultura, quando foi elaborada uma carta muito importante, tanto para o Ministério da Cultura como para o Ministério da Educação. O nosso querido reitor Paulo Miguez fez a abertura e o encerramento desse seminário e estamos vendo uma data para que seja entregue essa carta para a ministra Margareth Menezes e para o ministro Camilo Santana.

Eu vou destacar aqui pelo menos quatro tópicos. Um deles passa pelos cursos de graduação e de pós-graduação em artes, produção e gestão cultural, por meio de parcerias, através de Termos de Execução Descentralizada (TEDs). Estamos em construção com a UFBA de uma parceria, sob a coordenação do professor Albino Rubim, para o desenvolvimento de um programa voltado para os agentes culturais e territoriais bem como para gestores culturais. Estamos também, junto com a SESU, em meio a um processo de mapear os cursos superiores de artes, produção e gestão cultural, patrimônio cultural e memória. e de avaliar como potencializar essa rede, compreendendo não só recursos, mas uma integração destes cursos, na perspectiva da diversidade regional brasileira. E além, obviamente, da graduação e de pós-graduação em artes

Uma segunda linha envolve o título de Notório Saber para os mestres e mestras da cultura tradicional e popular brasileira. Algumas universidades já têm essa modalidade de Notório Saber. No Ceará, tivemos a lei dos tesouros vivos, dos mestres e mestras da cultura, que foi

pensada pela professora Cláudia Leitão quando secretária de Cultura do Estado. Eu estive esses últimos sete anos como secretário de Cultura do Ceará e conseguimos, com a Universidade Estadual do Ceará (UECE), o título Notório Saber para todos os mestres e mestres da cultura que já são certificados pela Secult. Obviamente, isso implica numa conquista recíproca, de mão dupla. Mais do que os mestres, eu acho que quem ganha é a universidade ao incorporar e dialogar com esses saberes. A Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) também tem o título Notório Saber, a UFBA também tem, dentre outras, e queremos potencializar e ampliar isso junto às universidades federais brasileiras para que os mestres e mestras recebam essa titulação, compreendendo a dimensão, obviamente, política e simbólica disso, mas também prática. Com o título Notório Saber, que é diferente do Dr. *Honoris Causa*, torna-se possível lecionar no ensino fundamental, no ensino médio e nas universidades.

Nesse sentido, nós estamos fazendo, com a Universidade Federal do Cariri, um ciclo de saberes com os mestres, mestres da cultura na Chapada do Araripe, englobando Ceará, Pernambuco, Piauí e Paraíba. Vai ser um investimento da ordem de um milhão de reais para um projeto de dois anos, para que esses mestres possam lecionar nas universidades, nas escolas, mas sobretudo em seus próprios ambientes.

Eu gosto de dizer que cada terreiro, cada casa, oficina, ateliê de um mestre, de uma mestra é um museu e uma escola ao mesmo tempo. É um museu porque é um lugar de memória e uma escola porque é um lugar de transmissão de saberes. Uma outra linha é da extensão universitária, temos também a rede dos museus, teatros, bibliotecas, orquestras, centros e equipamentos culturais das universidades federais e institutos federais. Esta última foi uma ideia da Secretária de Ensino Superior, Denise Pires de Carvalho, que trouxe a possibilidade de pensarmos os museus e nós ampliamos para os equipamentos culturais, como um todo, das universidades. Também estamos empenhados na

construção do sistema de informações e indicadores e os planos de cultura da universidade.

Por fim, encerramos trazendo um breve comentário sobre a Lei Paulo Gustavo (LPG) e a Lei Aldir Blanc (LAB). Estamos numa cantilena, no MinC, que essas leis não são leis para execução de recursos e sim de políticas culturais no âmbito do Sistema Nacional de Cultura (SNC). Já perdemos algumas oportunidades, conforme mencionou Isaura Botelho. Nós não podemos perder mais essa. A LPG e a LAB são leis para a execução do SNC. E o SNC é para além de Conselho, Plano e Fundo, o tal do CPF, que é lindo e maravilhoso, mas temos várias outras estruturas no Sistema Nacional de Cultura. Dentre elas, as informações e os indicadores, a de formação, os sistemas setoriais etc. Então, tais legislações não devem se destinar para execução de recursos, mas para as políticas e para os direitos culturais em nosso país.

Notas

- 1 SANTOS, A. B. dos. *A terra dá, a terra quer*. São Paulo: Ubu, 2023.
- 2 GARAUDY, Roger. *O Ocidente é um acidente*. 2. ed. São Paulo: Forense Universitária, 1983.
- 3 Gilberto Gil, em seu discurso de posse como ministro da Cultura em 2003, nos presenteou com o conceito de “do-in antropológico”. Ele falava que toda política cultural não pode deixar nunca de expressar aspectos essenciais da cultura do povo e que precisamos fazer uma espécie de “do-in antropológico, massageando pontos vitais, mas momentaneamente desprezados ou adormecidos, do corpo cultural do país. Enfim, para avivar o velho e atizar o novo.”

Enlaces entre a arte, a cultura e a educação

*Beth Rangel**

Eu gostaria, inicialmente, de trazer a relação da arte com a educação a partir de bases legais da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB). A primeira vez que a arte aparece na educação, no início da década de 1960, como atividades artísticas, na vida das crianças e dos jovens, como forma de levar cultura, de sensibilizar. Tem uma lei que eu estudei enquanto aluna, a Lei nº 5.692/1971, que traz a ideia de educação artística e, dentro da escola, incluir a educação artística. E essa ideia inspira a Universidade Federal da Bahia (UFBA), que cria integração artística e, desde 1971, nós exercitamos, em sala de aula, a interdisciplinaridade, com professores de dança, teatro, música e artes visuais.

* Doutora em Educação e professora titular da Escola de Dança da Universidade Federal da Bahia (UFBA), desde 1979. Coordenou o Programa de Qualificação Artística em Territórios da Bahia, como diretora do Centro de Formação em Artes da Fundação Cultural do Estado da Bahia (Funceb), entidade vinculada à Secretaria de Cultura (Secult-BA), de 2012 a 2014. Coordenou o projeto Arte no Currículo, convênio entre a UFBA e a Secretaria de Educação de Salvador, de 2015 a 2017. Entre 2000 e 2024 coordenou o mestrado profissional em Dança da UFBA.

A UFBA, acho que é a única universidade pública, eu não sei particular, que tem as quatro escolas, as quatro licenciaturas. Então, isso nos dá a possibilidade, e nos deu naquela década de 1970, de investigar metodologias. Desse modo, quando falamos que atuamos com interdisciplinaridade, com multidisciplinaridade, sabemos o que estamos falando. Não é uma teoria, que isso às vezes, no campo da pedagogia, diz que isso é teoria, isso não tem na prática.

Em 1971, houve a educação artística, que estimulou a integração, e nesse período, foi logo um momento bem difícil, de 1971 a 1990, nada de Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), continuou a mesma coisa. Nesse ínterim, no entanto, a sociedade civil se sobressaiu, das grandes conquistas, experiências, ONGs, projetos sociais. Então, esse período foi um período muito fértil e que todo mundo dizia que era a época da arte-educação, que trazia como método.

Só em 1990, com outra lei também conhecida como a LDB nº 9.394, que traz a ideia pela primeira vez, e logo depois aparecem os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), que são de 1996 e 1998, comprovando o quanto é antiga essa relação com as artes, aparece na LDB o nome das quatro linguagens artísticas, dança, teatro, música e artes visuais. Muitas e muitas redes de educação desconhecem isso e insistem em trabalhar tudo numa coisa só. O nosso desafio desde então, na virada do século, na virada do milênio, é reconhecermos arte e educação como áreas distintas que oferecem cada uma delas seus protocolos específicos ampliando a ideia de arte, hífen e educação. Trabalhamos com arte e educação, porque, enquanto isso, avançando e ampliando o número de licenciaturas, de programas de pós-graduação de cada uma das linguagens artísticas resulta em produções intelectuais específicas, passando a fortalecer o campo das artes e o seu diálogo com a educação. Na UFBA, nós temos todas as pós-graduações em cada uma das áreas. Então, com isso, é um repertório de conhecimento enorme sobre as áreas, sobre a área de artes, considerando a arte como área de conhecimento. Até a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de

Nível Superior (Capes), hoje, já nos reconhece dessa forma. E, dentro disso, separadamente cada uma delas com suas especificidades. Sei que nem todo o Brasil, o Brasil enorme, pode vivenciar esta realidade em questão, mas aqui na Bahia, aqui na UFBA, nós temos as quatro escolas, as quatro licenciaturas, tanto como licenciatura como com bacharelado, assim como cursos de pós-graduações, específicos. E isso, de certa forma, impulsionou, no início de: “Olha que genial!” Na rede municipal, aquela coisa da oportunidade que faz a vez, tinha uma cidadã, uma profissional, que era de artes visuais, na Secretaria de Educação, e a partir de um concurso, em vista, ela conseguiu interferir naquele momento para que o concurso não fosse em artes, e sim fossem abertas vagas específicas em dança, teatro, música e artes visuais.

Então, desde 2003, Salvador, a nossa Salvador, tem as quatro linguagens dentro das escolas municipais, ou seja, nos anos fundamentais da Educação Básica. Sabemos todas que ainda não é o ideal, temos muito o que conquistar, pois precisamos de condições para o trabalho com arte nas escolas, as salas ainda não são as ideais, mas temos, o que eu digo aos professores, temos vocês professores, dentro da sala, temos o profissional formado e qualificado para atuar em cada área específica. Então, isso é um diferencial enorme. E aí, só dando um salto, entre 2015 e 2017, tivemos um convênio importantíssimo com a Rede Municipal de Educação, o projeto de Extensão e Pesquisa, Arte no Currículo. e conseguimos dentre muitas ações de formação continuada para professores, identificarmos a partir de mapeamento, levantar que o município de Salvador já possuía naquele período mais de 500 professores de arte distribuídos, e são 417 escolas.

O convite nos chegou como promoção de Artes nas Escolas. E dissemos que Arte na escola seria pouco, queremos Arte no currículo. E, de fato, conseguimos. Desde essa data de 2015, temos uma sintonia fina muito grande com a rede municipal. Então, quando nós enviamos alunos para estagiar, sabemos para que escola, com que professor, em que região, em que Gerência Regional de Educação (GR). Então, é uma

relação que funciona. O reconhecimento dos entes, seja da Educação Básica seja da Educação Superior para investirmos nas nossas missões a partir de um trabalho em rede. Você não trabalha com uma ou outra escola. Nessa virada do século, vêm as Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica (DCNs), e que cada vez mais apontam para o lugar da arte, das linguagens. É muito interessante que nós temos a lei, mas muitas vezes essa lei não é cumprida. Na época do governo Dilma, em 2016, a título de complementação, cabe citar a alteração trazida por um parágrafo da Lei nº 13.278/2016, que não só incluía, mas buscava garantir as artes visuais, a dança, a música e o teatro nos currículos dos diversos níveis da Educação Básica. E aí ela diz, da dança, teatro, música e artes visuais em todas as dimensões da educação, digamos, na educação infantil, no ensino fundamental, no ensino médio. De 2016 para 2017, houve uma mudança rápida já no governo Temer, que ele retira a ideia de todas e diz que a arte tem que estar na educação básica. Daí o que aconteceu na prática? Muitas redes escolhem. “Não, eu quero que esteja na educação infantil, ou eu não quero”, como aqui em Salvador, retirou da educação infantil. Ou então “Quero que esteja no Ensino Fundamental 2 ou 1”. Precisamos estar atentos às leis, eu acho que é importante, mas a gente não pode também estar aprisionado, tem que ir, acho que é trabalhando e resistindo, trabalhando e resistindo, como é o caso da Base Nacional Comum Curricular (BNCC).

Então, iniciamos o encontro hoje evocando a partir de Nego Bispo, palavras como – união, e a ideia de envolvimento, ao invés do desenvolvimento – que são palavras estruturantes, eu chamo muito de palavras-princípios, princípios para uma forma de agir e ser no mundo. E aí tem a ideia de solidariedade, e eu provoco muito essa ideia da solidariedade como a ideia de você ouvir o outro, de você dar espaço para que o outro aconteça. Então, dentro disso, e quando você traz essas palavras, que são palavras-princípios para o processo de educação, nós dizemos muito que, a partir das artes, das experiências artísticas, essas palavras, princípios, elas acontecem tranquilamente. Os processos criativos fazem

com que esse exercício seja diário e constante. Enquanto universidade, a temos tido a oportunidade de rever currículos das redes, das redes municipais, muitas do interior, de capitais também. E estamos conseguindo colocar um discurso, isso que estou falando das artes enquanto área de conhecimento, é muito engraçado quando, às vezes, a secretária diz, com uma segurança a arte como área de conhecimento a partir das linguagens tais, tais, tais. Então, temos um discurso que traz essa ideia da arte no currículo e na educação através do pensamento de John Dewey, que tem a ver muito com Anísio Teixeira também, que nos traz a ideia da experiência artística. E que a experiência artística dá ao aluno o protagonismo, ele traz o seu contexto de vida, para dentro da sala.

Discorrendo um pouco a partir pressupostos conceituais de processos de educação a partir da arte, iniciamos uma reflexão da identificação de que informação, que conhecimento, ou ainda, que saber, deve compor o componente curricular das Artes. É necessário uma revisão e atualização continuada de professores, das escolas das redes de educação. Então, como uma estratégia metodológica e decisão pedagógica seria adotarmos experiências artísticas, como campo de conhecimento, podendo contribuir para processos de ensino e de aprendizagem em sala de aula. Esta atitude além do mais, faz com que você fuja da ideia conteudista e traga a ideia de experiência total. Ao invés de trabalhar questões, práticas isoladas, em uma só experiência, você trazendo a oportunidade de trabalharmos diversos conteúdos, tanto os conceituais, os procedimentais, como diz a pedagogia, os atitudinais, quer dizer, trabalhando dimensões as mais diferentes possíveis, a partir da experiência artística.

Retornando ao Projeto Arte no Currículo, convênio entre a UFBA e a Secretaria de Educação Municipal de Salvador, formamos um núcleo constituído de professores, e juntos elaboramos um documento, que refletia o chão da escola, tornando-se assim, um Referencial Curricular para a Arte. Então, voltando para essa ideia da solidariedade, e assim fazendo uma conexão com o que Fabiano Piúba trouxe, desse saber

decolonial e desse pensamento decolonial de Nego Bispo, de todas essas falas que ele traz, eu tinha trazido o corazonar, que também é um pensamento que traz a ideia do coração, da afetividade para a vida. É desafio então estimular outra ideia de racionalidade. Além de uma racionalidade científica, você traz a ideia da racionalidade estética e podemos afirmar que a Arte nos seus processos de Educação, desenvolve e estimula lindamente, a dimensão estética. quem trabalha o desenvolvimento dessa racionalidade são as artes.

Falar de dimensões do conhecimento é falar de dimensões do cérebro. O conceito de cérebro triúnico (Paul MacLean) nos demonstra que a dimensão límbica, entre o córtex e a dimensão reptiliana, é muito pouco acessada pouco estimulada sendo justamente a zona que seria responsável pela percepção estética. É a partir desse desenvolvimento estético que você desenvolve emoções, sensibilidade, afeto.

Então, é muito bacana. E quando você traz a ideia da escola em tempo integral e que eu gosto muito de separar, porque às vezes pensa na ideia de educação em tempo integral, certo? Ou a educação integral, porque a educação integral, ela pensa em trabalhar as dimensões do sujeito, daquele corpo sujeito? São dimensões conceituais, procedimentais, emocionais, aí, a depender do teórico que você pega, está acabando.

Então, a outra coisa que eu queria trazer, vou pinçar daqui dessas coisas, é a ideia de, antes de se fazer ou de se propor a qualquer coisa, é trazer o sujeito para frente. Eu acho que esse olhar emancipatório, ao invés de ser aquele olhar regulador, de dar resultados, de pensar o que eu vou fazer, é pensar antes o quem e o onde. Então, isso tem tudo a ver com a ideia de território, de contextos. Desse modo, toda essa ideia de você conhecer o sujeito, para quem é essa educação? Isso era uma pergunta que eu gostaria de fazer. Para quem é essa formação? Que formação em arte ou para as artes? É a formação na educação básica que você trouxe muito bem. É um tipo, dentro da educação básica, você não tem a ideia de estar formando um artista. Você quer formar um cidadão.

Sensível, criativo e desenvolver os seus potenciais, mas, necessariamente, você não tem que dizer que todos vão ser artistas.

Mas, aí você vai vendo que contexto é essa formação. A formação dentro da educação básica, eu acho que tem todos pressupostos, teorias específicas, para chegar aonde eu estava pensando, que é a ideia da formação artística em termos de qualificação profissional. Envolve o Ministério da Cultura (MinC), mas, ao mesmo tempo, a Fundação Nacional de Artes (Funarte). Então, é uma convocação da ideia dessa formação artística, profissional, dessa qualificação, estar na Funarte. Porque o artista vai formar, vai qualificar o outro artista com muita, muita competência. Então, essa ideia eu acho que é importante. A universidade, como eu falei antes, a gente tem as licenciaturas. Tem esse processo, claro. As licenciaturas trabalham com os profissionais, com os professores, que vão estar na sala de aula para as crianças, e, sabe, aquele triângulo que vai fechando,

Então, essa dimensão, eu acho que tem tudo a ver. E eu queria sugerir rever o Programa de Extensão Universitária (ProExt). O Proext é um programa muito potente, que é desde a década de 1990, muita gente acha que é com o governo Lula, mas não é... Esse, tivemos teve que fazer desde 1995, e as universidades se destacam nele. Eu já estive como diretora da Educação Profissional, de uma escola através do Pronatec. Fizemos um belíssimo Pronatec, que é muito bacana, porque é formação artística e formação na cultura, e todas essas questões. Para finalizar, destaco que tem a universidade, tem as escolas formais, mas tem também a escola. E tem os contextos não formais, que eu acho que esse é de um valor enorme, eu valorizo demais. Eu me formei na universidade a partir de projetos de extensão. Extensão e pesquisa. E foi fazendo esses projetos, projetos todos eles, pautados, ligados a ministérios. Então, acho que é um campo de formação, não só para o campo que estamos atuando, como para nós que estamos conduzindo esse processo. E acrescento, temos também essas belas quatro escolas com mais de 50 anos, e queremos chegar junto.

Cultura com arte e educação para um novo Brasil

*Vanda Machado**

Estamos vivendo um tempo de conflito, reflexão e subversão, que vão tocando fundo a sensibilidade do povo brasileiro. Estamos diante da probabilidade de mudanças significativas no tratamento com a vida, com a história, com a política nacional e convivência com a nossa arte e cultura que é afro-brasileira e que vivemos mergulhados sem nos dá conta da sua presença estruturante. Estamos lutando por liberdade e democracia que se constrói ainda impregnada de dor, desmontando ideias, construções históricas arraigadas. Decerto que buscamos a transformação urgente da sociedade, o que acontecerá também a partir do movimento interno de cada um. Trata-se, entretanto, de um momento singular

* Pesquisadora do Grupo de Pesquisa em Currículo e Formação (FORMACCE), da Faculdade de Educação da Universidade Federal da Bahia (UFBA). Professora colaboradora da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB), criadora do projeto político-pedagógico Irê Ayó, na Escola Eugênia Ana dos Santos, no Ilê Axé Opô Afonjá; criou o curso de Capoeira Educação para paz. Membro da Rede Nacional de Religiões Afro-Brasileiras e Saúde. (RENAFRO) recebeu comenda de Honra Professor Felipe Serpa do Conselho Estadual de Educação. Também recebeu comenda de honra ao Mérito da Organização Mundial de Educação Pré-Escolar (OMEPE).

que suscita mudança paradigmática na relação entre o povo brasileiro e o papel transformador e decisivo da educação de nossos jovens e crianças. Importa o compromisso para criação de uma sociedade nova impulsionada por outras configurações organizativas em forma de redes, alianças sociais e solidárias. Entendemos que é justamente dessa perspectiva que deverá nascer a semente para o sentido de educação na vida como um compromisso de toda sociedade.

Essa é uma dificuldade sem tamanho pelo enigma que é selecionar o que é indispensável para que indivíduos sejam educados também na alegria da força da cultura que nos abraça como educadoras e educadores das Relações Étnico Raciais que nos proporciona a conviver relacionando saberes, exercitando a condição de sujeitos éticos, coletivos e solidários com atenção a tudo e a todos.

A educação precisa de solidariedade, afeto, alegria e emoção no seu currículo não como conteúdo. Emoção para a arte de aprender e a arte de ensinar com alegria. Ensinar incluindo a arte e cultura é cultivar a consciência histórica, emoção de saber-se quem é. É considerar o pensamento africano recriado na diáspora refazer caminhos de celebrações, incluindo as diversas linguagens das artes e das manifestações culturais do lugar. As manifestações culturais são como legados da ancestralidade africana, impregnadas de comportamentos coletivos que reúnem memória e história de liberdade do povo preto. Em Salvador somos mais de 83%. Parte superior do formulário É prática nas comunidades, principalmente nas comunidades quilombolas festas que reúnem seus moradores criando encontros e renovando o ânimo e a alegria de viver. São momentos criados por um calendário que conta as histórias do lugar. Tem festa para São Benedito, festa para Nossa Senhora do Rosário, festa dos Santos Reis e festa do padroeiro de cada lugar. Festa da Barquinha que é uma celebração para Iemanjá, samba de roda, festa de São João, de Santo Antônio, de São Pedro e muita roda de capoeira. Pelo Brasil afora tem Jongo, Zambiapunga, Congo, Congada, Tambor de Crioula, Maracatu e muito mais. A questão é incluir tudo

isto no currículo e transformar em aprendizagens significativas. Com certeza é possível. Esta é a experiência criada com o nosso Projeto Político Pedagógico Irê Ayó.

A cosmopercepção afro-brasileira, mais destacadamente os princípios e valores contidos nos contos míticos apontam a possibilidade transdisciplinar para compreensão do sentido da nossa territorialidade, nosso chão e tudo que possibilita reconhecer a identidade e a diversidade que beneficia a inclusão.

Identidade que é o sentimento de pertencer àquilo que nos pertence e que aproxima a tradição, as ciências, a filosofia, a arte, a psicologia, assim como a nossa história, as trocas materiais, as espirituais, a ancestralidade e a vida na Terra.

Entendo que a minha fala é menos acadêmica. Eu trago a fala das encruzilhadas. Fala que representa toda a diversidade, na qual tudo se organiza e desorganiza. Falo do lugar do qual todas as coisas se relacionam e se complementam. Falo do lugar terreiro de candomblé, onde milhares de etnias se reuniram como família ancestral única. Vivemos as tramas das encruzilhadas escolhendo caminhos para a liberdade

Ainda hoje, tudo que parece subserviência também pode ser classificado como resistência. Já se foi o tempo em que negros e negras participavam de cortejos e nas manifestações culturais como peça que justificava a situação econômica do seu senhor. Peças com um valor de venda. Hoje a nossa presença em qualquer lugar público ou privado significa viver a nossa alteridade. Mesmo vigiados, o nosso lugar por escolha é a encruzilhada em que todos os caminhos se cruzam criando estradas e passagens livres como linhas de fuga para a democracia e equidade social.

A tradição oral é a grande escola da maioria dos povos africanos. As culturas africanas não são isoladas da vida. Aprende-se observando a natureza, aprende se ouvindo e contando histórias das culturas africanas. Tudo é história. A grande história da vida compreende a história

da terra e das águas. A história dos vegetais e farmacopeia a história dos astros, a história das águas assim por diante.

Em algumas culturas, até 42 anos o homem permanecia na escola da vida e não tinha direito a palavra em assembleia a não ser excepcionalmente. Seu dever era ficar ouvindo aprendendo os ensinamentos recebidos até se tornar um mestre para desenvolver na sua comunidade a educação recebida sem se afastar dos mais velhos, com quem continuaria aprendendo. O contador de história, nessa tradição, é um mestre, um iniciador de criança, do jovem até do adulto. Trata-se de uma iniciação para a vida. As histórias míticas são contadas e recontadas e funcionam como mapas que encaminham os sujeitos nas suas possibilidades de convivência sem prescrever conselhos, fazendo valer o árbitro e o jeito de ser de cada um. Ou seja, os conhecimentos produzidos nessas culturas e seu aprendizado sempre podem favorecer a convivência. O Projeto Irê Ayó, na prática, empenha-se na formação de sujeitos autônomos, solidários e coletivos e na elaboração de um currículo menos conteudista partindo dos processos formativos vivenciados na comunidade e que entrelaçam conhecimentos e valores ancestrais de convivência, mitos afro-brasileiros, tradição, história, arte e memória do lugar.

Por uma formação cultural diversa, inclusiva e decolonizada: reflexões sobre os desafios a partir do campo da organização da cultura

*Daniele Canedo**

Meu papel aqui é abordar a formação e refletir a partir do lugar que ocupo, que é no campo da organização da cultura. Eu sou formada em produção cultural, atuo como produtora e gestora há muitos anos. Sou professora do curso de política e gestão cultural da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB), da pós-graduação em cultura e sociedade e administração, da especialização em política e gestão cultural, e atuo com pesquisa em economia criativa. É a partir dessa perspectiva que trago aqui algumas considerações sobre formação para refletirmos juntos. Falo também do lugar de capoeirista, que eu sou, e lembrei de uma música da capoeira que diz:

* Produtora, gestora cultural, capoeirista e professora da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB), do Núcleo de Pós-Graduação em Administração e do Programa de Pós-Graduação em Cultura e Sociedade da Universidade Federal da Bahia (UFBA). É doutora em Cultura e Sociedade (UFBA) e PhD in Media and Communication Sciences (VUB/Bélgica). Realizou pós-doutorado no Observatório de Comunicação e Economia da Universidade Federal de Sergipe (UFS) e no Núcleo de Pós-Graduação em Administração da UFBA. É pesquisadora e coordenadora do Observatório da Economia Criativa da Bahia (OBEC), desde 2015. Foi conselheira de Cultura de Salvador entre 2018 e 2021.

Oi menino, com quem tu aprendeu? (2x)
Aprendeu a jogar capoeira aprendeu
Quem me ensinou já morreu (2x)
O seu nome está gravado
Na terra onde ele nasceu
Salve o mestre Bimba
A Bahia de Maré
Salve o mestre que me ensinou
A mandinga de bater com o pé.¹

Gostaria também de abordar a formação dos mestres e das mestras com quem aprendemos, que não é na universidade, que não é na academia, que não é nos cursos de graduação e pós-graduação em artes, em política e gestão cultural. Quando tratamos de formação, certamente nos reconhecemos porque, além de talento, vocação, interesse, há também uma necessidade de termos recursos, investimentos, recursos humanos e financeiros, no desenvolvimento técnico e no aprimoramento das práticas. Dizemos que só a vocação não basta, porque o menino ou a menina que tem vocação, que tem interesse, talvez nunca tenha acesso a isso. Há um caminho, uma formalização, um aprimoramento, se não houver também oportunidades. Estamos falando de acesso.

Certamente, falar de formação é um lugar comum, reconhecido. As conferências de cultura sempre colocaram a formação como prioridade. A partir da consciência coletiva, todos sabemos da importância da formação. Tratar da formação em artes, em todas as linguagens – artes visuais, música, dança, artes cênicas, cinema, audiovisual, literatura, artes integradas – sempre foi um foco das políticas públicas para a formação no Brasil, tanto que podemos mencionar a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB). Podemos tratar de todo esse percurso e precisamos pensar na ampliação do campo, a partir das artes, das linguagens artísticas, mas também entendendo que existe um conjunto de outros setores interdependentes e interconectados. É preciso

incluir o patrimônio material e imaterial, o artesanato, os museus, os arquivos, a gastronomia, a moda, as artes digitais, a arquitetura, as artes decorativas, enfim, a publicidade, um conjunto de setores que não são necessariamente arte e que dialogam com o simbólico.

No campo da economia criativa, de acordo com minha professora Cláudia Leitão, a matéria-prima é o simbólico e, a partir daí, há todo um desenvolvimento. Precisamos lembrar das disputas ideológicas, de poder, de visão de mundo, do ensino eurocêntrico que sempre nos foi passado para que pudéssemos pensar e reconhecer o que é arte, o que é cultura, o que é relevante socialmente. Precisamos discutir e desconstruir, portanto, decolonizar essas discussões sobre a formação. No que diz respeito à arte indígena, sequer essa palavra existe; artesanato existe dentro da arte indígena. E nos perguntamos o tempo inteiro: é arte ou precisa ser sempre arte indígena? Os artistas negros e negras vão estar sempre nessas exposições de artistas negros e negras ou é simplesmente arte? A capoeira não está na Fundação Nacional de Artes (Funarte) porque é patrimônio imaterial. Ela é menos arte, menos dança do que a dança? Por que diferem? Precisamos discutir muito isso. Quanto disso foi colocado historicamente pela construção colonial da nossa tradição e quanto disso está ligado às técnicas, ao ensino e a outras questões?

Precisamos também pensar em formação para toda a cadeia produtiva. Estou falando daquele ciclo que discutimos, em que falamos de criação, produção, distribuição, consumo e fruição. O que quero dizer com isso? Começando pela formação artística, a formação para criação, mas também precisamos pensar na formação para quem produz, quem empacota. É importante falar de produto mesmo, quem empacota, quem se relaciona e pensa isso para o mercado. Quem pensa na logística de distribuição, de fazer com que os produtos cheguem nas pessoas, daí a comunicação, todos os desafios da plataformização da cultura, da digitalização não planejada, da produção cultural, acelerada pela pandemia. Quando fizemos a pesquisa “Impactos da covid-19 na Economia

Criativa” (OBEC, 2020), vimos que muitas pessoas não estavam preparadas para produzir e difundir seus conteúdos *on-line*. E isso é um processo sem volta. Precisamos pensar a formação para isso. Nossos artistas, nossos produtores de conteúdo artístico, não estou falando dos blogueiros da internet, mas dos produtores culturais e de arte que precisam de formação.

Além disso, vamos pensar na última etapa da cadeia produtiva, que é formação para o consumo, para a fruição artística. Portanto, formação de públicos. E isso é um espaço de disputa, um espaço que precisamos ocupar. Se investimos na formação da criação, produzimos e não disputamos o espaço da formação dos públicos, não conseguimos dialogar e nossa arte não chega. E aí temos toda uma indústria do entretenimento muito bem-preparada para lidar com os desafios para fazer formação de públicos. Precisamos pensar nisso. Quando penso em formação, penso no campo criativo e técnico, além dos artistas. Falo de formação para cenógrafos, iluminadores, técnicos de som, engenheiros, técnicos de palco, maquiadores etc. O Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec) trouxe avanços, por exemplo.

No campo da organização de cultura, falamos constantemente da necessidade de formação. O que precisamos fazer? Precisamos de uma formação que aborde a implementação das leis Paulo Gustavo, Aldir Blanc, e outros programas, num contexto de discontinuidades e instabilidade. Aquelas três tristes tradições mencionadas pelo professor Albino Rubim. É nesse contexto que precisamos pensar, mas também na formação dos produtores culturais, das pessoas que estão no planejamento, na coordenação de atividades e por aí vai. Precisamos falar de sustentabilidade. A discussão sobre sustentabilidade é também uma questão de ocupar esse espaço. Gosto muito de um texto do Olin Wright, que fala sobre como ser anticapitalista no século XXI. Ele destaca a necessidade de dialogar com o capitalismo para promover uma erosão do sistema, desestruturando-o aos poucos e refazendo os modos de funcionamento.

Então, como podemos falar de mercado? Quais são as políticas pensadas para estruturar a dimensão econômica das artes e da cultura, para conseguirmos dialogar, para conseguirmos vender? Já tivemos discussões sobre internacionalização, que é muito importante. E precisamos acrescentar outra preocupação: os modelos de atuação. Pode haver uma dançarina que deseja estar na maior companhia de dança do mundo, ganhar muito dinheiro, virar uma grande artista, e outra que quer montar uma pequena escola de dança no bairro e viver de mensalidades. Podemos ter uma que quer fazer um projeto de empoderamento, de luta antirracista, com a dança, e outra que volta para sua comunidade, volta lá para o Nego Fugido do Acupê, e diz que seu modelo de atuação é outro. Então, quando pensamos nos editais e nas em políticas de formação, precisamos considerar essas diferentes horizontalidades. Quando falamos de formação para música, por exemplo, a pessoa pode atuar em diferentes modelos, circuitos de atuação e práticas. É um desafio muito grande para a Secretaria de Formação.

Fizemos a pesquisa “Impacto da covid-19 na Economia Criativa” e uma coisa que chamou atenção foi que, quando falávamos das medidas para a recuperação do setor, categorizamos três pontos principais: primeiro, as pessoas falavam na necessidade de sustentabilidade e fomento à cultura; em segundo, falavam de fortalecimento da gestão cultural; e, em terceiro, dos desafios da atuação cultural no contexto da digitalização. Esses foram os principais pontos de necessidade de formação identificados.

Sobre os desafios, resalto a dificuldade de fazer formação em cultura dentro das universidades. Estamos fazendo, juntamente com colegas da UFRB, extensão, pesquisa e ensino, mas é difícil competir por recursos em editais do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), já que a palavra cultura não aparece como área de conhecimento. São 38 páginas de documento com áreas listadas, e cultura aparece apenas ligada às ciências agrárias, como carnicultura, floricultura, agricultura. Cultura, produção cultural,

política e gestão cultural não existem. Precisamos lutar por esse reconhecimento. Faço um pedido pessoal, em nome de muitas pessoas, para que o secretário Fabiano Piúba e o secretário de Estado encampem essa discussão com o CNPq e a Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), para que os próximos editais reconheçam nosso campo de conhecimento e produção. São 19 anos de realização do Enecult com registro de produção acadêmica no campo das políticas e gestão cultural. Não é mais admissível que continuemos não existindo para os órgãos de pesquisa no Brasil.

Concluindo, a formação cultural no Brasil enfrenta desafios complexos. É essencial reconhecer e valorizar as diversas formas de saberes que coexistem em nosso país, desde as tradições populares até as novas expressões da economia criativa. As políticas de formação precisam incluir mestres e mestras que estão fora do ambiente acadêmico, e pensar a necessidade de recursos e acesso, a decolonização das práticas educativas e a integração de diferentes setores culturais. As iniciativas de formação devem abranger toda a cadeia produtiva cultural, desde a criação até a fruição, garantindo que artistas, produtores e técnicos tenham acesso a uma formação de qualidade.

Também é necessário investir na formação de públicos, assegurando que a arte e a cultura cheguem efetivamente às pessoas. Ademais, a luta pelo reconhecimento da cultura como um campo de conhecimento nas universidades e nos órgãos de pesquisa é essencial para o fortalecimento do setor. Por fim, a sustentabilidade e a adaptação às novas realidades, como a digitalização acelerada pela pandemia, devem ser prioridades. Só assim conseguiremos construir um campo cultural robusto e resiliente, capaz de refletir a diversidade e a riqueza cultural do Brasil, e promover um diálogo mais justo e inclusivo com a sociedade.

Nota

¹ Ver em: <https://www.lettras.mus.br/abada-capoeira/72933/>.

Os setores de arte e cultura das Instituições Públicas de Ensino Superior como lugares de agenciamentos para as políticas públicas de arte e cultura do MEC e do MinC

*Fernando Antonio Mencarelli **

Quero dar boa tarde a todas e todos, dizer que é realmente uma honra, um prazer e um desafio estar aqui e contribuir, depois de falas tão importantes, que abrem estradas, caminhos imensos, para tratarmos dessa questão da formação. Dizer que é uma honra poder estar conversando sobre essas questões com os colegas aqui, palestrantes, com nossos dirigentes, que estão com grandes tarefas em Brasília, com todos os colegas do Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura (ENECULT) e parabenizar a Universidade Federal da Bahia (UFBA) por essa iniciativa, porque é realmente fundamental.

Quando ouvimos a professora Vanda Machado, que nos antecedeu nesta mesa, referir-se a quanto

* Pró-reitor de cultura e professor titular da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), na graduação em Teatro e na pós-graduação em Artes. Pesquisador do CNPq. Pós-doutoramento em Teatro pela Universidade de Sorbonne Nouvelle, Paris III. Representante da UFMG no Conselho Estadual de Política Cultural de Minas Gerais e no Conselho Municipal de Cultura de Belo Horizonte. Foi presidente da Associação Brasileira de Pesquisa e Pós-Graduação de Artes Cênicas (Abrace).

tempo foi preciso esperar para que tivéssemos esse olhar, essa mirada à frente das políticas públicas, creio que isso também diz muito sobre o caminho que somos desafiados a trilhar juntos.

Inicialmente, parto de uma pergunta que é: qual é o nosso papel enquanto instituição pública de ensino superior, enquanto universidade? Como vamos participar, como podemos e devemos participar desse momento? Como poderemos ser convocados de maneira mais efetiva? O que a gente tem para fazer enquanto instituição pública de ensino superior? Eu posso falar a partir da perspectiva da universidade, qual é o nosso papel, como a gente pode e deve participar desse momento. Acho que a priorização do ensino básico, essa direção posta de maneira tão clara como prioritária, e também uma atuação já clara posta pelo programa “Olhos d’Água”, em relação às ações da sociedade civil, elas dizem muito sobre esse princípio. A cultura, onde ela está, de onde ela vem, e por que precisamos trabalhar prioritariamente nessas direções.

Agora, então, pensando nisso e ouvindo vocês, acompanhando os programas, os projetos, as discussões também que vêm sendo feitas, a questão que eu queria trazer é como vocês podem nos convocar, Instituições Públicas de Ensino Superior, em particular as universidades, para essa tarefa de maneira mais efetiva? Sabemos que já carregamos ou trazemos um passado dessas instituições públicas que não condiz com essa direção para a qual queremos ir. Aliás, fomos agentes coloniais por muito tempo, e ainda talvez sejamos, mas como fazer esse movimento necessário e fundamental para que possamos ser importantes para a implementação das políticas de formação em arte, cultura e patrimônio?

A fim de impulsionar esse debate, inicio trazendo alguns números que nos interessam. Nós, as instituições públicas de Ensino Superior (federais, estaduais e municipais), somos 69 universidades federais; 39 institutos federais; 42 instituições estaduais; além das municipais

(chegando a cerca de 150). Nessa primeira soma, já contamos com aproximadamente 300 instituições.

Especificando um pouco mais os números em relação às universidades, segundo dados atualizados pelo presidente do Fórum de Gestão Cultural das Instituições Públicas de Ensino Superior Brasileiras (FORCULT), Fábio Cerqueira, quanto aos setores de gestão cultural nas universidades, somos:

- Instituições com Pró-Reitorias de Cultura (exclusivamente) são quatro Universidades Federais: Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), Universidade Federal do Cariri (UFCA), Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Universidade Federal do Ceará (UFC); além de quatro estruturas vinculadas a reitorias: duas secretarias, um centro de artes, um fórum de ciência e cultura.
- Instituições com Pró-Reitorias de Extensão e Cultura, ou outras denominações que englobam as duas áreas: 32 universidades federais.
- Instituições cuja gestão cultural está vinculada à Pró-Reitorias de Extensão ou outras denominações que englobam a extensão: 22 universidades federais, com departamentos, coordenadorias, e outras configurações.
- Algumas poucas Universidades Federais situam a gestão cultural em outras unidades administrativas.

Outro levantamento importante seria o de quantas escolas, departamentos, cursos, grupos de pesquisa, laboratórios, espaços culturais, projetos extensionistas, projetos de pesquisa, entre outros, atuam nos campos das artes e culturas. Certamente resultaria em um número muito expressivo.

As Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) apresentam, dessa forma, uma grande capilaridade em todo o país, alcançando mais de mil cidades com seus *campi*, polos e sedes da Universidade Aberta do Brasil (UAB).

Para além disso, como foi dito, nós estamos, enquanto Gestão da Cultura, em 8 Reitorias (Pró-Reitorias de Cultura, Secretarias, Centro de Arte e Fórum), e em 32 Pró-Reitorias de Extensão e Cultura. Estamos em outras 22 Pró-reitorias de Extensão, com departamentos, coordenadorias, entre outros. E todas as demais instituições federais, universidades e institutos têm uma estrutura, ainda que pequena, dedicada ao trabalho da gestão de cultura e projetos extensionistas de cultura. A diversidade de equipamentos culturais, programas, projetos, assim como a extensão de suas ações para e com a comunidade universitária e a comunidade externa representam um alcance de milhões de pessoas e impactos diretos em uma ampla gama de setores culturais nos municípios e regiões.

Não chegamos aos mais de 5 mil municípios, como nos provocava ontem a professora Ana Maria Fernandes, com toda razão, quando dizia, é necessária a aproximação, é necessário estar na ponta. Não chegamos aos 5 mil municípios, mas devemos chegar a 1 mil ou mais de 1 mil. Estamos trabalhando para tal.

Vou citar o exemplo de Minas Gerais – realidade na qual atuo. Minas é o estado que tem o maior número de universidades federais e instituições públicas de ensino superior do país. São 11 universidades, 5 institutos, um Cefet e duas instituições estaduais, sem contar as municipais, sobre as quais não tenho levantamento. E só no estado de Minas alcançamos centenas de cidades; são 853 municípios e, certamente, chegamos a centenas deles. Fizemos esse levantamento recentemente, sem rigor científico.

É importante dizer também que as Instituições Públicas de Ensino Superior (IPES) atuam como formadoras não apenas quando se trata do ensino *stricto sensu*, mas também na extensão e na pesquisa. Ou melhor, em todo o arco de suas ações podemos dizer que essas instituições são “formação”.

Também, vale destacar a perspectiva de uma formação em culturas e artes que não se restringe às áreas de profissionalização, mas é preciso

compreendê-la na extensão a toda a comunidade interna e externa. A missão das IPES é também a de uma formação cidadã, que não se completa sem as artes e as culturas. A formação tecnicista ou profissionalizante é falha. E tem levado nossas instituições de ensino superior a formarem profissionais (médicos, engenheiros, cientistas da computação etc.) que não são capazes de ver a realidade econômica, social, política, cultural em sentido amplo, nem tampouco de seu entorno, nem a realidade nacional/internacional. Estamos falando de toda a ação que vem das instituições públicas de ensino superior. Também a perspectiva de uma formação em culturas e artes não se restringe, então, às áreas de profissionalização, mas é preciso compreendê-la no alcance a toda a comunidade interna e externa.

Por isso, o tema da formação em culturas e artes é fundamental, porque sem isso não há outra perspectiva de fortalecer a cidadania, de formar cidadãos. Entendendo que, como disse nosso ministro em exercício, Márcio Tavares, no dia de ontem, a cultura tem centralidade no projeto de reconstrução e união (assim como a educação).

Aprendemos isso na militância de Albino Rubim e de tantos colegas, que a cultura é transversal. Ela atravessa toda a estrutura da instituição, todo o território, toda a atuação das instituições. E que a cultura é pauta central no cenário contemporâneo. Essa evidência se dá em movimentos como esse. Por que o G20 começa a criar políticas no campo da cultura? A carta de Roma, a reunião dos ministros de cultura? Porque há essa compreensão de que no momento em que vivemos, a pauta da cultura é central, é fundamental. E, nesse sentido, é excelente a notícia que tivemos de que a ministra Margareth Menezes está ocupando esse lugar entre os ministros da cultura do G20 e buscando deslocar essa reunião para o Brasil. Essa é uma disputa necessária e que tem que ser realizada nesses lugares também em que as grandes políticas, as macropolíticas, as geopolíticas estão sendo construídas em um processo em desigualdade.

Quanto ao pacto federativo que se desenha, necessário e urgente no campo da cultura, mencionado ontem pela nossa Ex-presidenta da Funarte, Maria Marighella, as IPES precisam/devem ser parte integrante da articulação. As IPES são educação, culturas e artes. Não existe uma sem a outra, como Fabiano Piúba sempre nos lembra.

Eu diria, nós somos Ministério da Educação (MEC), quando falamos das federais, e deveríamos também ser Ministério da Cultura (MinC), deveríamos ser Funarte, Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPAHN), Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM), porque é isso que somos. Nossos museus, nossos patrimônios, nossos edifícios tombados, que estão todos sob nossa responsabilidade, são parte dessa estrutura. E deveriam ser pensados como partes integrantes do sistema, como estrutura e como atores de políticas. Precisamos ser convocados para esse lugar. Somos efetivamente estruturas com milhares de espaços culturais, programas e projetos artísticos culturais.

No acordo MEC e MinC em construção, os setores de arte e cultura das IPES são lugares centrais de agenciamentos. Estruturados ou em estruturação, porque estamos trabalhando nesse processo por alguns anos. Para o MEC, podemos dizer: somos também instituições artístico-culturais. Cumprimos plenamente nossa missão como ensino, pesquisa e extensão através de nosso papel cultural, transversal, de nossa estrutura cultural. Somos parte fundamental no cumprimento da missão pública das universidades. Gostaríamos que o MEC desenvolvesse uma política para a área artística-cultural nas IFES. A área artística-cultural das IFES merece atenção, no reconhecimento do papel acadêmico das artes e das culturas. No reconhecimento de seus espaços culturais como espaços formativos (centros culturais, museus, salas de cinema etc.).

Precisamos garantir políticas para o desenvolvimento e aperfeiçoamento de nossas estruturas, programas, projetos na área artística-cultural. Precisamos ser considerados no centro dessa política, por sermos estruturas articuladoras, transversais, dentro e fora das universidades

e institutos. Os recursos aí aplicados vão otimizar, potencializar uma estrutura que vai atender todo o conjunto de ações culturais de dentro e fora da universidade.

Para o MinC podemos dizer: somos uma rede ou plataforma estruturada para se somar ao esforço de integrar os planos/projetos públicos nas três esferas (municipal, estadual, federal) e de alcance das organizações da sociedade civil, comunidades etc. A ideia de uma rede ou plataforma nacional que formamos pode ser muito importante e necessária para a efetividade dos Planos Nacionais de Cultura e das Artes. As IFES já têm e podem vir a ter papel muito importante na constituição do Sistema Nacional: através de sua rede física, de pessoal, de recursos financeiros, de seus projetos, programas, convênios, parcerias, presença nos sistemas municipais e estaduais, de estruturas para gestão de projetos (Fundações).

Por isso, proponho a ideia de uma ou várias Plataformas das IFES (nacional, regional, estadual) em articulação com MEC/MinC. Pela presença nacional, alcance, capilaridade.

Importante destacar o avanço recente das IFES de todo o país no desenvolvimento de políticas culturais e planos de cultura institucionais, assim como no estabelecimento de redes de articulação entre elas, na organização do Fórum de Gestão Cultural das Instituições Públicas de Ensino Superior (Forcult), com ampla atuação nacional e regional, Redecult ou na nova rede que surge do encontro das universidades federais.

Como atuar: em várias frentes, como articulador, como canal/ponte, colocando-se como território comum, como dispositivo institucional, como estrutura física, como dispositivo crítico da institucionalidade, favorecendo a política de proximidade. Como parceiras no trabalho de construção da Política Nacional da Cultura e na Política Nacional das Artes (como por exemplo na qualificação dos agentes culturais que atuarão na criação dos planos e conselhos municipais – nos 5 mil municípios/ou em ao menos em 1 mil deles). Na articulação com

sociedade civil/leis Paulo Gustavo e Aldir Blanc, estarmos nas várias etapas: no apoio aos órgãos públicos em sua capacitação, na ponta junto aos agentes culturais, dos ensaios às apresentações nos seminários.

De que forma: atuando em rede/ou plataforma, podemos somar/integrar nossos esforços/recursos. Na verdade, se trata de potencializar isso que é público, as pessoas, os recursos, as estruturas, para o Estado cumprir a necessária interface com a sociedade civil. Somos braços, pernas, mãos para chegar. Somos parte, somos MEC, somos MinC. Acho que é nesse sentido. *É uma conta de somar. Não se trata e disputar recursos com a sociedade. Mas de potencializar nossas estruturas físicas, pessoal, recursos financeiros, fundações etc.* para o estado cumprir a necessária interface com a sociedade civil. Trata-se de pensarmos: temos um teatro pronto, se colocarmos um técnico (que ele não tem), teremos um teatro pronto para toda a comunidade. Se investirmos em atualização de planos de incêndio, teremos um conjunto imenso de museus, centros culturais, centros de memória seguros para todos.

Nossa contribuição é efetiva através do conhecimento técnico em políticas, gestão, produção, organização da cultura acumulados pela Universidade Federal da Bahia (UFBA), a Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB), a Universidade Federal Fluminense (UFF), a Universidade Estadual do Ceará (UECE), Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), entre outras, disponíveis nessas redes/plataformas. Também através do conhecimento artístico, com sua singularidade, disponível através das dezenas de escolas, programas de pós-graduação, entrando com seus conhecimentos técnicos em organização da cultura. Precisamos trabalhar com o entendimento de que nossas escolas são espaços de cultura e nossos espaços culturais são espaços formativos. Essa compreensão pode estar no centro dessa articulação MEC e MinC, pensando nos equipamentos culturais e escolas públicos em geral e particularmente nas IFES.

Por que a ação dos governos autoritários é tão violenta contra as universidades, as culturas e artes? Pela potência de transformação da

realidade aí posta. Observando o esforço de anos, décadas, da UFMG na estruturação do campo artístico-cultural, pensava: não sobreviveremos a mais um ciclo de governo autoritário? Pois bem. Sobrevivemos. E queremos agora ser parte desse esforço de reconstrução. Estamos prontos. Ou melhor, estamos trabalhando para estar prontos, reunindo em uma plataforma comum de partilha e cooperação os setores de cultura e a produção acadêmica de cultura das Instituições Federais de Ensino Superior, ativando todo o conhecimento técnico em política, gestão, produção, organização da cultura acumulados. Cada instituição entrando com o que tem de melhor para oferecer para o conjunto e para a construção de uma política pública de cultura que corresponda ao papel que esta tem na construção e no fortalecimento da democracia e na afirmação do direito à cultura.



COLEÇÃO CULT

Parte 5

Perspectivas para o audiovisual brasileiro



Perspectivas para o audiovisual brasileiro: algumas questões sobre presente e futuro

*Ohana Boy Oliveira**

A Roda de conversa *Perspectivas para o audiovisual brasileiro* possui a seguinte ementa: “O cinema e o audiovisual passaram por significativas transformações nos últimos anos, com a emergência de novas vozes e olhares que contribuíram para a diversidade da produção cinematográfica brasileira. O avanço das tecnologias e ampliação das plataformas de *streaming* possibilitaram a popularização das ferramentas de produção e distribuição, gerando oportunidades para cineastas, realizadores e criadores independentes. Ao mesmo tempo, a pandemia e a falta de investimentos públicos na cultura, revelaram inúmeros desafios e a necessidade de políticas públicas para a área, incluindo políticas

* Professora adjunta da Faculdade de Comunicação da Universidade Federal da Bahia (UFBA) na área de Organização da Cultura, Ética e Direitos Culturais. Coordenadora do Núcleo Docente Estruturante do Curso de Graduação em Comunicação com Habilitação em Produção em Comunicação e Cultura (UFBA). Pesquisadora Plena do Conselho Científico-Cultural do Centro de Estudos Multidisciplinares em Cultura (Cult). Pesquisadora da cultura com interesse nos aspectos de gênero, raça, classe e descolonização do pensamento.

de preservação. Resultado da ampla mobilização do setor cultural, as Leis Aldir Blanc e Paulo Gustavo trouxeram novas perspectivas ao segmento, mas ainda é preciso discutir políticas públicas para esse setor e mecanismos de fortalecimento e democratização do audiovisual no país”.

Nesta edição especial do Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura (Enecult), “Culturas para um novo Brasil”, a proposição foi pensar a partir das próprias atuações no audiovisual brasileiro, com todos os desafios impostos nos últimos anos e as possibilidades do momento presente e também futuro, de construção e consolidação de políticas públicas e da efetivação dos direitos culturais. Pensar a formação, o acesso, o fomento à produção e à distribuição, a ampliação de recursos que possam combater as desigualdades territoriais, desburocratizar os trâmites vigentes etc. Como pensar além das condições que estão postas neste momento? Como vislumbrar e concretizar um horizonte com melhores condições de trabalho na cultura, na erradicação das desigualdades e opressões não só para os trabalhadores da cultura, mas de toda a nossa sociedade?

Pensar o direito à cultura de forma efetiva, com a garantia de políticas públicas que superem os editais e as leis emergenciais, com a articulação dos âmbitos municipais, estaduais e federal; a importância do povo brasileiro de se ver e se ouvir em todas as telas, pensando o audiovisual de maneira ampla; refletir a partir das trabalhadoras desse setor: técnicas e técnicos, produtoras e produtores, atrizes e atores, diretoras e diretores, nesse fazer que é coletivo.

Refletir também sobre o que cabe nas telas e o que não cabe mais? Isso engloba ainda o que não se vê na frente das câmeras, mas o que faz parte dos bastidores; pensar as legislações recentes, os processos de regulamentação, da Lei Aldir Blanc 1 e 2, a Lei Paulo Gustavo, mas também e principalmente além delas, para que se tornem políticas permanentes e não apenas política de governos.

Apesar da retomada do Ministério da Cultura (MinC), refletir ainda sobre esse contexto de crise que mantém as consequências do conservadorismo de extrema-direita, do período da pandemia de covid-19 com a morte de mais de 700 mil pessoas, mas que engloba ainda o genocídio dos povos originários, a escravização de pessoas negras, os índices graves de desigualdade, racismo, sexismo, LGBTQIAPN+fobia, intolerância religiosa, assassinato recorrente de defensores dos direitos humanos e líderes de causas ambientais e em defesa de seus territórios, contra a especulação imobiliária, por exemplo.

Retomando alguns debates presentes em outras mesas do XIX Enecult, pensamos sobre a necessidade de buscar determinada radicalidade para a resolução de tantos problemas, porque apenas a vontade política não dá conta dessa complexidade. Destacamos a ideia de democracia inacabada mencionada por Silvio Humberto, comentando que o pesadelo ainda não acabou; a afirmação de Carmen Luz sobre não existir democracia no Brasil; e o convite de Matias Santiago para pensarmos a condição laboral dos trabalhadores das artes e uma estrutura que combata a precarização.

Considerando que a luta é permanente, que sigamos conjugando o pessimismo da razão com o otimismo da vontade, nas palavras de Antonio Gramsci.

Perspectivas para o audiovisual brasileiro

*Gabriel Pires**

Acho que precisamos falar primeiro do pandemônio no audiovisual, que para nós não começa com a pandemia, nem com a eleição de 2019, a posse do pandemônio. Para nós, o pandemônio no audiovisual começa também com o golpe de Dilma, mas em especial a partir de 2017, com a saída de Manuel Rangel da Agência Nacional de Cinema (Ancine), com a saída de Paulo Alcoforado da Ancine, do Maurício Hirata e toda uma desconstrução de políticas públicas que vinham sendo implementadas pela agência desde o seu nascedouro, em 2003, quando de fato começam as atividades, já que ela é implementada em 2002. Mas também vou fazer essa reminiscência para lembrar que a agência só

* Formado em Produção em Comunicação e Cultura, pela Faculdade de Comunicação da Universidade Federal da Bahia (Facom/UFBA). Trabalhou no Escritório de Projetos do Instituto de Radiodifusão Educativa do da Bahia, como Assessor Técnico. Produtor Executivo de diversos projetos audiovisuais. É Associado à Conexão Audiovisual Centro-Oeste, Norte e Nordeste. Atualmente, é Coordenador geral do NordesteLAB, plataforma de articulação e fomento ao setor audiovisual que acontece em Salvador desde 2015.

passou a existir graças a toda uma construção política, a partir do terceiro Congresso Brasileiro de Cinema. Trata-se, portanto, de uma iniciativa que remonta aos Congressos Brasileiros de Cinema da década de 1950 e 1960.

Em 2018, a gente tem uma série de desconstruções rápidas, muito rápidas, dos modelos de financiamento que a agência fazia e de modelos de financiamento que eram de certa maneira, já bem assimiladas por todas as pessoas que trabalhavam diretamente com o financiamento público, por conta da Lei nº 12.485 de 2011, implementada a partir de 2012 e por conta da Lei nº 11.437 de 2006, que cria o Fundo Setorial do Audiovisual.

Agora, mais recentemente, a destruição foi realizada com a mudança de modelo de edital, uma coisa simples, um modelo que era de fluxo contínuo, que existe uma previsibilidade para todo o mercado trabalhar, com um calendário de quando esses editais iam ser lançados, de quando as linhas iam acontecer.

Muda o modelo que, em vez de um modelo de análise de mérito do projeto, passa a ser de corrida maluca. Quem conseguia se inscrever até o limite de dinheiro que o edital tinha, até duas vezes o limite de dinheiro que o edital tinha, ele iria ser analisado. Não era o montante total de projetos que estavam sendo colocados. Então nós vivemos todo um processo de criminalização também do setor, a partir de uma decisão política da diretoria daquele momento em não colocar todo um modelo que foi construído através da Ancine mais simples, da normatização do Regulamento Geral do FSA, em não ir de encontro a decisão do Tribunal de Contas da União (TCU), que tecnicamente é discutível, tanto que foi retirada essa decisão do Tribunal. E, no meio disso tudo, vem o pandemônio. Foi nesse contexto que se chegou ao pandemônio, já num processo de desgastes do setor por conta das decisões de alterações de modelos dos editais e de utilizar a auditoria do TCU para implementar um clima de terror na utilização de recursos públicos.

E é muito importante aqui ver figuras como o Felipe Dias Rego, que hoje está no poder público municipal, na gestão do Programa SalCine, dentro da Secretaria de Cultura e Turismo, cuidando do audiovisual, Pitti Canela, que está na Fundação Cultural do Estado da Bahia (Funceb), tem Cleide Vilela, da representação regional do Ministério da Cultura (MinC) aqui. Então, temos representações de todas as três esferas, para escutar um pouco sobre isso. Vivemos esse processo do audiovisual na pandemia, de uma resistência que a gente já estava fazendo desde 2018. A pandemia só fez tornar o processo mais agudo para todos nós. Diante disso tudo, e também, por conta disso tudo, as estruturas de discussão, as estruturas de organização social do audiovisual se fortaleceram mais ainda. Elas que lutaram para a criação da Ancine, elas que lutaram pela criação da Lei do Curta, das cotas de tela, da Lei do Audiovisual, de todas elas, esses processos, inclusive a Lei do Curta, criada a partir de uma discussão aqui na Jornada de Cinema, nesse espaço (o Goethe Institut – à época conhecido como ICBA). Então, nós vivemos esses seis anos e nós estamos aqui, numa constante de eternas brigas e de eternas discussões. E essas constantes só evidenciaram que tínhamos um modelo que era saudável, que precisava, obviamente, de ajustes, de retoques, de aprofundamentos, porém que era um modelo previsível, era um modelo que pensava a distribuição do recurso. Muitas pessoas falam em regionalização da produção audiovisual, quando na verdade deveria se falar em nacionalização do fomento audiovisual para todos os estados, para todos os espaços brasileiros.

Nessas estruturas, também, utilizando o poder indutivo que o governo federal tinha através da Ancine – nas linhas de Arranjos Regionais, com a suplementação de verba local com recursos do Fundo Setorial do Audiovisual (FSA) –, a Fundação Gregório de Matos fez o primeiro edital específico de audiovisual. O Instituto de Radiodifusão Educativa da Bahia (Irdeb) fez um edital no momento em que tinha um hiato de editais do Fundo de Cultura. Até essa política de indução o Fundo de Cultura da Bahia (FCBA) nunca tinha operado um montante

tão elevado no edital como foi realizado com o último edital do FCBA operando quase 20 milhões, sendo 15 do FSA e 4,95 milhões do FCBA.

Estamos agora num momento de extrema esperança, de extrema angústia, continua ainda angústia, porque Paulo Alcoforado passou por uma das primeiras etapas para ser novamente diretor da Ancine, ainda falta ser aprovado pelo plenário. Então vamos ter uma pessoa sensível, capaz e que implementou boa parte dessas políticas. É angustiante porque nós temos três projetos de lei tramitando no Senado e no Congresso Nacional que impactam diretamente todo o setor (Regulamentação do Vídeo sob demanda, Cota de Tela dos Cinemas e Cota de Tela das TVs Pagas). E aí vem toda uma angústia também, que é, em oito meses, o Ministério da Cultura (MinC) conseguiu colocar a Lei Paulo Gustavo na rua. Os governos estaduais e municipais e aí eu falo de uma maneira mais ampla estão operando esse dinheiro, mas nem todas essas instâncias ainda estão colocando uma política própria para o audiovisual bem como para as outras linguagens artísticas. Como tem ainda cinco anos de Lei Aldir Blanc, o que pode acarretar é justamente isso, uma paralisia dos governos locais esperando apenas a operação do dinheiro federal que vai vir, pensando o fomento. E no caso específico do audiovisual, temos uma batalha ainda para a recomposição do Conselho Superior de Cinema, que já venceu, e é este conselho que faz a nomeação do Comitê Gestor do Fundo Setorial do Audiovisual, que vence agora no dia 31 de agosto de 2023;

Temos hoje na diretoria colegiada da Ancine três diretores que, apesar de serem pessoas que são servidores públicos federais de carreira, conseguiram manter a estrutura funcionando, mas com perdas, obviamente, diante das concessões que precisavam ser feitas. Precisamos, também, pensar uma maneira de retomar um regulamento geral do fundo setorial do audiovisual (RG PRODAV) que balizava diversas maneiras de contratação do audiovisual e que isso refletia nos modelos de negócios. Mas, nada disso acontece sem a nomeação desses conselheiros do comitê gestor e saber também que Paulo, dentro dessa

diretoria colegiada, vai ser um dos diretores, tendo outros que vão precisar ser retomados à consciência e dizer assim: “Vocês ajudaram a construir o modelo anterior. Precisamos também que, nesse processo, não fiquemos somente tentando retomar o que foi feito nos governos de Lula e Dilma, mas pensar também como podemos avançar”. Porque das estruturas de cultura, pelo menos eu não me lembro de nenhuma outra que tenha sido atacada verbalmente e frontalmente pelo então presidente, como foi a Ancine. Ele deu declarações públicas dizendo assim, “a Ancine tem que fechar”. Eu não o vi falando da Fundação Nacional de Artes (Funarte), eu não o vi falando da Biblioteca Nacional, nem do Museu Nacional, mas ele falou especificamente, “a Ancine tem que fechar”. Precisamos nesse processo transformar, por exemplo, o Projeto de Lei que fala sobre a cota de tela do senador Randolfe Rodrigues já prevê que não precisaremos ficar lutando com a cota de tela de 10 em 10 anos, já é um prazo mais extenso. Precisamos pensar que o regulamento geral do Programa de Apoio ao Desenvolvimento do Audiovisual Brasileiro (Prodav) não seja de 10 em 10 anos descontinuado e a gente passe anos sem regulamento geral do Prodav, que na verdade já não estava vencido em 2018 e foi sendo modificado e tendo novas leituras até quando ficou vigente, em 2022.

Temos brigas legislativas que precisam ser continuadas apesar de toda a boa vontade e de toda a compreensão e movimentação que a Secretaria do Audiovisual e o MinC vêm fazendo, precisam ser encampadas dentro do Congresso. E é nesse momento em que vamos discutir com o Congresso que existe uma forma no Senado, a coisa está sendo mais fácil (na tramitação das Cotas de Tela), porque é um número diminuto de interlocutores, porque tem esse processo de o Senado ser a Casa da União, e a Região Centro-Oeste, Norte e Nordeste tem 60 senadores dos 87, então acaba ajudando nesse contrapeso, mas quando vai para a Câmara, aí já entra num processo um pouco mais difícil, que todo mundo está vivendo no âmbito mais geral das discussões do governo federal com essa Casa do Congresso. Derivei por muitas

coisas, mas eu acho que nesse momento a Paula Gomes poderá aprofundar e o Paulo Alcoforado mais ainda, porque há esperança e expectativa a partir da chegada dele na Ancine e também por conta de ter um interlocutor dentro da Ancine que não vai se furtrar aos debates, que é o que a gente tem visto. Hoje os principais debates que são realizados no campo do audiovisual, nesses últimos oito meses, quem tem protagonizado, e protagonizado sozinha, é a Secretaria do Audiovisual. E infelizmente o órgão não tem ainda toda a possibilidade de convencimento do Congresso com números, com dados concretos que a Agência tem.

Diante dessa perspectiva toda, eu acho que temos um futuro promissor, apesar disso tudo que eu falei. Porém, temos muitas batalhas que precisam ser vencidas, estruturas que precisam ser retomadas, espaços que precisam ser repensados. e pensar que nós estamos lidando com atores que não são somente os exibidores da sala de cinema para implementar a Lei do Curta ou a Lei da Dobra¹, coisas que até já ficaram no passado, mas lidar com *players* globais como as *big techs* que no PL dos direitos autorais têm interesse, na regulamentação do vídeo sob demanda² (VoD) tem um grande interesse e tem ainda uma discussão que talvez seja mais sensível do que somente pensar em cobrança de Contribuição para o Desenvolvimento da Indústria Cinematográfica Nacional (Condecine), de elas poderem acessar linhas de fomento do próprio Fundo Setorial do Audiovisual, de colocar em preeminência no catálogo as produções audiovisuais nacionais.

Para finalizar, nós temos todas essas disputas e desafios e boas perspectivas diante dessas disputas e desafios no âmbito nacional, mas que isso não pode deixar a gente ficar paralisado nas cobranças, nos processos, inclusive de promessas que foram feitas diante do governo estadual, do município, e também, reconhecer alguns avanços que vêm sendo realizados nessas duas esferas. Uma mais do que outra, nesse momento, com entregas de fato, como a Prefeitura, diante do Governo do Estado, mas que temos muita esperança que o Governo do Estado chegue junto também, porque vai ser bom para o campo

todo. E ter também essa conversa republicana entre o Governo Federal, o Governo Estadual e o Governo Municipal, pensando nas suas complementaridades.

Notas

- 1 Instituída pela Resolução Concine nº10 (1977), a norma determinava que “XIV – Deverá ser mantido em cartaz para a segunda semana o filme brasileiro de longa-metragem que esteja sendo exibido em cinema cuja frequência de espectadores na primeira semana, decorrente da exibição desse filme, for igual ou superior à frequência média semanal desse mesmo cinema, apurada no mesmo semestre do ano imediatamente anterior.
- 2 Do inglês, *video on demand*.

Reflexões sobre o audiovisual no Brasil de hoje

*Paula Gomes**

Eu vou começar contando um pouquinho sobre o lugar de onde eu falo, porque abordar perspectivas para o audiovisual é sempre algo muito amplo. Eu faço parte de um coletivo aqui de Salvador, chamado Plano 3 Filmes, junto com Haroldo Borges, Marcos Bautista e Ernesto Molinero. Ser um coletivo, para nós, é um gesto político e é a nossa forma de experimentar a vida e o cinema. Fizemos alguns filmes que têm viajado bastante, ultimamente. Realizamos o documentário *Jonas e o Circo sem Lona* e dois longas de ficção, *Filho de Boi*. e, o nosso mais novo, *Saudade fez morada aqui dentro*, que já recebeu vinte prêmios em festivais internacionais, como Mar del Plata, Festival do Rio, Mostra de São

* Faz parte do coletivo Plano 3 Filmes, e realizou junto com o grupo mais de 15 projetos, entre eles, *Jonas e o Circo sem Lona*, *Filho de Boi* e *Saudade fez Morada aqui Dentro*, grande vencedor do Festival de Mar del Plata, onde foi eleito Melhor Filme pelo jurado e pelo público. O filme, que recebeu 20 prêmios em festivais internacionais, terá sua estreia em cinemas nos próximos meses. Atua em instâncias de formação como Dialab, NordesteLab, Trilhas Salcine e DocSP.

Paulo, e em breve vai ter estreia em salas de cinema aqui no Brasil e também numa grande plataforma de *streaming* para 190 países.

Trouxe então algumas reflexões para seguirmos pensando sobre esse contexto atual, esse contexto que é de esperança, mas também é de grandes desafios nessa reconstrução das políticas para o audiovisual, que, a princípio, não deveria ser sobre repetir modelos anteriores, mas sim sobre pegar essa inspiração de tudo de bom que foi construído lá atrás para fazermos de fato algo novo, agora.

A primeira pergunta que me surge nesse contexto é o que fazemos para reconstruir essa ponte entre os realizadores audiovisuais e o público, ou entre os artistas e a sociedade brasileira, depois que essa ponte foi completamente destruída pelo governo passado, quando tudo que é cultura, arte e educação foi, de certa forma, “criminalizado”, os artistas se tornaram *personas non-gratas* “ladrões da Lei Rouanet”; quantos almoços de família eu imagino que aconteceu com vocês aqui também fomos confrontados por algum tio bolsonarista com uma visão rasa, colonizada, obscurantista, cheia de preconceitos sobre a cultura?. Acho que todo mundo viveu isso de alguma forma, diante do que aconteceu nesse país nos últimos anos. E aí eu volto para a pergunta: o que é que a gente faz para reconstruir essa ponte com a sociedade? Acho que o primeiro passo, o mais urgente, o mais imediato, já foi dado, que é a volta do Ministério da Cultura (MinC). O nosso MinC, com seu poder econômico e simbólico, gigantesco, com Margareth Menezes à frente dele e com uma equipe muito competente e com essa perspectiva de diálogo que já está em curso. Esse é o primeiro passo. Mas e depois? O que faremos depois disso? Como é que seguiremos pensando e transformando? E quando pensamos no audiovisual, eu poderia mencionar muitas ideias, mas eu prefiro me ater às que estão aqui no centro do processo hoje. Uma delas se refere as cotas de tela.

Sabemos como é urgente para o setor esse processo de regulação, lembrando que, precisamos de cotas para todas as telas, não só para as salas de cinema comerciais, mas especialmente para as plataformas de

streaming. O Brasil é hoje o 2º maior mercado mundial de VoD (*video on demand*) e esse segmento opera no país sem nenhuma normatização. Isso não só fragiliza a nossa indústria e economia, como também afeta a experiência do público, visto que a presença de obras brasileiras nos catálogos segue sendo baixa. E aí é importante ressaltar que, no contexto da produção brasileira, sabemos que quando o espaço existe, a nossa produção ocupa. Mesmo apesar da pandemia, mesmo tendo passado por um governo de extrema direita e seus desmontes hoje temos filmes brasileiros em todos os principais festivais do mundo, ganhando prêmios. Hoje temos séries brasileiras no top 10 das plataformas. Então, quando o espaço existe, quando criamos um mecanismo para que o espaço exista, a nossa produção chega. E arrasa! E isso é muito relevante. Então, as cotas de tela é um desses pontos que acho que a gente tem que se centrar e fazer o possível para que avance rápido. Por outro lado, não dá para falar em reconstruir essa ponte sem falar de diversidade, sem falar que para reconstruir essa ponte, talvez o que o Brasil precise é se ver nas telas.

O Brasil precisa ver o Brasil em toda sua diversidade. E isso é muito importante. Então, não dá mais para pensar na produção audiovisual achando que o Brasil tem só duas cidades, porque o Brasil tem cinco regiões e inúmeras cidades. Não dá mais para falarmos desse audiovisual brasileiro, e sem pensar que esse audiovisual brasileiro se constituiu sendo majoritariamente controlado por homens brancos, do Rio de Janeiro e São Paulo. A gente não vai mais engolir esse audiovisual. Então, precisamos reinventar outro, reconstruir outro. A Lei Paulo Gustavo vem já com uma proposta, os editais da prefeitura e do estado estão saindo com uma proposta de cotas e induções, e isso precisa estar realmente dentro das políticas públicas, é muito importante. Mas, tem um exercício que é de todo mundo também, que é do produtor, do diretor, de quem está aqui no lugar de fazer os filmes, de quem está montando as equipes. Porque sem a diversidade, atrás e na frente das câmeras, não haverá mais ponte possível.

Afinal, como é que esses filmes estão sendo feitos hoje? Como se constituem suas cadeias? Porque para falarmos de um cinema realmente feito por mulheres, por exemplo, é preciso abraçar toda a cadeia. As mulheres precisam estar encabeçando equipes criativas e precisam estar também nas comissões dos editais, precisam estar compondo as mesas e debates, precisam estar construindo políticas dentro dos gabinetes, precisam estar à frente das distribuidoras, das plataformas e salas de cinema também. E aí também não dá para falarmos de um cinema brasileiro em sua diversidade sem lançarmos luz, no cinema que tem sido realizado na Região Nordeste, na Região Norte, no Centro-Oeste. Dos últimos 10 filmes escolhidos para representar o Brasil no Oscar, por exemplo, 6 foram realizados por diretores que estão fora do eixo Rio – São Paulo. Eu, pessoalmente, como espectadora, tudo que eu vi nos últimos anos, que me removeu por dentro, tudo que mais me comoveu, veio desse chão nordestino aqui, ou veio de fora do eixo. E dentro desse pensamento da diversidade, precisamos de uma produção nacional fomentada por políticas que contemplem todo o país, em sua multiplicidade de vozes. Esse é um desafio, eu acho, muito importante no momento que estamos vivendo.

Agora, eu sigo para a minha segunda pergunta. Quando pensamos na reconstrução dessa ponte e que o Brasil precisa ver o Brasil em sua diversidade, me vem inevitavelmente a pergunta de quais são as histórias que vamos contar agora, o que temos para falar agora. Quem são os protagonistas dessas histórias? É muito curioso, porque conseguimos um avanço tecnológico que nos levou, de fato, a uma certa democratização. Fazemos, hoje, um filme com celular, bem ou mal, mas fazemos. E me parece que agora o desafio, não é só do meio, é o desafio do que temos para falar de verdade. E de assegurar que vozes não sejam silenciadas para que nunca mais ocorram lacunas como a de alguns anos atrás, quando analisando os 200 filmes nacionais de maior bilheteria, se constatou que não havia mulheres negras nem na direção e nem no roteiro. Eu intuo que essas histórias de hoje, têm que brotar

de um lugar muito pessoal. Tem que ser aquilo que nos move do fundo do coração, mas tem que, ao mesmo tempo, estar aberto a falar com o outro. Isso é muito desafiador e é algo que vimos nos perguntando sempre. Eu digo isso para pensar, que nós, que estamos produzindo hoje, considerando tudo que vivemos em nossa história recente, não podemos nos permitir ao luxo de olhar para o mundo de um lugar que não seja político. Então, acho que esse também é um ponto importante. E, quando penso na construção dessas histórias, estou também pensando um pouco que o cinema tem um gesto que é de entretenimento. Ótimo, excelente, é isso, é para ser mesmo. Queremos fazer público, queremos casa cheia, queremos arrecadar e queremos dar o retorno lá para o Fundo Setorial do Audiovisual (FSA) para essa roda continuar girando brilhantemente.

Mas o gesto do audiovisual, ele não é apenas do entretenimento. E não podemos perder de vista outros gestos igualmente potentes. O gesto de memória, por exemplo, ou o gesto de identidade. Ou o gesto de representatividade. Porque, se esses gestos não estiverem também no centro, essa ponte com a sociedade, com o público, nós não vamos conseguir erguer ela de novo. Não podemos perder isso de vista, porque, quando falamos de mecanismos de fomento, e, ultimamente, temos nos deparado com regras em alguns editais da Ancine/FSA, que são bem excludentes para as produtoras independentes, seja para as produtoras do Nordeste ou para qualquer produtora fora do Rio e São Paulo, porque elas passam por uma ideia de “sucesso” que tem como métrica apenas o desempenho comercial. Ou seja, o valor artístico das obras sequer está sendo avaliado. E isso gera distorções que são graves. No Edital de Produção de Cinema, por exemplo, 81,22% dos projetos inscritos nem foram lidos, pois só produtoras do Rio e São Paulo, já estabelecidas há anos no mercado, cumpriam os requisitos de desempenho comercial para terem seus projetos avaliados. E aí vou abrir espaço para o meu terceiro questionamento, que é uma das questões que eu mais gosto. Mas o que é mesmo um filme bem-sucedido?

Como é que se mede o sucesso de um filme? Eu tenho me perguntado muito sobre isso, não só por me deparar com essas regras tão excludentes em editais, mas porque o trabalho do nosso coletivo é muito voltado para comunidades, para o sertão da Bahia, por exemplo. E isso nos faz revisar essa pergunta muitas vezes. Como é que se mede o sucesso de um filme?

Daí eu posso dizer: “ah, é a bilheteria”. De fato, bilheteria é algo fundamental quando falamos de desempenho comercial. Mas como é que a gente vai falar que o sucesso de um filme pode ser medido apenas por bilheteria se as salas são gringas e estão obviamente exibindo filmes gringos e as cotas de tela deixaram de ser cumpridas faz tempo? Eu poderia dizer então, “ah, é passar na TV aberta”, claro, isso inegavelmente é sucesso também. Mas, como é que vamos usar somente essa métrica se as televisões abertas no Brasil exibem praticamente só conteúdo que elas mesmas produzem? Então, podemos pensar que o sucesso de um filme tem a ver com prêmios em festivais internacionais, ser selecionado para Cannes, para Berlim. E de fato isso é sucesso. Mas Cannes e Berlim têm só um e acontecem uma vez no ano. E tem milhares de filmes muito bons no mundo todo que não vão entrar porque não vão ter espaço nessa curadoria, que, além de tudo, é uma curadoria europeia. Então, como é que eu vou medir o sucesso do meu filme, olhando somente para parâmetros como esses?

Eu fico muito mexida, porque acho que o sucesso de um filme deveria também, não só, porque sei que obviamente bilheteria e desempenho comercial são métricas muito importantes, mas o sucesso de um filme também deveria ser medido pelo seu processo. Sinto que conversamos muito pouco sobre processo e jogamos muito alto a expectativa lá no resultado, esquecendo de analisar que a cadeia do audiovisual não é uma matemática perfeita. Ela é complexa; tem rachaduras, tem brechas, tem feridas. Então, acho que o sucesso de um filme deveria ser medido, também, pelo processo, pela forma como ele foi executado. Tem uma pessoa com deficiência na sua equipe? Você filmou em uma

comunidade e aquela comunidade teve uma participação ativa? Você entrou em uma escola pública, e, de certa maneira, o processo inspirou aqueles jovens? Você está exibindo em sua mostra filmes feitos por pessoas indígenas? Então, acho que deveríamos falar um pouco mais de processo. Eu confio muito que a reconstrução dessa nossa ponte com o público, com a sociedade, hoje, passe pelos processos, por essas microrrevoluções que acontecem no processo de fazer um filme ou de realizar um projeto cultural. Porque é da soma dessas microrrevoluções que se dão no nosso “fazer cultura” de cada dia, que poderá florescer a revolução grande e profunda que a gente precisa e anseia que aconteça no Brasil nesse momento.

Premissas das políticas públicas federais de desenvolvimento econômico do audiovisual brasileiro

*Paulo Alcoforado**

O tema da mesa é muito desafiador, impossível dar conta em 20 minutos. Tentarei dialogar com as questões que Paula Gomes e Gabriel Pires trataram, questões para iniciados no audiovisual e relacionadas às questões regulatórias e linhas de financiamento. O artigo 216 da Constituição Federal¹ elenca os bens de natureza material e imaterial do patrimônio cultural brasileiro, entre os quais “as formas de expressão” e “os modos de criar, fazer e viver”.

É muito especial a Constituição Federal distinguir como patrimônio nossos modos de criar, fazer e viver. Eles podem ser percebidos, por exemplo, no uso dado aos softwares da telefonia móvel que permitem a captação de imagens e sons, em escala

* Diretor da Agência Nacional do Cinema (Ancine).

planetária, e a edição de vídeos postados em redes de relacionamento com suporte na internet. A maior parte desses vídeos são amadores e semiprofissionais, mas o que destaco aqui é que nos últimos dois anos produziu-se mais audiovisual em escala do que toda a existência humana antes disso, e cada vez mais consome-se de tudo em vídeo, para além do entretenimento e da informação.

As experiências contemporâneas de produção e fruição desses conteúdos jogam um papel muito importante nas formas de organização da experiência das pessoas. E isso é um desafio gigantesco para quem pensa a educação, para quem pensa o negócio, para quem pensa a cultura de forma mais ampla. Minha participação hoje limita-se à perspectiva do mercado. Como sabemos, o mercado é apenas uma das dimensões da cultura e uma das expressões da cidadania.

O setor audiovisual conquistou uma arquitetura institucional no Estado Brasileiro composta por um Conselho Superior de Cinema, uma Secretaria do Audiovisual no Ministério da Cultura e uma agência reguladora. Cada uma entre as 11 agências existentes no país tem como função desenvolver o mercado de seu setor e, no que me cabe aqui, a Agência Nacional do Cinema (Ancine) faz uso de suas abordagens de regulação, fomento e fiscalização para desenvolver um mercado de licenças sobre conteúdos audiovisuais.

Essas abordagens são complementares na medida em que o fomento se soma à regulação para estimular um mercado plural caracterizado pela de propriedade intelectual brasileira e independente e de sua circulação, por meio da transação de direitos autorais de cunho patrimonial nas cadeias de valor de todos os segmentos econômicos do audiovisual. O desafio permanente consiste em estimular um ambiente de relacionamento em que todos os personagens coexistam enquanto agentes econômicos que transacionam direitos, desde o autor até o provedor de conteúdos ao consumidor final, passando pelo produtor, distribuidor e agregador. E que dessa troca resultem conteúdos audiovisuais, interativos ou não, que agreguem valor na medida de sua difusão pelo maior

número de segmentos de mercado (cinema, televisão aberta, televisão paga, vídeo sob demanda etc.).

Mas há também o desafio de apresentar a política pública que permite ao criador se inserir no mercado, capacitar-se, compreender sua complexidade, desenvolver seu trabalho, remunerar-se e criar uma reputação que lhe permita permanecer nesse mercado. O audiovisual é um dos mais importantes segmentos da economia do país, figurando em sexto lugar em valor adicionado para a formação do Produto Interno Bruto. A política pública do audiovisual é, justamente, a ponte entre o preceito constitucional do inciso II do artigo 216 (modos de criar, fazer e viver) e o mercado relevante de audiovisual no país. Essa ponte se cristaliza na medida em que iniciativas municipais e estadual se somam para um diagnóstico do mercado local e sua vocação.

Destaco como iniciativa nesse sentido o processo das entidades e coletivos do audiovisual baiano junto ao governo do estado para a criação da Bahia Filmes. O histórico da Bahia Filmes remonta a discussões no âmbito do Conselho de Comunicação Social, ainda sob a gestão do ex-governador Jaques Wagner, por iniciativa da Associação de Produtores e Cineastas da Bahia (APC). Desde então o setor audiovisual e Governo da Bahia cultivaram o debate em torno da criação de uma empresa estatal dedicada ao audiovisual nos moldes da Rio Filme e SPCine, ganhando força com as políticas públicas realizadas a partir da década de 2010 pelas políticas públicas federais de desenvolvimento do audiovisual.

Esse processo de sensibilização culmina na incorporação ao Programa de Governo Participativo do então candidato a governador Jerônimo Rodrigues, em 2022. Sua eleição foi a senha para que o setor audiovisual baiano se mobilizasse em torno da estruturação de um projeto de desenvolvimento econômico para o audiovisual baiano, pré-requisito para o diálogo em alto nível com o Governo da Bahia. As entidades do audiovisual baiano e empresas do setor constituíram um grupo de trabalho formado por profissionais com grande experiência em diagnóstico, formulação e gestão no setor audiovisual.

A elaboração do projeto se deu ao longo de 2023 em torno de uma questão estruturante: por que criar a Bahia Filmes? E sua resposta: Uma política de desenvolvimento econômico do audiovisual baiano e sua contribuição para a dinamização da economia do estado da Bahia. Para tanto, travou-se diálogo permanente com várias pastas do Governo da Bahia e vinculadas, demonstrando a transversalidade do audiovisual por várias dimensões da gestão do estado (Secretaria de Cultura – SECULT, Secretaria de Educação – SEC, Secretaria do Trabalho, Emprego, Renda e Esporte – SETRE, Secretaria de Ciência Tecnologia e Inovação – SECTI, Secretaria Municipal do Desenvolvimento Econômico – SDE, Secretaria de Planejamento – SEPLAN, Secretaria de Administração do Estado da Bahia – SAEB, Secretaria da Fazenda – SEFAZ, Procuradoria Geral do Estado da Bahia – PGE, Agência de Fomento do Estado da Bahia S/A – DESENBAHIA, Empresa Baiana de Ativos S.A – BAHIA INVESTE, Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia – FAPESB, Instituto de Radiodifusão Educativa da Bahia – IRDEB etc.) e da vida dos baianos. Esse circuito de reuniões junto a secretarias e vinculadas do Governo da Bahia testemunhou a evolução do diagnóstico sobre o ambiente audiovisual baiano e do projeto de desenvolvimento econômico, com riqueza de informações a partir de pesquisa do arcabouço legal e infralegal federal e estadual (não circunscrito à cultura e ao audiovisual), e do levantamento de dados econômicos sobre o audiovisual baiano (Ancine, Agência Nacional de Telecomunicações – ANATEL, Comitê Gestor da Internet no Brasil – CGI.BR, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, Ministério do Trabalho – MT, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA, Ordem dos Advogados do Brasil – OAB, Observatório da Economia Criativa da Bahia – OBEC-BA, Superintendência de Estudos Econômicos – SEI/SEPLAN, SECULT etc.).

As informações podem ser acessadas no projeto Bahia Filmes e na proposta de minuta de Projeto de Lei, constantes do hotsite Bahia Filmes (bahiafilmes.com.br), mas vale demonstrar a amplitude do

que se entende por ambiente audiovisual, a partir dos Classificação Nacional de Atividade Econômica (CNAEs) que a Ancine utiliza para calcular o Valor Adicionado do audiovisual brasileiro na formação do Produto Interno Bruto:

- 59111 Atividades de produção cinematográfica, de vídeos e de programas de televisão.
- 59120 Atividades de pós-produção cinematográfica, de vídeos e de programas de televisão.
- 59138 Distribuição cinematográfica, de vídeo e de programas de televisão.
- 59146 Atividades de exibição cinematográfica.
- 60217 Atividades de televisão aberta.
- 61418 Operadoras de televisão por assinatura por cabo.
- 61434 Operadoras de televisão por assinatura por satélite.
- 61426 Operadoras de televisão por assinatura por micro-ondas.
- 60225 Programadoras e atividades relacionadas à televisão por assinatura.
- 63194 Portais, provedores de conteúdo e outros serviços de informação na internet.
- 93298/04 Exploração de jogos eletrônicos recreativos.
- 47628 Comércio varejista de discos, CDs, DVDs e fitas.
- 77225 Aluguel de fitas de vídeo, DVDs e similares.
- 7311-4/00 Agências de publicidade.

O debate junto ao setor audiovisual mobilizou 13 entidades e coletivos, que deram legitimidade pública ao processo:

- Associação de Produtores e Cineastas da Bahia (APC).

- Associação de Games e Animação (GAMA).
- Associação dos Profissionais do Audiovisual Negro (APAN).
- Conexão Audiovisual Centro-Oeste, Norte, Nordeste (CONNE).
- Brasil Audiovisual Independente (BRAVI).
- Associação do Setor Audiovisual do Sudoeste Baiano (SASB).
- Articulação Cultural da Bahia (ACUBA).
- Articulação Audiovisual do Interior da Bahia (AVIBA).
- Associação de Autores Roteiristas da Bahia (AUTORAIS).
- Bahia Indie Development (BIND).
- Coletivo de Mulheres do Cinema Baiano.
- Coletivo de Realizadores Indígenas.
- União dos Cineclubes da Bahia.

O histórico do diálogo produtivo entre o Governo da Bahia e o setor audiovisual pode ser assim resumido: ao Programa de Governo Participativo de 2022 e eleição do governador Jerônimo Rodrigues o setor reagiu com a formulação do projeto e sua apresentação para o setor audiovisual e autoridades do executivo estadual, e audiência pública na Assembleia Legislativa do Estado da Bahia (ALBA). Ao Plano Plurianual/2023-2027 que incorporou a iniciativa de criação da empresa de audiovisual o setor respondeu com a formulação de proposta de minuta de Projeto de Lei e sua apresentação em reunião da Comissão de Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia e Serviços Público (CECCTISP) da ALBA (e protocolo na Governadoria, SECULT, PGE, SAEB e SEPLAN) e realização de campanha em apoio ao projeto por artistas, entidades e dirigentes do audiovisual brasileiro (Wagner Moura, Manoel Rangel, Lázaro Ramos, Rio Filme, SPCine, Círia Coentro, Vladimir Brichta, sindicatos da indústria do audiovisual em

São Paulo e Rio de Janeiro etc.). Esse processo culminou com a criação de um Grupo de Trabalho com representação de secretarias de governo e entidades do setor audiovisual, que referendou a proposta, e com a reunião entre o governador Jerônimo Rodrigues, eu, já na condição de Diretor da Ancine, e a Secretária do Audiovisual do Ministério da Cultura, Joelma Gonzaga.

Preservada a ideia de arquitetura institucional proposta inicialmente (empresa, fundo, comitê gestor, agentes financeiros, regime especial de execução), ela foi ajustada à legislação competente e à cultura de gestão do Governo da Bahia. Posteriormente à reunião com o Governador Jerônimo Rodrigues, foi realizada uma agenda de reuniões junto à PGE, Secretaria da Fazenda – SEFAZ, SAEB e SEPLAN de modo a identificar o melhor caminho administrativo e jurídico para o perfeito encaixe dessa arquitetura institucional na administração pública estadual, por meio de um teste lógico a cada um de seus elementos.

A descrição desse processo serve aqui para ressaltar que cada elemento da arquitetura institucional proposta é essencial para que sejam alcançados os resultados do Compromisso de Desempenho Institucional (CDI) constante do projeto Bahia Filmes:

- 1) Alavancagem de recursos externos;
- 2) Geração de postos de trabalhos;
- 3) Ampliação do recolhimento de impostos relacionados à atividade audiovisual;
- 4) Aumento do impacto positivo sobre outros setores econômicos;
- 5) Desenvolvimento regional para mesorregiões e territórios de identidades; e
- 6) Aumento na criação e circulação de propriedade intelectual baiana independente;

Sobressaem-se no CDI compromissos para uma gestão autossustentável, uma política de desenvolvimento econômico transversal

em sinergia com as políticas setoriais pré-existentes e de atração de recursos externos, indissociável à universalização do acesso ao audiovisual baiano para todos os baianos e ao desenvolvimento regional e às políticas afirmativas e de reparação histórica. Cabe a esse conjunto de agentes a responsabilidade de aprovar um Plano de Diretrizes e Metas para o Audiovisual Baiano que oriente seu desenvolvimento para os próximos 10 anos.

Que venha a Bahia Filmes!

Nota

- 1 BRASIL. [Constituição (1988)]. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Brasília, DF: Presidência da República, 1988.



COLEÇÃO CULT

Parte 6

Federalismo e desenvolvimento da cultura



Federalismo e desenvolvimento da cultura para um novo Brasil

*Renata Rocha**

O pesquisador mexicano Eduardo Nivón Bolán destacava, no início desse século, a institucionalização da política cultural como novidade. Ele enfatizava a necessidade de escapar da letargia da administração, e “lançar o olhar para os conteúdos ou, mais precisamente, colocar os valores no centro das políticas culturais e deixar em segundo plano metas, objetivos, a busca de resultados quantificáveis como razão e sentido da política cultural” (Nivón Bolán, 2006, p. 130, tradução nossa). Eu iria além, pois acredito que os valores devem conduzir e determinar as metas, objetivos e a busca de resultados. Acredito que o propósito de transformação das políticas culturais, somado ao ainda inconcluso

* Professora da Faculdade de Comunicação da Universidade Federal da Bahia (UFBA). Vice-líder do Laboratório de Estudos em Políticas Culturais e Economia da Cultura (LAB-Cultura) e pesquisadora do Centro de Estudos Multidisciplinares em Cultura (CULT/UFBA) e do Observatório da Economia Criativa da Bahia (OBEC-BA). Editora-chefe do periódico Políticas Culturais em Revista e membro da comissão editorial da Coleção CULT (Edufba).

processo de democratização da sociedade, deve ser a meta, o objetivo e o resultado quantificável.

No entanto, David Throsby salienta que um dos motivos para que a ligação entre desenvolvimento econômico e desenvolvimento cultural seja em geral desconsiderada é a predominância da formulação da política de desenvolvimento em termos econômicos, por meio de políticas orçamentária, monetária, comercial, de mercado, entre outras. Segundo esse autor,

[...] em sociedades democráticas liberais, é improvável que os governos vejam uma razão econômica explícita para que medidas políticas afetem a cultura nesse sentido amplo, a menos que estejam convencidos, por exemplo, de que a promoção de valores compartilhados por meio da ação governamental poderia afetar resultados econômicos² (Throsby, 2001, p. 155, tradução nossa).

Nessas condições, para a maioria dos países, o meio mais fácil de introduzir a cultura no programa de desenvolvimento é por meio da demonstração de como ela pode contribuir para o crescimento do Produto Interno Bruto (PIB), a criação de empregos, o desenvolvimento regional, a revitalização urbana e a coesão social. Certamente, essa abordagem permite criar laços entre a cultura e a economia, mas ela pode deixar a desejar quando reduz a cultura às atividades artísticas, ignorando seus aspectos simbólicos, bem como uma série de outras atividades culturais, em especial as que são desenvolvidas por povos e comunidades tradicionais e que, em grande parte, respondem pela contribuição da cultura para a preservação ambiental.

Celso Furtado nos lembra que a lógica da racionalidade econômica tende, ainda, a beneficiar os detentores de poder. Tal dinâmica ocorre também no campo cultural e só pode ser enfrentada a partir da ampliação da participação efetiva da população no processo político.

Nenhum avanço real é exequível sem desenvolvimento político, sem democratização substantiva, sem a presença organizada na esfera política de amplos

segmentos da sociedade civil, particularmente da massa trabalhadora. Nosso real atraso é político e não econômico (Furtado, 1984, p. 12).

Assim como o teórico peruano Victor Vich (2015), reitero, em especial, que um projeto de política cultural deve elaborar seus planos e programas de intervenção a partir do conhecimento das problemáticas reais que afetam as localidades e do empenho de convocar os setores culturais para discutir, participativamente os propósitos e estratégias de intervenção.

Trata-se de um momento fundamental para tais reflexões. E, em consonância com o tema do Enecult deste ano, *Culturas para um novo Brasil*, gostaria de encerrar com uma citação de Celso Furtado extraída do livro *Cultura e desenvolvimento em época de crise* (1984, p. 37) que, embora publicado em 1984, permanece tão atual quanto necessário.

Mas não nos esqueçamos de que nada é definitivo nem linear na história de um povo. o avanço de uma geração pode ser anulado em poucos anos de desgoverno e perda de rumo ponto e recuperar o tempo perdido custa levado o preço, pois a decadência também tem sua lógica de exigências. Como dar de que grande parte da minha vida a demonstrar que o Brasil é um país viável, permita-me fazer esta advertência, que também é uma convocação para ação: Responderemos todos, perante as gerações futuras pelo mundo que tome nosso país na travessia desta crise ponto e não nos esqueçamos de que na história de um povo, como na vida de cada homem, Há momentos em que tudo se pode dispensar menos a coragem.

Buscamos, portanto, reunir tais reflexões e complementá-las nas discussões realizadas no âmbito da mesa *Federalismo e desenvolvimento da cultura*, que tem como objetivo refletir sobre as relações entre cultura e desenvolvimento no Brasil atual, reconhecendo, por um lado, a centralidade da dimensão cultural para o desenvolvimento econômico e, por outro, a urgência do desenvolvimento cultural de forma mais ampla. Para isso, propusemos aos nossos convidados abordar os desafios e perspectivas de um pacto federalista em prol do fortalecimento

do campo cultural a partir de uma perspectiva sistêmica e descentralizada, abordando os seguintes temas: a importância do envolvimento de estados e municípios para o fomento à cultura; a relevância do governo federal na indução de políticas públicas de fomento à cultura, os dilemas da economia da cultura e criativa no país, entre outros.

O tema será abordado sob diferentes perspectivas por Roberta Martins (Ministério da Cultura – MinC), Juca Ferreira (BNDES), Cláudia Leitão (Universidade Estadual do Ceará – UECE), Carmen Lima (Observatório da Economia Criativa da Bahia – OBEC e Universidade do Estado da Bahia – UNEB), Carlos Paiva (Observatório da Economia Criativa da Bahia – OBEC / Ministério da Cultura – MinC) e Alexandre Barbalho (Universidade Estadual do Ceará – UECE).

Notas

- 1 “volver la vista a los contenidos o, más precisamente, a colocar los valores en el corazón de las políticas culturales y dejar en segundo piano las metas, los objetivos, la búsqueda de resultados cuantificables como razón y sentido de la política cultural.”
- 2 “[...] en las sociedades liberales democráticas es poco probable que los gobiernos vean un motivo *económico* explícito para que unas medidas políticas afecten a la cultura entendida en este sentido amplio, a menos que se les convenciera, por ejemplo, de que el fomento de los valores compartidos por medio de la acción gubernamental pudiera afectar a los resultados económicos.”

Referências

FURTADO, C. *Cultura e desenvolvimento em época de crise*. São Paulo: Paz e Terra, 1984.

NIVÓN BOLÁN, E. *La política cultural*. Temas, problemas y oportunidades. Ciudad de México: Consejo Nacional para la Cultura y las Artes, 2006.

THROSBY, D. *Economía y cultura*. Madrid: Ediciones AKAL, 2001.

VICH FLÓREZ, V. M. Desculturalizar a cultura-Desafios atuais das políticas culturais. *PragMATIZES* – Revista Latino-Americana de Estudos em Cultura, [Rio de Janeiro], n. 8, p. 11-21, 2015.

Sistema Nacional de Cultura e a garantia dos direitos culturais

*Roberta Martins**

Gostaria de começar com uma eu-descrição. A eu-descrição fala um pouco da história da gente. Também nos aproxima e nos permite entender por que a gente chega em um determinado lugar. Primeiro, a eu-descrição não começa sozinha. Ela é coletiva e é fruto de muitos e muitas que me antecederam. Como diz a professora Nilma Lino, o movimento negro é educador. E eu estou aqui pelos movimentos que nos trouxeram. Os coletivos nos trazem para os lugares onde estamos. Tudo isso se relaciona com o tema. Mesmo falando de mim, já estou abordando o federalismo e desenvolvimento cultural.

* Foi diretora de diversidade cultural da Fundação de Arte de Niterói, atuou no estímulo e na promoção de manifestações artísticas e culturais. Posteriormente, foi coordenadora de estratégias e gestão das ações no Ministério da Cultura (MinC). Atualmente é secretária dos Comitês da Cultura do MinC.

Considero como missão sempre falar que sou uma mulher negra no Ministério da Cultura (MinC), liderado por uma mulher negra chamada Margareth Menezes, deste solo baiano. Tem sido uma experiência, um aprendizado intenso, vê-la no comando de um ministério tão denso e diferente. O MinC é um ministério especial e diferente. Com todos os seus desafios, e são muitos, e a nossa ministra os enfrenta coletivamente conosco, servidores do MinC

Eu falo um pouco da minha história para falar de onde eu sou. Eu sou do subúrbio do Rio de Janeiro, de criação de infância, de carnaval em coretos – porque eu sou velha – e blocos de carnaval, o Cacique de Ramos, o Bafo da Onça... Essas são as origens das minhas primeiras referências culturais, são as que me fizeram. Então, esse é um ponto de partida importante.

Eu cresço em escola pública federal, que me possibilitou a mobilidade pela cidade em que cresci e me criei e me levou à universidade pública, que me fez atravessar uma ponte. Uma ponte literal e simbólica, que une o lugar de onde eu era, o Rio de Janeiro, ao lugar onde fui estudar, que é a cidade de Niterói. Foi onde eu me fiz professora de história, educadora em favelas do Rio de Janeiro, onde entro em contato, de outra forma, com a cultura popular e a cultura periférica, especificamente com a cultura de favelas do Rio de Janeiro. Aquela que empreende popularmente, que cria e demonstra uma vivacidade, uma energia, uma possibilidade de fazer com aqueles que podem ser facilmente abatidos se tornem sobreviventes. Essa é uma importante referência para mim e eu acho que deveria ser explicitada para se entender a cidade de onde eu venho.

Eu crio laços afetivos a partir daí, afetivos, formativos e de trabalho. Como falei, me tornei professora, educadora e gestora pública numa cidade, num município chamado Niterói, que tem mais ou menos 500 mil habitantes, é uma cidade muito bonita, muito bacana e como muitas outras cidades, está eivada pelas desigualdades sociais.

Eu sou uma mulher de movimento social, dos estudantis, do cultural, sou feminista e do movimento negro, o que me fez ultrapassar limites e fronteiras literais e simbólicas. Nunca sozinha, porque militantes do movimento social operam a tradução intercultural entre o conhecimento nascido na luta e o conhecimento acadêmico, com vistas a construir novas configurações cognitivas e políticas que são sempre coletivas.

E chego ao MinC para ocupar um lugar a partir do convite da incrível ministra Margarete Menezes, na Secretaria de Comitês de Cultura, que, como eu sempre digo, é a secretaria da ‘treta’, porque é a secretaria que ouve as pessoas, que cuida – temos que usar a palavra cuidado no sentido da gestão, também da participação popular e cuida do Sistema Nacional de Cultura (SNC).

Quanto ao SNC, conseguimos montar um coletivo de trabalhadores que se constitui em um órgão, criar uma nova secretaria e propor para esse coletivo para se engajar na missão de sugerir políticas públicas de cultura para um país inteiro? Eu não sei como é que vocês toparam essa aventura. É uma enormidade. E, para alguém com a minha trajetória, olhar para essa missão do tamanho de um país, só pode partir de um fundamento: o de que a cultura tem que ser para todos. No nosso caminho, tem que seguir o que está expresso, na Constituição, de que “O Estado garantirá os direitos culturais a todos”.

E aí, já lido com a primeira questão. Ao olhar o SNC e os mecanismos de constituição política do país, é preciso entendê-los para quem está além dessas portas. Para aquela pessoa que está em situação de rua e que faz tudo para comprar um sabonete para tomar banho na mangueira que está furada na rua. Aquela pessoa paga imposto, e também contribui para a constituição do país, para o funcionamento deste país. É também estendendo esse olhar que precisamos observar o nosso fazer no Ministério da Cultura.

Nesse sentido, o SNC é um dos mecanismos de garantia de cumprimento de direitos que estão expressos na Constituição, ou deveriam

ser mecanismos de garantia de direitos para todas as pessoas. Direito à cultura é o que a Constituição expressa, é garantir os direitos culturais de todos os brasileiros. Nós temos que ter isso no horizonte: o Estado garantirá os direitos culturais, como direito universal para todos”. É isso que nós fazemos. Nós temos que lutar, constituir nos nossos saberes, nossos fazeres, nas nossas observações e construções acadêmicas, políticas, a necessidade de enxergar a política pública baixada e exercida por todos.

Fazer valer esse direito é um pressuposto básico para nós lá do MinC. Nesses tempos de necessidade, que são cada vez maiores, de defendermos princípios do direito e da democracia, é muito bom resgataremos também, e tenho certeza de que todo mundo vai falar, da nossa querida Constituição. Precisamos entender, e, defender, aqueles princípios que estão escritos lá, como os que eu já coloquei. Essa Constituição traz para a história, a compreensão de uma lógica federativa que é trazer os municípios para serem entes federados. Todo mundo conhece esse princípio, mas a Constituição marca esta lógica, que é uma lógica muito importante para o nosso trabalho, porque, ao observar e incorporar os municípios, ela se volta para onde se faz a política e para onde ela é sentida por todas as pessoas.

Após esse período em que a Constituição é feita, no período pós-ditadura, havia, de fato, essa necessidade de descentralização, embora ainda guardemos a centralidade na União. Hoje, depois de termos vivido tantos baques no nosso processo democrático, que está tão fragilizado, acho que é importante reforçar a importância das políticas públicas federativas para os municípios e a nossa atenção a isso.

Trata-se de um tema central, porque estabelece uma lógica das políticas públicas nos municípios entendendo que muitos territórios se estabelecem e têm a ligação muito mais próximas com as políticas a partir das unidades municipais. É importante para nós, do governo federal, que entendamos esta importante relação que temos que fazer na nossa prática do governo e no cotidiano.

Importante registrar que essa relação, essa característica da Federação Brasileira, mais ou menos centralizada, depende muito, sempre, das competências, atribuições e das relações entre os entes federados: a União, os Estados e os municípios. Temos que compreender, portanto, como isso se dá especificamente no setor cultural, a partir do SNC. Também é importante entender que essas prerrogativas são muito concentradas na União.

Temos alguns exemplos da indução de políticas, das políticas que são discutidas pela sociedade brasileira a partir do incentivo do MinC, mas elas precisam ser abrangidas do ponto de vista colaborativo. Precisamos identificar as possibilidades de entender quais os papéis de estados, municípios e do governo federal para fortalecer esse SNC. Isso dialoga imensamente com a perspectiva do debate que está colocado. Essa é uma tarefa que temos hoje.

É uma grande oportunidade, após a adesão de 98,6% dos municípios brasileiros à Lei Paulo Gustavo, que propõe transferência de recursos federativos para municípios e estados. Na LPG há uma cláusula que previa a necessidade de adesão ao Sistema Nacional de Cultura. Então, os entes o fizeram. Alguns talvez nem saibam o que isso significa. Então, precisamos estabelecer um modo de operação que contribua para popularizar, baixar à terra, dar corpo a isto que é proposto: a organização federativa da cultura. Temos uma imensa e assustadora tarefa, que assumimos. Uma janela de oportunidade que precisa estar em acordo com uma visão que não resuma o SNC apenas aos seus componentes, como uma letra fria que está estabelecida na lei ou nos textos do CPF da Cultura, ou seja, conselhos, planos e fundos. É importante que identifiquemos sistemas setoriais estabelecendo relações de forma integrada com os territórios. É preciso entender, por exemplo, a lógica sistêmica essencial ao patrimônio. Isso está muito ligado à salvaguarda, ao fortalecimento de ações e ao reconhecimento de promotores de cultura nos territórios, mas isso também se relaciona com o desenvolvimento da cidadania no país. Promover a compreensão de que o SNC

está intimamente ligado a esta perspectiva, para mim, é uma grande tarefa, da qual estamos fazendo parte.

Temos que lembrar, também, de uma coisa muito simples. O direito à vida que é um direito que necessita ser plenamente, profundamente, respeitado em absoluto, mas também se articula, no sentido de preservar as nossas práticas culturais. Quando Mãe Bernadette é morta, Mãe Bernadette também representa, de certa forma, a necessidade de enxergarmos os espaços que se formam pela cultura, como um quilombo, como espaços seguros e reconhecidos pela sociedade. Portanto, eles têm de ser salvaguardados, mas as vidas que estão dentro deles também. Não é o patrimônio na lógica mais fria, no sentido da lei do papel. Política pública de patrimônio, por exemplo, quando falamos de políticas de salvaguarda é política da vida das pessoas. É importante que enxerguemos que a cultura precisa ir além, perceber esta necessidade de discutir desenvolvimento, discutir a cultura, tem que estar fundada sobre isso.

E trago, ainda, algumas questões, às quais não temos identificado comumente como, acrescentar a fala dos territórios cada vez mais dotadas de personalidade política, senão de fato, mas de direito, nesse sentido de que o Estado brasileiro se amplia e precisa ouvir as vozes de favelas, becos, vielas. Esses lugares de favelas que se constituem muitas vezes, como eles são chamados, aglomerados subnormais, mas não tem nada de subnormal neles. Estão incrustados na lógica deste planejamento urbano, que é extremamente excludente.

Quando falamos de federalismo e desenvolvimento cultural, e falamos apenas dos entes, e quando falamos da sociedade como participação social reduzida a conselhos, não reconhecemos uma coisa que, para mim, é fundamental. Esses territórios não são imutáveis. Portanto, quando falamos de Estado, quando falamos de federalismo, também estamos falando de novas formas de organização, não apenas geográficas, de conformação na precariedade, mas de conformações sociais que, sim, se estabelecem como novos corpos de fala nos territórios

brasileiros, não apenas nas regiões urbanas, nos conurbados, mas nos lugares onde estabelecemos uma multiplicidade muito manifestada, como falamos, de favelas e das grandes metrópoles, mas também de um outro campo. Quase invisível para muitos de nós, as cidades com menos de dez mil habitantes, que não correspondem a esta lógica que, muitas vezes, apesar da fragilidade, ainda existe, mas de uma relação mais estruturada de municípios.

Então, trago uma reflexão mais genérica, mas ligada ao que temos refletido no MinC. Para entender esta lógica de federalismo e desenvolvimento de cultura, é fundamental refinar o olhar aos territórios com mais proximidade, na sua diversidade, mas também com as potencialidades que eles têm de contribuir na reconstrução do Brasil que realmente se enxergue na sua grande multiplicidade.

Federalismo cultural e o aprimoramento da democracia brasileira

*Juca Ferreira**

Antigamente, quando não tinha aqueles túneis para você já sair dentro do aeroporto, eu adorava quando abria a porta do avião e entrava aquele ar morno, salitroso e úmido. Sentia que tinha chegado. Hoje eu não estou alegre nesta volta, a Salvador, porque eu fiquei bastante tocado com o assassinato da mãe Bernadette, uma líder comunitária, uma liderança social que poderia ter sido incorporada ao processo político. E, no entanto, a morosidade do Estado em assumir as demandas das periferias no Brasil gera esses processos de vulnerabilização dessas lideranças de suas comunidades. Isso está me tocando nesse momento em que chego aqui, muito mais do que a alegria de estar, mesmo que durante um dia,

* Sociólogo e ambientalista, foi ministro da Cultura do governo Lula e Dilma Rousseff, ex-secretário municipal de Cultura de São Paulo e de Belo Horizonte, duas vezes vereador e secretário do Meio Ambiente em Salvador, atualmente é assessor da presidência do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

de volta à minha cidade. Vou pegar outro caminho, mas vamos falar da mesma coisa. Esse tema do federalismo vai precisar ser muito aprofundado porque o Estado brasileiro é demasiado imperfeito. A dificuldade que os presidentes eleitos têm para governar, sem fazer concessões absurdas ao setor pragmático da política, já é uma demonstração de que precisamos evoluir na regulação e na formatação da nossa democracia. Lula foi eleito com a expectativa gigantesca de conduzir o processo de retomada do caminho democrático do Brasil, de afastar o perigo da extrema-direita e do fascismo no nosso país, de abrir possibilidades de construção de caminhos de igualdade, de democracia, de justiça social, de sustentabilidade e de desenvolvimento cultural. No entanto, não dá para ignorar que nenhum presidente governa sem estabelecer um processo de concessão, eu diria gigantesca, para esse setor que eu estou chamando de pragmático, que cobra um preço exagerado para não desestabilizar a nossa democracia e inviabilizar os governos democraticamente eleitos.

Quando Dilma foi eleita, a primeira tentativa de desgastá-la foi no sentido de acusá-la de estelionato político por não ter cumprido todas as promessas de campanha. Mas quando um presidente quer cumprir todas as promessas da campanha, o sistema cria mecanismos de anular parte do que foi aprovado pela sociedade no momento da eleição e tornar imperfeita e incompleta a sua ação no sentido de realizar plenamente a construção do programa para o qual foi eleito.

Então nós vamos dialogar sobre um aspecto que é secundário, mas importante, da construção de uma nova democracia no Brasil. A área cultural tem uma tradição, que sempre me chamou atenção, mais agora que estou trabalhando fora do sistema cultural, no Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), de assumir como verdades questões que não são verdades sociais. A começar pelo fato de que a sociedade brasileira ainda não assume a importância da cultura para a construção da democracia no Brasil. Nem as melhores famílias políticas têm isso consolidado. A cultura, por vezes, atinge patamares

importantes de apoio, de visibilidade e, em outros momentos, parece um movimento natural o descompromisso com essa dimensão da vida social.

Agora que estou fora da área cultural, estou percebendo como é preciso uma evangelização permanente, e em especial nesse momento importante de transição, no sentido de assegurar à cultura a relevância de seu papel entre as principais políticas públicas de consolidação dessa transição.

O fascismo e a extrema-direita não estão vencidos, pelo contrário. Mesmo que não se consiga preservar o ex-presidente Jair Bolsonaro¹, que possivelmente terá que ser sacrificado para o sistema continuar funcionando, surgirão os novos, que já estão se candidatando para substituí-lo. Tal substituição se dará com a maior naturalidade, se não formos capazes, de construir um processo devidamente sólido que modifique as condições culturais da nossa sociedade, porque a base social dessa visão autoritária, ainda com os pés na escravidão, no colonialismo e na experiência autoritária que nós tivemos como Estado, permanece.

A política, por si só, não tem condições de fazer essa transição. É preciso recorrer a outras dimensões da vida social e uma delas é o que o ex-presidente Bolsonaro chamava de guerra cultural. Nós precisamos assumir esse debate, afirmar valores na sociedade, discutir cosmovisões que estão aí enraizadas, sendo permanentemente, maquiavelicamente, enraizadas na sociedade brasileira para dificultar qualquer caminho de emancipação da sociedade. A cultura é central. Não há possibilidade de avançarmos sem essa dimensão. E, no entanto, às vezes, nós, artistas, gestores e demais pessoas que trabalhamos com cultura não percebemos como é frágil na sociedade brasileira. E não dá para acreditar que Lula sozinho, um gigante, possa alavancar a democracia no Brasil.

É necessário mais protagonismo na sociedade brasileira. Mais pluralidade de pontos de vista, trazendo questões que não estão sendo colocadas, mas que precisam ser. Sem essa construção de uma consistência

democrática na sociedade e no ambiente político não será possível superarmos definitivamente essas condições de fragilidade e de imperfeição da nossa democracia. Essa é a primeira coisa que eu gostaria de trazer. Sinto a necessidade de articular este debate no nosso meio, com uma visão política. Não dá para despolitizar a nossa compreensão do papel da cultura, dos seus mecanismos, das suas construções, porque, senão, ficamos o tempo inteiro entre nós mesmos, mas, quando abrimos a janela e olhamos para fora, as nossas teses, as nossas sensibilidades, o que estamos construindo tem uma dimensão muito menor do que imaginamos que poderia ter.

O mundo, não só o Brasil, está vivendo uma crise civilizatória. A direita está trabalhando arduamente para herdar a crise do capitalismo que nós estamos vivendo no momento, em todos os lugares. Na Europa, nos Estados Unidos, o Trump é uma ameaça real, mesmo com toda a fragilidade pessoal dele. E se ele sucumbir, surgirá um outro. Aqui, da mesma forma, se Bolsonaro sucumbir, surgirão candidatos a conduzirem o processo. No Leste Europeu e no planeta inteiro, há uma guerra sendo travada, que é um desdobramento dessa crise atual.

A crise atual tem conotações de crise econômica do capitalismo, da superação dos Estados Unidos como referência mundial, econômica, política, social, militar. Nós estamos no limiar de uma passagem para o mundo plural, uma globalização com multiplicidade de polos. E esse momento é de instabilidade. Nenhum império no mundo sucumbiu sem causar um estrago gigantesco no último momento da sua primazia. E nós vamos viver isso.

O Brasil é um país importante no mundo, o Brasil é um *player* importante. Se amesquinhou no governo passado, mas está se recuperando. Lula está recuperando a verdadeira dimensão e importância do país. Hoje no mundo, os grandes estrategistas já falam que o Brasil vai ser o grande líder do sul global, o que tem repercussões em todos os aspectos. No entanto, a democracia frágil que temos não sustenta um país com a importância do Brasil. É preciso evoluir, evoluir

politicamente, evoluir culturalmente, evoluir administrativamente, reduzir a desigualdade a um ponto de chegarmos a ter uma sociedade aberta para garantir direitos e oportunidades iguais para todos, uma sociedade sustentável. O processo que precisamos viver tem um epicentro na cultura que é incontornável, mas não está garantido.

Eu associo, portanto, o federalismo ao aprimoramento da democracia brasileira. A federação no Brasil é uma piada. Tem vários modelos de federação no mundo e a federação, de fato, é aquela em que os estados têm uma autonomia real. Por exemplo, a primeira vez que eu fui à Alemanha como ministro, quando eu desembarquei, me levaram para almoçar e o camarada que trabalha com uma função parecida com o ministro disse que a Constituição alemã proíbe a existência de qualquer medida ou órgão que unifique culturalmente a Alemanha. Eles são fruto de um processo que unificou Estados diferentes, com culturas diferentes, lógicas diferentes, e o Pacto Nacional, que nunca foi questionado, determinou que eles não trabalhariam para se unificar, mas sim para harmonizar-se dentro da diferença.

Existem modelos mais parecidos com o Brasil, em que o poder central tem uma importância pronunciada e dirige o processo. No Brasil, temos quase uma democracia autocrática. A Constituição de 1988 reduziu esse desequilíbrio, colocando o município e o Estado como instâncias com igual poder e igual importância. No entanto, a decisão política só se realiza se, de fato, for constituída uma nova base de sustentação dessa realidade, que está em construção, mas ainda é muito frágil. Nos estados e municípios, não só o governo federal tem um poder excessivo, mas também falta grandeza nas políticas locais e regionais para assumir, de fato, essa importância de ter uma autonomia e uma primazia na construção do processo político, administrativo, social, cultural do país.

É dentro desse contexto que trabalhamos, como um Estado frágil em transição, extremamente imperfeito. Nesse sentido, o Ministério da Cultura (MinC) avançou na formulação de necessidades federativas

de harmonização dos governos Federal, Estaduais e Municipais. O que chamamos de Sistema Nacional de Cultura, na verdade, é uma parte de um sistema que a cultura precisa. É a parte de harmonização e pactuação entre os entes da federação. É preciso incorporar a cultura. Ao falar de política cultural, temos que abordar também a autonomia da sociedade, a sua estrutura de organizações, os movimentos sociais etc. Não há sistema democrático que não acene para a possibilidade de participar em todas as instâncias das decisões, das representações estruturadas, dessas dimensões da sociedade.

Então, estamos trabalhando num momento em que ainda não temos o que precisamos, mas já temos alguma coisa que pode nos orientar. Eu não vou falar disso, só registrar, mas eu particularmente sou crítico à maneira como a Lei Paulo Gustavo está sendo aplicada. Teria que ter políticas, e aí não poderia ter hesitação enquanto governo federal, de definir objetivos estruturantes para a aplicação desse dinheiro, que nunca vimos na cultura. Jogar dinheiro pela janela não significa avanço cultural. Distribuir dinheiro sem essa visão crítica, pode acarretar que as prefeituras e governos da direita se aproveitem para se fortalecer no próximo pleito cultural e que a cultura tenha só um acesso secundário aos efeitos positivos. É um dinheiro enorme. O maior orçamento que o MinC teve foi no último ano da minha administração foi de apenas R\$ 1,3 bilhões. A Lei Paulo Gustavo, sem contar a Lei Aldir Blanc e o orçamento, é quatro vezes maior do que esse maior orçamento que já tivemos. Eu não vou entrar nos detalhes, mas há sintomas de que precisaríamos ter uma política, definição de critérios.

Quanto ao Sistema Nacional de Cultura, ele foi elaborado na época em que eu era ministro. Eu fui minoria. Respeitei porque era uma gestão compartilhada e a maioria optou, mas, a meu ver, não deveríamos tomar como ponto de partida o sistema de saúde e de educação, com transferência de dinheiro federal para as outras instâncias, sem critérios, políticas etc. É um mecanismo burocrático que não fortalece a democracia, nem fortalece essas políticas específicas.

Eu não consegui sensibilizar os meus parceiros de gestão, de que era preciso relativizar. Era preciso ter o lado automático da passagem de dinheiro por quantidade de pessoas daquele território, uma série de critérios, mas também deveria ter, previamente, uma pactuação sobre os objetivos estruturantes da aplicação daquele dinheiro, caso contrário, perde-se a possibilidade de mudar qualitativamente a cultura e a gestão cultural.

Por sua vez, há uma perspectiva, eu diria, para simplificar, simplória de pactuação federativa e dessa crença automática de que os poderes locais têm mais proximidade com a sociedade. Só que eles também têm mais proximidade com os políticos operativos e pragmáticos. Poder local não tem nenhuma qualidade específica que o diferencie da dificuldade de eles representarem os interesses e as demandas da sociedade. E é mais frágil, mais acessível a influência, a tergiversação. Então, a primeira incidência dessa discussão de federação é sobre o Sistema. Temos, portanto, que aprimorar o Sistema Nacional de Cultura, temos que aprofundá-lo, dar qualidade nova, garantir que haja uma premissa sempre de pactuação política para que o dinheiro seja aplicado dentro de parâmetros estruturantes que, de fato, modifiquem para melhor a sociedade.

Por outro lado, se faz necessário um aprimoramento geral não só da cultura, mas também do Brasil que precisa aprimorar a sua democracia. Nós vivemos numa democracia frágil. A ameaça de golpe é permanente. Ninguém pensa que ela está totalmente afastada. Vocês viram aí que bastou pesquisar um pouco. Nesse sentido, queria dizer que o ministro Alexandre de Moraes do Supremo Tribunal Federal (STF) está cumprindo um papel importante para a sociedade brasileira. Em especial quando tem autoridade para dizer: “Militares, vocês não podem conspirar contra a democracia”, e apontar para os que estão conspirando e separar o joio do trigo. É preciso dizer para os políticos também: “vocês não podem corromper a sociedade, vocês não podem se aproveitar do lugar que estão para beneficiar sua família e seus apaniguados”. É preciso que alguém diga, chame. Nesse momento, a democracia brasileira

está se beneficiando de um certo rigor, a partir de um certo momento. Inicialmente, apoiou-se o afastamento da Dilma, e agora está claro que Dilma não cometeu crime nenhum, já foi até absolvida completamente. Foi um mecanismo golpista, dentro dos golpes modernos. *Lawfare*, o uso das leis e dos mecanismos legais contra a própria democracia.

Eles, no início, nadaram de braçada, mas agora tomaram jeito de gente, de um tempo para cá, e estão fazendo o trabalho que é preciso que o STF faça. E a democracia está se beneficiando disso. Os militares estão dizendo: “olha, está esticando a corda demais”. Mas que corda é essa que está sendo esticada? A corda da democracia, a corda do rigor, a corda da necessidade de a gente construir a curto prazo, senão o Brasil vai se inviabilizar, vai virar território de ninguém a curto prazo. Então, é uma nova cultura que está emergindo aí, uma nova cultura política. Então, é sobre o aprimoramento de democracia que nós estamos conversando.

No caso específico da cultura, na verdade, o que nós construímos de 2003 para cá é 30% do que a gente precisa fazer para criar um sistema cultural que, de fato, beneficie a toda a população, dando acesso pleno, tanto no sentido da fruição quanto no sentido da expressão. A distribuição por todos os territórios brasileiros, estamos no caminho, mas eu diria que não chega a 40% do que precisa ser feito. Então, é preciso muita acuidade na visão política da construção desse processo. É preciso arregimentar outras instituições.

Nós não conseguimos, na época, em que Gil era ministro e que eu fui ministro, que a Petrobras e as outras instituições que são importantíssimas para a cultura agissem em sintonia absoluta com o MinC. Era um projeto egóico, institucional, cada instituição queria brilhar com os seus patrocínios etc. E resistiu a afinar a viola com os objetivos estruturantes que a República precisa para garantir uma mudança de qualidade nos *apartheids*.

Por fim, queria dizer uma coisa importante. Não dá para falar de democracia, de federalismo, de distribuição, enquanto as periferias

brasileiras estiverem submetidas à égide da polícia, dos traficantes e das milícias. Como é possível conviver democracia com polícia que entra, atira, e diz que foi bala perdida, enquanto morrem crianças, dentro de casa, brincando com seu pai em cima da cama? Se fosse uma, já era grave, mas saiu recentemente uma pesquisa, os números são gigantescos. Não há democracia num país em que exista essa prática. Não há direito dessa parte da população, que são trabalhadores pobres. Quase todos os negros na Bahia, no Maranhão, no Rio de Janeiro. Em alguns lugares do Brasil até são alourados, porque são filhos de imigrantes italianos, pobres, poloneses. Têm muitos indígenas nas periferias brasileiras também. Então, pretos, índios e trabalhadores pobres, é o que há de comum ali.

O Estado tem a obrigação de sanear esse problemas, do crime, das práticas ilegais das milícias e da prática igualmente ilegal das polícias, para completar o processo democrático. É preciso que as políticas estejam presentes nas escolas das periferias, centros culturais, bibliotecas, como a Colômbia fez. Nós temos um exemplo aqui ao lado, a Colômbia. Começou em Medellín esse projeto, que se tornou exemplar no mundo inteiro. Tem toda uma parte de número, eu nem arrisquei abrir o celular, porque não é o importante. O importante é a gente se situar no contexto do momento que o Brasil está vivendo.

Nota

- 1 Tornado inelegível até 2030, por decisão do Tribunal Superior Eleitoral de junho de 2023.

Por um pensamento complexo sobre cultura, criatividade e desenvolvimento

*Cláudia Leitão**

Gostaria de propor algumas reflexões sobre cultura, criatividade e desenvolvimento, a partir de seus movimentos dialógicos e não dialéticos, ou seja, de um pensamento que não busque uma superação ou uma síntese entre contrários, mas que nos estimule a conectar ideias contraditórias para a compreensão de fenômenos complexos. Pensar dialogicamente as relações entre cultura, criatividade e desenvolvimento significa, necessariamente, possuir alguma apetência para abrigar ideias que estão em constante disputa. Meu pensamento sobre cultura, criatividade e desenvolvimento tem se alimentado, especialmente nos últimos 10 anos, de contradições. Por isso, não falarei sobre federalismo como uma

* Doutora em Sociologia pela Sorbonne, Paris. Coordenou a Especialização em Gestão Cultural e o Mestrado Profissional em Gestão de Negócios Turísticos da Universidade Estadual do Ceará (UECE). Participou da criação da Secretaria de Economia Criativa do Ministério da Cultura (MinC) onde atuou como secretária nacional. Dirigiu o Observatório de Fortaleza. É consultora em economia criativa para a Organização Mundial do Comércio (OMC), e para as Conferências das Nações Unidas para o Comércio e Desenvolvimento, (UNCTAD). É sócia do Centro Internacional Celso Furtado e da empresa de consultoria Tempo de Hermes Projetos Criativos.

conquista jurídico-política, fruto de uma pactuação abstrata, mas, sobretudo, sobre a necessidade de um pensamento complexo (Morin, 2010) para que o campo da cultura e da criatividade possa agir na rede (Latour, 2012) de forma federativa, em busca de novos espaços de disputa e conexões para a ampliação de significados do desenvolvimento brasileiro.

A experiência que vivi enquanto Secretária de Cultura do Ceará (2003-2006) foi um divisor de águas na minha compreensão sobre o federalismo cultural, muito mais como um processo do que como um produto. Estávamos em 2003, tínhamos a liderança do ministro Gilberto Gil e buscávamos uma aproximação dos territórios brasileiros a partir de uma utopia comum: a estruturação e a institucionalização do Sistema Nacional de Cultura (SNC). Com o passar dos anos, percebi o quanto pensar dialogicamente o SNC era essencial para que o campo cultural pudesse agir na rede e disputar espaços de desenvolvimento no território a partir de políticas culturais. Em outras palavras, reconhecer o lugar da cultura no desenvolvimento local e regional brasileiro, somente pela existência e aplicação de instrumentos jurídicos é uma condição necessária, mas não suficiente para a eficiência, eficácia e efetividade de uma política cultural verdadeiramente federativa.

Em 2011, fui convidada a liderar, entre 2011 e 2013, a criação e institucionalização da Secretaria da Economia Criativa no Ministério da Cultura (MinC). Entre essas duas experiências de gestão pública e depois delas, no Mestrado de Políticas Públicas e Sociedade da Universidade Estadual do Ceará, dediquei-me a identificar novas conexões e movimentos dialógicos entre cultura, criatividade e desenvolvimento, sobretudo o desenvolvimento local e regional. Celso Furtado sempre foi uma referência estratégica na bibliografia que eu utilizava com os meus alunos. Por isso, fiquei feliz porque Renata Rocha iniciou sua fala citando Furtado. Ao longo da minha trajetória na universidade, na gestão cultural ou enquanto consultora, tenho procurado aproximar minhas reflexões e ações sobre cultura, criatividade e desenvolvimento

do pensamento de Furtado. Nesse sentido, minha fala nessa mesa também diz respeito à memória institucional do MinC e de suas lutas na busca de uma compreensão menos dialética e mais dialógica sobre cultura, criatividade e desenvolvimento. Essas lutas têm sido sazonais, mas é importante reconhecermos, entre avanços e recuos, que a dimensão econômica dos bens e serviços simbólicos vai aos poucos ganhando força. Nesse sentido, a construção da Política Nacional de Economia Criativa (PNEC) pela gestão da Ministra Margareth Menezes, no terceiro Governo Lula, merece destaque. Afinal, quais serão os impactos da PNEC no Plano Nacional de Cultura? E, em que medida a dimensão econômica dos produtos culturais/criativos reforça o lugar da cultura como estratégico para o desenvolvimento brasileiro?

A esse propósito, li um comentário provocador, sobre a Argentina e o lugar político da cultura, que gostaria de compartilhar com vocês: “Fracassamos culturalmente, porque não fomos capazes de imaginar um destino comum para a Argentina”. Penso que essa constatação nos provoca a pensar complexamente as conexões entre a cultura e o desenvolvimento ou, ainda, os valores culturais que determinam as escolhas acerca dos modelos de desenvolvimento dos países. Quais são os valores culturais que fundamentam os modelos de desenvolvimento hegemônicos na América Latina? Para respondermos a essa indagação, é necessária a advertência de que não basta discutirmos acerca do desenvolvimento da cultura, mas devemos, sobretudo, refletir sobre a cultura do desenvolvimento.

Celso Furtado observa no seu livro magistral *Criatividade e dependência na civilização industrial* (2008) que a criatividade, a cultura e a ciência & tecnologia foram instrumentalizadas pela economia-mundo capitalista. Esse sistema criou dependências, sobretudo dependências culturais. Ora, a dependência cultural é a mais insidiosa das dependências, pois ela nos atinge de forma imperceptível, definindo o nosso consumo, a nossa fruição, os nossos desejos e até mesmo os limites da nossa liberdade. Em outro livro essencial, o *Cultura e desenvolvimento*

em época de crise (1984), Furtado também reflete sobre os impasses acerca da cultura do desenvolvimento. Logo na introdução, ele questiona: “Quem tem direito à criatividade?” O ex-ministro da Cultura constata que alguns contribuem para o enriquecimento do patrimônio cultural da humanidade, enquanto outros se tornam meros consumidores passivos de produtos, muitas vezes de péssima qualidade, adquiridos nos mercados. Os impasses e as contradições entre o desenvolvimento da cultura e a cultura do desenvolvimento atravessaram os estudos de doutorado realizados por Furtado na Sorbonne e em Cambridge, período no qual conheceu Amartya Sen. Enquanto Furtado se indaga sobre o direito à criatividade, Sen questiona o status da liberdade (2010). Nesse sentido, tanto a liberdade quanto à criatividade são prerrogativas da capacidade dos indivíduos de fazerem escolhas, de terem acesso e serem protagonistas, da criação/produção ao consumo/fruição cultural.

Desenvolvimento, cultura, criatividade são palavras que circulam entre nós, muitas vezes destituídas de valores ou princípios que garantam a capacidade de emancipação dos indivíduos, comunidades e sociedades. Os ruídos entre expressões como “economia criativa”, “economia da cultura”, “cidades criativas”, “territórios criativos”, “indústrias criativas” exemplificam a ausência de um pensamento complexo sobre cultura, criatividade e desenvolvimento. São Paulo tem uma Secretaria de Cultura, Economia Criativa e Indústria Criativa. Mas, o que essas nomenclaturas estão a dizer? Talvez necessitemos voltar aos significados das palavras e rever glossários e taxonomias e pactuar princípios que garantam a compreensão e a qualidade das conexões entre essas categorias. Talvez, também tenhamos que voltar a Furtado, que nos oferece caminhos interessante para pensarmos a criatividade como uma invenção dos valores da cultura. Enfim, um pensamento complexo sobre cultura e desenvolvimento é aquele que, ao mesmo tempo, é capaz de reunir, contextualizar, singularizar e globalizar, permitindo a troca entre contrários e a comunicação entre opostos.

O livro *Criatividade e emancipação nas comunidades-rede: contribuições para uma economia criativa brasileira* (Leitão, 2023) busca dialogar com o pensamento de Furtado e responder, de forma esperançosa, às relações deterministas entre criatividade e dependência produzidas pelo sistema capitalista. Ele também simboliza uma tentativa de reparação, diante da insatisfatória visibilidade das suas contribuições ao campo da cultura, da criatividade e do desenvolvimento. É o caso do *Nossa Diversidade Criativa* (Cuéllar, 1997), o primeiro relatório das Nações Unidas sobre cultura e desenvolvimento, produzido na década de 1990, no qual o protagonismo de Furtado é estratégico, ao adiantar os desafios contemporâneos da economia criativa, expressão naquele momento ainda desconhecida. O relatório é um documento seminal para quaisquer reflexões sobre as complexas relações entre cultura, criatividade e desenvolvimento no século XXI. O primeiro se chama *Para um conceito mais amplo de criatividade*, compreendendo-a em uma perspectiva menos individual que comunitária ou coletiva. Essa reflexão é atualíssima e nos convida a pensar a cultura além da cultura, ou seja, muito além do patrimônio cultural e das artes, a cultura é a base da convivência para enfrentarmos os ódios, a intolerância, a desigualdade, as ditaduras, as ameaças aos direitos humanos, as urgências climáticas e tantos outros desafios propostos pelo século XXI. O segundo capítulo diz respeito à criatividade artística e à expressão cultural, observando o papel essencial da criatividade no campo das artes e da cultura, seu lugar disruptivo e insubmisso. O terceiro capítulo se refere à criatividade na tecnologia, destacando o protagonismo das comunidades criativas na solução de seus problemas e na definição do seu desenvolvimento a partir de práticas inovadoras. O quarto capítulo trata da governança e da criatividade na política, ressaltando a necessidade de um Estado capaz de fazer face aos grandes desafios globais.

O *Criatividade e emancipação nas comunidades-rede: contribuições para uma economia criativa brasileira* (Leitão, 2023) parte do Relatório *Nossa Diversidade Criativa* e da trajetória de Celso Furtado

para avançar em uma reflexão de natureza principiológica em favor do campo da economia criativa, na tentativa de dar complexidade às conexões entre cultura, criatividade e desenvolvimento. Cidadania e democracia, biodiversidade cultural e tecnodiversidade, inovação, sustentabilidade, inclusão produtiva, bem viver e bem comum são princípios fundamentais para que possamos pensar o território, a partir de um pensamento complexo, e a economia criativa, enquanto economia contra hegemônica, reabilitando e ampliando os significados da ciência econômica. Afinal, os valores que sustentam os significados e as práticas econômicas são valores culturais. Precisamos refletir sobre os significados da própria economia, seja como uma ciência social aplicada, que evidentemente não se abstrai dos contextos sociais, culturais, políticos, ambientais, históricos e filosóficos na qual ela está inserida, mas, sobretudo, devemos pensar a economia a partir de uma epistemologia nova, ou seja, como um conhecimento que seja capaz de produzir novas formas de pensar. Enfim, ao refletirmos de forma complexa sobre economia, cultura, criatividade e desenvolvimento, estaremos, necessariamente, abrindo espaço para novas epistemologias.

Sob a urgência de novas epistemologias é que devemos ler os relatórios de economia criativa da Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD) e dos relatórios da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco). Impossível não reconhecer que as taxonomias neles presentes não devem ser recepcionadas de forma acrítica pelos países do Hemisfério Sul. Tenho dialogado na última década, como consultora no campo da cultura e da economia criativa, tanto com a Organização Mundial do Comércio (OMC), quanto com a Conferência das Nações Unidas para o Comércio e o Desenvolvimento (UNCTAD), e a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco). Sempre que possível, tenho procurado observar que as categorias “classe criativa”, “cidade criativa”, “indústria criativa”, propostos nesses relatórios são inadequados aos países da América Latina,

do Caribe ou da África. Devemos aos ingleses a produção de uma epistemologia do Norte Global, responsável pela estruturação do léxico das indústrias criativas presentes nesses documentos, mas estou convencida que, sobretudo no domínio das economias criativas, carecemos das epistemologias do Sul, para que possamos avançar na construção de novos indicadores e categorias que contribuam para visibilizar tecnologias sociais e inovações territoriais. Pensar a economia criativa no plural implica em tratar os diferentes de modo diferente, ou seja, de observar os diversos ecossistemas criativos, seus sistemas de produção e suas redes a partir de suas vocações, infraestruturas e características regionais.

O *Criatividade e emancipação nas comunidades-rede* (Leitão, 2023) também se dedica à Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, na perspectiva da cultura do desenvolvimento. No que concerne ao desenvolvimento sustentável, penso que nós temos um compromisso de ampliar e qualificar a gestão dos recursos dos territórios em favor de hábitos culturais saudáveis, seja na gestão dos bens comuns, ou, ainda, no uso sustentável da água, da energia limpa, da proteção da biodiversidade, enfim, nas dinâmicas econômicas de produção, distribuição e consumo sustentáveis dos bens e dos serviços culturais e criativos. Precisamos, ainda, garantir que as dinâmicas econômicas da economia criativa sejam inclusivas. Não podemos admitir e aceitar que nós perdemos as juventudes brasileiras. E perdemos porque não oferecemos um processo de saída desse inferno que aflige a categoria “juventudes matáveis” proposta por Giorgio Agamben (2002), ou seja, juventudes que são invisíveis e nascem para morrer. Essa condenação e esse destino precisam ser urgentemente revistos.

Acredito muito nas economias criativas latino-americanas, nas economias criativas do hemisfério sul, que produzem, graças às suas tecnologias sociais, inúmeras soluções de inclusão produtiva, em áreas tão importantes como na distribuição de bens criativos, dos direitos autorais, das tecnologias de acesso aberto, de conhecimento aberto, entre

tantas outras formas criativas e colaborativas de se produzir riqueza. Inovação aberta, *creative commons*, direitos comunitários, políticas de exportação, marco civil da internet, linhas de crédito, fundos garantidores, renúncia fiscal, ampliação de novos mecanismos de financiamento, fomento e investimento constituem novos desafios para as economias criativas do Sul, libertando o campo cultural e criativo do monopólio dos editais, muitas vezes considerados políticas públicas para um segmento expressivo de gestores culturais.

Encerro insistindo num princípio que me parece essencial para uma economia que amplie os seus significados em favor da cidadania, da democracia e da dignidade dos brasileiros. É o princípio do bem comum. Necessitamos ampliar os significados da propriedade, da perspectiva jurídico-política moderna individual, para caminharmos na direção de uma sociedade em que possamos não somente estar em rede, mas, sobretudo, para que possamos agir na rede. Em oposição à visão economicista de que os recursos planetários não suportarão o Antropoceno, chamo a atenção para os estudos da economista Elinor Ostrom (1990). Ela observou que os recursos comuns, a partir de biomas abertos ao cuidar e gerir coletivos, podem e devem ampliar os significados da propriedade. Ou seja, uma coisa não é o mesmo que a forma legal de propriedade que essa coisa assume. Apostando na delimitação clara dos bens comuns, na participação das comunidades para defini-los, geri-los e monitorá-los, ou seja, em novas possibilidades de governança e de novas mediações coletivas, o legado de Ostrom é essencial à economia criativa brasileira. A ideia do comum vai além dos estudos econômicos, passando a significar uma ética, isto é, um modo de ser e de estar no mundo que se traduz em ações de compartilhamento, colaboração, organização emancipatória, enfim, de soluções originais e coletivas aos problemas locais. O comum, enquanto prática social, diz Antônio Lafuente (2022), é o que é construído e testado “entre nós” e por isso beneficia a todos. Nesse sentido, o desenvolvimento é uma invenção da cultura do comum, que define os modos compartilhados

e comunitários de criar, produzir, distribuir e fruir bens e serviços culturais e criativos. Na economia azul, o bem comum a ser protegido é a água. Na bioeconomia, os biomas. Na economia circular, a sustentabilidade dos processos. Na economia solidária, as práticas colaborativas. Todas essas economias que reagem ao sistema capitalista global, elegem os seus patrimônios, privilegiando recursos que valorizam e salvaguardam o bem comum. Precisamos proteger florestas, matas, peixes, golfinhos, povos originários, água potável, preço justo, mas também precisamos proteger como bens comuns a memória, a honestidade, a transparência, patrimônios humanos que também estão arriscados de desaparecer.

O grande desafio do desenvolvimento é mesmo o de reaproximar a cultura do território e, para isso, é necessário desenvolvermos uma ecologia das dinâmicas econômicas que seja capaz de realizar a melhor gestão dos recursos no território, o que nos incita ao reconhecimento de que são as comunidades que devem eleger, os seus patrimônios. Esse é um caminho importante para a emancipação, caminho necessariamente oriundo de um pensamento complexo sobre cultura, criatividade e desenvolvimento.

Referências

AGAMBEN, Giorgio. *Homo Sacer: o poder soberano e a vida nua*. Belo Horizonte: UFMG, 2002.

CUÉLLAR, Javier Pérez de (org.). *Nossa diversidade criadora: Relatório da Comissão Mundial de Cultura e Desenvolvimento*. Campinas, Papirus, 1997.

FURTADO, Celso. *Cultura e desenvolvimento em época de crise*. São Paulo: Paz e Terra, 1984.

FURTADO, Celso. *Criatividade e dependência na civilização industrial*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

LAFUENTE, Antonio. *Itinerarios communes*: Laboratorios ciudadanos y cultura experimental, Barcelona: ned Ediciones, 2022.

LATOUR, Bruno. *Reagregando o social*: uma introdução à Teoria do Ator Rede, Salvador: Edufba; Bauru: Edusc, 2012.

LEITÃO, Cláudia Sousa (org. e edit.). *Criatividade e emancipação nas comunidades-rede*: contribuições para uma economia criativa brasileira. São Paulo: Itaú Cultural: Editora Martins Fontes, 2023.

MORIN, Edgar. *Meu caminho*: entrevistas com Djénane Karek Tger, Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

OSTROM, Elinor. *Governing the Commons*: the Evolution of Institutions for Collective Action. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.

SEM, Amartya. *Desenvolvimento como liberdade*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

Sistema e desenvolvimento culturais: algumas questões

*Alexandre Barbalho**

Eu tenho pesquisado o Sistema Nacional de Cultura há muito tempo. Tendo acompanhado esse processo em curso, entendo que o sistema está sendo construído e não vai ser nunca terminado, porque acho que é um movimento contínuo. Gosto do gerúndio, talvez porque eu seja apaixonado pela poesia norte-americana, que usa muito o gerúndio. As pessoas não gostam muito do gerúndio, mas eu acho interessante, porque está sempre trazendo a questão do processo, é processual. E o Sistema está no processo, mas existem alguns elementos que já estão postos.

Por exemplo, quanto à falta de profissionalização e nepotismo nas pastas de cultura das prefeituras, tenho a impressão, baseado, obviamente, em alguns

* Doutor em Comunicação e Cultura Contemporâneas pela Universidade Federal da Bahia (UFBA) com estágio pós-doutoral em Comunicação na Universidade Nova de Lisboa. É professor adjunto do curso de História e professor dos Programas de Pós-Graduação em Sociologia e em Políticas Públicas da Universidade Estadual do Ceará (UECE) e em Comunicação da Universidade Federal do Ceará (UFC).

dados e algumas pesquisas que tenho acompanhado e feito, de que essa realidade tem mudado bastante. Tem mudado porque o sistema surge, pois está lá no plano do candidato Lula, em 2002, a partir de uma construção da militância que estava apoiando a candidatura. Ou seja, um processo coletivo, ainda que a partir de um grupo restrito.

Assim, quando o Ministério passa a levar adiante essa bandeira, que está relacionada com as conferências, com a construção do plano, há um processo de convencimento. Tem uma frase do Roberto Peixe em que ele diz: “a implantação do sistema foi uma batalha”. E Márcio Meira dizia que “o sistema é uma missão”. E uma missão que uma parte do Ministério vai assumindo e, no meu entendimento, se inverte. Porque aquilo que surge no Ministério acaba sendo adotado por uma parte do campo cultural.

Em uma pesquisa que fiz, a gente vê a adesão dos gestores e das gestoras municipais, ou seja, prefeitos, prefeitas, secretárias e secretários, independente do partido político. Tinham pessoas de todo espectro político-partidário, da esquerda e da direita, defendendo o sistema, reivindicando o sistema para o município e o estado. Estou falando do período dos governos Lula, com toda popularidade, e, obviamente, isso vai caindo nos governos Dilma, à medida que o processo do golpe vai avançando. E, claro, isso vai diminuir mais ainda, nos governos Temer e Bolsonaro. Mas o que é mais impressionante é que, mesmo nesse período mais recente, mesmo que poucos, observamos os municípios aderindo ao sistema. Isso é um dado muito rico, muito interessante. Estou falando do período imediatamente anterior à Lei Aldir Blanc (LAB), sem transferência de recursos fundo a fundo.

E a questão que eu me colocava é por que esses municípios, sem transferência, num momento tão difícil, em que já não existia mais nem ministério, nós tínhamos uma secretaria totalmente contrária, por que os municípios, os gestores e as gestoras continuavam insistindo em aderir ao sistema? Então, uma hipótese bem consolidada que eu tenho, é que esse longo processo de construção do sistema vai se sedimentando ali no campo cultural, ainda que não na sociedade como um todo. Não

acredito que a sociedade tenha entendimento do papel da cultura, mas no campo cultural, há um entendimento da importância do sistema.

E esse campo cultural passa a cobrar do gestor municipal, da gestora a adesão ao sistema. Não pela transferência de recursos, mas pela criação de, no mínimo, um Conselho Municipal de Cultura, que permite o processo de governança, de participação... Não é que impeça, mas dificulta que qualquer pessoa vire o gestor, a gestora, porque há ali uma governança mínima.

O processo de construção de um plano nacional, de um plano municipal participativo, fortalece o sistema, mesmo que o sistema não tenha tido ainda a sua regulamentação, mesmo que o processo de repasse do fundo de fato tenha acontecido só agora na LAB II.

Em outra pesquisa que fiz, junto com a Clarissa Semensato, que é uma ex-orientanda de doutorado, identificamos que a LAB foi muito mais efetiva nos municípios que tinham realizado o seu mínimo dever de casa em relação ao sistema. Então, isso é um dado muito importante, não é à toa que a Paulo Gustavo traz esse recurso. Então, eu acho que é muito importante trazermos esse debate. Quanto à expressão “desenvolvimento”, que norteia essa seção, gostaria de salientar que a palavra desenvolver, cuja origem, do francês antigo, significa o contrário de envolver, o contrário de ligar. O pensador inglês Raymond Williams dizia que os termos “desenvolver”, “desenvolvimento”, “desenvolvido”, “subdesenvolvido” e “em desenvolvimento” submetem à sua aparente simplicidade questões políticas, econômicas, sociais e culturais que são de difícil solução. E recomendava que é na análise de práticas implementadas sob a noção de “desenvolvimento” que se pode chegar a um reconhecimento mais específico e, portanto, mais necessário e possível do que seja seu significado.

É certo que o modelo tradicional de “desenvolvimento” vem sofrendo críticas de vários setores da universidade e da sociedade civil, bem como de setores progressistas da burocracia dos países africanos, asiáticos e latino-americanos. O Programa das Nações Unidas para

o Desenvolvimento (PNUD), por exemplo, elaborou e adotou desde 1990 a noção de “desenvolvimento humano sustentável”, bem como o Índice do Desenvolvimento Humano (IDH) diante da insuficiência dos critérios e dados econômicos em revelarem a qualidade de vida dos cidadãos dos “países em desenvolvimento”. Desde meados daquela década várias instituições, como o Banco Mundial, o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), a Organização Internacional do Trabalho (OIT), a Comissão Econômica para a América Latina e Caribe (CEPAL), o PNUD e a Unesco, promoveram encontros e documentos afirmando a importância da cultura como “recurso” da luta contra a miséria. O BID, por exemplo, realizou em 1999 o fórum “Desenvolvimento e Cultura” que deu especial atenção ao contexto latino-americano. A Unesco, por sua vez, criou a “Comissão Mundial de Cultura e Desenvolvimento”. Esta passou a defender a cultura não como entrave ou meio favorável ao desenvolvimento, mas o desenvolvimento econômico como parte do processo cultural. Desse estado de relações entre cultura e desenvolvimento é que se chega ao termo “desenvolvimento cultural”.

Teixeira Coelho, em seu conhecido *Dicionário crítico de política cultural*, é enfático ao apontar o caráter polêmico de tal noção que se associa fortemente à ideia de “crescimento”, ou seja, ao âmbito quantitativo. Tal perspectiva tende a perder de vista a dimensão qualitativa da cultura, ou seja, as suas práticas, que são de difícil mensuração. O desenvolvimento cultural se associa frequentemente também às noções contestáveis de progresso e de evolução.

Então, desenvolver é uma palavra ruim para nós da cultura. Desenvolver é quase o contrário do comum no seu sentido etimológico. Então, acho que o grande esforço é tirar o “des” do desenvolver e transformá-lo num envolvimento comum. Como podemos fazer um envolvimento comum? Eu não sou lá muito otimista. O Eduardo Viveiros de Castro vai dizer que é um paradoxo falar em capitalismo sustentável. Não existe sustentabilidade no capitalismo. Então, o que fazer?! Deixo a pergunta no ar...

O papel da cultura em um novo modelo de desenvolvimento econômico para o Brasil

*Carmen Lima**

Estou há alguns anos participando do Enecult, assumindo diversos papéis apresentando, debatendo, coordenando mesa, coordenando o GT de cultura e desenvolvimento.

Eu sou economista de formação, eu sou técnica em química, ou seja, eu vim da ciência chamada dura. A economia para mim não é uma ciência dura. Na verdade, eu fiz economia porque ouvi as palestras de Celso Furtado, ouvi a palestra de Maria da Conceição Tavares, que hoje em dia virou até meme. Os meus alunos agora adoram Maria da Conceição Tavares. Assisti palestras de Carlos Lessa, de Antônio Carlos Lacerda, dos estruturalistas, dos cepalinos. Estou citando uma frase

* Economista e mestre em Economia pela Universidade Federal da Bahia (UFBA), em 2000, e realizou doutorado em Cultura e Sociedade (UFBA). Diretora do Fundo de Cultura do Estado da Bahia, entre 2007 e 2009, diretora de Economia da Cultura da Secretaria de Cultura do Estado da Bahia (Secult-BA), entre 2013 e 2015, professora de adjunta da Universidade do Estado da Bahia (UNEB), pesquisadora do Grupo de Pesquisas Comunidades Virtuais da Universidade do Estado da Bahia (UNEB) e do Observatório da Economia Criativa da Bahia (OBEC-BA).

que está viralizando nas redes, de Maria da Conceição no Roda Viva dizendo o seguinte, “Se economista não pensar em questões sociais, é um tecnocrata”. E eu, quando saí de química e fui fazer economia, porque eu achava, que economia, que é de ciência social, tanto que, em sua origem, o nome da economia era economia política.

Então, eu lia Adam Smith, eu lia David Ricardo, eu lia Marx, eu lia os estruturalistas, esta foi a minha formação de economia na Universidade Federal da Bahia (UFBA) é essa. Não sei como é que está hoje... E a importância da economia é justamente a ideia de você precisar de um modelo de desenvolvimento. Toda aquela discussão, centro-periferia, e você ter os países que eram antigas colônias, terem modelos de desenvolvimento.

Então, o Celso Furtado defendia a ideia é que você precisa de um modelo de desenvolvimento considerando o processo histórico que o país latino-americano tem.

Eu fui para a área de cultura desde 2005 e eu fiz meu estudo na área de economia. Através do professor da Faculdade de Economia, Paulo Henrique de Almeida, conheci a área de economia da cultura, me falou que tinha esse programa com esta linha de pesquisa, e mudou a minha vida também. Desde 2005, eu estou nessa área, gosto imensamente de economia e cultura, apesar de às vezes a pessoa me ver, sabe que eu sou economista, me olha assim bem enviesado, mas eu sou economista dessa área de desenvolvimento social e vi a ideia de cultura como uma questão importante, um vetor importante de desenvolvimento num país de desigualdades como o nosso.

A questão é eu sou da tese que o capitalismo não vai solucionar o nosso problema e nem proporcionar democracia. A democracia é relativa, a democracia em que você tem uma desigualdade social, que uma pessoa sai de manhã, fica duas horas no transporte público, não pode criar seus filhos, chega de noite... Que democracia é essa? Então, para se pensar em alguma coisa de democracia no Brasil, tem que se enfrentar minimamente a questão da desigualdade social. Nosso país

é um dos mais desiguais do mundo. Cerca de 1% da população detém o relativo à 50% da renda do país. Você está vendo discutir a taxaço de fortuna. E argumentam que os ricos vão sair daqui! São 2.500 pessoas que iriam ser tributadas. Eu gosto muito do Jessé Souza (2022), eu li *A ralé brasileira*, Se pensarmos assim, do golpe para cá, foram anos muito sofridos para mim. Eu sofri muito, muito, muito, de tudo que eu ouvia, parecia que eu estava num pesadelo. Era impossível. Quando você reflete, reflete bem, há quantos anos na história do Brasil tivemos a participação popular? Tivemos democracia, numa sociedade baseada na escravidão, na desigualdade, uma elite que acha lindo ser desigual, está num camarote, que acha que o empregado doméstico é o servo. Quantas pessoas do lado pensam assim? Mas, se você pensar bem, na verdade, muitas dessas pessoas que até nos surpreenderam na verdade, se revelaram. Se nós formos pensar bem em uma festa de família, sempre tinha aquele tio que falava assim, esse negócio de cota, esse negócio de diversão de cultura, tudo uma coisa, não é? A gente ouvia muito isso. No momento em que tivemos a votação de Bolsonaro, que surpresa! No final não foi surpresa, na verdade só foi revelador. Então, nesse sentido, acho que é um momento, ainda bem, que conseguimos dar pelo menos uma pausa, nós não estamos no céu, saiu do inferno, mas acho que talvez fosse importante, acho que a Lula está com essa cabeça, saber dizer o seguinte, 20 anos de maior participação não são o suficiente de todo histórico de desigualdade, de escravidão, de expropriação que a gente vive no Brasil. Então, podemos dizer assim, “Poxa, foi um retrocesso”, talvez pela gravidade de ter aquele homem abominável, mas, na verdade, isso está intrínseco na nossa sociedade.

Quando penso na questão de um modelo de desenvolvimento, não que vamos solucionar, mas podíamos ser menos desigual do que é. Tem uma frase que vi algumas vezes, a cultura está voltando. Não, a cultura continuou. E, em que pese aquele período, do inominável, a cultura continuou sendo produzida nas comunidades, nos bairros, nas manifestações populares. Por mais que se quisesse criminalizar, essa

cultura continuou. E temos que pensar isso, pensar que essa é uma força que, independentemente de todos os horrores que nós vivemos nesses últimos seis anos, foi uma força de resistência.

A gente não pode negar os ganhos que tivemos nas universidades, nos programas sociais, no Bolsa Família. Quantas pessoas ouvimos dizendo que, graças a elas, conseguiu se formar, por causa do ProUni, por causa das universidades públicas, porque eu tive Bolsa Família... Essas pessoas estão aí. Essa juventude está aí. Eu vejo na minha universidade. Percebo como a universidade da Uneb está mais preta hoje do que quando eu entrei há 20 anos. Meus alunos assumem o seu cabelo, assumem as suas vestimentas, assumem a sua identidade de pessoas negras. Eu sou otimista nesse sentido. Eu acho que tivemos um ganho, talvez não tão publicizado como deveria ser. Nós perdemos a guerra de comunicação, mas isso tem que ser valorizado.

Tem uma frase que eu gosto muito de Emicida, Você tem a juventude negra, que pese todo esse extermínio, que sabemos, por outro lado, também tem essa riqueza, essa produção cultural, mas, essas pessoas estarem na universidade, colocar um Bluetooth na cabeça delas que ninguém vai conseguir tirar.

Ressalto que acho muito boa essa visão que o Ministério da Cultura (MinC) tem com relação ao Sistema Nacional de Cultura (SNC). Juca Ferreira na sua abordagem, botou uma minhoca na minha cabeça na questão do SNC. É verdade a ideia de você ter os municípios? Porque a ideia da federação é você ter os municípios ali, perto, na proximidade, da participação social. Mas quero trazer também um ponto positivo das leis emergenciais.

De qualquer forma, há uma discussão, sempre desde que entrei em cultura, a ideia de repasse de recursos. Os municípios são os mais fragilizados, pois 80% deles, no Brasil, têm 20 mil habitantes, basicamente vivem de repasse de fundos de participação. Daí tem aquela ideia do fundo a fundo, que conversávamos, de criação de um sistema, E aí com a Lei Aldir Blanc 1 e agora com o Paulo Gustavo, de qualquer forma, não

podemos esquecer, em que pese o horror que estávamos vivendo, foi fruto de uma mobilização dos agentes culturais e da sociedade. Isso é um ganho que não pode ser esquecido. E esse recurso emergencial, de qualquer forma, está passando o recurso. Teve uma adesão de 85% e agora em 98%. Agora lembrando que na Lei Aldir Blanc I era no meio de uma eleição municipal. Então, a mobilização que tem hoje, da capacitação que o Ministério está fazendo, temos 98% dos municípios que, de alguma forma, têm recursos, de alguma forma, tem uma mobilização, tem a classe artística, os agentes culturais estão sabendo desses recursos. Acho que é algo que tem que ser valorizado. Acho que temos que tentar aproveitar esse momento em que há recursos e há recurso por municípios, na mobilização das pessoas. Na Aldir Blanc, teve os comitês gestores, os fóruns de participação. Acho que isso tem que ser pontuado. Destacada a parte boa, a visão boa dessas leis emergenciais, quem sabe essas leis emergenciais podem ser o estímulo, uma base que melhore essa participação dos municípios nas políticas de cultura, sabemos que a maioria dos municípios não tem sistema. E foi interessante que a lei Paulo Gustavo tenha esse condicionante. Sabemos que boa parte dos municípios, as secretarias de cultura são também de esporte, de turismo, educação, quando não colocam a sogra para ser secretária de cultura. Isso baseado em fatos reais, a sogra do prefeito ser a secretária de cultura em uma das conferências. Então, precisamos pensar nisso também. Sempre, atento e forte. Isso não acabou. O que passamos não acabou. Isso, historicamente, só teve esse auge agora, nesses últimos seis anos.

Quanto à questão do Estado, isso já discutimos em Marx ou em Gramsci o Estado é apropriado por uma classe social dominante que defende seus interesses. No Brasil, agora, quem deverá fazer o contraponto é a sociedade que se viu apoiando essas políticas de cunho social. Fazer uma pressão. Algo que nos primeiros governos de Lula e Dilma, faltou a comunicação de o quanto a vida deles, daquelas pessoas beneficiadas, mudou por causa dessas políticas, seja na área de saúde, ou na

área de educação, ou na área de cultura. Eu acho que isso o governo pecou na comunicação. Não podemos, hoje, cometer esse erro de novo. Concordando com Cláudia Leitão é preciso pensar em uma outra economia. Acho que Krenak, também, nas suas palestras, nos seus livros, fala que tem que ter outra economia. Acho que outra economia é possível, mas não é fácil. Ela depende muito da nossa mobilização. A área de cultura é um desses vetores importantes e depende da nossa mobilização, trabalhar em rede, já fazíamos essa discussão, rede, consórcios públicos... Que aproveitemos esses quatro anos para avançar e avançar e nunca relaxar, porque sabemos que a elite financeira e a direita é mais cruel do que pensávamos, muito cruel. Então, sabemos temos que ficar mais forte, mais atento e se for necessário ir para as ruas para poder manter aquilo que a achamos importante de uma nova sociedade melhor, uma sociedade mais justa, na medida do possível do capitalismo aqui no Brasil.

Referências

SOUZA, Jessé. *A ralé brasileira: quem é e como vive*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2022.

Algumas reflexões sobre fomento à cultura, federalismo e desenvolvimento

*Carlos Paiva**

Nossa mesa é sobre cultura e desenvolvimento, e vou falar sobre três elementos que considero importante para que esse binômio seja conjugado em todo seu potencial: fomento à cultura e federalismo, intercâmbio como estratégia de desenvolvimento e civilidade política como condição para desenvolvimento contínuo.

Vamos então ao primeiro tópico, o qual pesquiso há alguns anos: fomento à cultura e federalismo. Meus colegas que me antecederam aqui na mesa debatiam a grande política e agora abro minha fala com um aspecto aparentemente menor, técnico, que é o desafio de como melhor alocar recursos numa política de fomento.

* Mestre em Administração Pública, pela Harvard Kennedy School, e em Cultura e Sociedade pelo Programa Multidisciplinar de Pós-Graduação em Cultura e Sociedade (Pós-Cultura) do Instituto de Humanidades, Artes e Ciências Prof. Milton Santos (IHAC) da Universidade Federal da Bahia (UFBA). Atuou como chefe de gabinete e como superintendente da área de fomento da Secretaria Estadual de Cultura do Estado da Bahia (Secult-BA) de 2007 a 2014. Em 2013, foi um dos fundadores da Rede Nacional de Gestores de Fomento e Incentivo à Cultura. De 2015 a 2016, foi secretário de Fomento e Incentivo à Cultura do Ministério da Cultura (MinC). Atualmente, serve como assessor especial da ministra da Cultura e pesquisador do Observatório da Economia Criativa da Bahia (OBEC-BA)

Gostaria de fazer duas ressalvas: a primeira é que igualar políticas de fomento à cultura a mecanismos de distribuição de recursos financeiros é rebaixar o que deve ser uma política de fomento completa, que envolve também disponibilizar informação e formação para acessar oportunidades, um leque de modalidades de aplicação de recursos financeiros, além de legislação regulatória que assegure direitos e proíba práticas predatórias. A segunda ressalva é que a questão sobre o processo decisório de onde e como alocar recursos, seja no orçamento público geral, seja no fomento à cultura, ou o resultado de sua distribuição na sociedade, é um dos problemas clássicos da justiça social, logo não podemos também minimizar essa dimensão.

Começo tratando de alguns temas antigos, mas que acredito que se façam mais do que nunca importantes de serem lembrados pois são soluções que ainda estão em fase de consolidação e que são fundamentais, no momento em que temos leis como a Paulo Gustavo, em fase de conclusão, e a Aldir Blanc, que estará ativa por cinco anos. Primeiro, existe um diagnóstico de que há uma falta de articulação federativa clara, e, por conta disso, temos os três entes (União, estados e municípios) atuando em grande parte nos mesmos temas e setores, deixando, por causa disso, grandes lacunas de atuação em outras áreas da cultura.

Num campo que temos escassez de recursos humanos e financeiros, esse sombreamento de atuação significa deixar de potencializar todo o desenvolvimento dos setores que compõem o campo cultural. Então, pensar a questão do federalismo nas políticas culturais é importante para a otimizar e ativar esse patrimônio brasileiro que é a nossa cultura.

Gostaria de ilustrar o que significa pensar e exercitar as políticas culturais em perspectiva federativa dando como exemplo o Ministério da Cultura (MinC). As políticas federais que conseguiram ganhar alcance nacional, só conseguiram essa abrangência quando o Ministério deixou de pensar enquanto “Secretaria de Cultura do Brasil”, executando diretamente as políticas, e passou a se ver como cabeça de rede, trabalhando

em conjunto com os estados e municípios. O Programa Cultura Viva é o maior exemplo disso: apenas quando sua execução foi descentralizada para estados e municípios o programa pode ampliar sua abrangência e impacto, deixando de apoiar um pouco mais de uma centena de pontos de cultura para apoiar a ordem de grandeza de milhares de pontos de cultura.

Quando o Ministério opta pela execução direta de editais (sem reduzir fomento a editais, porém reconhecendo que ainda é a modalidade de apoio predominante no mundo), ele corre dois riscos. Quando há poucos recursos, o resultado não será condizente com um ministério que queira dialogar com o Brasil, resultando no apoio a algumas dezenas de agentes culturais. Este é o tipo de resultado condizente com a escala de um ente subnacional. E quando ele consegue fazer uma coisa grande capaz de ter um grande alcance, com centenas ou milhares de agentes apoiados, ele tem um outro problema, de qualidade, posto que é improvável ser feita uma seleção qualificada com um grande número de inscritos além de ser muito difícil o acompanhamento a contento a partir de Brasília (DF).

Mais correto seria o ministério delegar esses editais para entes subnacionais e assumir outras tarefas, como desenvolvimento de modelos simplificados, identificação e disseminação de boas práticas, organizar processos de avaliação que é difícil o ente local conduzir, entre outras funções que poderiam ser centralizadas em um ente e cujo benefício os demais teriam proveito. O MinC atualmente tem uma diretoria de assistência técnica, que está na Secretaria de Comitês de Cultura, dirigida pela Roberta Martins, e que é fundamental para apoiar os estados e municípios nesses processos executivos que eles são mais vocacionados para fazer.

Outra função importante que a União está vocacionada a fazer é a coordenação do debate e processo de formulação e de construção de consensos ou convergências majoritárias. Em 2023, tanto o MinC quanto estados e municípios estavam em “modo operacional”, com

muitos desafios de implementação, em especial de implementação da Lei Paulo Gustavo (LPG) e da Política Nacional Aldir Blanc (PNAB). Mas pouco se discutiu quais devem ser os desafios aos quais essas leis devem se direcionar. Como melhor utilizar a oportunidade que a LPG proporcionou, do maior investimento anual no audiovisual da história do Brasil? Quais são os investimentos estratégicos para a Cultura num cenário pós-pandemia? Como melhor aproveitar os investimentos garantidos por cinco anos que a PNAB oferece? As respostas para essas perguntas não são óbvias. Com certeza, cada um aqui tem uma resposta diferente para cada uma delas. A pouca frequência com que essas questões são feitas, inviabiliza as trocas de perspectivas e espaços de formulação coletiva, e com isso o nosso debate fica rebaixado e, por consequência, nossas práticas também. Logo, nesta configuração federativa, é importante que o Ministério possa assumir parte da coordenação desse debate. E gostaria de frisar a palavra “coordenação”, porque tem muita coisa que vai ser engendrada, pensada e formulada com mais qualidade pelo ente local, no estado ou município. E sem uma coordenação desse debate as boas políticas culturais que são produzidas localmente não ganham visibilidade e com isso o debate se empobrece.

Em resumo, a falta de coordenação prejudica as políticas culturais em todos os níveis. Resulta em uma operação pior, um debate pior, resultando em uma alta redundância pouco efetiva e muitas lacunas que se perpetuam.

E a coordenação do Ministério, do Governo Federal, não significa um protagonismo do Governo Federal. Um dos grandes problemas do debate público é que o Governo Federal, às vezes, tem um protagonismo excessivo. Tanto no evento em Vitória (ES),¹ realizado há duas semanas, a ministra Carmen Lúcia estava comentando a questão do perigo de se criminalizar as políticas culturais. Um dos pontos que ela destacou refere-se a quando citamos “o império da lei” não é para dar insegurança ao gestor, deixando-o paralisado ou com mãos amarradas. É o oposto, dar um chão de segurança para que, se ele (ou ela) está

fazendo uma coisa correta, não é para ele ter medo de órgão de controle interno ou externo, é para ser ousado dentro do que a lei permite. E a legislação permite quase que tudo que possamos conceber de políticas culturais! E essa ousadia, eu sinto, pode estar faltando. Eu vejo isso agora estando no MinC.

Muitos gestores dos estados e municípios ficam pedindo ao MinC uma autorização para legitimar o que querem fazer. Mas essa não é a dinâmica adequada. A partir dos marcos legais existentes no país, os estados e municípios têm que ter a ousadia de criar as respostas, em forma de política cultural, aos seus desafios locais. O MinC pode ajudar isso com pareceres de referência e modelos que complementam a legislação e conferem segurança jurídica. Mas é incontornável que o gestor local tenha iniciativa e possa propor ações que dialoguem com sua realidade local.

Outro tema que gostaria de abordar é a importância da promoção de intercâmbio como uma das estratégias de desenvolvimento.

Ao debatermos *desenvolvimento* é normal referir-se a uma de suas muitas acepções, algumas aqui já mencionadas: o *político* e a importância da democracia para esta dimensão; o *humano* e a importância da cultura ou da educação para isso; o *econômico* etc., mas como estamos falando a partir do campo da cultura, eu quero trazer uma perspectiva que é óbvia, porém recebe menos atenção do que deveria nos debates e nas ações: a construção de uma cultura rica como fruto de processos de intercâmbio.

Deixa-me fazer um passo atrás. O economista Ricardo Hausmann estuda o tema de complexidade econômica e sua relação com o desenvolvimento. Em síntese, Hausmann aponta que os países mais ricos são aqueles que conseguem se especializar num leque amplo de atividades, e por isso produzir e exportar muitas coisas.² A questão para países em desenvolvimento passa a ser descobrir qual a melhor trajetória

para diversificar e desenvolver sua economia e por consequência seu país. Um entendimento importante deste processo é que não basta ter os recursos materiais e financeiros além de acesso à documentação de como as coisas são feitas. É preciso um terceiro elemento, o “saber como fazer”, e isso está embutido culturalmente nas pessoas. Por isso o intercâmbio e a “importação” de especialistas é tão importante para se desenvolver determinado setor.

Podemos dar o exemplo de desenvolvimento da indústria automobilística. Hoje em dia é possível ter acesso à matéria-prima, acesso à documentação de como se monta uma fábrica e como se produz um carro, mas se um agente tiver esses elementos ainda não produz um carro. Tem um elemento que falta, que é um ser humano especialista. É necessário ter *alguém que saiba produzir o carro*. Este componente é intransferível pelos meios normais (fluxo de capitais, materiais ou informações). Tem que ser uma pessoa, tem que se mudar para um outro território e participar da produção.

Agora aplicando essa analogia ao mundo cultural, e usando a esta universidade como exemplo. Através do reitor Edgard Santos, a Universidade Federal da Bahia (UFBA) trouxe Yanka Rudzka na área de dança, trouxe Ernst Widmer e Hans-Joachim Koellreutter na área de música, e tinha Lina Bo Bardi movimentando a cena das artes visuais, entre outros. A mudança na vida cultural da cidade com ativa participação não seria possível simplesmente investindo em infraestrutura e trazendo o livro que estes autores escreveram para professores aqui ensinarem. Uma dimensão importante da contribuição que eles deram era porque eles estavam vivendo na Bahia, e compartilhando esse saber fazer que é uma camada à mais que não se acessa simplesmente pelos livros.

Estou dando exemplos de pessoas muito hábeis no que faziam e cuja presença na Bahia fizeram a Bahia mais potente, e o fato de ter estrangeiros neste processo não diminuiu nem um pouco a Bahia.

E eu estou trazendo esse aspecto do intercâmbio como instrumento de desenvolvimento cultural porque tratei no ponto anterior da

importância de se exercitar políticas culturais numa perspectiva federativa, em que as políticas culturais valorizam a riqueza artística-cultural local. Mas o alerta que faço é que essa riqueza também pode ficar endógena e corre o risco de não se desenvolver por falta de trocas que permitam as expansões necessárias para o desenvolvimento. Então, essa riqueza pode também ser cultivada promovendo o intercâmbio. Diversidade de perspectivas é um valor caro à cultura e à academia. Por isso que eu quis fazer esse link entre uma teoria econômica, da qual gosto muito, com a questão do desenvolvimento cultural. E, nesse momento, em que estamos com muitos recursos para investir em cultura, acredito que temos muito a capacidade de promover muitas trocas para enriquecer nossas cenas culturais.

Para finalizar, trazendo um pouco da questão da civilidade política no desenvolvimento e o papel da cultura, que foi um tema que a Cláudia Leitão tocou.

Nos últimos anos tenho visto um padrão destrutivo na América Latina e o risco de entrarmos em conflitos fratricidas.

Por exemplo, a Venezuela tinha um potencial imenso, era um país rico, com o dobro do PIB per capita que o Chile, Brasil e Argentina (para dar exemplos latinos) e muito superior à Coreia do Sul ou Espanha (para dar exemplos de outras regiões).³ Porém, a disputa radicalizada fora dos marcos institucionais entre dois campos políticos virou quase uma guerra civil, levando a um nível de pobreza triste. O risco de um processo similar está acontecendo na Argentina, e, em certa medida, no Brasil. O golpe contra a Dilma foi uma parte desse processo da incapacidade de dois campos poderem disputar, por dentro das regras democráticas, os seus projetos. Este tema transcende o Brasil e a América Latina, mas temos que estar atentos a como ele se materializa em nossa região. E a cultura tem um papel de tentar ajudar nesse processamento de manter um país minimamente coeso, sem um esgarçamento cívico.

E aqui quero pontuar duas questões do campo da cultura que acredito que estamos tendo problemas em lidar para evitar esse esgarçamento.

Vejo que é muito comum entre amigos e pares, olhar para a cultura sertaneja com o nariz torcido. Porém é incontornável a realidade econômico-social dos negócios agropecuários, na fronteira Centro-Oeste-Norte, e que gera também dinâmicas culturais próprias. Me parece que as políticas culturais que herdamos estão conseguindo se conectar com essas dinâmicas culturais e seus públicos.

A outra questão é a mudança na religiosidade da população brasileira. O país está sendo um caso único no mundo de mudança de predominância religiosa, sem ser pelo Estado, mas de baixo para cima. Não há nada mais cultural, do ponto de vista sociológico, do que uma dinâmica de mudança como esta. Porém aqui as atuais políticas culturais têm dificuldade de lidar com essas dinâmicas, de uma nova realidade de Brasil.

A política cultural, se quiser ter a sua participação de agregar valor nesse imaginário de um país mais solidário, de um país que tem capacidade de dialogar com quem pensa diferente, tem que conseguir conectar as políticas culturais com essas outras dinâmicas e dimensões do Brasil. Este é um grande desafio.

Não temos essas respostas claras ainda, mas precisamos começar a formular algumas propostas se queremos que não entremos nessa escalada fratricida. Por isso a importância de conseguirmos ter um debate com qualidade e com uma certa moderação, sem perder o compromisso de combater as violentas desigualdades históricas que temos no Brasil. São estas as pontuações que gostaria de fazer, contribuindo para o debate desta mesa.

Notas

- 1 | Encontro Nacional de Gestores da Cultura, realizado em agosto de 2023, em Vitória (ES).
- 2 | No site <https://atlas.cid.harvard.edu/> é possível ver visualizações do que o autor trata.
- 3 | Veja comparação com dados do Banco Mundial: <https://bit.ly/4c5NbwZ>.



COLEÇÃO CULT

Parte 7

Diversidade e transversalidades culturais



Palavras iniciais sobre diversidade e transversalidades culturais

*Leandro Colling**

Sabemos que antes do golpe contra a Presidenta Dilma, as pautas identitárias estiveram (e ainda estão) no centro do debate político em nosso país. Depois de tudo o que aconteceu, ninguém mais pode dizer que isso é uma coisa secundária, que não é uma coisa importante. Nós sempre sabemos. Mas, enfim, isso ficou muito nítido nas duas últimas eleições presidenciais e durante todo o governo Bolsonaro. Nesses últimos anos terríveis, as poucas políticas públicas que tínhamos para o respeito à diversidade foram praticamente extintas e duramente combatidas. Inclusive, o nosso premiado programa de prevenção e combate ao HIV-Aids foi desmantelado.

* Mestre e doutor em comunicação e cultura contemporâneas pela Universidade Federal da Bahia (UFBA), professor associado do Instituto de Humanidades, Artes e Ciências Professor Milton Santos (IHAC), professor e vice-coordenador do Programa Multidisciplinar de Pós-Graduação em Cultura e Sociedade da UFBA. Pesquisa as relações entre a sexualidade, gênero e a cultura. É um dos criadores e integrante do Núcleo de Pesquisa e Extensão em Culturas, Gêneros e Sexualidades (NuCuS).

O Ministério das Mulheres e a Fundação Cultural Palmares foram ocupados por pessoas opositoras das demandas dos movimentos feministas e negros. A extinção do Conselho Nacional LGBT foi uma das primeiras ações do governo Bolsonaro. Os direitos das pessoas indígenas e quilombolas foram constantemente violados. Terreiros de Candomblé e de outras regiões de matriz africana foram invadidos e depredados. Pessoas praticantes dessas religiões foram apedrejadas nas ruas. As universidades foram perseguidas e atacadas, em especial aquelas, como a Universidade Federal da Bahia (UFBA), que pesquisam os temas identitários de forma mais intensa. Colegas feministas da UFBA e de outras universidades receberam ameaças, inclusive ameaças de morte. Sem falar no absoluto desrespeito com os nossos trabalhos. Desrespeito esse vindo, inclusive, de alguns de nossos pares. Isso é apenas uma rápida e certamente incompleta síntese da barbárie ou guerra cultural, como foi pontuado em várias ocasiões, ao longo deste Enecult, (Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura), que vivemos nos últimos anos. Além desse quadro terrível, ainda tivemos e temos que combater algumas pessoas e grupos que se dizem intelectuais, progressistas ou de esquerda, que nunca colocaram o pé no movimento social e se sentem autorizadas para criticar o que chamam de “identitarismo” e até “preconceito reverso”. Para resistir a tudo isso e muito mais, os movimentos sociais, dentro e fora das universidades, os partidos políticos de esquerda, a sociedade civil organizada e as pessoas comprometidas com os direitos humanos exerceram um papel fundamental nesse período.

Muitas companheiras tombaram, como é o caso da mãe Bernadete, já muitas vezes citada, lembrada e homenageada neste Enecult. Mas nós estamos aqui. Continuamos na resistência, palavra que sintetizou bastante nosso trabalho nesses últimos anos. Então, para pensar sobre esses e outros temas, eu sugeri algumas perguntas para iniciar o nosso debate. Vamos ver se a gente consegue fazê-lo da forma mais dialógica possível.

São apenas quatro questões:

- 1) Como vocês avaliam, na atualidade, o cenário das políticas para o respeito à diversidade em nosso país?
- 2) Quais os desafios para reconstruir e construir as políticas de respeito à diversidade?
- 3) Como as diferentes identidades, os diferentes grupos identitários podem produzir movimentos interseccionais para a produção efetiva de novas políticas?
- 4) Para terminar, quais outras perguntas vocês gostariam de produzir e ou responder?

Políticas públicas e uma gestão antirracista da cultura

*Carol Barreto**

Como professora da casa há 12 anos, me sentindo professora plena apenas neste ano de 2023, pois consegui a retribuição por titulação, gostaria de falar sobre desigualdade na Universidade Federal da Bahia (UFBA). Venho refletindo sobre quanto a nossa posicionalidade e a nossa origem, interferem na trajetória de uma carreira na instituição. E, pelo menos, estamos aqui, mas espero presenciar uma factível expressão de diversidade nessa universidade, que isso não esteja apenas dentre as pessoas discentes que temos a honra de conduzir nas turmas.

As questões trazidas pelo professor Leandro Colling nos provocam a pensar no passado,

* Artista transdisciplinar, professora do Departamento de Estudos de Gênero e Feminismo (DEGF) da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal da Bahia (FFCH/UFBA) e pesquisadora do Grupo Gênero, Arte e Cultura no Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher (NEIM/FFCH/UFBA). Autora do livro *Modativismo: quando a moda encontra a luta*. Ed. Paralela, São Paulo, 2024. Criadora do conceito de modativismo, desenvolve trabalhos relacionados aos processos de redesenho na moda, averiguando as relações entre a linguagem, moda, o vestuário e a construção dos caracteres raciais, de gênero e suas interseccionalidades.

presente e futuro das políticas públicas. Como educadora, professora do Bacharelado em Estudos de Gênero e Diversidade da UFBA, do Departamento de Estudos de Gênero e Feminismo, pesquisadora do Grupo Gênero Arte e Cultura do Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher (NEIM), considero que a nossa existência como grupo de resistência na universidade, já demonstra muito o quanto é um desafio perene pensar políticas públicas nesse campo. Acredito que, pensar políticas públicas culturais nesse contexto, nos convida a pensar como a reflexão acerca de outros conceitos de Cultura – não hegemônicos, não europeus e que tratem das nossas experiências tácitas, de maneira a respeitar nossas histórias de vida, práticas religiosas e de sociabilidade – precisa ser o campo de condução da nossa produção como base para a compreensão do que são políticas públicas.

Nós temos visto muitas ações que usam os termos “gênero”, “raça” ou “interseccionalidades” nos seus projetos, mas sem aplicação de uma metodologia específica. Como professora da área de gênero, cultura e linguagem, observo que falar – assim como escrever – é um grande desafio. Compreendendo que discurso e transformação social estão imbricados, se não prestamos atenção na indissociabilidade entre forma e conteúdo, continuaremos reproduzindo, em todas as esferas de construção de conhecimento, a lógica de exclusão oriunda das matrizes produtoras das desigualdades. São muitos termos e palavras diferentes, como “marcadores sociais das diferenças”, “posicionalidade”, dentre outras questões que são traduzidas em novos conceitos, a partir da compreensão de que, sem a elaboração de uma nova linguagem não seria possível elaborar ferramentas de combate à transformação social. Pensando Linguagem de uma forma ampla, que considera a nossa aparência e todos os adornos colocados sobre a nossa imagem, compondo os aspectos discursivos da nossa corporalidade, como uma matéria biopsicossocial, podemos considerarmos Imagem como um elemento marcador. Isso não está distante da nossa experiência como profissionais, pois seja dentro da UFBA, seja no governo federal, em

qualquer instância de condução dessas práticas de gestão, se nós compreendemos que toda ação nossa – como pessoas integrantes de grupos minoritários em representatividade – precisa existir em respeito a nós, à nossa origem e, de maneira extensiva, à nossa comunidade, repensar o que é ativismo no contexto do nosso campo de trabalho é uma ação constante.

Então, caracterizando um pouco da minha atuação aqui na UFBA, eu tenho preferido ou escolhido, na verdade, atuar na extensão universitária, honrando o fato de eu integrar menos de 3% de mulheres negras que são docentes do quadro permanente da UFBA, mesmo na cidade de Salvador, Bahia.

Desde o ano de 2011, quando ingressei via concurso público, cada vez que ultrapasso a portaria da UFBA, eu agradeço e procuro honrar as minhas ancestrais. No entanto, ao mesmo tempo em que reconheço os privilégios, encaro os desafios, pois cada experiência difícil, comum às pessoas negras que frequentam essa instituição, obviamente eu já compartilhei. Mesmo como docente, para o olhar racista, eu sou somente mais uma pessoa preta soteropolitana, pois o meu *Curriculum Lattes* não anda comigo. Nós obviamente sabemos que a existência de uma mulher preta retinta, de uma mulher preta trans ou com deficiência, dentre outros marcadores sociais das diferenças, produz existências muito mais complexas, e assim questiono como é que nós tratamos dessa complexidade na nossa sala de aula? Será que eu, como mulher negra, cisgênero e nordestina, posso reproduzir as hierarquias opressoras em sala de aula? Assim, eu não estaria honrando esse lugar conquistado por todas nós. Então, como docente, também como ex-estudante, e egressa do Pós-Cultura, eu me mantenho chocada com o que é a UFBA.

Me mantenho chocada com o nível de exclusão aqui presente e com a sofisticação dos modos de discriminação dentro de uma sala de aula. Me mantenho chocada, não apenas com o fato de eu ter que justificar para a minha companheira da portaria ou para o companheiro que distribui

o equipamento na secretaria do Pavilhão de Aulas da Federação (PAF), que sou professora há 12 anos e não um estudante no “lugar errado”. Me mantenho chocada com o nível de adoecimento mental dos nossos e nossas discentes. Diante disso, acredito que, se não considerarmos que precisamos produzir um aquilombamento voluntário, crítico e diverso, jamais vamos conseguir somar forças para superar essa crise.

Eu entendo que agora conseguimos nomear algumas pessoas ícones da nossa luta, seja nos governos ou de uma maneira geral nas posições de liderança, mas precisamos ter ainda mais cuidado, já que estamos lidando com uma geração que acha que a desigualdade social está completamente resolvida, especialmente dentre as gerações mais jovens cuja sociabilidade se compõe por meio da rede social, dos recebidos, dentre outras questões atreladas ao mundo digital. Falando da minha área de atuação, nós temos tido em sala de aula, um desafio muito complexo para convocar as pessoas para a luta e mobilizar a partir do reconhecimento da nossa origem, de onde nós viemos. Para isso, precisamos provocar a complexificação das nossas estratégias em direção a uma produção de conhecimento que não separe a arte da ciência, saberes e fazeres ou as intelectualidades manuais das intelectualidades mentais. Eu espero, que, a partir daqui nós de fato consigamos construir uma sociedade que nos respeite.

Hoje estou trajada com roupa branca, depois de bastante tempo de resguardo como iarobá Iyarogba de Oxalá de uma casa de candomblé e espero que um dia não mais seja violentada, a cada experiência do meu cotidiano. É aí que nós complexificamos ainda mais a discussão sobre as relações entre linguagem, discurso, aparência e cultura, e a partir do entendimento de que nesta terra chamada Salvador, onde a pirâmide social colonial não foi superada, a imensa maioria de nós, pessoas negras, continuamos, infelizmente, ainda no mesmo lugar, na base da pirâmide. É importante compreender que, superar a desigualdade e construir bons resultados da luta, é entender que os ganhos não são pessoais ou individuais, mas devem ser coletivos. Se eu estou viva hoje,

foi por conta de uma luta ancestral e coletiva, assim cada conquista precisa ser compartilhada coletivamente. E esse compartilhamento acontecerá quando mais pessoas como nós (as pessoas presentes como palestrantes nesta mesa) estivermos em espaços de poder e decisão, porque os modelos de elaboração de projetos de políticas públicas, os modelos de editais de cultura, os modelos de editais de aceleração permanecem pautados na colonialidade do poder. Continuam enxergando as comunidades tradicionais como palco e seguem fazendo turismo em todas as comunidades em que nós trabalhamos. Eu falo isso a partir de uma experiência pessoal, a partir de uma postura individual crítica e como ativista, com uma trajetória na qual eu tenho sempre que consertar “equívocos” no curso de um trabalho, as vezes colocando a minha vida em risco, ou construindo determinados resultados significativos de trabalho em comunidades em risco.

Nós tivemos aqui na abertura do evento, três expressões artísticas importantíssimas, que já abrem a narrativa dessa mesa: “E se sou negra, não posso, se sou uma pessoa deficiente, não posso, se sou uma pessoa gorda, não posso”. Vocês sabiam que a cadeira padrão da sala de aula tem 50 centímetros de largura? Com que conforto uma pessoa gorda pode estudar?

Então, questiono quantos elementos no campo da cultura material continuam definindo aquilo que não podemos ser ou nos informando que esse não é o nosso lugar e que nós devemos desistir? Eu convoco para uma reflexão todas as pessoas aqui presentes, especialmente o grupo que constrói o CULT, o Enecult, mesmo sabendo que, infelizmente ainda lidamos com um grupo majoritariamente branco e que precisa criticar objetivamente o que é branquitude em cada ação. Branquitude é uma lógica que está no olhar, está na relação estudante-professora, está no privilégio de fala de algumas pessoas discentes, e outras não. É a partir da reflexão e da escuta que transformamos, porque, sem compartilhar esses espaços de poder, como é que vamos aumentar essa bancada de palestrantes sobre Diversidade? Como vão

poder convidar outras pessoas em posição ou cargo de poder e decisão, como algumas de nós? Pessoas criadoras de coletivos, que escolhemos compartilhar saberes a partir de outras vias – inclusive não formais – muitas vezes sem acesso a determinados financiamentos, mas compreendendo que estamos produzindo um aquilombamento crítico e assim construindo outros modos de produção de conhecimento.

Cultura e Comunidade: apontamentos para a manutenção da vida

*Georgenes Isaac**

Cultura. Pensar sobre diversidade, transversalidade e cultura. Pensar sobre política, respeito e diversidade, logo, pensar sobre direitos humanos, pensar sobre garantia de dignidade, pensar sobre acesso e distribuição, pensar sobre continuidade, permanência, pensar sobre presenças. Presenças, no plural, sempre, no plural.

Quando penso em cultura logo penso em comunidade e quando penso em comunidade penso sobre lugar, espaço, território, vida comunitária. Falar de cultura é também falar de moradia, de segurança alimentar, de acesso a um transporte público de qualidade. Eu pergunto para as pessoas aqui presentes: utilizando ônibus, saindo da casa de vocês,

* Ativista negro, ele é artista negro, diretor teatral, educador social e mestrando em artes cênicas pelo Programa de Pós-Graduação em Artes Cênicas (PPGAC) da Escola de Teatro da Universidade Federal da Bahia (UFBA). É idealizador do Coletivo das Lilitis, plataforma de criação artística LGBTQIA+, que há 10 anos vem atuando na cidade do Salvador, fomentando e fortalecendo debates acerca das dissidências de gêneros e sexuais através das artes cênicas.

em quanto tempo vocês chegariam aqui? Sigo perguntando: quem aqui já viveu em situação de não ter sua moradia assegurada?, e por último: qual o valor da atual tarifa de ônibus de Salvador? Quem tem R\$10,00 para garantir a ida e a volta para esse evento, local onde estamos? Para nós, pessoas LGBTQIAPN+, pensar em cultura é pensar sobre tudo isso. E pensar sobre tudo isso, vivendo a instabilidade de tudo isso é enlouquecedor, adoecedor, cruel.

Na minha vivência enquanto liderança junto a uma comunidade artística de mulheres e pessoas LGBTQIAPN+, o Coletivo das Liliths, sediado há 10 anos aqui em Salvador, tenho enfrentado todos os dias os mecanismos que foram criados estrategicamente para operarem contra nós. Sim, esses mecanismos existem e são muitos. Esses mecanismos são institucionalizados, autorizados por um Estado que pensa política pública com base na exclusão.

Vejam bem, estamos falando de um país que historicamente vem se organizando, ou melhor, se desorganizando, com base na exploração da mão de obra. Para nós, os últimos quatro anos foram torturantes, perdemos, perdemos muito, perdemos mais ainda. E seguimos lutando contra essas perdas e tudo que tem sido posto para nós. Nos últimos anos sofremos a perseguição e violência pública contra nós ser autorizada publicamente por esse Estado que legitima o nosso extermínio, trata-se de planos e estratégias de genocídio em curso.

Estão nos matando simbolicamente, socialmente e fisicamente. E a morte que falo aqui não é apenas essa morte física, mas, a morte que é reflexo da falta de acesso e distribuição dos bens público.

Fazendo um recorte para a comunidade da qual eu faço parte, em 10 anos de atividades ininterruptas apenas três vezes conseguimos apoio financeiro público. Em 10 anos de produção artística e cultural só conseguimos acessar por três vezes esses mecanismos, depois de muita luta. Esses mecanismos se resumem a um único conjunto de ações, os editais públicos, que são ancorados numa burocracia brancocentrada, em que apenas as pessoas alfabetizadas, estabilizadas financeiramente, com residência garantida e com estabilidade financeira podem acessar.

As nossas instituições públicas têm se empenhado em se comunicar conosco por intermédio da internet, das redes sociais, anulando assim os dados estatísticos que apontam que uma parcela significativa da população brasileira não tem acesso a internet. Logo, falar para a população apenas por esse meio, é mais uma maneira de seguir garantindo a exclusão.

Os mecanismos de exclusão estão assegurados e garantidos na burocracia, na lei, na legislação. Quando as instituições públicas, aquelas que deveriam pensar políticas públicas para o público, são questionadas acerca dessas estratégias excludentes a resposta, o contra-argumento, vem sempre justificado e ancorado na lei, na burocracia, na legislação.

Por isso, historicamente seguimos nos organizando em comunidade, nós, comunidades originárias, populações negras, comunidade LGBTQIAPN+ porque é a comunidade que tem feito há séculos o papel que deveria ser feito pelo Estado. É a comunidade, são nossos ajuntamentos que tem minimamente aferido para nós o direito a moradia e alimentação.

A pandemia de 2020 apenas acentuou o que já vivíamos e seguimos vivendo. Com As Liliths, seguimos insistindo, transformando da nossa sede, que é num imóvel alugado, em sede e espaço de moradia para nossas integrantes que vivem de maneira mais violenta com as injustiças sociais. Com As Liliths seguimos sendo perseguidas por uma política da vizinhança que não permite que acessemos um espaço cedido a nós no centro histórico da cidade, porque eles não querem que ali seja habitado por pessoas como nós.

Com As Liliths seguimos pensando nas artes cênicas de maneira diversa, plural, interseccional, traçando novas metas e rotas, reencontrando com nossos pares e ressignificando nosso fazer. Nesses 10 anos de atividade, nessa cidade e nesse país, ainda enfrentamos a falta de reconhecimento estratégico, o esquecimento planejado. “Eu não conhecia o trabalho de vocês” – é o que seguimos ouvindo das mesmas pessoas, nos mesmos lugares. Eles querem retirar de nós o direito a permanência e por isso, estrategicamente reservam para nós

os “pioneirismos”. A primeira mulher preta, a primeira trans, o primeiro indígena, a primeira bicha, o primeiro homem preto. Em quase todos os espaços que estamos, somos os “primeiros”, o estranho é que esses espaços foram feitos e pensados muitas vezes por nós e para nós. É uma denúncia em pleno século XXI e seguirmos sendo os primeiros em lugares, já deveriam ter sido acessado por nós a séculos atrás.

Por fim, para finalizar essa apresentação cansada, porém, cheia de saliva de vida, quero dizer a vocês que me escutam que até o momento eu não disse nada de novo. Todas, todos e todes já sabem de tudo isso que falei. E torna-se cansativo e constrangedor para mim, trazer tudo isso a público novamente, porém, entendo a importância do falar e seguirei falando, sempre que necessário for. Porque são nesses espaços de assembleias, de encontro com as diferenças que conseguimos nos organizar. A história conta como as grandes manifestações sociais, aquelas que garantiram direitos, conseguiram avançar, avançaram porque acreditavam na política da diferença, da interseccionalidade e da necessidade de garantia dos direitos básicos. Caminharam em frente porque sabiam que não somos todos iguais, caminharam porque acreditaram na importância de assegurar a vida.

Para seguirmos encabeçando os importantes movimentos políticos, estéticos e sociais desse país, precisamos seguir com garantia de dignidade, com o orí, a cabeça, orientada. Para continuarmos, precisamos das nossas presenças de maneira contínua e permanente nos lugares de liderança e tomada de decisão.

Contra o apagamento estratégico das nossas imagens e narrativas, contra os mecanismos de genocídio em curso, contra as burocracias legitimadas na exclusão seguimos produzindo arte e cultura. Porque arte e cultura não são artigos de luxo são necessidades básicas da vida, e isso, nossas mais velhas e nossos mais velhos, nos ensinam em casas e comunidades todas as vezes que nos sentamos em círculo para festejar a vida. Gratidão as bichas velhas que viveram até aqui para que eu estivesse aqui e gratidão as bichas crianças que seguem vivas me incentivando a abrir caminhos.

A realidade africana e o Brasil

*João Jorge Rodrigues**

Sou conhecido como um dinossauro do movimento negro. Sou alguém que vem, de bastante tempo atrás, das lutas para dizer que o Brasil não era uma democracia racial, para incluir no censo de 1980 o “diga sua cor”, uma campanha incrível. Ao mesmo tempo, durante os últimos 45 anos, eu fui de duas estruturas populares que reinventaram a cultura: o Bloco Afro Ilê Aiyê da Liberdade, que caminha para fazer 50 anos, e o avatar Olodum, que faz 44 anos agora, do Maciel, Pelourinho, um bairro de bicha, puta, viado, ladrão, intelectuais, gente de rua, que se reinventou através da diversidade da cultura, se reinventou através da transversalidade da cultura. que são os temas que nós estamos começando a pensar.

* Graduado em Direito pela Universidade Católica do Salvador (UCSal) e mestrado em Direito pela Universidade de Brasília (UnB). Tem experiência na área de Direito, com ênfase em Direito Constitucional. Além de ser militante do movimento negro. Foi presidente do grupo musical Olodum e membro do Conselho da Empresa Brasileira de Comunicação (EBC). É o atual presidente da Fundação Cultural Palmares.

O Olodum saiu de uma área de extremo preconceito social, que o Maciel-Pelourinho sofria, o Olodum sofria, o Movimento Negro sofria, para dar à Bahia uma imagem internacional: a mais poderosa imagem internacional que essa cidade, esse estado tem, através a da gravação, em 1996, entre Olodum, Spike Lee e Michael Jackson. Essa imagem atingiu agora a 1 bilhão e 100 milhões de visualizações. Esse trabalho foi gerado por um grupo popular brasileiro de música, de cultura, mais popular que existe no planeta. E ainda assim é, às vezes, apresentado nos lugares como apenas um grupo musical. O Olodum é a revolução possível. O que fizemos foi história, geografia, educação. Ocupamos a universidade, antes da universidade nos conhecer. Ocupamos as mídias internacionais antes da mídia brasileira nos conhecer. E com a produção dos homossexuais, as bichas e as travestis, nós fizemos canções que eternizaram este lugar do Brasil, que tanto ódio tem à população indígena, à população negra e às mulheres.

Andamos por 43 países do mundo, nos cinco continentes, com diferentes pessoas, Nelson Mandela, Malala Yousafzai, artistas e personalidades de todo mundo. Nunca vimos um sistema de ódio tão grande de discriminação racial tão perfeito como o que existe na Bahia e em Salvador. Passamos da África do Sul, aos Estados Unidos, ao sul dos Estados Unidos, à Inglaterra, à Irlanda, à Irlanda do Norte. Estivemos na Palestina, estivemos em Israel, estivemos em lugares onde havia guerra. Em nenhum lugar, o desapego, o ódio, a diferença são tão fáceis de serem vistos aqui no 2 de Julho, no dia a dia, ou nos 20 tiros que abateram, há oito dias, mãe Bernadette. As 40 cápsulas que estavam espalhadas, largadas ao lado dela, demonstram que o dia primeiro de maio, quando se instalou a Cruz Vermelha no sul da Bahia, com a população indígena assistindo, o assassinato continua.

Mulher, negro, indígena, quilombola, pessoas defendendo a terra, pessoas de orientação sexual diferente: o destino é morrer. O destino é ser atacado. Não há um Estado de direito para essas pessoas. Não há constituição para essas pessoas. Não há justiça para essas

pessoas. Mesmo que alguns de nós invoquem Xangô, o Deus, o Senhor do mundo ocidental da África, dos sudaneses, da justiça, ou peça aos deuses da justiça indígena. Não.

Bahia, 25 de agosto de 2043. A palavra mais comum para todos nós que estamos aqui é morte: a morte cultural, a morte educacional, a morte científica. E, pior, com a ausência de solidariedade da sociedade brasileira. Nós nos calamos, nós não acompanhamos os movimentos sociais que tratam dessa dor. Ah, mas foi o índio Yanomami, foi o índio dormindo em Brasília, foi um travesti que foi preso e que teve que limpar a delegacia, porque o comissário era um ser homofóbico.

Eu nasci na Rua do Bispo, no centro da cidade de Salvador, onde havia a 13ª Delegacia. Todo dia de noite vinham várias travestis, que eram levadas para lavar a delegacia, porque o comissário negro, que tinha um problema aqui na testa, saía com a patrulha e todo mundo ficava preso por um dia. Antes de entrar na Faculdade de Direito, eu procurei saber dele: “Por que você prende essas pessoas? “Para limpar a delegacia”. “Mas qual foi o crime cometido?”. “Serem quem são”. “Mas o que é que eslassão?” “Ah, são travestis”. “E não são cidadãs?” “Não, não são cidadãs. São travestis”.

Na Rua do Bispo, tempos depois, a Polícia Federal se instalou, porque descobriu que os comunistas estavam no “mangue”, no puteiro, porque era um bom lugar para se esconder. Havia dois lugares: os terreiros de Candomblé, que receberam muita gente fugitiva para se esconder, e o “mangue”. Então eu resolvi que nós deveríamos ganhar dessa estrutura. Por isso estou aqui. Como é que você ganha dessa estrutura se você não fizer a contracultura, uma inovação da cultura? Se você não apresentar dados novos para aquilo que a sociedade lhe apresenta?

O meu mundo de 1960 para cá, era europeu. Rapunzel, Ivanhoé, os personagens de televisão, as apresentadoras brancas, loiras, em um país que tem a segunda população negra do mundo – 102 milhões de afro-brasileiros – e que tem a população indígena crescendo. Eu só vim saber da minha origem indígena em 2014, através de um exame de

DNA. Minha mãe era mulher indígena, meu pai um homem descendente africano e ela demorava de assimilar isto. Ainda assim, eu tenho estado nos últimos 50 anos ao lado da luta indígena. Meus grandes amigos são Marco Terena, Ailton Krenak; além de Cláudia Corrêa da Associação Nacional de Ação Indigenista (ANAI). E falo com o meu irmão aqui, que quando eu digo que sou indígena, uma pessoa que trabalha comigo diz, “você é mentiroso, você é falso”. Por quê? “Você não pode ser indígena, você só pode ser negro, você só pode ser rasta. Você não pode ser indígena”. Eu sou indígena mesmo. E eu posso ser indígena, posso ser negro, posso ser europeu, posso ser ateu, muçulmano, comunista, católico, evangélico. Onde está a determinação do que eu não posso ser? Não está em lugar nenhum, foi concebida.

Dedico-me a pesquisar o Carnaval há bastante tempo e antes de estar no Ilê e no Olodum, eu pesquisei os possíveis enredos de Carnaval, que pudessem disseminar um outro conhecimento, um conhecimento não acadêmico, um conhecimento não dos professores, apesar de ser um pesquisador do Centro de Estudos Afro-Orientais (CEAO) da Universidade Federal da Bahia (UFBA).

Eu fui procurar na Europa e com os africanos, textos e conhecimento. E comecei a apresentar no Carnaval do Olodum, há 40 anos, a Tanzânia, Cuba, Moçambique, Egito, Atlântida, Lampião, Corisco, Maria Bonita, as rainhas africanas que as pessoas desconhecem aqui – Ranavalona III, Nefertiti, Nefertari, Ramsés II, Akhenaton, Tutancêmon de tal forma que fomos apedrejados. Os jornais da Bahia de 1987 disseram que era uma aberração afirmar que o Egito era na África e que os negros da Bahia podiam ser descendentes dos africanos do Egito. O *Jornal da Bahia* da época, a *Folha de S. Paulo*, a revista *Veja*, Antônio Risério, vários intelectuais disseram, “Rapaz, isso aí, você tem que parar com isso”. Waldeloir Rego... A academia rejeitou a ideia de que o Egito é um país africano e que a civilização anterior foi feita por africano. Na Bahia, no Candomblé da Bahia, na cultura da Bahia, tem muitas coisas do Egito africano porque dava orgulho aos pretos da Bahia. Mais

do que dar orgulho, retomava uma identidade partida, separada, quando os navios trouxeram de Gana, Senegal, Togo, Benin, Nigéria, Angola, Congo, Moçambique, os nossos antepassados, da maioria das pessoas que estão aqui. Mesmo quem não é aparentemente negro na pele.

O que isso causou? A cultura egípcia chegou no Brasil. “Faraó”, a música de Luciano Gomes, com 20 anos na época, é a música da Bahia, é a música do Brasil, é a música de 43 países do mundo. Todos os lugares em que o Olodum tocou, tocou essa música. Ela começa falando dos deuses egípcios, da mitologia egípcia, do casamento de Osíris com Ísis e termina dizendo: “Pelourinho, uma pequena comunidade que porém o Olodum unirá em laços de confraternidade, despertai-vos para a cultura egípcia no Brasil. Em vez de cabelos trançados, veremos turbantes de Tutacamon”. Ou seja, uma pequena comunidade, talvez a menor entre os bairros de Salvador, reinventou o bairro, devolveu à Bahia um patrimônio histórico abandonado, transformou o único cartão postal que nós temos e a música é cantada por todos os artistas da Bahia, vários artistas de todo o mundo e retrata apenas a chegada da igualdade.

Por que estou trazendo isso? Porque hoje, agora, está fazendo 225 anos da nossa principal história de igualdade nesse país, a Revolta dos Búzios. Entre 12 e 25 de agosto, os negros da Bahia, com os nossos aliados brancos e mestiços, proclamaram que, um dia, a igualdade aqui chegaria. Escreveram 11 avisos e colocaram em vários locais, da Piedade, da Preguiça, no Pelourinho e no Carmo. Esses avisos foram pegos pela polícia, que procurou sar quem, em 1798, sabia ler e escrever, entre os negros. Prendeu logo 12 pessoas. Não tinha escola pública, nós temos a tradição de não ter escola pública, de não ter universidade. Entre os presos, aquele que mais fez requerimento para melhorar o salário dos soldados, Luiz Gonzaga. Entre os presos, um alfaiate, João de Deus, na rua Chile, um homem preto de 23 anos, dizia que era o homem mais bonito da cidade, quem melhor se vestia e proclamava todo o tempo que a revolução ia chegar. Entre os presos, Lucas Dantas, morador do Terreiro de Jesus, costumeiro em falar que tinha que mudar o governo,

que a capital tinha que ser Salvador e que as pessoas tinham que obedecer aos negros e mestiços, e não o contrário. Eles foram presos até o dia 25 de agosto.

Um ano depois a rainha D. Maria I e seu filho, o Príncipe Regente, no dia 8 de novembro, mandou assassiná-los. Chegou no dia 5, a petição. Nós estamos na universidade, eu estou falando a partir do direito, do direito penal. Chegou a decisão: “eles precisam ser executados”. O advogado de defesa, o pai de Rui Barbosa questionou: “por quê?” Responderam: “Eles têm que ser exemplos. Não pode haver no Brasil democracia e igualdade. Não pode haver um governo democrático e igual. Eles têm que ir para a Praça de Piedade, para serem, esquartejados e, para Luiz Gonzaga, que foi quem escreveu, depois de morto, decepa as mãos dele”. Isso aconteceu no dia 8 de novembro.

Depois de 25 anos, a Bahia lutou e ficou independente. Alguns dos que estavam na revolta, apareceram no 2 de Julho, Cipriano Barata. E agora cometemos a infâmia de comemorar os 200 anos do 2 de Julho e não lembrar dos quatro assassinados jovens negros que deram a vida pela Independência do Brasil. Foi através do trabalho do blocos Afro que em 2011, a Presidenta Dilma transformou esses quatro em heróis da pátria: João de Deus, Lucas Dantas, Manuel Faustino e Luis Gonzaga. Poucas pessoas na Bahia racista sabem dizer o nome deles. Quem era, quem foram os pais deles, com quantos anos eles morreram. Onde está a celebração deles na Universidade Federal da Bahia? Em qualquer universidade? Há uma rua no Pelourinho, João de Deus Nascimento. Botamos a placa em 2007, o novo governo democrático tirou a placa. Botamos de novo. Na Praça da Piedade tem agora os quatro bustos desses heróis da pátria, os primeiros heróis da pátria da Bahia. E tem uma bandeira com as cores que eles pensaram. Todo o processo pode ser pesquisado no Arquivo Público da Bahia. São quase 800 páginas, quem eram, como foram presos, se estavam de calção e o que eles escreviam. Eles só falavam de igualdade. Jovens, jovens negros da Bahia.

Nesses 225 anos a Bahia não parou de matar jovens negros. Eu vim de Brasília para o enterro de Dona Bernadette, e vários políticos baianos estavam lá. Pessoas inclusive que devem ter sido os mandantes do assassinato dela, posando, todo mundo. Eu disse pra uma pessoa: “a Bahia é uma máquina de matar negros, de matar a população indígena”. Todos os dias, em Brasília, no cenário nacional sai: “na Bahia matou-se negros, matou negras, matou a população indígena”. Não é um lugar civilizado.

Hoje eu sou presidente da Fundação Cultural Palmares, um órgão do Ministério da Cultura, que patrocinou esse evento. Fui chamado pelo presidente Lula e pela ministra Margareth Menezes, para, com minha dureza de ser um dinossauro, ajudar a reconstruir o órgão público que mais foi atacado nos últimos seis anos. Os governos Temer e Bolsonaro colocaram uma pessoa negra na Fundação e ele passou todo o tempo atacando a comunidade negra, atacando as instituições destas comunidades, tentando desmoralizar e dizer que os racistas eram nós, que não havia negros e brancos. Foi uma vez escondido a Alagoas, na Serra da Barriga, em União dos Palmares, onde localiza-se o Quilombo dos Palmares, tirou umas fotos e voltou fugindo.

A atual direção da Fundação Cultural Palmares voltou há três dias de Alagoas, da Serra da Barriga. Nós vamos reconstruir a história de igualdade nesse país. E é o órgão mais atacado por ser um órgão de república. Um órgão simples, criado há 35 anos, símbolo do movimento negro, que já está de pé. Vai sair do setor de oficinas de Brasília para o setor de autarquia, uma casa nova. Lá teremos os ícones de toda a nossa trajetória no Brasil e dos 29 mil anos de civilização que nós criamos no continente africano. Nós não temos apenas 500 anos e a vivência aqui. Nós somos parte de uma civilização que criou a escrita, a arquitetura, a agricultura, mirou a astronomia, descobriu as estrelas, mediu as horas e, por acaso, criou as duas primeiras universidades do mundo, no Marrocos e no Cairo. Então, a Casa da Cultura que nós estamos criando é o símbolo não partidário da cultura. A população negra sempre precisou da população indígena para ir para os quilombos, para viver nos quilombos. Por

isso, os terreiros de Candomblé têm também o Candomblé de Caboclo. Tudo que nós somos, negros e indígenas, somos uma maioria desse país, maioria cultural, maioria em diversidade. Nós cometemos erros terríveis. Vieram para cá quase 600 diferentes etnias da África, de lugares as mais diferentes possíveis.

Nem todo mundo é Yorubá. Margareth Menezes é do Camarões, Zulu Araújo é Tikar, eu sou originário do Gana. Línguas diferentes, costumes diferentes. E a gente trata tudo assim. Temos os orixás, mas também temos os inquices tem também os voduns. Tem lugares na África que não têm o Candomblé. Nem tudo é o que parece, mas nós nos acostumamos com aquilo que os antropólogos nos deram.

E, concluindo, na posse do primeiro médico negro a assumir a direção da Faculdade de Medicina da Bahia, eu vim dar um abraço nele e ver esse fato histórico, já que eu nasci perto da Faculdade, no Terreiro de Jesus. Durante anos eu vi lá no prédio da faculdade: Galeno, o pai da medicina, e do outro lado, Hipócrates, pai da medicina. Eu disse ao doutor Antonio Alberto o novo diretor: “Agora é a hora e a oportunidade de se colocar naquele espaço que é o memorial da medicina, pesquisado mundialmente por ser esse lugar, e colocar o nome do pai da medicina. Ele olhou para mim e disse: mas quem é, Jorge? Eu digo, um médico egípcio e Imhotep”. Ele disse, é, não foram os gregos que criaram a medicina. Por que a universidade mantém aquilo ali? Por que mantém aquela mentira para que todos os pobres, pretos, as pretas, que sobem o Pelourinho, vejam ali os pais da medicina que não fizeram a mumificação? Ele não sabia o que fazer com o coração. Eles não trataram as diabetes, as doenças do coração. Quem inventou isso foram os africanos. Ainda hoje somos nós que damos a cura para várias doenças com medidas tradicionais, da mesma forma que a população indígena faz. Mas é muito fácil você enganar toda uma cidade, colocando na primeira Faculdade de Medicina, não aqueles que inventaram a medicina, não aqueles que fundaram essa ciência, mas voltar a dois outros. Então, eu espero que o meu pedido, ao primeiro diretor negro

da Faculdade de Medicina, seja atendido rapidamente. Não precisa nem retirar os dois gregos, mas apenas colocar corretamente a imagem do construtor da primeira pirâmide integral, aquele que também fez avançar a mumificação.

O Brasil não quer ser uma nação. A cidade de Salvador, o estado da Bahia, não quer ser um lugar civilizado para a nossa gente. A cidade é para o turista. É para quem vem de fora. É para quem vê algumas coisas e acha que nós avançamos. Se tiver novas ruas, novos hotéis, iluminação. Não importa que na madrugada, como de ontem à noite, certas ações tenham matado três pessoas. Vários mais ficaram extremamente assustados, porque, nós na realidade não nos incomodamos com as mortes em Pernambuco, Tancredo Neves, ou na Massaranduba, ou no quilombo de Palmares em Simões Filho, ou nas aldeias indígenas. Nós queremos o nosso bem viver, mas o que ocorre com o outro? E talvez isso que eu queria retomar aqui. Como conviver com o outro? Como respeitar o outro? Como atuar junto com o outro? Eu sou o outro. Eu não sou igual a ninguém. Eu sou igual no sangue que corre aqui, na consciência humana, do que eu pretendo que se faça e no respeito às diferenças. Então se eu sou o outro e quero isto, vou continuar acreditando que é bom sair de Brasília, vir aqui, ouvir, aprender, trocar e sair daqui melhor do que antes. Nós chegamos com uma experiência muito trágica, do que nos foi ensinado: o capitão do mato, o senhor de engenho, a forma que se deu a miscigenação no Brasil e a necessidade que o Brasil tem, e a Bahia e Salvador, de mentir a todos os momentos. Não tem questão de cor não, não tem questão de raça não, não tem questão de sexo não, tudo isso é mimimi de vocês. Vocês estão criando um problema. Então, para superar isso, eu vou ajudar, estou ajudando, vou contribuir, mas vou continuar falando essas verdades duras de se ouvir.

Ontem à tarde, durante a reunião do Ministério da Cultura (MinC), eu pedi a palavra para falar disso. Poxa, você está incomodando. Paciência. Não é possível o governo Lula não dar resposta para essas demandas. Há mais 10 quilombos ameaçados. Dos 10 quilômetros

ameaçados, seis são na Bahia, um no Ceará, um no Mato Grosso. Entre os 10 quilômetros ameaçados, cinco são liderados por mulheres. Ameaçados de morte para acontecer daqui a um mês.

Então, o governo popular, democrático, precisa cravar o direito à vida. O governo da Bahia, e eu tenho falado com o governador desde sexta-feira passada, tem que dar providência, apurar, investigar, dizer quem foi e punir. O caso de Dona Bernadette estava esperando há seis anos a titulação. Os poderosos impediram de todas as formas que ela recebesse a titulação e ela foi cravejada com quase 20 balas e 40 foram atiradas na mesma noite se não temos noção do que isso significa, então a precisamos fazer mais seminários como este.

Há uma guerra na Ucrânia, talvez haja guerra em outros lugares, em nenhum desses lugares há esse tipo de barbaridade. Seria um crime internacional para ser julgado pelo Tribunal Penal Internacional. Foram 20 tiros em uma senhora de 72 anos, sentada, 40 foram disparados. E uma semana depois, não se sabe de nada. Então assim, pode ser que a minha dor hoje, ela esteja bastante aguçada em função dos últimos fatos. Pode ser que a dor de outra pessoa esteja bastante aguçada pelo 2 de julho. Pode parecer que se trata de uma dor individual. Mas são milhões de pessoas, 2 milhões e 300 mil na Bahia e em Salvador, 77% são do estado da Bahia. Até quando essas pessoas não merecem o mínimo de respeito para que o estado brasileiro que fala de diversidade, transversalidade, não como uma coisa de falar para fora, mas para lá, para dentro, para praticar isto. O reitor da UFBA, Paulo Miguez, viveu em Moçambique, é um aliado fraterno da cultura negra, do Olodum, chegou ali na porta do estudante. Toda vez que vimos aqui, falamos com ele. A universidade precisa mudar, a Universidade Federal da Bahia (UFBA) precisa mudar. Ela precisa ser a Universidade Federal da Bahia, e não dos brancos da Bahia, e não do poder europeu da Bahia. Não da mentalidade da UFBA dos anos 60, na Bahia. Porque ela pode ser a melhor universidade do mundo se quiser, mas enquanto não tiver eu, a turma que está aqui, ela será só uma universidade dos descendentes

de portugueses na Bahia. E eu penso que a educação de universidades, o nome está dizendo, universidade, para todos, por todos e com todos. Agora, nós podemos também não fazer nada disso, apenas dizer, “olha, cara, você tá falando demais”. Eu já fiz a minha parte pela minha cidade, pelo que eu estava, pela cultura desse lugar. Vou fazer mais. Enquanto não conseguir democratizar a cultura, não desistirei.

Já sofri ameaças, já fui fichado, recebi o fichamento agora, recentemente, da Polícia Federal dos anos 1970, 1980. Não há nenhum problema. Tem lutas que não podem parar. A luta que nós estamos envolvidos aqui agora, ela tem que continuar, mesmo que pareça que estamos perdendo. Quem luta pela igualdade não perde nunca. Temos o exemplo de Zumbi, 323 anos. Temos o exemplo da Revolta dos Búzios, 225 anos.

Eles não perderam. Perderam os que mandaram matar, os algozes, aqueles que tentaram impedir. Agora mesmo, estes homens estão aqui olhando e batendo palmas. Olha o meu nome citado, olha ele dizendo onde eu morava, olha, mesmo que eu tenha perdido as mãos, os avisos estão no Arquivo Público da Bahia. Eu sei que muita gente que está aqui vai depois procurar esses documentos para ler, para ver, para saber como foi.

Quem luta pela igualdade, quem luta por democracia, quem luta por liberdade, nunca é derrotado. É uma aspiração humana. Nós andamos e caminhamos atrás desses bens. E esses são bens que ninguém tira. São bens do coração e da cabeça.

Interculturalidades indígenas em contextos

*Jerry Matalawê**

Início saudando as professoras Clélia Neri Côrtes, que é uma amiga não só minha, mas também de muitos povos indígenas do Brasil, porque ela já fez trabalhos em diferentes espaços e regiões, assim como, a professora Thelma Lima Ramos da Cunha que é do Instituto Federal da Bahia (IFBA), e está coordenando as ações etnoeducacionais voltadas para a comunidade indígena aqui na Bahia, através do Instituto Federal. São pessoas que eu conheço e que me sinto mais próximo e vinculado para poder saudar a todos em nome delas. A primeira questão que está colocada como desafio, é pensar os processos que estamos vivenciando, em relação aqui aos aspectos culturais.

* Pataxó, licenciado em Ciências Sociais pela Universidade do Estado do Mato Grosso (UNEMAT), tem especialização em Gestão e Direitos Humanos pela Universidade do Estado da Bahia (UNEB). É mestre em Antropologia Social pela Universidade Federal da Bahia (UFBA) membro do grupo de pesquisa Atxôhã e atual Coordenador Executivo de Política para os Povos Indígenas, na Superintendência de Política para os Povos Indígenas, da Secretaria da Promoção da Igualdade Racial e dos Povos e Comunidades Tradicionais do Estado da Bahia.

Penso que a oportunidade de discutir as questões culturais, numa perspectiva de política cultural tem uma dinâmica diferente para estes povos. Primeiro, porque não estamos falando de um povo só, estamos falando de povos diferentes, de etnias, de múltiplos saberes e referências. No Brasil, ainda não temos a contabilização final do novo do censo nacional, mas, ainda citando o Censo de 2010: nós somos pelo menos 305 povos, mais de 270 línguas faladas, e com diferentes formas de ver o mundo, de ser e existir, ou seja, de fazer culturas. Só nesta pequena mostra das dinâmicas culturais, já apontam os desafios de pensar os contextos das múltiplas relações interétnicas entre povos indígenas.

Por outro lado, ainda temos o desafio das relações interétnicas entre os povos originários com a população não indígena em geral. No meu caso, eu sou um homem indígena com o fenótipo de uma pessoa negra. Quer dizer, nós Pataxó já temos uma mistura com diferentes segmentos populacionais, e neste contexto, cabe também essa afirmação para a maioria dos povos indígenas do Nordeste. E isso quer dizer que os povos indígenas já têm convivência e conexão com outros diferentes povos. E, quando um homem indígena com aparência negra, e quando eu pronuncio uma frase na língua indígena, as pessoas passam a estranhar como se esse aspecto cultural já não fosse mais o cotidiano de um povo indígena que vive no Nordeste brasileiro, ou talvez possam imaginar que esse já não seja mais o meu lugar de direito de pertencimento. Essa visão equivocada, revela a negação do nosso direito de existir de forma própria e plena. Então, pensar as questões culturais indígenas é pensar também nesse processo de apagamento das identidades indígenas.

Outra questão, é que precisamos entender o contexto histórico de negação, pois essa é uma questão fundamental para discutir os contextos dos processos de valorização e reconhecimentos das nossas diferenças étnicas. No caso da população negra sempre esteve muito próxima aos contextos da população branca, e aqui quero dizer, próximo ao ponto de poder incomodá-los de certa maneira, mas resguardando

ainda a possibilidade de um grau de tolerância interessada na convivência entre ambos os lados. Já no caso da população indígena a tendência predominante sempre foi o afastamento. A visão é que o indígena tinha que ficar na selva, tinha que estar pelado, tinha que estar longe do convívio social do mundo dos colonizadores e seus interesses. Essa era a ideia, as primeiras relações dos europeus com os indígenas, havia um nível de separação e, muitas vezes, repulsa violenta, não havia o mesmo lugar para os brancos e para os indígenas, existia sempre uma separação, e essa separação era colocada também pela igreja, resguardando a sua posição de aceitação, apenas quando estes indígenas, que passaram por catequese ou/e por outras formas de colonização, não lhes exigiam direitos.

É perceptível a desinformação, a manutenção de diferentes estereótipos que perduram na cabeça da maioria dos brasileiros que, para ser indígena, tem que ser da região do Amazônica, tem que falar a língua tupi, tem que morar em oca, comer mandioca, e assim por diante. Essa é uma ideia de generalização, e ao mesmo tempo, de simplificação das identidades, como se a gente fosse uma cultura única, como se fosse um povo só. E penso que esse é o principal nível de dificuldade nessa forma precária de pensamento. Os brasileiros têm um “índio” idealizado, mas se incomodam com a ideia da presença do indígena real. Uma coisa é, conceber a ideia de “índio” numa chave que isso tudo era, no passado, posição esta, reafirmada nos livros didáticos, até recentemente.

E como é na prática ser um indígena real, no dia a dia? Eu costumo dizer assim: “eu negão em Salvador dizendo que sou índio”. Coloco tudo aqui entre aspas para expressar um pouco a ideia de enfrentamentos que vivencio enquanto um indígena sem o fenótipo esperado pela sociedade atual. Num diálogo com outras pessoas, fora de minha bolha, eu tenho que explicar primeiro quem eu sou, para depois pensar, exercitar com essa pessoa a ideia de um vínculo com a população indígena Pataxó. Depois, se a pessoa ainda se mantiver interessada, nessas duas fases anteriores, eu começo a dialogar de maneira mais franca

sobre a temática indígena. Afirmo a vocês que a grande maioria das pessoas está com a cabeça vinculada a uma ideia errônea sobre povos indígenas. E quem está em posição divergente, com certeza, não tem a intencionalidade de ouvir e respeitar o que eu estou dizendo. Primeiro porque eu sou um indígena com o fenótipo de pessoas negras, e se ele me olha e ver em mim somente que eu sou negro, como é que eu sou indígena? Que estranheza é essa? Então, passam a me colocar num lugar menor porque acham que eu sou negro?

E se eu disser que sou indígena, eu estou deslegitimado duas vezes? Por que alguém que tem o fenótipo negro está dizendo que é indígena? Então, como pensar as questões indígenas a partir de outras questões que não são os estereótipos colocados por outras pessoas? Essas são coisas que talvez mais me impressione em Salvador, eu vejo e passo na pele isso no dia a dia.

Estou vivendo em Salvador há 17 anos em função do trabalho, mas a primeira vez que eu fui ao 2 de Julho, foi em 2023, como essa memória está muito recente, e é uma memória de um fato interessante. E eu fui com o meu cocar, e com outros parentes que estavam aqui para essa festividade. Naquele momento, eu vi revelado de diferentes formas como é a ideia do racismo contra pessoas indígenas reais. Vi como as pessoas estão muito preocupadas e impositivas em dizer alguma coisa sem pensar como isso machuca as outras pessoas. Eu ouvi pessoas dizendo “índio paraguaio”, eu ouvi “vai para a Amazônia, aqui não é o seu lugar”, “vocês não são índios de verdade”, e de diferentes outras expressões perversas recheadas de racismos e xenofobias.

Eu tive, por exemplo, o desprazer de um homem negro que estava ali naquele espaço vendendo seus produtos numa caixa de isopor, e ele me chamou, e disse: “Você não é índio de verdade”. Aí eu respondi de imediato, “e você é negro de verdade?”. Aí ele meio que se assustou quando foi deslegitimado. E eu insisti, como é que você tem o direito de dizer que eu não sou indígena? E na hora que eu revelo para ele, a minha posição, vai enquadrar ele numa posição desconfortável, ele começou a

ficar um tanto quanto nervoso. Ele disse vociferando, “Pode ir embora daqui porque eu não estou querendo conversa.” Então eu falei, “Olha, nós temos que lembrar que a sua posição de subalternidade que você está vivendo aqui é a mesma subalternidade a qual estou submetido, estou atrás dos políticos que estão aqui indiferentes as nossas causas. De alguma forma, muitos têm é nojo de todos nós. Eles tão querendo que essa situação de contato com o povo passe o mais rápido possível. Na minha reflexão, quando eu tentei dialogar com ele, ele ficou todo nervoso. Primeiro, a ideia dele ao dizer que eu “não era índio de verdade” era uma tentativa de me desqualificar, de questionar minha posição. No entanto, meu cocar é representativo dos povos originários. Mas o pior sentimento é ver que às vezes, os nossos possíveis aliados, que estão tão subalternizados quanto nós, conseguem ser tão perversos quanto aqueles que são declaradamente nossos inimigos e muitas vezes querem nossas terras, e até mesmo, a nossa morte enquanto povos diferenciados.

Reafirmando, isso que me assusta em Salvador, é perceber que o racismo não está só voltado à população negra. E quando estamos falando de racismo contra a população indígena, as pessoas (brancas ou negras) acham que têm o direito de dizer quem é indígena e quem não é. As pessoas acham que têm o direito ou têm a audácia de definir se eu sou ou não indígena, a partir de uma lógica da visão e interesse de mundo dele. Assim, acho que é muito importante que tenhamos espaços mais como esse, e da necessidade de reconstituir, reconfigurar esses espaços com as presenças e narrativas indígenas.

Uma outra questão ilustrativa. Tenho uma irmã que estuda no Curso de Estudos de Gênero e Feminismo, curso no qual atua a professora Carol Barreto aqui presente. Outro dia estávamos conversando sobre essa ideia das linguagens, das formas de produção, por exemplo, da ideia de se relacionar entre os próprios indígenas estão mudando rapidamente por interferências do processo de colonização. Ela, por participar do curso citado, começou a ter dificuldade, inclusive, de convivência

em casa com o esposo, porque passou a ter uma outra necessidade de performar neste outro lugar de fala feminina, que é também do curso dela. E isso, é claro, também passa a incomodar em casa. Significa que também os homens indígenas, também as pessoas indígenas que estão lá nas aldeias, precisam, de alguma maneira, conhecer outras formas de produção de conhecimento e cultura, a exemplo, outras formas de estar e se relacionar aqui na cidade. Podemos dizer que para aquele casal está posto um desafio de convivência para ambos os lados, tanto viver com os princípios do povo indígena como os da sociedade envolvente.

O que eu estou tentando dizer é que não há algo deliberado em um lado só. Todos nós temos preconceitos de alguma forma. Todos nós temos ignorâncias. Mas também, temos todas as possibilidades de reaprender um com o outro. E um espaço como este é o início, que trata da diversidade, ele é pleno e cheio de significados e valores, porque demonstra a cada um de nós a necessidade de sair do lugar de conforto, de ir de encontro, e poder acolher o outro. E eu acho que esse é o grande desafio que a gente tem pela frente, de repensar essas nossas lógicas, de poder reconstituir livremente nossas identidades, mas poder também viver as nossas culturas baseadas nos valores básicos da paz e de boa convivência.

Para finalizar compartilho mais uma situação. Eu fui participar da festa Aragwaksã, do meu povo, na reserva Pataxó da Jaqueira, em Porto Seguro. E foi uma coisa muito interessante ver o povo Maxakali, ver o povo Guarani, os Yanomami, inclusive, vieram também. E nós estávamos lá com parte dos Kiriri, com os Pataxó Hã Hã Hãe e com os Tupinambá. Uma diversidade linda de culturas e saberes. O interessante foi, quando eu comecei a olhar a realidade de outros parentes, eu percebi que as nossas aldeias que estavam lá, na hora que iam fazer um canto que eu conhecia, eles estavam cantando tão diferente um do outro. E eu só pude ver que o meu parente estava cantando diferente e legitimá-lo, porque eu tinha acabado de entender que toda aquela diversidade ali era necessária para os povos indígenas e para sociedade

em geral. Então, mesmo uma pessoa como eu, que estuda o meu povo Pataxó há mais de 20 anos, pois sou membro do grupo de pesquisa Atxôhã, me dei conta dessa questão que, a meu ver, estava acontecendo muito natural e potente.

Então, pensar a nossa diversidade, pensar nossas culturas, é talvez não pensar sozinho, mas pensar com o outro, dialogando com outras culturas de forma positivas e não impositivas. Essa questão tem que ser trazida para o debate, tem que ser colocada de outras formas e com outros termos, porque estamos passando a ideia de cultura também por hegemonia. E isso significa que seria tirar uma ditadura e colocar outra no lugar. Quero afirmar que é necessário repensar essas lógicas dominantes, estabelecendo novas bases, nas quais, todos tenham realmente alteridades. Tenho esperança de que consigamos ver no outro a grandeza necessária que ele quer se colocar e não onde eu quero colocá-lo. Agradecemos muitíssimo a essa universidade e a todos aqueles que estão organizando esse grandioso evento, por oportunizar, a todos nós, a possibilidade de repensar, nós por nós mesmos, e no outro e todas essas nossas relações juntas.

Reconstruindo com Diversidade: perspectivas e desafios da Secretaria Nacional dos Direitos das Pessoas LGBTQIA+

Symmy Larrat

Mesmo impactada pelas provocações já apresentadas, que nos tiram do eixo e nos movem – e que bom que nos movem, pois continuamos nos movendo e nos provocando o tempo inteiro e provocando essa onda de mudança –, eu fui convidada como Secretária Nacional dos Direitos das Pessoas LGBTQIA+, do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania, e quero usar este espaço para responder. Ainda que eu seja oriunda dos movimentos sociais, oriunda de diversas outras interseccionalidades e localidades que compõem a minha existência, vou direcionar a minha abordagem a partir desse lugar de onde eu fui convidada.

* Secretária Nacional dos Direitos das Pessoas LGBTQIA+ Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania.

Ao ser perguntada sobre como estão as políticas de diversidade, as políticas culturais, as políticas para as populações vulneráveis, as políticas de direitos humanos, duas coisas me vêm à cabeça. Primeiro, uma plaquinha escrita “em obras”, porque encontramos um desastre, tudo revirado, muita coisa destruída, e queremos recompor isso tudo. Mas não podemos rejeitar a perspectiva de que estamos recompondo, construindo coisas novas em cima de tudo que vivemos, sem analisar o que foi que vivemos. Gosto muito quando o Ministro Silvio de Almeida fala que “o Brasil voltou”, esse jargão que usamos. E ele diz que “a gente não voltou para fazer a mesma coisa”. A gente não pode se permitir voltar e ponto. Voltamos para fazer diferente.

Às vezes, eu tenho a impressão de que uma parte de nós acha que entramos em uma máquina do tempo e voltamos para 2016. Não dá para pensar isso, dizer que está tudo bem e achar que vamos construir a mesma democracia. Se não entendermos que a nossa chegada tem que promover a construção de uma outra democracia e que a nossa estadia nesse lugar — que é um lugar de poder, que é um lugar de ocupação do Estado — é parte da disputa do poder. Para não passarmos por tudo isso outra vez, para não revivermos tudo isso. Ouvir essa história serve para ressignificarmos o que estamos vivendo.

O que estamos fazendo, portanto, é buscar entender como vamos mexer nessa estrutura, para não fazermos a mesma coisa que fazíamos, ou que não fazíamos. Precisamos entender também que, para fazer tudo isso, precisamos ter ousadia. Não sei mais se estamos na resistência ou na persistência, porque persistimos, vamos insistir até ter o que é nosso. Então, esses elementos, para mim, são importantes para que entendamos qual democracia queremos disputar e qual construção de política pública queremos fazer a partir disso.

Eu cheguei em uma secretaria que é uma secretaria nova, que não existia. Esse é o maior escalão da pauta LGBTQIA+ no mundo. Não tem outro lugar no mundo em que a pauta LGBTQIA+, na política pública, esteja em um lugar tão elevado quanto o nosso. Fico refletindo, não

só sobre o desafio, o que já dá um frio na barriga, mas também sobre o que nós vamos fazer com isso. Logo que eu cheguei, o pessoal falava muito, é tão simbólico isso: “A primeira a ocupar a secretaria é uma travesti. Ela veio do Norte. Que legal.” Eu dizia assim: “Não, não dá, é importante, demarcar aquilo que você falava, a primeira, o primeiro, primeiro, mas temos que pensar que é necessário superar esse lugar da representatividade”. É importante demarcar, é importante homenagear, mas nós, queremos que isso tenha um efeito, seja pedagógico, venha acompanhado de um processo pedagógico que nos faça mudar essa realidade, a partir desse lugar que foi construído.

Nesse sentido, as reflexões que me antecedem trazem brilhantemente que o Estado foi construído. E o DNA do Estado é um DNA que não nos inclui. Tudo é feito de forma a não pertencermos, para que não participemos, é para nós não chegarmos juntos, é para nós sentirmos o cheirinho da democracia e ficarmos com fome. Então é para nós não chegarmos lá.

É um desafio muito grande construir isso. Por outro lado, construir, participar e estar na condução desse processo de construção de uma secretaria em cima de uma terra arrasada, nos permite também fazer do nosso jeito. Então, estamos na secretaria fazendo e pensando esse exercício, entendendo que nós temos uma emergencialidade.

Tem coisas que são emergenciais, que precisam de resposta e sobre as quais precisamos atuar, ir fazendo e construindo, dando resposta, contribuindo, colaborando, indo aos lugares, fazendo o diálogo que precisamos fazer. Por isso, retomamos o conselho, e fizemos algumas ações no início do semestre, construindo a estrutura da secretaria, que não existia. Por exemplo, eu não assinava despesas, só comecei a assinar despesas no final de abril. Então, você também precisa se apoderar da burocracia para fazer funcionar.

Nesse processo, é necessário ir se apoderando e fazendo ao mesmo tempo. Mas se tem algo que nós aprendemos, nos últimos anos, e aí eu falo da pauta LGBTQIA+, é sobre a necessidade de institucionalizar

essa política. Não existíamos na política pública, foi uma ousadia. Na atualidade, você vai construir uma Secretaria Nacional dos Direitos das Pessoas LGBTQIA+ baseada em quê? Motivos nós temos, mas não temos os elementos da política pública: não temos uma política nacional, um programa nacional, uma fundação, um fundo... O que nós temos de conquista, no Supremo Tribunal Federal (STF), o governo federal até hoje não fez o seu papel de regulamentar. Não tem regulamentação alguma.

Eu era presidenta de uma rede, antes de estar em uma rede nacional, antes de estar de volta ao governo federal, porque já trabalhei antes também, nós questionávamos todos os anos, depois da decisão do STF, os estados. Um estado dizia que não sabia quantos registros havia de violência contra a população. Como é que não sabia? Como gerir algo sem saber o que está acontecendo? Tem estado que faz de uma forma, tem estado que faz de outra.

Ao falarmos na autoidentificação de gênero, o que abarca? A retificação do prenome e gênero, mas o STF não determinou a mudança de seu prenome e gênero somente. A autodeterminação de gênero é um direito. Então, por que estamos debatendo banheiro? Essa nem é pauta nossa, é pauta que inventaram para nós. Por que estamos ainda debatendo como vamos estar na previdência, se conseguirmos nos aposentar? A aposentadoria ainda é um privilégio cisgênero.

Tem coisas que estamos debatendo que são basilares nesse processo. O afeto, por exemplo, “Pode casar, mas não precisa, não é?”, “não precisa você fazer isso na frente dos outros...” Ou seja, ainda estamos disputando coisas que deveriam estar sanadas, e que não estão. Precisamos ficar lembrando o tempo todo. Não, mas tem uma conquista, mas tem algo ali pelo que lutamos. Acho, também, que precisamos rever estratégias, porque nós temos um péssimo hábito de nos contentar com o *like* do Instagram. A pessoa vai, faz a foto e acha que resolveu. Temos esse hábito, as redes sociais trouxeram e trazem várias dinâmicas das quais nos apoderamos, que usamos, que são interessantes, mas o debate não

é esse. As redes também nos viciam em coisas que nos bloqueiam. Não fazemos mais ação de rua, muitas vezes, não vamos ocupar as portas das escolas.

No Plano Plurianual participativo, foi muito interessante. Inclusive queria ressaltar que é preciso ter *aquele*¹ para fazer política pública, você não faz nada sem recursos. E então é necessário estarmos no Plano Plurianual (PPA), esse processo de construção que eu falo também inicial passa por isso. Retomando, vamos ter, pela primeira vez, um programa específico para a população LGBTQIA+ no PPA, o que nos permite – não garante, não vamos nos enganar – um outro lugar de disputa. Em São Paulo, fizeram um panfleto com QR Code e foram para a porta das escolas pedir voto para o PPA. Eu achei muito interessante esta ação, porque voltamos a conversar com as pessoas, que olhavam e perguntavam “mas o que é isso?” E você tem que explicar. Então, eu acho que precisamos pensar também nessas estratégias. Eu falo de institucionalizar a política, para termos as ferramentas, porque elas também não estão dadas.

Tem outras disputas também que precisam ser realizadas, mas certas coisas precisam ser derrubadas para construirmos em cima. Agora, se nós formos perceber, tem várias coisas para nós movimentarmos. Os nomes das universidades, os nomes dessas ruas, esse modo de fazer, uma porção de coisas que precisamos disputar também. E, para isso, nós pensamos em como fazer isso. Um Congresso dos mais reacionários. Como é que vamos dar conta de fazer isso? Como vamos conseguir aprovar certas normas, pensar certas disputas em um Congresso que queria que a nossa secretaria não existisse e colocou isso como pauta na aprovação da medida provisória? E que, pela primeira vez, eu vi o governo bancar isso em um pacote. Faltou em áreas como na área indígena, como na área do meio ambiente. Mas na nossa pauta, eu quero dizer, eu nunca tinha visto o governo chegar e não ter que votar com isso dentro. A gente sempre era negociada, inclusive nos governos populares.

E, pela primeira vez, eu vi e achei muito interessante. Nos dá uma outra perspectiva, mas como fazer isso com esse Congresso? Cada vez mais reacionário, cada vez mais. Toda vez que temos algo para falar, soltam uma pérola sobre nós, para tirar o foco, dizem que aquilo é central do debate. Então, o como fazer isso também é complicado. Temos que pensar estratégias que nos ajudem a institucionalizar a política e que, ao mesmo tempo, dê conta de ser mais do que nós fizemos antes para que não seja facilmente apagado. Então, como é que fazemos isso? Primeiro, com muito diálogo e muita participação popular.

Segundo, fazemos com muitas parcerias. Então, ter PPA, ter mais orçamento do que tínhamos – menos do que precisamos – nos ajuda nesse processo e nos ajuda a dar capilaridade federativa para o processo. O que quero dizer com isso? Se começamos uma política desenhada, e essa política está nos estados, está nos municípios, está com as organizações de base, está nos comitês populares, está com os organismos internacionais, vai ser mais difícil do que foi, caso aconteça um desastre que esperamos que não aconteça. Caso o Congresso queira barrar uma ação nossa, será possível dizer: “Opa, pera aí, tu não tá mexendo só com a gente!” Então precisamos introjetar, começar a fazer algumas entregas reais de ponta, fora o que nós já fizemos de normativa, de indicações, e de mostrar também para o Brasil e para o mundo que nós temos uma outra forma de fazer. Foi isso que nós fizemos com o processo simplificado para pessoas refugiadas LGBTQIA+.

Nós estamos dizendo para o mundo qual é a nossa posição. Isso é muito importante, sobretudo, quando nós debatemos, inclusive com países com os quais temos afinidade ideológica, mas com aqueles que nós não temos também, porque nós defendemos, temos uma afinidade no campo. Nós também temos que ser inspiração desse processo e colocar isso na mesa de negociação, porque não dá para construir a política pública sem isso. E quando vamos fazer parceria para construir a política pública, seja com o capital, seja com outros países, seja com qualquer parceria que for, a pauta de direitos humanos não pode ser

algo isolado, que anda em paralelo ali na esquina. Ela tem que estar no centro do debate.

Todas essas pautas que estamos falando aqui, que compõem essa gama de tanta diversidade, têm que estar no centro do processo. Porque, se não está no centro do processo, não vamos ter mudança. Vamos continuar investindo em arma e viatura e não no que temos que investir para promover a real mudança.

Para dar alguns exemplos, o que iniciamos na secretaria e planejamos para essa gestão? Retomamos o conselho, construímos a secretaria, teve o processo simplificado, o edital que nós lançamos e iniciamos um processo que é um processo de memória e verdade. Construímos um grupo de trabalho de memória e verdade que, através de um financiamento, vamos fazer as oitivas necessárias para contar a nossa história a partir de nós mesmos, da nossa forma, e começar a registrar o que vai pautar toda a nossa estratégia de agora em diante.

Então, nós convidamos algumas pessoas, estamos identificando alguns territórios nos quais precisamos ir levantando essas pesquisas que contam essa história. Nós temos situações que acontecem e são muito famosas, por exemplo, no centro de São Paulo, lá com o Richetti, que perseguiu as travestis e toda aquela violência... Fala-se muito sobre São Paulo, mas isso aconteceu em Belém do Pará, aconteceu em Pernambuco, e nós estamos começando a levantar essas histórias para contar a nossa história e apresentar um produto que não tenha simplesmente resoluções, mas que tenha um plano de ação de reparação.

E aonde queremos chegar? É um plano que não é só um plano nacional de promoção da cidadania, não é só isso, é um plano de reparação. E a partir disso tudo temos que viabilizar uma forma de reparar essa questão. E, ainda, construir a Política Nacional dos Direitos das Pessoas LGBTQIA+. Diferente de todas as outras pautas, nós não temos nenhum marco regulatório. Se abordarmos a população de rua, população indígena, crianças e adolescentes, pessoas idosas, mulheres, todo mundo vai ter onde ser referenciado na política. Para cobrar, para

dizer que não está certo, para falar que não é aqui. Nós queremos, nesta gestão, entregar o desenho da política nacional LGBTQIA+. Com programas nítidos de enfrentamento à violência e de trabalho digno para as pessoas LGBTQIA+. Nós convidamos todas as pessoas, pois devemos lançar até meados de setembro a convocatória da próxima conferência, que vai acontecer, nacional, em 2025, mas que em 2024 vai ter as etapas municipais e estaduais.

Tudo isso que estamos debatendo, queremos que as pessoas se apoderem, contribuam para que consigamos, com a força social de uma conferência nacional, apresentar isso para o governo brasileiro e para a sociedade brasileira. Mas temos que aprender que não dá, como já fizemos no passado, para construir normativas de qualquer lugar, ou que não nos ajudam, só para termos o *like*. Precisamos entregar algo que seja pactuado com a gestão que existe hoje das pessoas LGBTQIA+, que estão ocupando esse lugar, com os movimentos sociais, com essa escuta que as conferências promovem, para que entreguemos um produto do qual tenhamos orgulho e que possa ser uma boa ferramenta de disputa desse Estado caótico. É para isso que queremos estar no governo, é para alterarmos o DNA desse Estado que nos coloca para fora. No último período, vimos isso.

Quando vamos fazer uma rápida pesquisa no que aconteceu nesses últimos quatro anos, é aterrorizante como a política, a narrativa é de morte. É o tempo todo, defendendo a morte das outras. Se justifica nisso, as viagens internacionais que eu fiz, o pessoal relata histórias absurdas do que o governo brasileiro defendia e contava histórias sobre a população indígena do Marajó, sobre o que as pessoas LGBTQIA+ fazem e porque precisamos ser exterminadas, não de uma maneira tão nítida, mas a narrativa que construíram era essa. Então, como é que vamos, com essas ferramentas, construir um processo de disputa real do Estado e não da normativa, pela normativa?

Teremos que disputar o atendimento da saúde, teremos que disputar o formato de atendimento da assistência social e assim por diante.

E construir juntamente uma narrativa. Mas é o início de um processo de disputa que vai além das normativas em si ou das políticas que conseguimos construir. Como eu falei, nós vamos construir a política, mas não podemos esperar ter a política. Então, vamos começar num processo de fortalecimento dos espaços de gestão, dos conselhos municipais e estaduais, levando equipamentos, contribuindo com a equipagem daquele lugar, nos estados e municípios para fortalecer a política LGBTQIA+. Imagina o que é ter um conselho no interior de São Paulo, no interior do Piauí. . .

Então, o recurso tem que chegar, a estrutura tem que chegar. Queremos fazer um processo do qual tenhamos muito orgulho, mas que não espere o marco regulatório, e vamos testando isso. Queremos, em 2024, já testar o nosso programa de trabalho digno em alguns estados e municípios e verificar. Verificar se isso funciona ou não. Se inserir em todas as ações de governo do campo do trabalho, da educação, da assistência e testar como podemos enfrentar essa dificuldade a partir de alguns lugares e na prática, não só elaborando como as pessoas iluminadas numa sala. Realizar um processo meio híbrido durante essa caminhada. Contamos com vocês e espero que tenhamos muito orgulho do que estamos fazendo. Que tenhamos o resultado desse processo e que possamos construir reparação de fato para começar a ver uma mudança real e não pontual, sobretudo na pauta LGBTQIA+. Real, e mais introjetada na vida de todas nós, para que não fiquemos com esse sentimento de que estamos falando sempre a mesma coisa.

Vamos continuar falando essas coisas, mas que possamos começar a ver mudança nisso tudo. Nós ganhamos um governo, mas não ganhamos as licitações, não ganhamos os contratos, ainda temos muita coisa para retomar. É um governo de coalizão, temos que debater com todos que estão nesse campo.

No entanto, esse processo tão cruel que vivemos também foi um pouco pedagógico para nós. Eu vejo muitos nos procurando para dizer “vamos fazer alguma coisa, o que vamos fazer, como fazemos”. E acho

que tem aí uma esperança para nos agarrarmos a ela e promovermos muita luta, muita persistência para conseguir mudar um pouquinho desse DNA tão LGBTfóbico, tão cissexista, tão machista, tão racista, e tanta coisa que não queremos que seja.

Nota

1 Dinheiro, segundo o dialeto pajubá.

Outros títulos da Coleção Cult

Cult 1 - Teorias e políticas da cultura: visões multidisciplinares

Gisele Marchiori Nussbaumer (Org.)

Cult 2 - Políticas culturais no Brasil

Antonio Albino Canelas Rubim e Alexandre Barbalho (Org.)

Cult 3 - Políticas culturais na Ibero-América

Antonio Albino Canelas Rubim e Rubens Bayardo (Org.)

Cult 4 - Estudos da cultura no Brasil e em Portugal

Antonio Albino Canelas Rubim e Natália Ramos (Org.)

Cult 5 - Transversalidades da cultura

Linda Rubim e Nadja Miranda (Org.)

Cult 6 - Políticas culturais no governo Lula

Antonio Albino Canelas Rubim (Org.)

Cult 7 - Políticas culturais para as cidades

Antonio Albino Canelas Rubim e Renata Rocha (Org.)

Cult 8 - Políticas culturais, democracia e conselhos de cultura

Antonio Albino Canelas Rubim, Taiane Fernandes e Iuri Rubim (Org.)

Cult 9 - Stonewall 40 + o que no Brasil?

Leandro Colling (Org.)

Cult 10 - Cultura e desenvolvimento: perspectivas
políticas e econômicas

Alexandre Barbalho, Lia Calabre, Paulo Miguez e Renata Rocha (Org.)

Cult 11 - Estudos da festa

Linda Rubim e Nadja Miranda (Org.)

Cult 12 - Desleitura cinematográfica: literatura, cinema e cultura

Marinyze Prates de Oliveira e Elizabeth Ramos (Org.)

Cult 13 - Política e gestão cultural: perspectivas Brasil e França

Frederico Lustosa da Costa (Org.)

Cult 14 - Federalismo e políticas culturais no Brasil

Alexandre Barbalho, José Márcio Barros e Lia Calabre (Org.)

Cult 15 - Estudos e políticas do CUS

Leandro Colling e Djalma Thurler (Org.)

Cult 16 - Cultura dos sertões

Alberto Freire (Org.)

Cult 17 - ENECULT 10 anos

Lindinalva Silva Oliveira Rubim, Mariella Pitombo Veira e Delmira Nunes de Souza (Org.)

Cult 18 - Políticas culturais na Bahia contemporânea

Antonio Albino Canelas Rubim

Cult 19 - Dimensões e desafios políticos para diversidade cultural

Paulo Miguez, José Márcio Barros, Giuliana Kauark (Org.)

Cult 20 - Políticas Públicas de cultura para as cidades: os casos de Recife e Salvador

Hortência Silva Nepomuceno dos Santos

Cult 21 - Políticas culturais no governo Dilma

Antonio Albino Canelas Rubim, Alexandre Barbalho e Lia Calabre (Org.)

Cult 22 - Diversidade Cultural: políticas, visibilidades midiáticas e redes

Giuliana Kauark, José Márcio Barros e Paulo Miguez (Org.)

Cult 23 - Panorama da gestão cultural na Ibero-América

Antonio Albino Canelas Rubim, Carlos Yáñez Canal e Rubens Bayardo (Org.)

Cult 24 - Formação em organização da cultura no Brasil: experiências e reflexões

Leonardo Figueiredo Costa e Ugo Barbosa de Mello (Org.)

Cult 25 - Financiamento e fomento à cultura nas regiões brasileiras

Antonio Albino Canelas Rubim, Fernanda Pimenta Vasconcelos (Org.)

Cult 26 - Financiamento e fomento à cultura no Brasil: estados e Distrito Federal

Antonio Albino Canelas Rubim, Fernanda Pimenta Vasconcelos (Org.)

Cult 27 - Políticas e gestão da cultura: diálogos entre universidade e sociedade

Clelia Neri Côrtes, Alice Pires de Lacerda, Renata Costa Leahy e Ricardo de Araujo Soares (Org.)

Cult 28 - Os trabalhadores da cultura no Brasil

Alexandre Barbalho, Elder Patrick Maia Alves e Mariella Pitombo Vieira (Org.)

Cult 29 - O golpe na perspectiva de gênero

Linda Rubim e Fernanda Argolo (Org.)

Cult 30 - Um lugar para os espaços culturais

Giuliana Kauark, Plínio Rattes e Nathalia Leal (Org.)

Cult 31 - Artivismos das dissidências sexuais e de gênero

Leandro Colling (Org.)

Cult 32 - Plano de cultura

Antonio Albino Canelas Rubim (Org.)

Cult 33 - Cultura e ciência de dados

Leonardo Costa, Renata Rocha (Org.)

Cult 34 - Enlaces culturais Brasil - Portugal

Antonio Albino Canelas Rubim, Urbano Sidoncha (Org.)

Cult 35 - Mondiacult 40 anos depois: impactos e desdobramentos nas políticas culturais na América Latina

Lia Calabre, Renata Rocha, Antonio Albino Canelas Rubim (Org.)

Cult 36 - Federalismo cultural em tempos nacionais sombrios

Alexandre Barbalho, Lia Calabre, Antonio Albino Canelas Rubim (Org.)

Cult 37 - Dinâmicas contemporâneas do setor editorial: o viés do mercado independente e regional da Bahia

Carolina Dantas, Giuliana Kauark, Flávia Rosa, Carmen Lima (Org.)

Este livro foi composto na Edufba.

O projeto gráfico deste livro foi desenvolvido no Estúdio Quimera por Iansã Negrão com o auxílio de Inara Negrão para a Eufba, em Salvador.

A fonte de texto é DTL Documenta. As legendas foram compostas em DTL Documenta Sans, família tipográfica projetada por Frank Blokland.

O papel é Alcalino 75 g/m².

Impressão Gráfica 3.

300 exemplares.





OUTROS TÍTULOS DA COLEÇÃO CULT

- *Dinâmicas contemporâneas do setor editorial: o viés do mercado independente e regional da Bahia*
- *Federalismo cultural em tempos nacionais sombrios*
- *Mondiacult 40 anos depois*
- *Enlaces culturais Brasil-Portugal*
- *Cultura e ciência de dados*

Para saber mais, visite www.cult.ufba.br





Os textos que constituem este novo volume da Coleção CULT resultam das reflexões apresentadas na 19ª edição do Encontro Multidisciplinar de Estudos em Cultura (Enecult), evento que, com apoio do Ministério da Cultura, celebrou os 20 anos do Centro de Estudos Multidisciplinares em Cultura da Universidade Federal da Bahia (CULT/UFBA), realizado em agosto de 2023, na Reitoria da UFBA, tendo como tema “Culturas para o novo Brasil”. O livro está dividido em sete temas: Democracia e disputas ideológicas no campo da cultura; Políticas para as artes: compreensões e desafios; Dilemas para o patrimônio cultural no Brasil; Desafios para a formação em cultura; Perspectivas para o audiovisual brasileiro; Federalismo e desenvolvimento da cultura; e Diversidade e transversalidades culturais.



Apoio:

MINISTÉRIO DA
CULTURA

GOVERNO FEDERAL
BRASIL
UNIÃO E RECONSTRUÇÃO